

ENTRE A ESTÉTICA E O HÁBITO:  
O DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO POPULAR (RIO DE JANEIRO, 1946-1960)

DEDALUS - Acervo - EESC



Flávia Brito do Nascimento

Dissertação apresentada à Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História e Teoria da Arquitetura e do Urbanismo

Orientador: Prof. Dr. Nabil Georges Bonduki

Serviço de Pós-Graduação EESC/USP

EXEMPLAR REVISADO

Data de entrada no Serviço.....06/10/04

Ass. *[Signature]*



São Carlos  
2004

Class.	TESE EESC ✓
Curr.	3876
Tombo	T129/04
Syno	1400181

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Tratamento da Informação do  
Serviço de Biblioteca - EESC/USP

N244e

Nascimento, Flávia Brito do.

Entre a estética e o hábito : o departamento de habitação popular (Rio de Janeiro, 1946-1960) / Flávia Brito do Nascimento. -- São Carlos, 2004.

Dissertação (Mestrado) -- Escola de Engenharia de São Carlos-Universidade de São Paulo, 2004.


Área: História e Teoria da Arquitetura e do Urbanismo.  
Orientador: Prof. Dr. Nabil Georges Bonduki.

1. Arquitetura e urbanismo modernos. 2. Habitação social. 3. Carmen Portinho. 4. Affonso Reidy.  
5. Conjuntos residenciais. I. título.

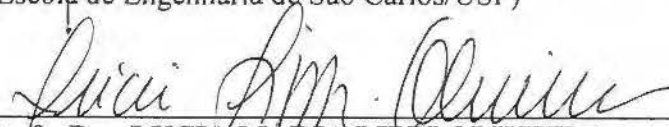
**FOLHA DE JULGAMENTO**

Candidato: Bacharel **FLAVIA BRITO DO NASCIMENTO**


Dissertação defendida e julgada em 07-07-2004 perante a Comissão Julgadora:

  
Prof. Dr. **NABIL GEORGES BONDUKI** (Orientador)  
(Escola de Engenharia de São Carlos/USP)

Aprovada

  
Profa. Dra. **LUCIA MARIA LIPPI OLIVEIRA**  
(Fundação Getulio Vargas/FGV)

Aprovada

  
Profa. Dra. **SARAH FELDMAN**  
(Escola de Engenharia de São Carlos/USP)

aprovada

  
Profa. Dra. **SARAH FELDMAN**  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e  
Urbanismo

  
Profa. Titular **MARIA DO CARMO CALIJURI**  
Presidente da Comissão de Pós-Graduação.

para o Bruno

pele que está feito  
por tudo que ainda está por fazer

## AGRADECIMENTOS

A Nabil Bonduki, cuja orientação me honra, por ter exercido seu papel com base na liberdade de expressão e ter proporcionado ricas discussões e crescimento intelectual.

À Fapesp pela bolsa concedida, absolutamente necessária à elaboração deste trabalho. A meu parecerista, sem o qual muito do que está aqui não teria sido possível.

Aos professores da pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da EESC-USP Cibele Saliba Rizek, Carlos Roberto Monteiro de Andrade, Renato Anelli, Hugo Segawa, José Tavares Lira e Fábio Lopes pelo ambiente de crítica e de pesquisa sobre a arquitetura e o urbanismo no Brasil.

Às professoras Sarah Feldman e Margareth Pereira pelas sugestões na banca de qualificação.

Ao sempre mestre Alfredo Britto, com quem aprendi a amar a arquitetura moderna brasileira.

A Ana Luiza Nobre porque uma opinião sincera é capaz de mudar rumos. O meu muito obrigada por estar sempre gentilmente à disposição para dividir seus conhecimentos sobre arquitetura.

Aos professores Paul Groth e Sibel Bozdogan pelas discussões sobre habitação e arquitetura moderna americana e turca na Universidade da Califórnia, Berkeley.

A Carminha Portinho que com simpatia abriu sua casa num feriado e disponibilizou valioso material de pesquisa.

Aos "anjos" desta pesquisa: Alberto da Fundação Leão XIII e Telma do CBCISS por terem fornecido preciosa ajuda nos momentos mais críticos. Aos demais funcionários das instituições pesquisadas, pela gentileza no atendimento.

A Anna Augusta Almeida, Francisco Bolonha, Lygia Fernandes, Anísio Medeiros, Marcos Konder Neto, Carlos Góes, Dirceu Velloso, Stélio Roxo, Zulmira Bloise e Léa Oliva pelas entrevistas concedidas.

A amiga Patrícia Leão por ter muito alegremente me acompanhado nos levantamentos de campo e fornecido incalculável ajuda na normatização dos desenhos.

A Ana Lucia Santos, porque sorte daqueles que podem contar com sua amizade.

A Nilce Aravecchia, com quem dividi cotidianamente a dor e a delícia de ser mestrande, pelas nossas infindáveis conversas.

A Ana Paula Koury por ter disponibilizado o material do Grupo de Pesquisa em Habitação e Urbanismo da EESC-USP.

A Elaine Pereira, Sálua Kairuz e Juliana Mota, também do Grupo de Pesquisa, pelas discussões que me proporcionaram muitos *insights*.

Ao Marcelinho, secretário da pós-graduação em Arquitetura da EESC-USP, por ajudar muito, mesmo de longe.

A Inês, Estefânia e Ângela (do Gabinete) que com boa vontade ajudaram nas burocracias.

A Vicente del Rio, Vera Tângari, Rossana Vaccarino, Elizabeth Martins e Dina Lerner pela ajuda, estímulo e confiança nos momentos vitais.

A Sonia Lopes e Ernani Freire pelas lições de arquitetura e profissionalismo.

Aos amigos de percurso no mestrado Joana Melo, Fernando Atique, Oigres Macedo, Fabiano Lemes, Cláudia Araújo, Mirela Macedo, Aline Sanches e Gabriela Campagnol por partilharem as angústias. A Renata, Carol, Nilce e Bianca, por dividirem a casa e aturarem minhas idas e vindas.

A Tatiana Letier, Fernanda Modiano, Zé Estevez, Simone Costa, Carolina Scucato, Caio Veronese, Viviane Almeida, Eduardo Lemos, Ana Paula Medeiros, Elaine Fasuolo e Cristina Ayres pela amizade.

A Miriam Lentini pela revisão e a Ana Paula Higino pelos desenhos.

A Wânia Cidade por ajudar a manter o equilíbrio.

A minha sogra Lilian, por tornar minha vida cotidiana mais fácil e minha vida cultural mais agitada.

Ao Bruno, pelo amor e pelo historiador, por ser há tantos anos a companhia mais desejada e amada.

A meus amados pais Domício e Martha, cujas vidas de trabalho dedicadas ao ensino e pesquisa sempre me serviram de exemplo. Por terem entrado nesse projeto comigo e o viabilizado economicamente e emocionalmente.

Resumo, 8  
Abstract, 9  
Lista de siglas, 10

**INTRODUÇÃO, 11**

**CAPÍTULO 1 Casas modelares, casas tuteladas, 17**

---

- 1.1 Estado e Igreja na construção do homem novo (1930-1950), 19
- 1.2 Arquitetos e assistentes sociais: os novos profissionais pensam e produzem habitação, 24
- 1.3 Famílias modelo, casas padrão, 55

**CAPÍTULO 2 Cidade maravilhosa?, 61**

---

- 2.1 Habitação e crescimento: o Rio de Janeiro e os debates em torno do tema (1937-1946), 63
- 2.2 O executivo municipal age: casas e parques proletários, 75
- 2.3 O pós-45: favelas e conjuntos habitacionais, 98

**CAPÍTULO 3 Habitar é preciso, 107**

---

- 3.1 DHP: algumas questões historiográficas, 109
- 3.2 O programa habitacional: teoria e ação, 113
- 3.3 Perfis do DHP: as trajetórias pessoais, 117

**CAPÍTULO 4 “Adequado e belo”, 145**

---

- 4.1 Conjunto Residencial Pedregulho, 152
- 4.2 Conjunto Residencial Paquetá, 181
- 4.3 Outras realizações e algumas tentativas, 199
- 4.4 As casas unifamiliares isoladas no lote, 218
- 4.5 Notícias do fim, 241

**CONSIDERAÇÕES FINAIS, 245**

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 249**

## RESUMO

---

NASCIMENTO, Flávia Brito do. "Entre a estética e o hábito: o Departamento de Habitação Popular (Rio de Janeiro, 1946-1960)". Dissertação (Mestrado). Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2004.

Esta dissertação estuda a experiência do Departamento de Habitação Popular do antigo Distrito Federal, no período compreendido entre 1946 e 1960. Apresenta as realizações do DHP no campo da habitação social em interface com a arquitetura moderna, com as realizações nacionais da época (no âmbito municipal e federal) e com os debates nacionais e internacionais sobre o tema.

Aborda os quatro conjuntos habitacionais construídos – Conjunto Residencial Pedregulho, Paquetá, Vila Isabel e Marquês de São Vicente – e a concessão de projetos de casas unifamiliares, compreendendo do Departamento como um órgão público, formado por um grupo de profissionais (arquitetos, engenheiros e assistentes sociais) comprometidos com a produção habitacional da então cidade-capital do país. Esses projetos são entendidos à luz das realizações habitacionais anteriores da Prefeitura do Distrito Federal e da tomada de posição dos novos profissionais comprometidos com a causa.

Palavras-chave: arquitetura e urbanismo modernos, habitação social, Carmen Portinho, Affonso Reidy, conjuntos residenciais.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. "Entre a estética e o hábito: o Departamento de Habitação Popular (Rio de Janeiro, 1946-1960)". Thesis (M.S.). Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2004.

*This work discusses the housing experiences of the Department of Social Housing, of the former Federal District of Brazil, nowadays Rio de Janeiro, between 1946 and 1960. Analyses DHP's ideals and practices, debating its concepts, means of implementation and its possible eccos in face of the national cenarium. Presents the DHP's accomplishments in comparison with other national social housing programs, the national and international debates regarding housing for the workers and the modern movement ideals and practices.*

*Focuses on the four housing blocks that where built – Pedregulho, Paquetá, Vila Isabel and Marquês de São Vicente – as well as the design of one family sibgle story detached houses. Comprehends the Department as a public institution, formed by a group of professionals (architects, urban planners and social workers) involved in the social housing idealization and practice of Brazil's capital.*

*Key-words: modern architecture and urban design, social housing, Carmen Portinho, Affonso Reidy, housing blocks.*

## LISTA DE SIGLAS

---

AGCRJ - Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro  
AGSMU - Arquivo Geral da Secretaria Municipal de Urbanismo  
APCP - Arquivo Particular Carmen Portinho  
CBCISS - Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais  
CEHAB-RJ - Companhia Estadual de Habitação - Rio de Janeiro  
DCP - Departamento de Construções Proletárias  
DHP - Departamento de Habitação Popular  
D.O. PDF - Diário Oficial da Prefeitura do Distrito Federal  
EESC-USP - Escola de Engenharia de São Carlos - Universidade de São Paulo  
GPHU - Grupo de Pesquisa em Habitação e Urbanismo  
IAP - Instituto de Aposentadoria e Pensões  
MEE-UFRJ - Museu da Escola de Engenharia - Universidade Federal do Rio de Janeiro  
PCRJ - Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro  
PDF - Prefeitura do Distrito Federal  
SGVO - Secretaria Geral de Viação e Obras Públicas



## INTRODUÇÃO

O Departamento de Habitação Popular (DHP)<sup>1</sup> da Prefeitura do antigo Distrito Federal, hoje Rio de Janeiro, foi instituído em abril de 1946.<sup>2</sup> Visava fornecer habitação aos “grupos sociais de salários baixos”, incluindo neles, inicialmente, os servidores do município que viviam em condições precárias de moradia. Funcionou até 1962, quando foi extinto e substituído pela COHAB, que introduziu outras posturas de enfrentamento da questão habitacional no Rio de Janeiro. O Departamento acompanhou e protagonizou a repercussão da arquitetura moderna brasileira no exterior, o processo de metropolização da cidade e o aumento galopante do número de favelas. Sua resposta habitacional, ou seja, a arquitetura que projetou e construiu, contemplou essas questões, costurando arquitetura e urbanismo modernos com problemas sociais urbanos crescentes.

Esta é uma equação comum, em se tratando da gênese do movimento moderno. Contudo, ganha nova dimensão no âmbito da municipalidade carioca e, sobretudo, nas suas tentativas de enfrentamento da crise de moradia. Até 1946, a prefeitura da cidade apenas tratou do problema da habitação às camadas mais pobres basicamente por meio dos Parques Proletários Provisórios e da concessão de licenças de construção de casas pelo Departamento de Construções Proletárias. O binômio modernismo-habitação foi introduzido na prefeitura e levado a cabo pelos profissionais envolvidos na arquitetura moderna. Era uma novidade e significava a consolidação dessa área e sua conseqüente tomada de força dentro das burocracias municipais. Isso não significa dizer que se tornou hegemônico e que foi capaz, ou que a isso se propôs, de equacionar as diferentes vozes que procuraram discutir e solucionar a crise habitacional. Os debates acerca do lugar e do modo de morar do “popular” no Rio de Janeiro eram dos mais inflamados e se avolumavam na mesma proporção em que as favelas e a cidade cresciam. Soluções paralelas, embora com outra postura, à proposta pelo DHP foram apresentadas tanto por órgãos da prefeitura quanto por instituições privadas ou religiosas, tais como a Associação do Lar Proletário, a Fundação Leão XIII e a Cruzada São Sebastião, para citar as que realizaram intervenções.

A postura do DHP ia de encontro às realizações do urbanismo e da habitação em vigor, seja nas experiências internacionais, européias ou americanas, seja nas construções de moradia para os trabalhadores durante o Estado Novo, filiadas ao movimento moderno. Seu principal objetivo era projetar e executar conjuntos habitacionais que fossem alugados por valor “módico” e que estivessem conectados a serviços como escola, creche,

<sup>1</sup> Passaremos a nos referir ao Departamento de Habitação Popular por DHP, sigla pelo qual ficou conhecido.

<sup>2</sup> Decreto nº 9.124, de 4.4.1946.

clube, posto de saúde, centro comunitário, mercado e lavanderia.

No que se refere às concretizações, o DHP deu continuidade à atividade do Departamento de Construções Proletárias, concedendo projetos e licença às casas unifamiliares isoladas no lote, de iniciativa privada, que se enquadrassem na categoria "populares". Construiu quatro conjuntos habitacionais, nenhum concluído conforme o projeto. O primeiro foi o Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes, o Pedregulho, que ganhou fama internacional e, paradoxalmente, acabou por ofuscar as demais realizações do órgão. A primeira versão do projeto data de 1946 e a inauguração parcial aconteceu em 1950. O curvilíneo bloco A só viria a ser completado em 1960, num momento em que o Departamento perdia força na discussão das políticas habitacionais para a cidade. A seguir, em 1950, já em escala diversa, o DHP projetou o Conjunto Residencial de Paquetá, com o intuito de erradicar as favelas da ilha que lhe dá nome. Em paralelo, e inserido num local de grande embate de interesses, desenvolve o projeto do Conjunto Residencial Marquês de São Vicente, o Gávea. A elaboração desse projeto era a finalização de um processo, iniciado nos anos 30, de erradicação das favelas em redor da Lagoa Rodrigo de Freitas, cujos moradores, após uma fase de adaptação nos Parques Proletários, iriam morar nas casas definitivas, ou seja, no conjunto. O edifício residencial foi concluído apenas em 1964, e os edifícios destinados a abrigar os serviços auxiliares nunca foram construídos. Finalmente, o Conjunto Residencial de Vila Isabel tem projeto datado de 1954 e situa-se no terreno do antigo jardim zoológico da cidade. Foi, de todos, o que ficou mais longe da conclusão: o bloco residencial principal foi parcialmente concluído.

O alcance do Departamento e sua conseqüente importância no cenário urbano carioca daqueles anos não se restringiram aos quatro incompletos conjuntos que construiu, mas a uma efetiva ingerência no que se refere à habitação popular na cidade. O DHP, por intermédio do seu serviço de fiscalização, foi o órgão responsável por conceder licença de construção de casas isoladas e de conjuntos residenciais, tornando-se o licenciador das edificações legais populares na cidade.

A fim de dar conta da complexa estrutura e grande número de atividades, trabalharam no Departamento de Habitação Popular diversos profissionais pioneiros no movimento moderno no Brasil. Não era uma só pessoa ou o "gênio" arquitetônico que imaginava soluções e as punha em prática. É indispensável, hoje, que se estude a arquitetura moderna brasileira a partir da ação de grupos de intelectuais e do conjunto de idéias que geraram. Há que diluir a ênfase na batida associação autor/obra e levar em conta a importância da criação de discursos, práticas e cristalizações no âmago da rede de solidariedades e diferenciações dos círculos de intelectuais. Nesse sentido, é crucial ampliar a definição de intelectual, habitualmente conhecido apenas como "literato" e produtor de textos teóricos e reflexivos.<sup>3</sup>

O objetivo desta dissertação é analisar o trabalho do grupo do DHP e as

obras que projetou ou construiu, focalizando as trajetórias pessoais apenas quando significaram inflexões mais próximas e diretas para com o Departamento. É estudado aqui o grupo de arquitetos, engenheiros e assistentes sociais do Departamento, na interface dos problemas da cidade, das questões que estavam sendo debatidas e dos projetos realizados pelos poderes federais ou municipais no âmbito da habitação popular entre 1937 e 1960.

A imagem do grupo, entendido como tal, esgarçou-se em razão de uma série de constrangimentos políticos, burocráticos e ideológicos, que serão discutidos nos quatro capítulos em que esta dissertação se desenvolve. A tarefa de construção da memória do grupo não foi das mais simples, uma vez que na época já havia uma percepção de que o grupo do DHP não era capaz de produzir uma imagem digna da importância e da originalidade de seus propósitos, ideais e realizações. É o que mostra o artigo de Geraldo Ferraz, em 1955, publicado na revista *Habitat*:

*O Departamento de Habitação Popular, que já fez Pedregulho e está construindo o Conjunto da Gávea, não tem uma literatura a propósito do que ele representa – do que ele compreende. Esta é uma falha grave, porque não conheço, embora tenha havido outras iniciativas governamentais, como a que visou os mocambos do Recife, uma repartição voltada para o problema, em nenhuma parte do Brasil. Ora, o DHP poderia oferecer às nossas municipalidades (...) uma informação bastante, capacitando-os a um contato inicial com o problema, com a maneira de enfrentá-lo, racionalmente, isto é, dentro do pensamento urbanizador que deve informar toda boa arquitetura. O Departamento se constituiria assim, em padrão para o Brasil, de órgãos técnicos das prefeituras, visando provocar soluções que poderiam, ao fim de uma certa experiência, chegar a constituir boa contribuição até mesmo para os setores da iniciativa privada.<sup>4</sup>*

As realizações, as peculiaridades e a importância do grupo do DHP foram irremediavelmente destruídas pelo tempo. A unidade das propostas e a possibilidade de compreensão do Departamento como uma opção para a crise habitacional carioca desapareceram no tempo. Só restou quase exclusivamente o Pedregulho, entendido como uma bela e rara exceção no cenário geral. Reconstituir o DHP, enquanto proposta e enquanto grupo, tornou-se tarefa hercúlea. Vestígios institucionais são praticamente nulos; apagou-se a memória de 16 anos de trabalho, no campo da habitação da Prefeitura do Distrito Federal. Os arquivos do DHP não foram localizados. Na verdade, foram sendo progressivamente destruídos pelas mudanças e pelas inconstâncias políticas e administrativas. A Prefeitura do Distrito Federal virou Estado da Guanabara em 1960, e, com a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara em 1974, tornou-se município do Rio de Janeiro, o que causou inúmeras mudanças de secretarias e departamentos, tanto na nomenclatura, quanto no espaço. Papéis, projetos, atas de reunião, cartas, orçamentos, levantamentos, desenhos, documentos e fotografias foram mudando de lugar, conforme a necessidade, ou sendo destruídos, na medida em que perdiam a utilidade.

4 HABITAT, out. 1955:24.

Vestígios materiais do DHP, hoje, são as arquiteturas que construiu, que persistem, embora muito descaracterizadas, na paisagem do Rio de Janeiro. Infelizmente, apenas pequena parte do que representou e do que foi capaz de produzir como reflexão e como arquitetura resta nessas construções.

Boa parte do tempo e dos esforços de pesquisa foi gasto na busca do acervo documental referente às obras, ou seja, na localização das fontes primárias. O primeiro contato que tive com o tema ocorreu em março de 2000, ao iniciar pesquisa para o Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo na UFRJ, intitulado "Restauração de edificações modernistas: o Conjunto Residencial Pedregulho", que recebeu menção honrosa no concurso do "Arquiteto do Amanhã-2000", do IAB-RJ. Longo processo de busca da base documental e iconográfica referente ao Pedregulho foi iniciado, ampliando-se com o ingresso no mestrado em História e Teoria da Arquitetura e do Urbanismo na EESC-USP e com o desenvolvimento desta pesquisa, financiada pela Fapesp.

Fundamental dizer que na pós-graduação a pesquisa inseriu-se no contexto mais amplo de investigações sobre habitação no Brasil realizado pelo Grupo de Pesquisa e Assessoria em Habitação e Urbanismo do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da USP, sob a coordenação do Prof. Dr. Nabil Georges Bonduki. O referido grupo de pesquisa vem realizando por meio do projeto temático intitulado "Habitação Econômica e Arquitetura Moderna (1930-1964)", com o financiamento da Fapesp, um vasto estudo sobre os principais arquitetos e programas habitacionais brasileiros, com o objetivo de resgatar a promoção pública da habitação econômica em todo país, no período entre a Revolução de 30 e a criação do Banco Nacional de Habitação em 1964.

A pesquisa trilhou os caminhos da documentação do DHP e encontrou dispersos e desconexos desenhos, relatórios, fotografias e cartas, infelizmente porção ínfima do material ora existente. De importância foram os relatos orais dos funcionários do DHP (que se dispuseram a falar ou que ainda se encontravam em condições para tal), mas ainda mais importante foi a consulta às publicações oficiais, em especial ao Diário Oficial da Prefeitura do Distrito Federal, de 1946 a 1960, no qual foi realizada pesquisa sobre os projetos das casas unifamiliares concedidas gratuitamente, das quais se sabia muito pouco. A esse *corpus* documental somou-se a consulta das publicações nacionais e internacionais especializadas e da análise dos conjuntos construídos.

A pesquisa foi distribuída em quatro capítulos.

Apresento no Capítulo 1, intitulado "Casas modelares, casas tuteladas", as mudanças no campo ideológico que permitiram que as camadas populares no Brasil, graças aos esforços combinados do Estado e da Igreja, fossem transformadas em trabalhadores. Mostro de que modo essa operação se desdobrou em realizações habitacionais e como as profissões de arquiteto e assistente social estarão envolvidas nos

projetos de morada popular e de que forma atuavam.

No **Capítulo 2**, “Cidade maravilhosa?”, focalizo a atenção na cidade do Rio de Janeiro, entre 1937 e 1946, debatendo os projetos habitacionais executados pela municipalidade, no momento em que a prefeitura assume a realização desses empreendimentos, como parte fundamental das realizações políticas. Discuto os problemas da cidade às vésperas da metropolização, dentre eles o da grave crise habitacional, e de que maneira as novas formas de entender o pobre urbano configuram construções de moradias populares na capital do país. A materialização das casas, quer urbanística, quer arquitetônica, seu ideário e suas repercussões são apresentados e discutidas neste capítulo.

O **Capítulo 3**, “Habitar é preciso”, trata diretamente do DHP, discorrendo inicialmente sobre os embates teórico-metodológicos envolvidos na construção da dissertação, as questões historiográficas. Em seguida são apresentadas as trajetórias profissionais de Affonso Reidy e Carmen Portinho e o envolvimento de ambos no movimento moderno, nos seus desdobramentos habitacionais, até a fundação do DHP, bem como a dos demais funcionários como Francisco Bolonha, Lygia Fernandes, Anna Augusta Almeida e Sydney Santos. Os saberes do arquiteto e do engenheiro vão se aproximando do urbanismo nas suas relações com a habitação popular e a institucionalização do DHP é exemplo deste fenômeno.

Ao longo do **Capítulo 4**, “*Adequado e belo*”, discuto a realização do programa habitacional em si, apresentando os quatro conjuntos residenciais e o programa de licenciamento de casas unifamiliares. Por questões históricas e de fontes, focalizo os Conjuntos Residenciais do Pedregulho e de Paquetá, enfatizando a implementação do modelo de habitar, nas suas semelhanças espaciais e teóricas com as realizações nacionais e internacionais.

Estudar o Departamento de Habitação Popular, além de ter se revelado desafio pessoal dos mais interessantes, possibilitou resgatar a memória de um grupo de profissionais capazes de elaborar soluções arquitetônicas e urbanísticas para o problema da habitação social no Rio de Janeiro, tema que, passados quase 60 anos, ainda é dos mais urgentes.



1

---

CASAS MODELARES, CASAS TUTELADAS



## CAPÍTULO 1

*[a casa] deve ser o que é para todos – o lugar onde o homem se torna o que é – mas para o proletário deve, também, ser fator educativo: deve, portanto, ser o lugar onde êle se torne o que deve ser.*  
Maria Célia Cunha, 1948

### 1.1 Estado e Igreja na construção do homem novo (1930–1950)

As décadas de 30 e 40 no Brasil, assistem a um acirrado debate sobre a moradia popular, possibilitado, em certa medida, pelo novo olhar lançado ao pobre urbano pelo Estado. Debater o local e a forma de habitação das camadas trabalhadoras foi viável porque ideologicamente o pobre transformara-se no trabalhador da nação. Os ideais de moradia e capacidade produtiva foram amalgamados a partir do entendimento dos populares como irrevogáveis protagonistas, e não mais como párias da sociedade. Popular significava produtor das riquezas do País; entretanto, segundo a nova ótica, era preciso organizar-se, aprender as sociabilidades condizentes com seu papel na sociedade. A casa, o lar, cujos espaços eram formativos desse homem, assume papel pedagógico central.

A idéia de “povo brasileiro”, no pensamento político brasileiro, surge na Primeira República como representação sistemática e substantiva dos trabalhadores. Elabora-se um conceito de povo que assume sua enorme heterogeneidade e cuja característica básica é a incapacidade de integração entre si e com a sociedade. A diversidade cultural, étnica e regional do popular era interpretada como imaturidade, impossibilitadora da construção de um país com feições nacionais. Afirmava-se que, no conjunto, não havia um “povo”.<sup>1</sup>

Em 1930, no governo provisório, ganhando força a partir de 1937, com a dinâmica política estadonovista, as camadas populares adquirem no País novo “status” e posição. Partindo da idéia de que não havia um povo antes de sua ação, o Estado Novo forja o “verdadeiro” trabalhador, apagando vestígios das práticas culturais diferenciadas e reforçando os ideais de unidade, coesão e poder coletivo. O povo brasileiro era visto como portador de potencialidades e necessidades que deveriam ser atendidas para que suas reais virtudes pudessem vir à tona. Tais virtudes, bem guardadas durante anos, escondiam os valores da nossa nacionalidade. Fazia-se necessário “restaurar” a sociedade brasileira,

1 PAOLI & SADER, 1986:41-46.

retirando-a do seu estágio de natureza, mediante a organização do poder político. O pobre urbano não era mais o alvo das ações policiais e repressivas, tão comuns no cenário da República Velha. Se até 1920 tinha sido vista como uma questão policial, a partir de 1935 a questão social definia-se como uma questão política.<sup>2</sup>

O povo seria reinterpretado como trabalhador, e passava pelo trabalho, com direitos e deveres, sua inserção na sociedade. O projeto trabalhista foi implementado pela organização da classe trabalhadora, seja em torno de sindicatos, seja em torno de órgãos vinculados à Igreja, tendo como base uma legislação “moderna”. No centro da nova ordem estava o trabalho, motivo por que os direitos sociais do trabalhador eram resguardados. O trabalho era um meio de realização pessoal e de promoção do desenvolvimento social do próprio povo, agora entendido como “pessoa nacional”. Como tal, era dotado de qualidades positivas, de ânimo, interesse e capacidade. Minguava a visão negativa dos trabalhos manuais e, sobretudo, do trabalhador brasileiro. O conceito de povo não englobava indistintamente todos os brasileiros, mas apenas os solidários entre si e com a autoridade máxima, o Presidente da República. Cidadãos eram os que pertenciam a uma totalidade econômica (produziam riquezas), totalidade jurídica (possuíam carteira de trabalho) e totalidade moral (compreendiam o trabalho como um dever e como um direito).<sup>3</sup>

A questão trabalhista remonta aos anos 20, quando o Estado passa a admitir paulatinamente a necessidade de legislar sobre as condições fabris. Segundo Maria Célia Paoli, pouco a pouco o Estado vai assumindo tais responsabilidades, até tornar explícita sua presença nos espaços de produção industrial. O marco referencial de 1930 não se liga a um período inaugural da interferência estatal no debate, mas, sim, a um momento em que é referência obrigatória nos temas do operariado, mediante a promulgação das leis trabalhistas e da legislação sindical.<sup>4</sup>

As relações entre Estado e população não eram mais embasadas no distanciamento e na repressão, ainda que esta existisse, vale dizer. A dimensão ideológica do regime era fundamental, pois consolidaria, com o passar dos anos, a doutrina de “obrigação política” para com a sociedade civil. O novo regime foi instaurado por meio de sofisticados meios de propaganda.<sup>5</sup>

As amplamente veiculadas legislações trabalhistas de Vargas não eram entendidas como uma forma de extinguir a pobreza, mas como a possibilidade de assegurar uma vida mais digna ao trabalhador, seguindo os preceitos de justiça social. O Estado seria a instância homogeneizadora da sociedade, desagregada por múltiplas práticas desencontradas.<sup>6</sup>

Após 1942, o regime estadonovista se autoconduz para fora do autoritarismo e aproxima-se cada vez mais do “povo”.<sup>7</sup> A saúde, a alimentação, a educação e a habitação são transformadas em projetos prioritários. Os objetivos eram claros: estreitar os laços

2 GOMES, 1988.

3 Idem.

4 PAOLI, 1987:65-69.

5 *A ideologia se coloca, portanto como elemento central do projeto político, na medida em que lhe dá materialidade, efetua a sua organização e integra, de forma diferenciada, o conjunto dos atores sociais. O novo jogo discursivo traduz uma nova concepção de mundo, que procura reativar as representações destinadas a legitimar a nova distribuição de poderes que então se estabelece.* In: VELLOSO, 1982:72.

6 PAOLI & SADER, 1986:41-46.

7 GOMES, 1988:201.

entre Estado e movimento operário, este representado pelos sindicatos. Não se buscava o mero controle, mas a adesão e a mobilização. Os propósitos sociais eram cruciais, já que promoveriam o bem-estar nacional e realizariam o bem comum. Uma das marcas específicas da revolução empreendida pelo Estado Novo foi o reconhecimento e enfrentamento da questão social no Brasil. Legítimo seria o regime que promovesse a superação do estado de necessidade em que vivia o povo brasileiro, proporcionando-lhe uma situação de vida mais humana, digna de seu "status" de trabalhador. Cabia divulgar o novo caráter do homem brasileiro, transformando e revitalizando-o.<sup>8</sup>

É importante ressaltar, segundo Ângela Gomes, que, se até o momento a questão social estava fora da ordem do dia era porque a pobreza era encarada, de um lado, como inevitável e, de outro, como funcional para o sistema sócio-econômico vigente. Agora, por meio de um intenso processo educacional, o cidadão se entenderia como possuidor de direitos sociais.<sup>9</sup>

A preocupação estatal com os direitos sociais é fortemente impulsionada pela proximidade com os segmentos católicos no Brasil. A Igreja Católica, no cenário do pós-1930, assumiu papel central na vida política brasileira e foi por meio dela e de seus "agentes" que muitos dos preceitos sociais foram elaborados, divulgados e postos em prática.

Assim como a luta pelos direitos trabalhistas remonta à década de 20, as tentativas de organização interna e de conquista de espaço político, pela Igreja, tiveram início antes da Revolução de 1930. Agregados em torno do rótulo de "reação católica", leigos e eclesiásticos definiram progressivamente espaços de interferência na sociedade brasileira, baseados na carta pastoral do recém-nomeado arcebispo de Olinda, D. Leme, em 1916. O documento identificava que, embora o Brasil fosse majoritariamente católico, os religiosos encontravam-se apartados por uma minoria laica dos processos decisórios do País. A raiz dos males sociais e econômicos do país estava no distanciamento político imposto à Igreja, males somente superados por um profundo processo de recristianização da sociedade. Para uma maior participação nos processos decisórios nacionais, impunha-se a aproximação entre os leigos e a hierarquia eclesiástica.<sup>10</sup>

Com a transferência de D. Leme para o Rio de Janeiro, em 1921, a ação católica se consubstancia. D. Leme funda em 1922, juntamente com Jackson de Figueiredo, o Centro D. Vital, para irradiar os pressupostos espirituais da Igreja, promovendo estudos e discussões da doutrina católica. Estes visavam fortalecer os substratos morais dos indivíduos, para que identificassem a nacionalidade brasileira com os pressupostos católicos, sob a imprescindível ação dos intelectuais. Jackson de Figueiredo, figura central do catolicismo laico nos anos 20, diretor do Centro até a sua morte prematura, em 1928, tinha criado no ano anterior, a revista *A Ordem*, instrumento de difusão do ideário católico.<sup>11</sup> O Centro D. Vital, nos anos 20, acabou por ultrapassar os objetivos iniciais, estendendo e

8 Idem.

9 Ibidem.

10 SALEM, 1982:5-10.

11 Idem.

diversificando sua atuação. Organizou retiros intelectuais para estudantes e mestres, que se tornaram a Ação Católica Universitária e o Instituto Católico de Estudos Superiores (embrião da Pontifícia Universidade Católica), além da editora Agir. As ações pontuais desdobraram-se numa maior inserção de intelectuais no catolicismo, seja pelo ingresso efetivo nas ordens religiosas, seja por interferências mais indiretas, mas não menos vigorosas, nas interfaces de sociedade e catolicismo, caso, por exemplo, da literatura.<sup>12</sup>

Após 1930, com a morte de Jackson de Figueiredo e com Alceu Amoroso Lima na direção do Centro D. Vital, o movimento católico dará mais ênfase ao desenvolvimento cultural. O Rio de Janeiro será o centro propagador da doutrina, expandindo por diversas capitais do País o apostolado e a regeneração moral por meio da religião. Foi construída uma rede de instituições laicas ligadas ao movimento católico, agindo diretamente na sociedade, a qual, em 1935, foi denominada Ação Católica Brasileira. A educação teve papel preponderante, tendo sido organizados no próprio Centro cursos e conferências sobre filosofia, sociologia e religião.<sup>13</sup>

Crescendo o prestígio da religião católica na sociedade e aproximando-se o Estado varguista passo a passo, das massas, acontece uma conjunção de perspectivas, aliando Igreja e Estado. Símbolo disso será a entronização de Nossa Senhora Aparecida, como padroeira do Brasil, em 1931 e a inauguração do Cristo Redentor no Rio de Janeiro. No que concerne à legislação, a Constituição de 1934 instaura o ensino religioso facultativo nas escolas, a indissolubilidade do matrimônio e a validade do casamento religioso para fins civis, atos que tiveram o aval dos setores religiosos.<sup>14</sup>

Sob a tônica da cooperação mútua, as relações entre Estado e Igreja consolidam-se. Aproximando-se o regime varguista do povo, mediante instrumentos sociais, a Igreja tomava-se uma aliada indispensável. Entendendo que a crise da sociedade resultava de uma crise de ordem moral, os setores religiosos defendiam o restabelecimento da ordem nacional por meio da educação, que deveria ocorrer em diversas instâncias, não apenas no nível superior. A educação era fundamental, mas apenas uma das facetas do processo. Ela prepararia as elites recristianizadas para a atuação na sociedade, com seus direitos "naturais" de condução dos destinos católicos, e deveria ocorrer em três níveis: Igreja, família e Estado. A Igreja era a representante sobrenatural, a família era a agência natural de educação e o Estado era o viabilizador e coordenador dos desígnios das duas primeiras.<sup>15</sup>

A Igreja, no legítimo papel de educadora, buscaria a mobilização da opinião pública católica, organizando o movimento católico leigo em torno do ideal comum de recristianização. Diversas foram as instituições a ganhar força, ou surgir, no pós-1930. Organizações, como a Ação Universitária Católica, o Instituto de Estudos Superiores, a Associação das Bibliotecas Católicas, a Confederação Nacional dos Operários Católicos e a Liga Eleitoral Católica, firmaram-se sob os auspícios da Ação Católica Brasileira. É a

12 MICELI, 1979:52-53.

13 Idem.

14 REIS, 1998.

15 SALEM, 1982:22, 39-40.

partir desta que os ideais de apostolado social se tornam realidade. Aos leigos impunha-se uma maior aproximação das camadas populares, para que estas pudessem receber e “entender” os direitos sociais que lhes estavam sendo outorgados pelo Estado. Fundaram-se diversas instituições para organizar e preparar a juventude católica para as tarefas de apostolado social, tais como a Juventude Operária Católica, a Juventude Estudantil Católica, a Juventude Independente Católica, a Juventude Universitária Católica e a Juventude Feminina Católica.<sup>16</sup>

Estado e Igreja<sup>17</sup> assumem o papel de ingerência na sociedade civil, organizando-a de acordo com seus preceitos de cidadania e inserção política, trazendo à tona a “verdadeira” alma nacional. Viu-se uma conjunção de interesses: de um lado, os organismos da Igreja, pautados nas encíclicas papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, vinham, desde o fim dos anos 20, realizando trabalhos assistencialistas e, de outro, o Estado Novo dava ênfase primordial à questão social. A lógica da carência social e da necessidade intervencionista encontra nas formas cristãs de atuação forte e eficiente aliado.<sup>18</sup>

O estadonovismo forja o “homem novo”, que daria início à “idade nova”. O povo estava no centro dos seus objetivos políticos e econômicos. Embora saudado por seus atributos de honestidade e até mesmo por sua raça, ainda se encontrava numa fase em que suas virtudes estavam adormecidas. Ele era, sim, dotado de qualidades, mas deviam ser trabalhadas para florescerem.

É nesse cenário que a morada popular adquire importância e significado, passando a constar da agenda das intervenções laicas e religiosas. O ideal de que o meio forma decisivamente as atitudes, gestos e posições políticas dos trabalhadores brasileiros será defendido com afinco pelas diversas instâncias que trataram da questão. A casa operária gestará o “novo homem”.

*O meio age principalmente sobre a Família Operária. O homem tende naturalmente a se amoldar às circunstâncias que o cercam; as condições do meio em que se desenvolve a Família têm ação direta ou indireta sobre a mesma: a Região, a Unidade Geográfica, o Bairro, a Rua, a Casa.*<sup>19</sup>

16 IAMAMOTO & CARVALHO, 1985:170-171.

17 Ressalva se faz necessária neste ponto: a aproximação entre Igreja e Estado passa por vários momentos e estágios, não tendo acontecido homogeneamente. Em 1931, a Igreja reivindica o ensino religioso facultativo nas escolas públicas, extinção da lei que proibia a existência de sindicatos religiosos e garantia de não introdução do divórcio na legislação brasileira. Em 1933, temos a Liga Eleitoral Católica e, em 1935, a atuação da Ação Católica sobre o eleitorado, sobretudo mulheres, estudantes e trabalhadores. Estes são exemplos de progressividade do processo que significou embates e derrotas do movimento católico. OLIVEIRA, 2001:45-46.

18 REIS, 1998.

19 SOUZA, 1944:1.

## 1.2 Os novos profissionais pensam e produzem habitação

---

As ações do governo federal, a partir de 1930, na área da habitação estarão entremeadas fortemente por dois campos de saber, que crescem e/ou se institucionalizam nesses anos: arquitetura e urbanismo e assistencialismo social. Segundo Lúcia Lippi, para o ideário político-literário do Estado Novo, o regime não incorporou uma única vertente que respondesse a seus pressupostos: modernos, católicos e regionalistas compunham o mosaico dos campos de atuação.<sup>20</sup> O caso da morada popular e as ações concretas de ingerência no problema habitacional são exemplos do multifacetamento típico do pensamento varguista. Aparentemente desconectados, no pensamento assistencialista os pressupostos da arquitetura estarão por diversas vezes em estreita colaboração. Opostos em algumas ocasiões, cada qual na busca de sua legitimidade profissional, estiveram mais comumente lado a lado nas “soluções” para o estabelecimento da moradia do trabalhador. Embora fosse amplo o leque de setores profissionais que discutiram o tema habitacional (engenheiros, médicos, jornalistas), interessam à pesquisa as profissões de arquiteto e de assistente social, que aparecem no ideário moderno e nacionalizador.

Os intelectuais tiveram papel preponderante na constituição do Estado de bem-estar social varguista, impulsionados pela possibilidade de constituição da nação. Educação, ciência e cultura estavam à espera de um Estado que as revertesse para todos. A renovação brasileira aconteceria à estatal.<sup>21</sup> No Estado Novo, os intelectuais foram centrais na definição da nacionalidade e na divulgação do novo regime. A nação passou a ser encarada a partir de duas características inseparáveis: *o regime é novo e é nacional*.<sup>22</sup> Para os modernistas de 1922 e para os intelectuais da década de 30, era comum a idéia de que, ao lutarem pela mudança de valores e dos padrões estéticos, estariam lutando pela alteração dos padrões políticos. O regime era novo porque procurava modernizar o País e era nacional porque tentava buscar nossas “verdadeiras” raízes culturais, recusando modelos liberais importados. O Brasil deveria deixar de imitar para produzir o que havia de genuinamente brasileiro.

A habitação será entendida como um dos fortes instrumentos de mudança. Dois princípios marcarão a produção de moradia no Brasil a partir dos anos 30, a habitação deveria ser: 1. transformadora do “status” do trabalhador, de cunho educativo; 2. financiada e produzida pelo Estado.

Uma das explicações para esse fenômeno é a força que os valores de domesticidade e a decorrente introdução de ideais familiares burgueses no seio dos núcleos operários adquirem a partir dos anos 30. Não bastava normatizar o espaço externo da habitação e intervir quando ela significava focos de doença, sujeira, promiscuidade ou distúrbio estético, quer nas áreas valorizadas da cidade, quer naquelas alvo de grandes projetos de melhorias urbanas. Quando se tratou exclusivamente do fornecimento da

20 OLIVEIRA, 2001:48.

21 BOMENY, 2001:16-21.

22 OLIVEIRA, 1990:193.

habitação no espaço urbano da cidade, entendeu-se que a iniciativa privada era capaz de suprir as necessidades. A partir do momento em que moldar o trabalhador e torná-lo cidadão passou a constar da agenda das políticas estadonovistas, o espaço habitacional, a casa, adquiriu função básica.

Moralizar o trabalhador não era exatamente uma novidade na história da habitação operária no Brasil. Segundo a historiadora Margareth Rago, desde as décadas iniciais do século XX, no interior das fábricas e no espaço de habitação por ela promovidos, a domesticação do trabalhador era uma das diversas estratégias desenvolvidas para constituir uma nova figura, moralizada e produtiva, em sintonia com as exigências dos grupos industriais. A disciplinarização das forças produtivas era estratégia forjada pelos industriais, mediante regulamentos internos das fábricas ou de códigos de conduta no interior das vilas e conjuntos residenciais.<sup>23</sup>

A arquitetura moderna brasileira ganhará com o advento do Estado Novo posição privilegiada. Será a responsável por conferir ao regime sua faceta inovadora, a imagem de "modernidade", cujo exemplo mais imediato é o Ministério da Educação e Saúde. Importantes pesquisas, como as de Lauro Cavalcanti e de Lissovsky e Sá,<sup>24</sup> analisaram o processo decisório de construção do edifício, transformado em marco da arquitetura moderna brasileira. A história, contada em pouquíssimos termos, é a da anulação do resultado do concurso público realizado em 1935 para a sede do Ministério da Educação e Saúde, cujo vencedor havia sido Archimedes Memória, e da convocação, por sugestão de Lucio Costa, dos concorrentes que tinham apresentado projetos modernos para a elaboração de novo plano. Lucio Costa, encarregado oficialmente pelo Ministro Capanema de fazer outro projeto, convida Affonso Eduardo Reidy, Carlos Leão, Jorge Moreira, Ernani Vasconcellos e Oscar Niemeyer para a empreitada.<sup>25</sup> Elaborado o novo projeto e com a vinda do arquiteto Le Corbusier, para consultoria e trabalho com a equipe brasileira, o grupo surge com uma última opção, a finalmente construída. Interessa nesse episódio o processo de ocupação de espaços, no âmbito das representações do Estado Novo, da arquitetura moderna. O "moderno", segundo Cavalcanti, não será o único "estilo" adotado, nem a única imagem estadonovista, mas uma das que receberá significativa representatividade.

A arquitetura no século XX se auto-impõe novas e importantes questões sociais. Era necessário debater os temas do homem e sua relação com o ambiente construído. Paulatinamente, a atuação profissional deixa de ser exclusivamente a da escala do edifício, para incorporar outras escalas, indo do detalhe à cidade. O movimento moderno será um dos propulsores dessa mudança, pois entendia que as transformações ocorreriam nas metrópoles. Com os CIAM - Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna consolida-se uma visão de urbanismo que acabará por legitimar a própria atuação dos arquitetos na área. Os CIAM selam a indissociabilidade entre arquitetura e urbanismo,

23 RAGO, 1985:205.

24 CAVALCANTI, 1995; LISSOVSKY & SÁ, 1996.

25 Como mostra Cavalcanti, nem todos aqueles que apresentaram projetos ditos "modernos" foram chamados, ficando de fora, por exemplo, Olavo Redig de Campos e sendo incluído Niemeyer, que não havia participado inicialmente do concurso. CAVALCANTI, 1995.

não mais pensada a habitação em si, mas associada à cidade.

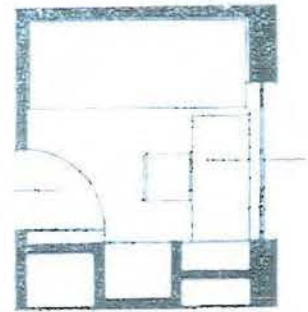
Fundamentais para a tomada de posição dos arquitetos brasileiros que englobasse novas dimensões espaciais foram as vindas do urbanista francês Alfred Agache e do arquiteto Le Corbusier. É preciso mencionar também os Congressos Pan-Americanos de Arquitetura, realizados entre 1920 e 1940, que discutiram urbanização, transporte, saneamento, saúde, higiene e habitação, desviando, assim, a atenção para o edifício encerrado em si mesmo. Em 1933, quando é reestruturado o currículo da Escola Nacional de Belas Artes, cria-se a cadeira de urbanismo, cujo professor era o arquiteto Atílio Correia Lima, especialista no tema.<sup>26</sup> Tem-se um duplo processo de mudança de postura. Embora totalmente incrustados um no outro, didaticamente e com o aval da perspectiva histórica, foram separados momentaneamente: a preocupação com o homem e com a sociedade e a incorporação do urbanismo na arquitetura. Ambas abarcarão o tema da habitação popular.

Na transformação do ensino de arquitetura proposta por Lucio Costa na Escola de Belas Artes, em 1930, foram identificados alguns dos germes da mudança de foco.<sup>27</sup> A adoção da arquitetura moderna não se referia, exclusivamente, a uma mudança “estética”, isto é, do moderno pelas imagens. Pensar e propor soluções para a habitação popular era uma nova agenda no campo da arquitetura, impulsionada em terras brasileiras,<sup>28</sup> em boa medida, pelo movimento moderno. São estas palavras do engenheiro Francisco Baptista de Oliveira sobre as transformações na disciplina da arquitetura:

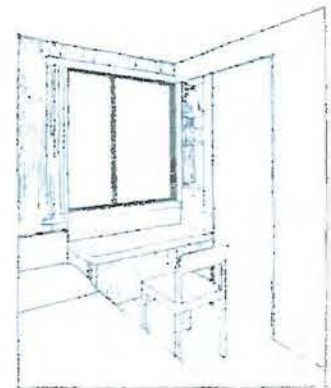
*A arquitetura do século passado, comparada com o progresso de hoje aparece como um anacronismo chocante. A construção da casa obreira não podia continuar isolada, petrificada no meio da evolução geral. Muitos arquitetos do século passado pareciam desconhecer por completo a crise da “residência mínima”. (...) Os arquitetos modernos trabalham incessantemente, elaborando a interpretação deste tema.<sup>29</sup>*

Manipular as idéias modernas significava enfrentar os problemas brasileiros por uma nova ótica, que implicava maior atuação na sociedade. O campo da arquitetura conecta-se à montagem do Estado nacional no estabelecimento de políticas públicas de proteção para as diversas esferas da vida social: educação, saúde, cultura, artes, patrimônio, administração e arquitetura.<sup>30</sup> Os arquitetos modernos transformaram-se em intelectuais de ação.<sup>31</sup>

É de autoria de Lucio Costa e Gregori Warchavchik a primeira habitação coletiva de cunho moderno na cidade do Rio de Janeiro. Warchavchik, que havia sido o representante da América Latina no 2º CIAM,<sup>32</sup> tem em 1933 a oportunidade de aplicar os conhecimentos de arquitetura moderna no campo popular. Os apartamentos da Gamboa não eram promoção estatal, mas são relevantes pela sua inovação tipológica. Eram 14 apartamentos de quatro cômodos (sala, cozinha, banheiro e dois quartos) com entradas independentes, cuja planta quadrada tornava mínima a circulação. A imagem era



QUARTO CONFORTAVEL  
PARA UMA PESSOA  
EMBORA COM 4,55 m<sup>2</sup>



QUARTO MINIMO

Estudos para um quarto mínimo  
(OLIVEIRA, jun. 1941:81)

26 REZENDE, 1999.

27 CAVALCANTI, 1995 e BONDUKI, 1998.

28 No campo da engenharia, já se vinham se discutindo as questões sociais desde, ao menos, os anos 20. A engenharia organiza-se no Brasil antes da arquitetura, protagonizando os debates sobre a cidade. STUCKENBRUCK, 1996.

29 OLIVEIRA, jun. 1941:80.

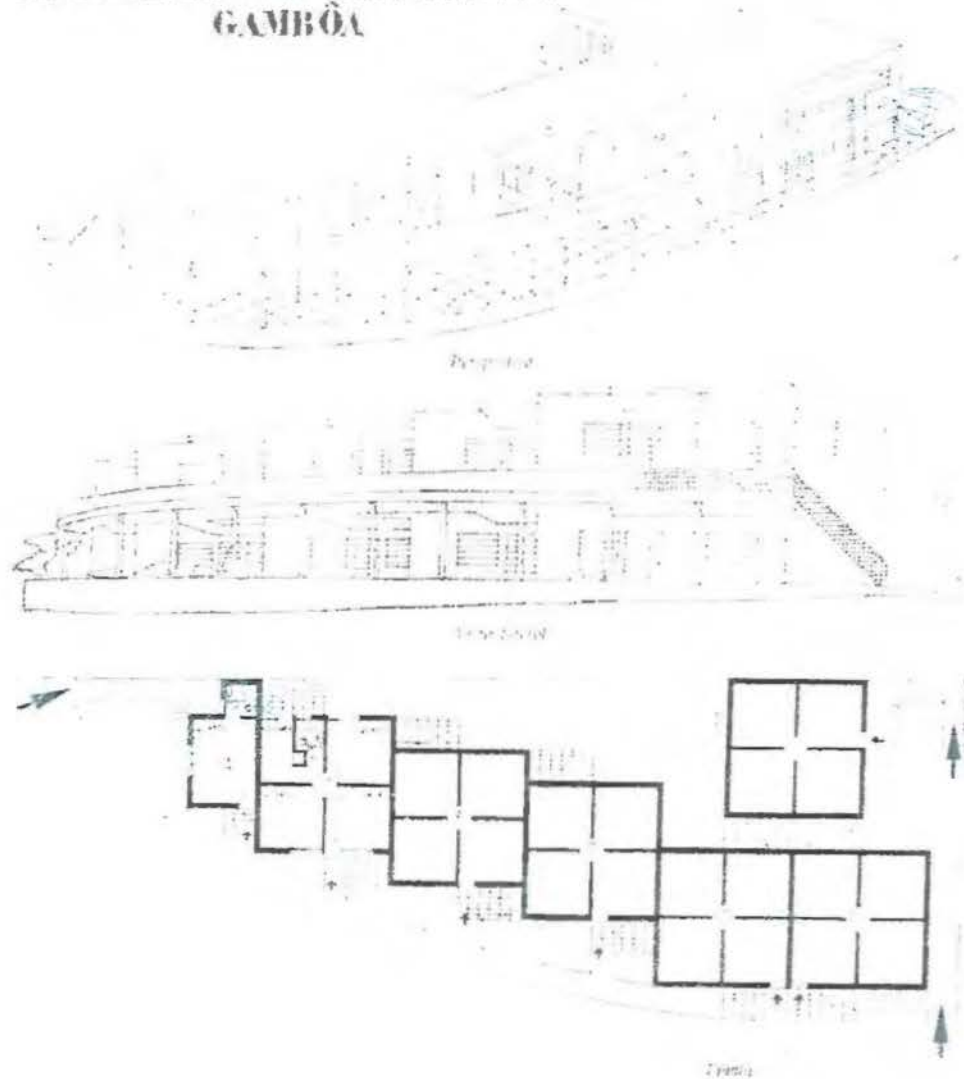
30 BOMENY, 2001:17.

31 Idem.

32 Realizado em Frankfurt em 1929, cujo tema foi a habitação mínima. Ver AYMÓNINO, 1973.

REVISTA MUNICIPAL DE ENGENHARIA

## APARTAMENTOS ECONOMICOS GAMBÔA



Serie de 14 apartamentos economicos para operarios

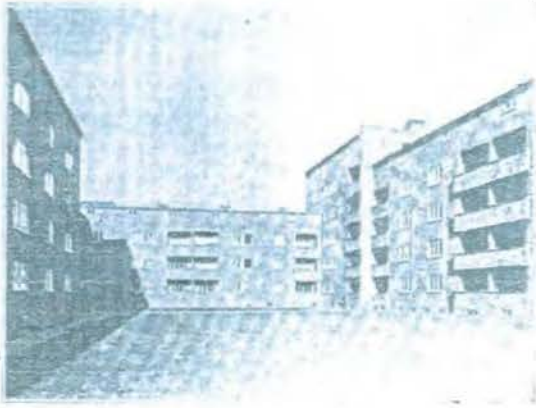
em Barrio da Gambôa - esquina de Cardoso Moreira

Projeto do Dr. Carlos Carmo de Mendonça

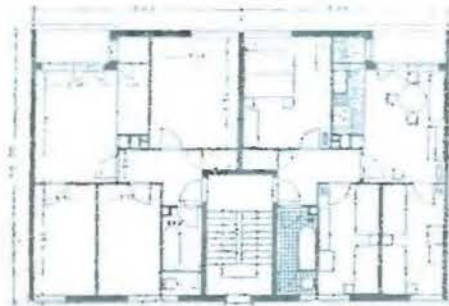
arquiteto - Wladimir - Lucio Costa

Lucio Costa e Gregori Warchavchik:  
apartamentos proletários da Gamboa  
(REVISTA MUNICIPAL DE  
ENGENHARIA, jul. 1932:6)

CASA DE APARTAMENTO  
ALLEMÃ

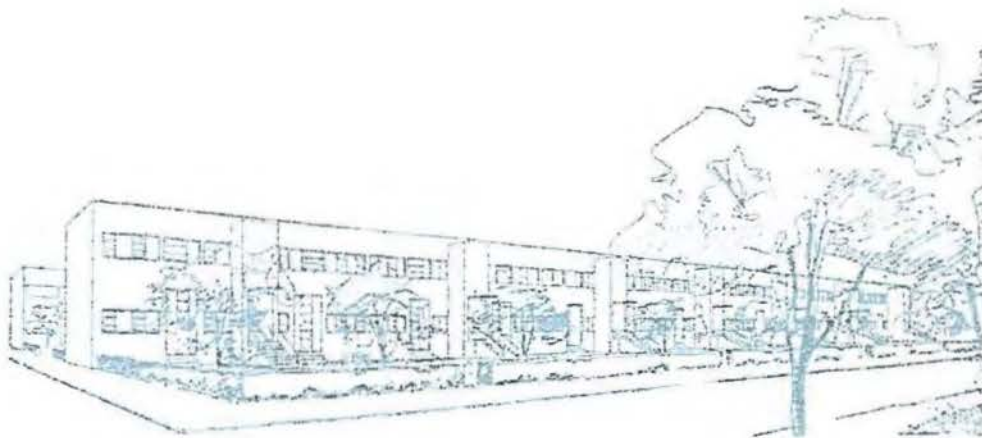


TIPO DE CASA DE  
APARTAMENTO ALLEMÃ



PLANTA MOSTRANDO DUAS RESIDENCIAS  
ESCALA 1/300

Casa de apartamento alemã (A  
CASA, mai. 1933:12)



Cidade satélite de Rebbio (A CASA,  
abr. 1940:9)

inequivocamente moderna, assegurada pela ausência de ornamentos, linhas retas e laje plana.<sup>33</sup>

Se esta foi, em 1933, a primeira realização da nova arquitetura no campo da habitação social, os saberes sobre o moderno eram notáveis desde o início dos anos 30: no 1º Congresso de Habitação realizado em São Paulo em 1931, os preceitos de habitação mínima do CIAM foram apresentados e discutidos. Segundo Bonduki, eram basicamente três as formas em que o repertório da moradia moderna chegava ao Brasil: pelos profissionais brasileiros que haviam estudado ou estagiado no exterior, pela influência trazida pessoalmente por Le Corbusier e outros arquitetos modernos de fama internacional, como o americano Richard Neutra, e, finalmente, pela bibliografia especializada que chegava com grande atualidade. Em maio de 1933, por exemplo, a revista *A Casa* publica em detalhes uma “casa de apartamento alemã”.<sup>34</sup> Era mostrado um projeto não identificado de uma *Siedlugen*, com a planta separada de cada cômodo da casa, acompanhada de uma fotografia explicativa. A mesma revista publica, em 1940, o projeto de construção de uma cidade-satélite em Rebbio, Itália. Destinado a operários e localizado na zona industrial, o conjunto tinha claras feições modernas: blocos laminares conectados ao centro administrativo, escolas, creche, igreja e ginásio de esportes. A circularidade das idéias modernas era grande e as fontes de informação atingiam largo espectro.<sup>35</sup>

Se um grupo de arquitetos modernos ganhava espaço no Ministério de Educação e Saúde, construindo sua sede e depois trabalhando em suas repartições, em particular no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico (SPHAN), paralelamente, outro grupo galgava espaço nas realizações estadonovistas no campo da moradia popular. Os arquitetos Carlos Frederico Ferreira e Rubens Porto, entre outros, terão papel importante no Ministério do Trabalho no estabelecimento das políticas de viabilização da construção dos conjuntos habitacionais e na adoção da arquitetura moderna.<sup>36</sup> Sua atuação, bem como a dos arquitetos envolvidos na construção do MES, estará vinculada às grandes mudanças teóricas e, portanto, práticas por que passará a disciplina da arquitetura.

A construção de habitação no governo Vargas, ficou a cargo dos Institutos de Aposentadorias e Pensões – IAPs,<sup>37</sup> criados nos anos 30 para as diferentes categorias profissionais,<sup>38</sup> como um desdobramento das Caixas de Aposentadorias e Pensões de 1923, instauradas a partir da Lei Elói Chaves, de regulamentação da previdência social. Com a Revolução de 1930 e com as novas relações entre trabalhadores e Estado, a ingerência dos poderes federais nos Institutos foi preponderante, subordinando-os ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. A participação dos trabalhadores, bem como sua contribuição, nos IAPs tornou-se compulsória, o que propiciou importante acúmulo de reservas. Estas, geridas pelo Ministério, foram aplicadas nas seguintes vertentes: manutenção do mínimo das classes de menor renda incapacitadas para o trabalho e investimento em setores da economia, programas estatais de cunho social, como

33 REVISTA MUNICIPAL DE ENGENHARIA, jul. 1932.

34 A CASA, mai. 1933:12-15.

35 A CASA, abr. 1940:7-9.

36 Sobre esses arquitetos, ver o trabalho de ARAVECCHIA, 2000.

37 Ver FARAH, 1983; BONDUKI, 1998.

38 Entre 1933 e 1938 surgem cinco institutos: IAPM (Marítimos), IAPC (Comerciários), IAPB (Bancários), IAPI (Industriários), IAPETEC (Trabalhadores de Trapiches e Armazéns de Café) e IPASE (Servidores do Estado). VARON, 1988:223.

atendimento médico e habitação. Com a criação do Estado Novo surgem condições para a atuação efetiva dos IAPs no campo habitacional, com o Decreto nº 1.789, que autorizava os Institutos a criar carteiras prediais, podendo destinar até metade de suas reservas para o financiamento de construções habitacionais, com redução das taxas de juros e ampliação dos prazos de pagamento.<sup>39</sup>

A promulgação da Lei do Inquilinato em 1942, congelando os aluguéis, acabou por inviabilizar a produção privada de habitação e empurrou a realização para os IAPs. Essa lei congelava o preço dos aluguéis, inviabilizando o investimento privado. Durante os anos da República Velha, o mercado rentista dominou o cenário da promoção habitacional, recebendo para isso uma série de regalias fiscais. A partir do momento em que investir em habitação deixava de ser lucrativo (com a impossibilidade de tirar renda dos aluguéis), os construtores se afastaram progressivamente do mercado. De 1942 em diante, as imposições econômicas somam-se aos pressupostos ideológicos de formação do “novo homem” por meio da habitação. O Estado exerceria, então, indelevelmente, o papel de promotor das casas para os trabalhadores.<sup>40</sup>

As realizações do Estado aconteceram a partir de 1937 e, genericamente, atenderam a três planos inicialmente estabelecidos pelo IAP dos Industriários (IAPI): Plano A) locação ou venda de unidades habitacionais em conjuntos residenciais adquiridos ou construídos pelos Institutos; Plano B) concessão de financiamento aos associados para aquisição da moradia ou construção em terreno próprio; Plano C) empréstimos hipotecários a qualquer pessoa física ou jurídica, bem como outras operações imobiliárias que o instituto julgasse conveniente.<sup>41</sup>

O tema da propriedade das casas era dos mais importantes no plano habitacional proposto, alvo de infindáveis debates. Recorrentemente, fez-se a pergunta: aluguel ou casa própria? O debate habitacional polarizava-se dessa forma e refletia a polêmica acerca dos modelos de moradia. Os defensores da casa própria unifamiliar eram em maior número; no entanto, até os anos 40, poucos operários eram donos de sua própria habitação; por exemplo, em São Paulo, cerca de 70% dos domicílios eram alugados.<sup>42</sup> De um lado estavam os que acreditavam que o acesso à propriedade significaria a consolidação de riquezas geradas pelo trabalho. Proprietário, o “status” do trabalhador se modificava, ele agora possuía bens. O fundamental era que, para o estado varguista, a casa própria assegurava estabilidade ao sistema, em oposição aos regimes socialistas. O morador de cortiços e favelas era um baderneiro em potencial, um candidato à revolta, fato comprovado, segundo o Estado, pelas inúmeras batalhas travadas entre seus moradores e o poder estatal da República Velha.<sup>43</sup>

Os arquitetos posicionavam-se distintamente, não havendo uma postura única que possa se identificada como profissional. No 1º Congresso de Habitação, em 1931, defendeu-se a construção de casas isoladas, sendo tolerado o agrupamento de

39 BONDUKI, 1998:101-104.

40 Para a discussão sobre a Lei do Inquilinato, ver BONDUKI, 1998:Cap. 5.

41 Idem:104.

42 Idem.

43 Vale lembrar o caso emblemático do cortiço conhecido por “cabeça de porco”, destruído pelo poder público na virada do século, tido como foco de doenças e desordem, cujos destroços deram origem à primeira favela do Rio de Janeiro. CHALÇOUB, 1996.

habitações entre quatro e seis unidades geminadas. No 1º Congresso Brasileiro de Arquitetos, em 1945, foram aprovadas as seguintes conclusões, no que se refere à forma da habitação: a casa popular deveria ser destinada ao aluguel em conjuntos residenciais, agrupando a população e facilitando a assistência social.<sup>44</sup> As conclusões do 1º Congresso Pan-Americano da Vivenda Popular,<sup>45</sup> que ocorreu em Buenos Aires, em 1939, eram intermediárias: casas isoladas, mas construídas em grandes conjuntos.<sup>46</sup>

Estabelecidas financeiramente as formas de viabilização da moradia popular, cabia determinar as feições arquitetônicas e urbanísticas dos projetos. De modo geral, segundo Nabil Bonduki, a produção arquitetônica dos IAPs foi desigual para projetos de qualidades arquitetônicas diferenciadas. Boa parte das obras abrangia conjuntos habitacionais associados a serviços, ordenados sob o ideal de unidade de vizinhança, na forma de casas isoladas unifamiliares, edifícios de apartamentos ou sobrados enfileirados. A discussão sobre a forma e sobre a viabilização da habitação não obteve unanimidade, o que possibilitou experimentações diversas. Nas realizações habitacionais, a partir do Estado Novo a arquitetura moderna será uma constante, assumindo inúmeras formas arquitetônicas e urbanísticas.

Os modelos de casas populares estavam em discussão desde o início dos anos 30, quando se buscava uma definição para o termo. Os técnicos por vezes se referiam à habitação econômica, por vezes à casa proletária, casa do pobre ou pequenas habitações. É o que fica patente neste artigo de 1932, de Ângelo Bruhns, arquiteto da Comissão do Plano da Cidade:

*(...) as casas individuais ainda correspondem melhor às aspirações populares, na parte que diz respeito ao conforto doméstico proporcionado pelo pequeno quintal, que dá lugar, entre outras coisas, à garagem para o automóvel. (...) o que é muito grave para o aspecto urbano dos bairros da cidade, é que a pequena habitação está sendo mal interpretada arquitetonicamente pelo público e pelos construtores, porque o que se vem praticando inconscientemente é a miniatura de uma casa grande, em vez de uma casa pequena. (...) Assim os elementos vão ficando mesquinhos, por isso os edifícios são miniaturas, são maquetes, são casinhas de caxinguele, são cenários de teatro, são Arcas de Noé, são caricaturas de castellos – são tudo, menos, casas pequenas.<sup>47</sup>*

44 HELLMMASTER, jan. 1945:22.

45 Sobre o Congresso, ver PORTO, nov./dez. 1939; OLIVEIRA, dez. 1939 e OLIVEIRA, jul./ago. 1940.

46 ANTUNES, 1997.

47 BRUHNS, 1932:7-12. grifos do autor

48 Revista impressa por Segadas e Cordeiro Ltda. Tinha como redator o engenheiro A. Segadas Viana e como gerente o arquiteto J. Cordeiro de Azeredo. Sua publicação tem início no ano de 1923, trazendo artigos sobre engenharia, arquitetura e artes decorativas. LEME, 1999:14.

49 A CASA, mai. 1931b:25.

A revista A Casa<sup>48</sup> vinha tomando parte no debate, e, em maio de 1931, lançou o concurso, financiado por Mr. G. Moore, de projetos de casas econômicas. Estas deveriam seguir a legislação municipal vigente, ter um só pavimento e obedecer ao seguinte programa: duas salas, três quartos, uma pequena cozinha, copa ou sala de almoço, banheiro, W.C. e uma pequena cobertura para tanque, num terreno de 10x30m, que não fosse de esquina.<sup>49</sup> Não parece ser precisamente um programa de casas para proletários, que viviam amontoados em pequenos quartos, sem conforto, como sala de almoço ou garagem. É preciso frisar, porém, que este era o tipo-ideal e, como tal, apoiava-se menos na realidade de moradia dos proletários e mais na proposta de uma melhor forma de habitar. No rótulo de “casa econômica” poderiam se enquadrar casas para os emergentes

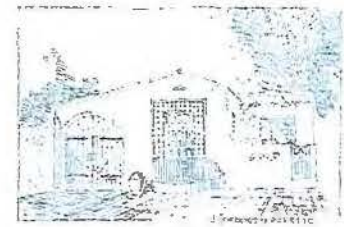
médios da sociedade ou para os proletários. O argumento da revista era que crescia na sociedade brasileira a necessidade de modelos de moradia mais baratos e mais de acordo com a vida “moderna”.

Na mesma edição de lançamento do concurso, no artigo “Como se há de construir barato”, os editores enumeram inclusive com orçamento, os meios de baratear os custos da edificação. Em julho do mesmo ano, publicam o artigo “Casa economica”, talvez para inspirar os concorrentes.

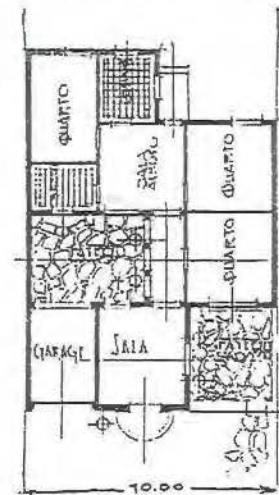
O nome do vencedor só foi divulgado em julho de 1932, um ano após o lançamento, tendo sido escolhido pela redação da revista (J. Cordeiro de Azevedo e Braz Jordão). De autoria de Firmino Saldanha e Tupy Brack, com telhado de laje plana, ausência de ornamentos ou revestimentos aplicados,<sup>50</sup> o projeto selecionado tinha características modernas.

Interessante apontar os demais projetos que a revista publicou como dignos de nota, pois são reveladores do debate que vinha ocorrendo nos meios arquitetônicos acerca da adoção do “moderno”. O projeto de Magriço (a identidade dos demais participantes não foi revelada) foi apresentado como de “linhas sóbrias, originais e de encantador aspecto”, mas seu elemento de destaque foi uma planta de disposição muito lógica, “maximé, em se tratando de casas econômicas”. O projeto do participante Gladiador, “ao que parece, pouco dado ao modernismo”, foi publicado por não se ter preocupado em criar elementos originais, mas por ter apresentado “um projeto desses que não se podem criticar”. De inspirações neocoloniais, o autor utilizou-se do consenso, segundo a revista, de que, “quando se trata de plantas economicas, pouca cousa se pode fazer além do que já está consagrado, principalmente quando se é avesso às correntes modernas”.<sup>51</sup>

A virada dos anos 20 para os anos 30, no Rio, assiste a um movimento crucial de mudança dos padrões de moradia dos grupos mais ricos. Lilian Vaz<sup>52</sup> mostra que, passo a passo, a habitação coletiva, antes relegada ao popular, se investe de qualidades positivas e enobrecedoras, legitimadoras dos edifícios de apartamentos. Estes tornam-se as “casas de ricos”, e as casas unifamiliares, como modelo teórico, são destinadas aos pobres. Associou-se de modo inquestionável o novo estilo moderno de morar com a categoria a que se destinava (classes médias urbanas), sendo possível a operação de apagar a conotação mais negativa dada ao termo habitação coletiva. O termo habitação “multifamiliar” substitui o termo “coletiva”, passando a designar o modelo de construção que se espalhou por toda a zona sul. O que se vê é o esmaecer do morar tradicional das famílias brasileiras, em novas conformações familiares e novas relações de trabalho, e o surgimento de ensaios espaciais de substituição. Como seriam essas casas de apartamento? Qual seria sua divisão interna, suas dimensões e partes componentes? Eram perguntas ainda sem resposta. Não havia, inicialmente, uma planta-tipo que pudesse servir de modelo. A transformação das plantas foi ocorrendo de acordo com as mudanças da vida social,



CASA  
ECONOMICA

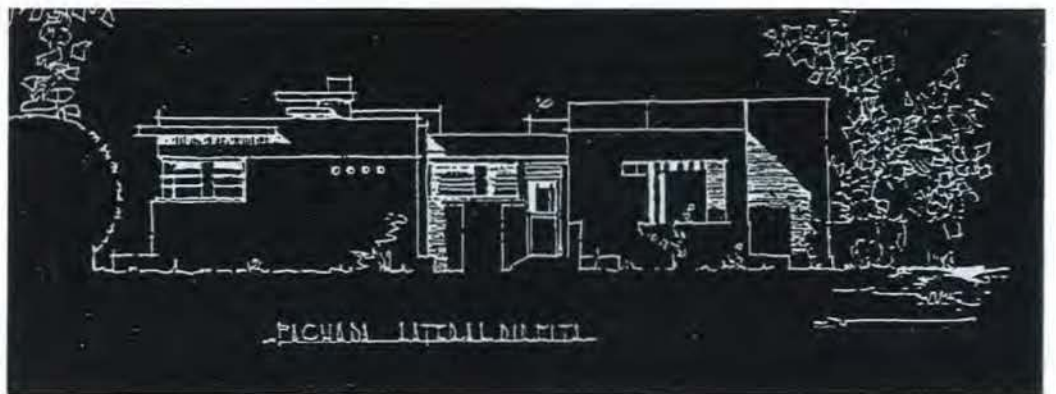
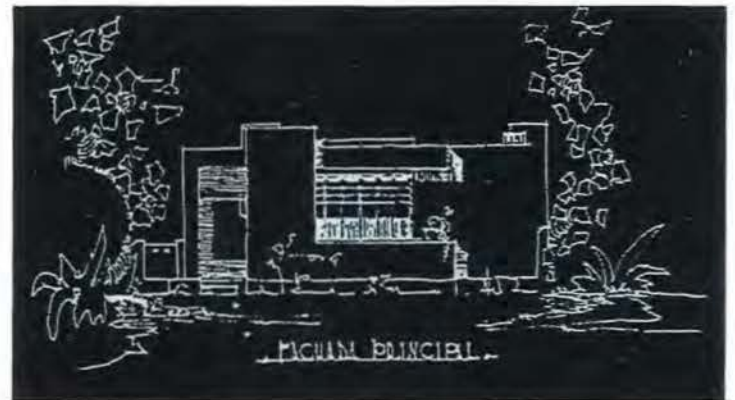


J. Cordeiro de Azevedo: projeto de uma casa econômica (A CASA, jul. 1931:10)

50 A CASA, jul. 1932:10-11.

51 A CASA, 1932b:13-15.

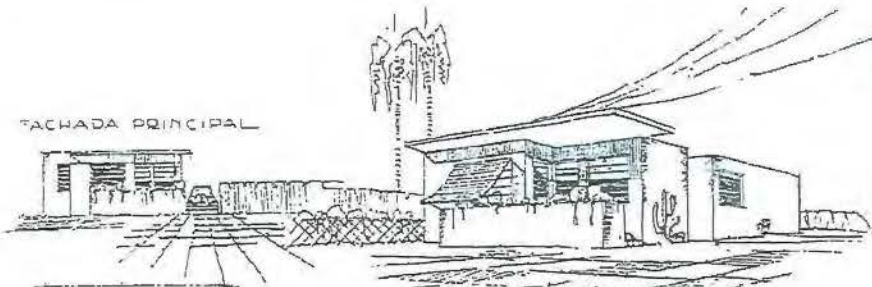
52 VAZ, 2002.



Firmino Saldanha e Tupy Brack:  
projeto vencedor do Concurso da  
casa econômica (A CASA, ago.  
1932b:11)

CONCURSO DA  
"A CASA"  
ATA  
Casas  
Economicas

FACHADA PRINCIPAL



JEQUETIVA

MAGRICO

FACHADA LATERAL DIREITA

CORTE LONGITUDINAL A-B



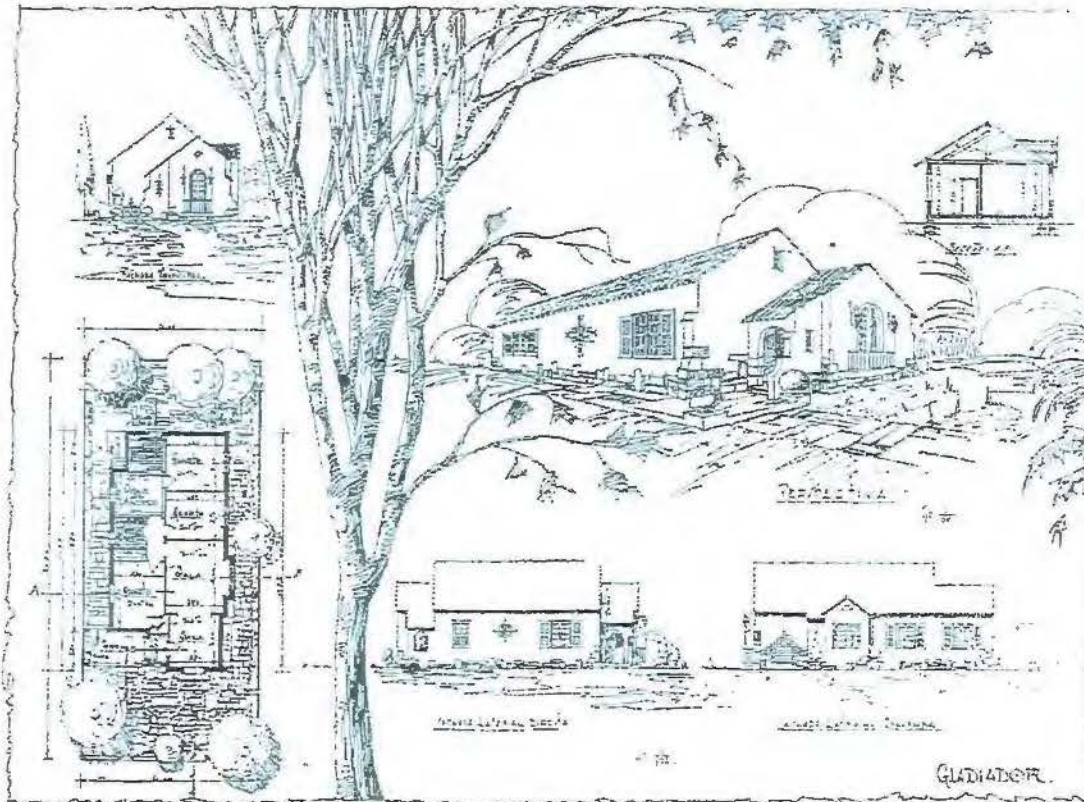
Legenda:

- 1- Varanda 25.00
- 2- Sala de Visitar 20.00
- 3- Sala de Jantar 17.00
- 4- Entrada 10.00
- 5- Cozinha 17.00
- 6- Cozinha 20.00
- 7- Tancas
- 8- Quarto 20.00
- 9- Banheiro 10.00
- 10- Quarto 15.00
- 11- Quarto 15.00



FACHADA LATERAL ESQUERDA

Projeto finalista no Concurso da casa econômica, de autoria de "Magriço" (A CASA, ago. 1932b:14)



Projeto finalista no Concurso da casa econômica, de autoria de "Gladiator" (A CASA, ago. 1932b:15)

individualizando os acessos e aprimorando as unidades, até chegar ao modelo que se repetiu por décadas na cidade. Modelo que seria o último de uma evolução que passou por formas intermediárias, desde sobrados a pequenos prédios para renda, culminando em grandes arranha-céus.

No caso dos IAPs, não houve um modelo, mas uma preferência pelos blocos de habitação. Deve-se isso, em boa medida, à marcante presença, nas burocracias estatais, dos arquitetos Carlos Frederico Ferreira e Rubens Porto, ambos defensores das tipologias modernas. O primeiro formara-se em arquitetura na ENBA, em 1935, e, dentre os arquitetos dos Institutos de Aposentadorias de Pensões, foi um dos mais importantes, tendo sido chefe do Setor de Arquitetura e Desenho da Divisão de Engenharia do IAPI. Projetou diversas habitações para os IAPs, como o Conjunto Residencial de Realengo, no Rio de Janeiro, que conta com o primeiro bloco residencial moderno no Brasil, e o Conjunto Residencial Vila Guiomar, em Santo André-SP. Sua casa de fim de semana na Serra de Friburgo, de pau-a-pique, foi publicada nos livros de Goodwin e de Henrique Mindlin como exemplo da conexão entre tradição e modernidade, tão caras ao estabelecimento da arquitetura moderna no Brasil.<sup>53</sup>

Rubens Porto, como assessor técnico do Conselho Nacional do Trabalho, responsável pelos procedimentos dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, formulou a regulamentação das Carteiras Prediais. Defendeu a adoção dos princípios da arquitetura moderna, com soluções racionais de planta, standardização dos elementos construtivos, racionalização dos materiais e limpeza “estética”, eliminando os efeitos chamados decorativos. No seu livro “O problema das casas operárias e os Institutos e Caixas de Pensões”, de 1938, cita os conceitos norteadores da intervenção dos IAPs: 1. Construção de conjuntos residenciais autônomos isolados da trama urbana consolidada; 2. Construção de blocos residenciais com apartamentos duplex (em oposição às casas unifamiliares isoladas), preferencialmente com o uso de pilotis; 3. Racionalização da construção dos conjuntos e sua articulação com planos urbanísticos; 4. Entrega das casas devidamente mobiliadas. Muitos desses princípios, em maior ou menor grau, foram aplicados nos conjuntos residenciais dos IAPs.<sup>54</sup>

Um dos primeiros e significativos conjuntos dos IAPs no Rio de Janeiro foi o do Instituto dos Industriários,<sup>55</sup> em Realengo, em 1942, representativo da visão múltipla da habitação. De autoria do arquiteto Carlos Frederico Ferreira, o conjunto combinava casas isoladas geminadas, duas a duas, com edifícios de apartamentos e sobrados enfileirados, todos num mesmo conjunto habitacional, com serviços de apoio extensivos à casa em si. Eram 2.344 unidades, entre casas e apartamentos, construídas com técnicas pioneiras de pré-fabricação de componentes e introdução de novos materiais. Para construir número tão grande de casas, o Instituto enfrentou questões como construção em série e racionalização, que, claro, passavam pelo movimento moderno: arquitetura não apenas

53 BONDUKI, 1998:154; GOODWIN & SMITH, 1943; MINDLIN, 1999.

54 BONDUKI, 1998:150-153.

55 Vale notar que, dos IAPs, o dos industriários foi o que mais construiu habitações ARAVECCHIA, 2000.

como imagem pronta, mas como processo mais objetivo e eficiente para a construção de casas.

Dentre os conjuntos construídos pelos IAPs, o Realengo tornou-se mais conhecido por ter sido o único que foi devidamente divulgado, na sua época, nos meios arquitetônicos. Em particular, foi um dos selecionados dentre as obras modernas brasileiras para constar na exposição e no catálogo de 1943 do Museu de Arte Moderna de Nova York, embora curiosamente, como observou Bonduki,<sup>56</sup> tenha permanecido fora do discurso canônico acerca da arquitetura moderna no Brasil. É a afirmação contida no livro *Brazil Builds*, referindo-se ao bloco de apartamentos com ventilação cruzada, que contribui para corroborar o discurso das influências, no Brasil, da arquitetura e urbanismo internacionais:

*Este tipo de planos, muito desenvolvido na Europa há alguns anos, adapta-se admiravelmente ao clima do Brasil, pois cada apartamento recebe a mais completa e livre ventilação.<sup>57</sup>*

A preocupação com as questões higienistas estava, como na Europa, ligada ao discurso do moderno. As *Zeilenbaus* alemãs (blocos de edifícios alinhados paralelamente, orientados para a melhor insolação) encontraram no Brasil boa aceitação entre os promotores da habitação popular nos anos 30. Ao longo do período da República Velha, as ingerências nos cortiços e estalagens estiveram conectadas aos temas do corpo, sujeira e proliferação de doenças. Com a apropriação do moderno e, conseqüentemente, de seus atributos de limpeza estética, higiene e eficiência, reforçou-se a possibilidade de erradicação dos focos promíscuos e anti-higiênicos do centro das cidades, construindo nos subúrbios as "cidades-modelo", no dizer do próprio Getúlio Vargas.<sup>58</sup>

Há vários exemplos de conjuntos com essa formulação. No Rio de Janeiro, o crescimento urbano, levado pelas indústrias e pelos trilhos da Central, fez com que as moradias dos trabalhadores (favelas e casas unifamiliares) se localizassem nos subúrbios, já intensamente ocupados antes da promulgação do Decreto nº 6.000, de 1937. Os Institutos, ao assumirem a construção das casas para os trabalhadores, buscaram proporcionar habitação que fosse próxima dos locais de trabalho ou próxima dos transportes, enfrentando, com isso, o problema da viabilidade financeira da construção, que incluía a aquisição de grandes terrenos a preço acessível. Nos anos 40 e 50 estes serão encontrados, em maior quantidade, nas zonas suburbanas. Ademais, a construção popular estava restrita legalmente a estas regiões pelo Decreto nº 6.000.

O conjunto residencial do IAPI da Penha, de autoria dos Irmãos Roberto,<sup>59</sup> é bom exemplo da adoção dos princípios modernos na habitação. Inaugurado em 1949, na administração Dutra, enquadrava-se no Plano A do IAPI. Eram 1.236 apartamentos, destinados a aluguel, distribuídos em 41 edifícios de apartamentos, 35 de quatro pavimentos e seis de três pavimentos. Um dos edifícios destinava-se ao Posto de Benefícios do Instituto, o outro ao Posto de Assistência Médica. A escola, construída pelo Instituto e

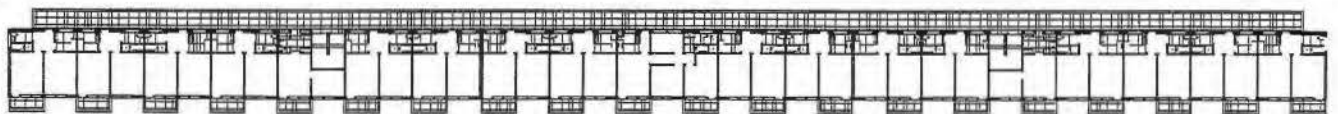
56 BONDUKI, 1997.

57 GOODWIN, 1943:128.

58 Apud BONDUKI, 1998:165.

59 Os irmãos Roberto são arquitetos da maior importância no cenário da arquitetura moderna brasileira. Seu projeto para a ABI é um ponto de inflexão na reelaboração dos elementos internacionais e na adoção dos elementos locais.

Carlos Frederico Ferreira: **Conjunto Residencial Realengo (IAPÍ)** publicado em *Brazil Builds*, aspecto do bloco residencial em construção. Rio de Janeiro, décadas de 30 e 40 (GOODWIN, 1943:180)



Carlos Frederico Ferreira: **Conjunto Residencial Realengo (IAPÍ)**, fachada e planta do bloco residencial. Rio de Janeiro, décadas de 30 e 40 (GPHU-EESC-USP)

0 5 10 20

entregue à Prefeitura do Distrito Federal, além de contar com o programa tradicional de uma escola, estava acoplada a instalações para serviço médico e dentário. Junto da escola foi projetado um ginásio, destinado não só à prática de esportes pelos moradores do núcleo, mas também ao funcionamento de um centro social, espaço para palestras, exibições de filmes, festas e outras reuniões.

Nesse conjunto, a preferência por edifícios de apartamentos foi fundamental:

*Em virtude da excelente localização do terreno e da conseqüente conveniência de aproveitá-lo da melhor maneira possível que o Instituto preferiu construir apartamentos na Penha (...) O custo final de apartamentos do tipo construído é inferior ao de residências isoladas, sobretudo pela redução das despesas relativas à urbanização.<sup>60</sup>*

Somada ao discurso da economia, havia a premissa de que os conjuntos residenciais, nos subúrbios do Rio (ainda não intensamente urbanizados) seriam ímã para “grandes melhoramentos”, como, por exemplo, os transportes públicos.<sup>61</sup>

Vale citar a arquitetura do conjunto. Os blocos residenciais são interessante exemplo do entrelaçamento dos preceitos modernos internacionais com uma linguagem nacional da arquitetura, uma das características projetuais dos arquitetos, os Irmãos Roberto. Vistos ao longe, os blocos residenciais são quase cópias das *Siedlungens* alemãs, com as envasaduras rigorosamente paginadas e os acessos aos apartamentos marcados por uma pequena laje-marquise. Nesse caso, nem os pilotis estão presentes, como foi comum em alguns dos outros conjuntos da época.<sup>62</sup> Um olhar mais acurado permite notar a telha-canal, que substituiu a laje plana. A cobertura dos edifícios, a partir da polêmica do Grande Hotel de Ouro Preto, de Oscar Niemeyer, em 1939, onde a substituição da laje plana por telhado inclinado com telhas de barro foi fundamental para a aprovação do edifício.<sup>63</sup> A transformação dos princípios da arquitetura moderna internacional nos conjuntos habitacionais dos IAPs foi uma tônica recorrente, mas que não se restringiu aos elementos formais da arquitetura; era extensivo aos princípios urbanísticos. No Conjunto Vila Guiomar, de Carlos Frederico Ferreira, por exemplo, combinam-se propostas de blocos laminares modernos com o traçado pinturesco das cidades-jardim.<sup>64</sup>

*será mesmo?  
mas querêça!*

Exemplos das transformações conceituais são os conjuntos do IAPC,<sup>65</sup> coordenados pelo engenheiro Ulysses Hellmeister, funcionário da Divisão de Engenharia da PDF e lotado no Instituto. Tendo projetado os Conjuntos de Coelho Neto e Olaria, o engenheiro veiculava seus preceitos de habitação como filiados ao conceito das cidades-jardim inglesas. Entretanto, formalmente, de cidade-jardim, *stricto sensu*, havia pouco em ambos os projetos. Operava com o conceito de instauração de uma comunidade detrabalhadores, por ele denominado “subúrbio-jardim”, onde as habitações eram parte intrínseca da rede de serviços. A casa do trabalhador vinculava-se a um projeto urbano para a cidade do Rio de Janeiro:

60 IAPI, 1949.

61 Idem.

62 Conjunto Vila Guiomar, São Paulo (IAP-1949), e Conjunto Residencial Mendes de Moraes – Pedregulho (DHP-1950)

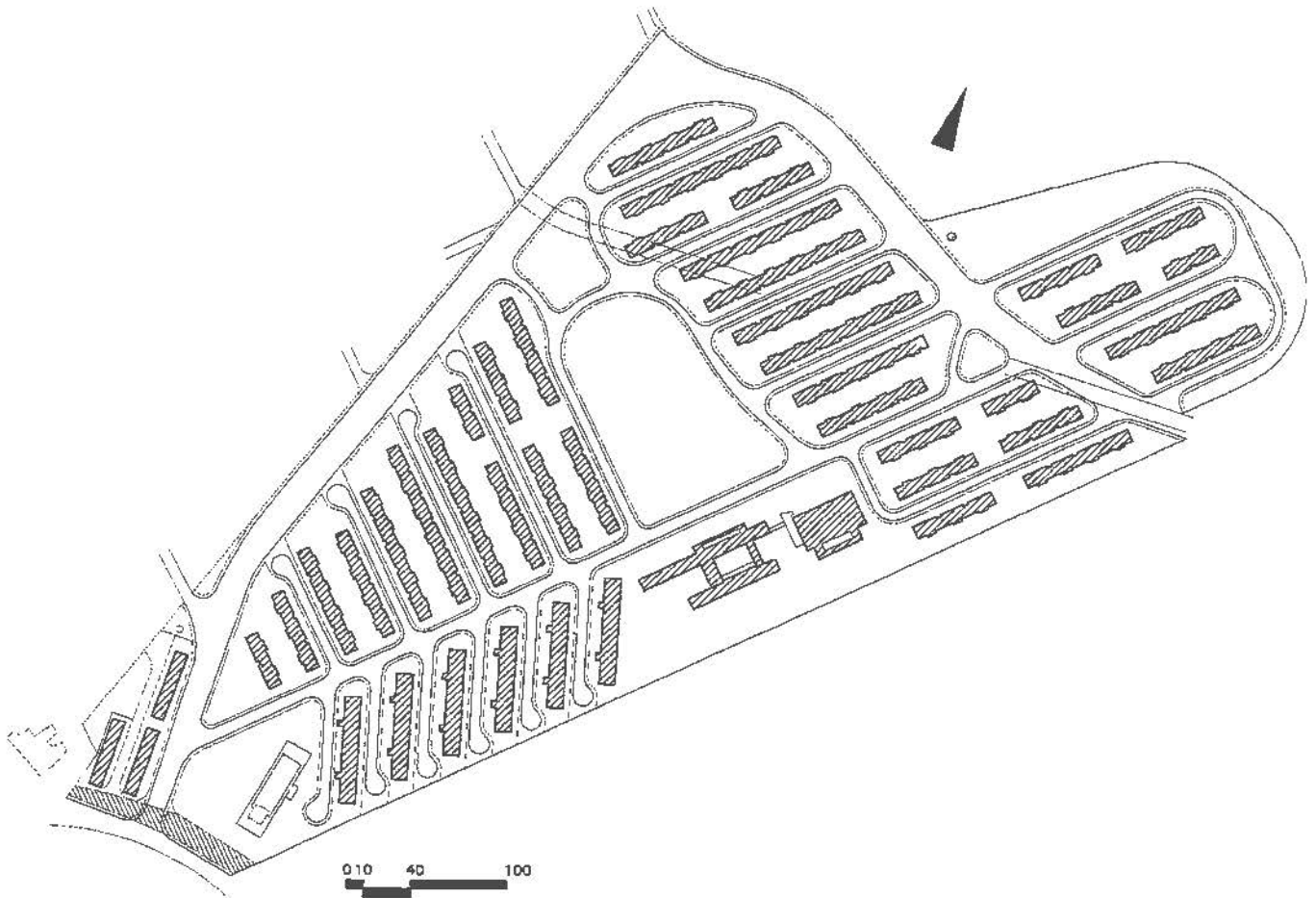
63 Sobre o processo projetual e político do Grande Hotel de Ouro Preto ver CAVALCANTI, 1995.

64 MINDLIN, 1999:118-119; BONDUKI, 1998:166.

65 O IAPC construiu no Rio de Janeiro os conjuntos de Ramos (1943), Olaria (1945), Coelho Neto (1949), Del Castilho (1951), Irajá (1952) e Cachambi (1954).

*Ao encarar o problema da casa barata, vemos-lo ampliado do ponto de vista do urbanismo na sua mais larga acepção.<sup>66</sup>*

Faz-se necessária uma digressão acerca da participação dos engenheiros

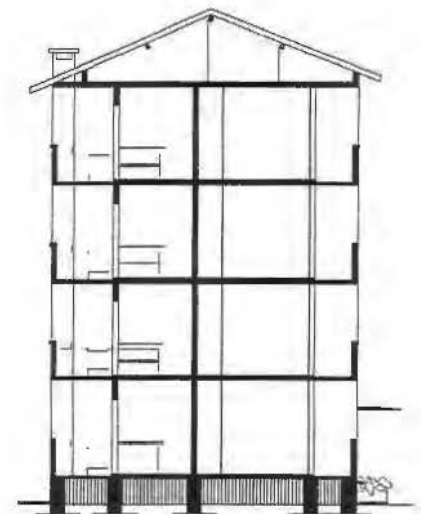
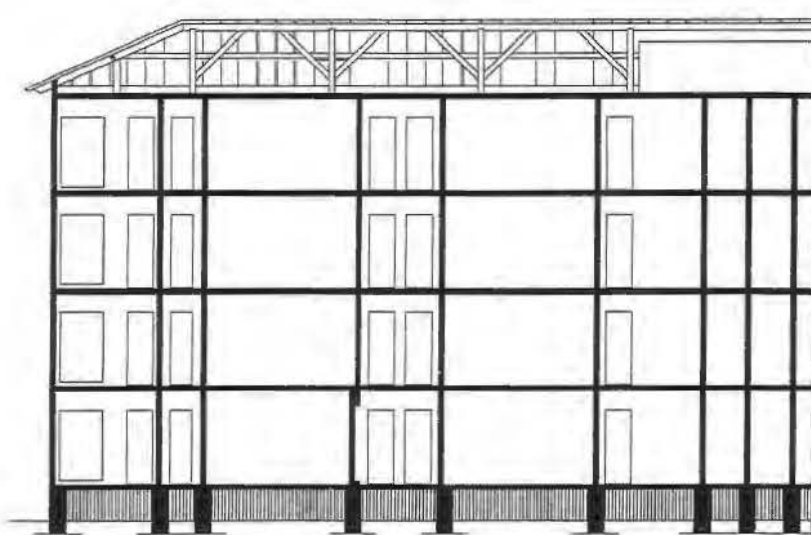
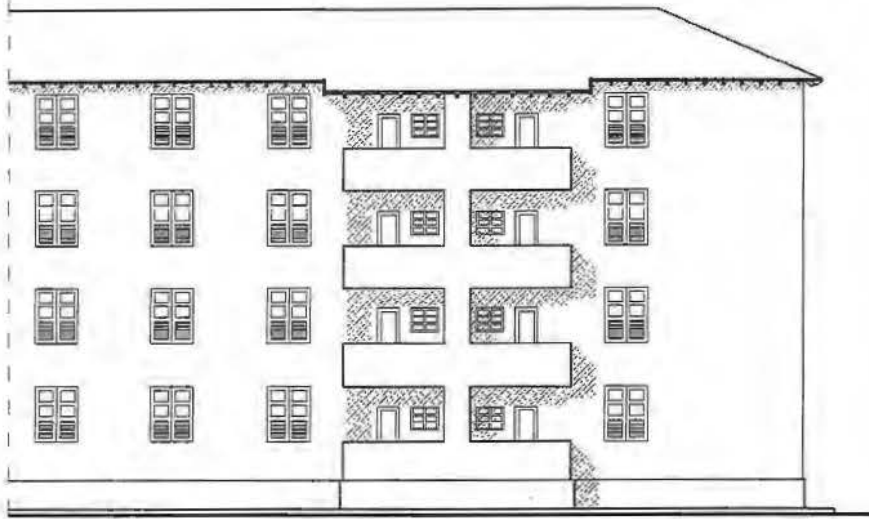


Irmãos Roberto: Conjunto Residencial da Penha (IAPI), implantação. Rio de Janeiro, 1949 (GPHU-EESC-USP)

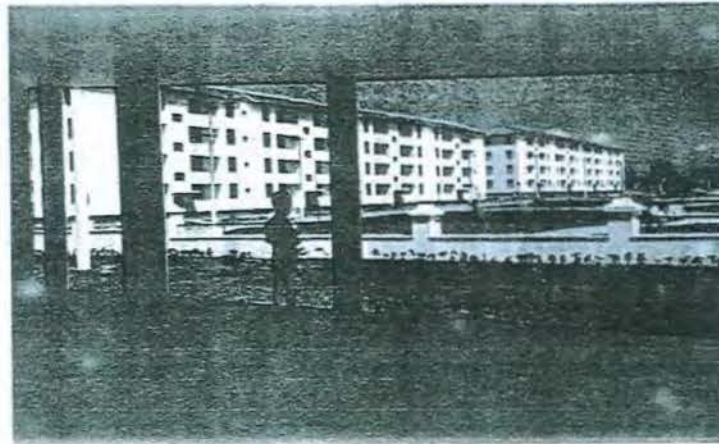
Irmãos Roberto: Conjunto Residencial da Penha (IAPI), vista dos jardins e dos blocos residenciais. Rio de Janeiro, 1949 (IAPI, 1949:s.p.)



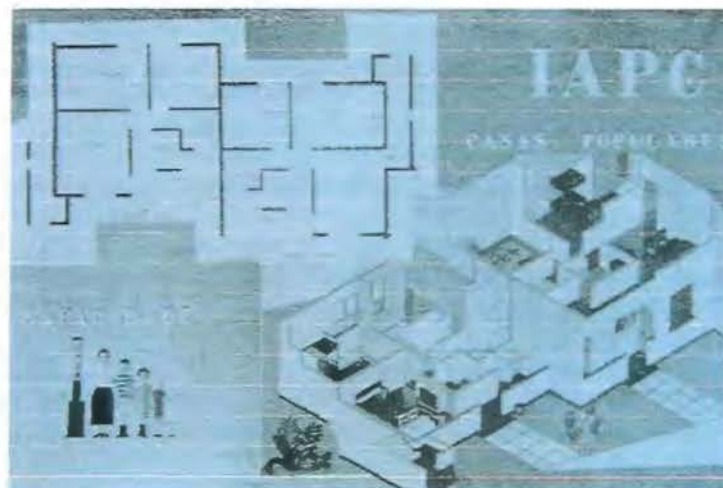
66 HELLMEISTER, jan. 1945:19.



Irmãos Roberto: Conjunto Residencial da Penha (IAPÍ), segmento de fachada do bloco residencial, corte transversal e longitudinal. Rio de Janeiro, 1949 (GPHU-EESC-USP)



Propaganda do Conjunto Residencial da Penha, publicada pelo IAPI, onde se vê na imagem maior os blocos residenciais do conjunto e na imagem menor (riscada) casas geminadas unifamiliares de outro conjunto, provavelmente do Realengo (IAPI, 1949:s.p.)

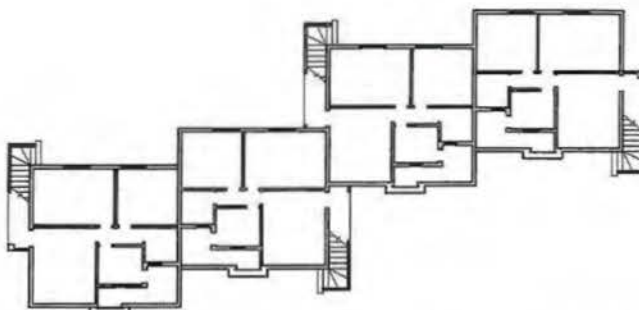
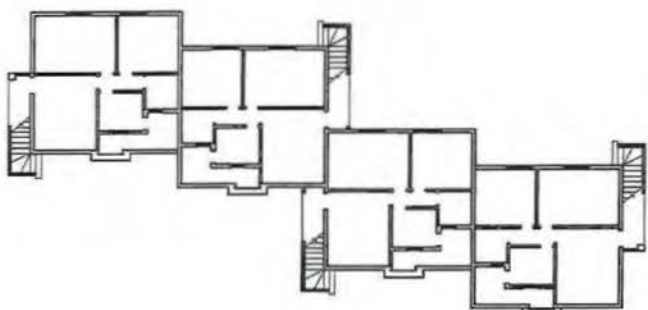
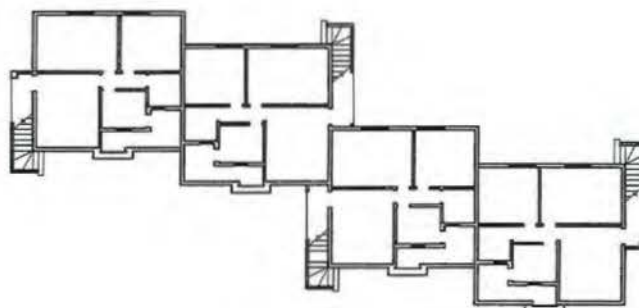
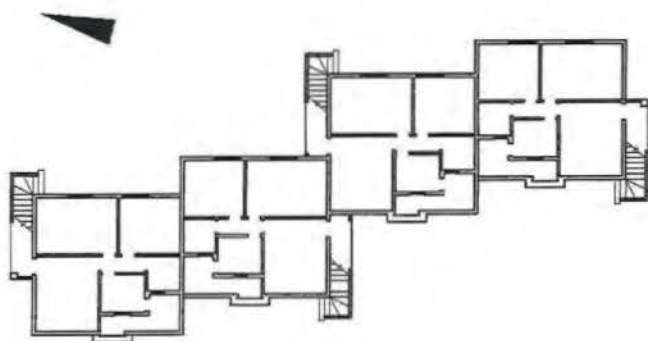


Painel de divulgação do Conjunto Residencial de Olaria (IAPC) (HELLMEISTER, 1944:57)



Maquete do Conjunto Residencial de Olaria (IAPC) (HELLMEISTER, 1944:56)

Estudos de insolação do Conjunto Residencial de Olaria (IAPC), (HELLMEISTER, 1947:58)



Ulisses Hellmeister: Conjunto Residencial de Olaria (IAPC), implantação dos blocos residenciais, 1945 (GPHU-EESC-USP)

nas discussões sobre habitação no Brasil. Nos congressos citados os engenheiros comparecem, apresentando teses e tomando parte no debate. Em 1941, por exemplo, o Centro Carioca organiza o 1º Congresso Brasileiro de Urbanismo; o tema da habitação constava de três teses e o das favelas de duas.<sup>67</sup> No campo do urbanismo, os engenheiros tiveram uma significativa atuação, que não pode ser omitida. Tal atuação demonstra as tensões no debate sobre habitação que se estabelecia entre os engenheiros, via urbanismo. Após terem protagonizado as intervenções urbanísticas no Rio de Janeiro durante a República Velha, sua atuação profissional não desaparece com a Revolução de 1930. Ela prossegue, mas dividindo espaço com outros campos do saber.

Bom exemplo dessa participação é o Centro Carioca: sociedade de engenheiros, fundada em 1917, que tinha como presidente de honra Paulo de Frontin. Até os anos 30 o Centro permaneceu como uma associação profissional defensora dos interesses da categoria. A partir de então, passou a interferir com significativa intensidade em todos os aspectos da vida da cidade, apresentando relatórios e petições à Câmara dos Vereadores. Em 1937, funda seu Departamento de Urbanismo, com o fim de discutir e propor soluções para a cidade, que apresentava graves problemas:

*(...) inúmeras falhas no funcionamento dos seus órgãos imperfeitos, evidentes deformações nas suas linhas estruturais, alarmantes estrangulamentos em muitas seções de viação do seu tráfego, surpreendente gigantismo no crescimento horizontal, absurda favelização de morros e praias por falta de habitações do tipo mínimo para o proletariado, enfim, condições urbanísticas precárias que estão exigindo providências governamentais promptas e energias (...)*<sup>68</sup>

Na ata de fundação do Departamento de Urbanismo do Centro Carioca constam os nomes de Armando de Godoy, Heitor da Costa e Silva, Carmen Portinho, Francisco Baptista de Oliveira, Tito Lívio de Sant'Anna, Augusto de Vasconcellos e Nestor Taveira. Todos engenheiros e nomes importantes do cenário de discussões e de prática urbanística no Rio de Janeiro, que tornariam a ação do Centro muito forte na solução dos problemas urbanos, entendendo o urbanismo como ciência nova.<sup>69</sup> Baseados nos ideais de Anhaia Mello, acreditavam que a sociedade civil deveria tomar parte nas discussões urbanísticas, tal como vinham fazendo, segundo eles, com grande sucesso os norte-americanos.

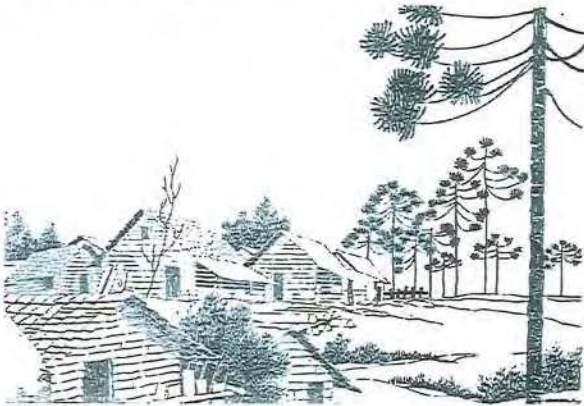
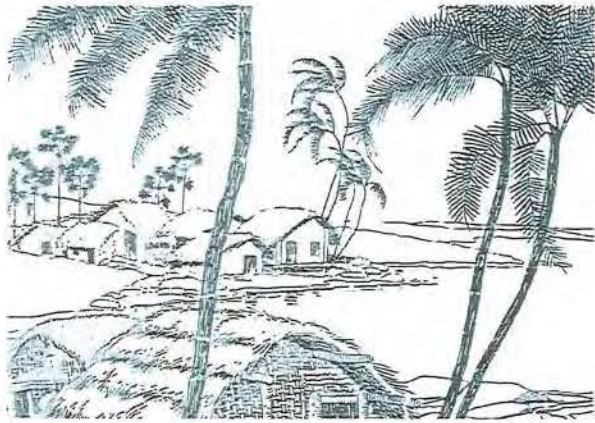
Dentro do espectro de discussões da “nova ciência urbanística” estava o tema da habitação. Armando de Godoy, um engenheiro de grande influência na cidade, tendo participado das Comissões do Plano da Cidade, escreve, em 1932 e em 1935, artigos sobre a habitação dos trabalhadores, afirmando que este era um dos problemas máximos que o urbanismo enfrentava.<sup>70</sup> Revelador também é o fato de que, em 1938, a Revista Municipal de Engenharia publicou o projeto, de autoria de Francisco Baptista de Oliveira, do “Bairro Proletário Modelo” para a Cia. Fiação e Tecelagem Mineira, na cidade

67 SILVA, 1995:142-143.

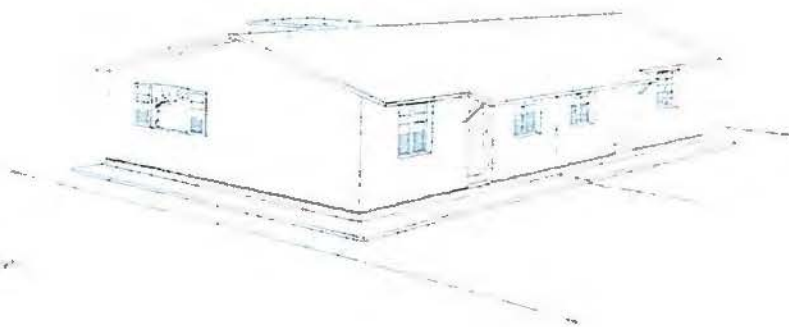
68 A CASA, jan. 1938, *grifos meus*.

69 SILVA, 1995:127-130.

70 GODOY, nov. 1934 e GODOY, nov. 1935.



O problema: construções populares brasileiras segundo Francisco Baptista de Oliveira, de cima para baixo: mocambos, cortiços e cafuas (OLIVEIRA, 1939:37-38)



PERSPECTIVA

A solução: proposta de Francisco Baptista de Oliveira no 1º Congresso Pan-Americano de Vivenda Popular: construção geminada, com dois quartos, sala, cozinha e banheiro (OLIVEIRA, 1939:39)

de Juiz de Fora. Afirmando que “o grau de civilização de um povo é avaliado pela soma de bem-estar das camadas populares”, o engenheiro propõe um “bairro popular”, tipo que teria sido criado “por esta ciência hodierna que intitulamos ‘urbanismo’”. O plano geral era um bairro-jardim auto-suficiente, com residências isoladas no lote, dispostas em um traçado pinturesco, contando com escola, comércio, cinema, igreja, coreto e creche.

Em 1939, o mesmo Francisco Baptista de Oliveira é comissionado pelo Sindicato Nacional de Engenheiros e pelo Clube de Engenharia, como representante no 1º Congresso Pan-Americano de Vivenda Popular em Buenos Aires. Embarca juntamente com a Delegação Oficial do Ministério do Trabalho, composta pelo arquiteto Rubens Porto e pelos engenheiros Paulo Acioli de Sá e Plínio Reis Catanhede. Francisco Oliveira apresenta no Congresso a tese “A Casa Proletária Brasileira”,<sup>71</sup> na qual faz uma explanação inicial sobre as casas populares presentes nas diversas regiões do País, como mocambos, cafuás (“que formam as conhecidas favelas”) e cortiços (entendidos como “as moradias naturais da zona sul do Brasil, todas de madeira”, e não os cortiços conhecidos na cidade do Rio de Janeiro).

Condenando veementemente todos esses tipos de habitação, o engenheiro apresenta uma solução de residência mínima que “tem melhor satisfeito às exigências técnicas, higiênicas e sociais”. Ele se baseava nas construções de tipo proletário que se vinham realizando no País.

Analisadas tipologicamente, essas casas são as casas unifamiliares geminadas construídas pelos IAPs em diversos conjuntos habitacionais, dentre eles o Realengo, no Rio de Janeiro, e o Vila Guiomar, em Santo André (ambos do IAPI), de autoria do arquiteto Carlos Frederico Ferreira. Diversos princípios estavam sendo ainda compartilhados por arquitetos e engenheiros. Uma distinção mais nítida acontecerá progressivamente, no decorrer dos anos 40 e 50, quando a arquitetura moderna brasileira irá legitimar-se internacionalmente. Arquitetos e engenheiros, cada qual à sua maneira, mas com visões em várias circunstâncias coincidentes, incorporaram o tema da habitação, por meio do urbanismo, em seu leque profissional. Para os engenheiros certamente esta não era uma novidade; para os arquitetos, era um novo e sedutor campo não só de discussões, mas de trabalho. Os Institutos de Aposentadorias e Pensões, em princípio, foram uma fonte de trabalho fundamental.

Voltando ao engenheiro Ulysses Hellmeister e aos conjuntos do IAPC, fica claro o dilema entre adotar os princípios modernos de funcionalidade e economia e ajustar-se às necessidades locais do País. Isso reflete o ideal de assimilar as teorias no campo da habitação de cunho social de modo crítico e reflexivo, e não, meramente, sua adoção direta, como em princípio se poderia inferir. Adotava-se o moderno como referência projetual, estética e funcional, mas de maneira peculiar. Nas palavras de Hellmeister:

71 A palestra e o relatório de impressões sobre o Congresso foram publicados em OLIVEIRA, 1939, e OLIVEIRA, 1940.

*Tornar-se-ia (...) imprescindível o estudo do homem nas suas mínimas necessidades de morar. É*

*condição básica para o estabelecimento do padrão de habitabilidade econômica; um padrão consentâneo com o "standard" de vida.*

*Existirá entre nós este padrão? Estará ele de acordo com o nosso clima, os nossos usos, os nossos costumes? Estará ele acima ou abaixo do nosso nível de vida?<sup>72</sup>*

Propor, portanto, uma cidade-jardim que não fosse cópia fiel de sua matriz européia ou norte-americana era muito mais do que simplesmente um sinal de pouca informação. Significava a preocupação com o grau de adaptabilidade dos princípios modernos, além de demonstrar o nível do debate acerca da habitação social no Brasil. No caso dos IAPs, havia sérias restrições econômicas que deveriam fazer dos conjuntos um investimento que não causasse prejuízos.

Embora não fosse arquiteto, Hellmeister era um dos defensores da arquitetura moderna no Brasil, fato comprovável, visto ter artigos e projetos publicados na Revista Municipal de Engenharia.<sup>73</sup> O conjunto, de sua autoria, denominado "Cidade-jardim do Comerciário – Olaria", cujo projeto data de 1943, situado no subúrbio do mesmo nome, tem singular conformação. "Fazendo a abstração do clássico lote", o engenheiro agrupou em um bloco de dois pavimentos oito unidades sobrepostas, voltadas para uma área ajardinada. Embora fosse defensor da residência unifamiliar, nesse caso (como também no Conjunto da Penha e em tantos outros) fora premido pelas restrições financeiras e adotara uma solução intermediária, diferente, no entanto, dos já conhecidos sobrados enfileirados.<sup>74</sup> Sua concessão conceitual é arrefecida pela presença, no conjunto, dos serviços de apoio: assistência social, escola e serviço médico e dentário. Estes, "através da assistência carinhosa do Instituto", supririam "com amplas vantagens a falta do quintal com a tão decantada horta e galinhas..."

Agrupar os trabalhadores em conjuntos residenciais tinha por certo um aspecto econômico de racionalidade, padronização e eficiência, mas era uma das faces da moeda. A outra, para os seus contemporâneos não menos importante, entendia os trabalhadores como não preparados para a vida em conjunto e, conseqüentemente, para a vida em sociedade: era necessário estarem restritos ao mesmo espaço urbano para que tivessem assistência social permanente e, desse modo, pudessem superar o atraso. O conjunto residencial tinha vantagens sobre a residência unifamiliar isolada no lote, segundo o discurso da educação das massas.

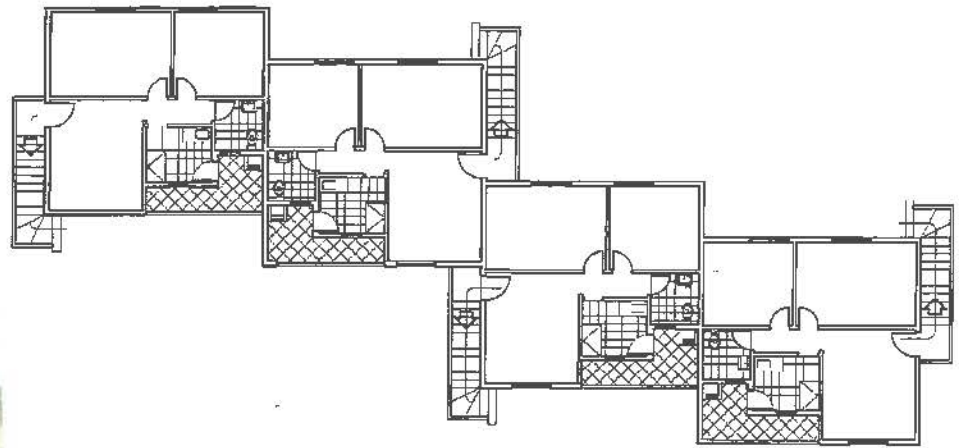
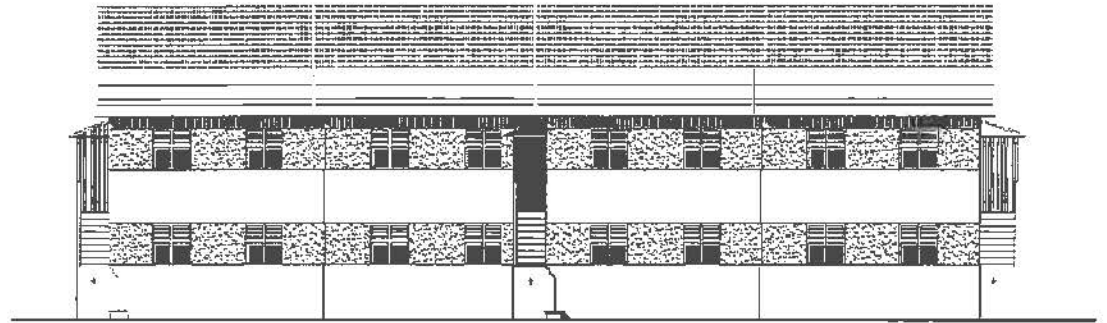
Se passava pela produção de moradia, educar o povo significava um conceito mais amplo de habitar, extensivo aos diversos aspectos da vida operária. Equipamentos, como escola, posto de saúde, centro comunitário, serviço social, ginásio de esportes, lavanderia e mercado, eram parte intrínseca das habitações construídas pelos IAPs.

Ocorre nesse momento a conjunção das ações da arquitetura e urbanismo com as da assistência social. Nos dizeres de uma assistente, em 1954:

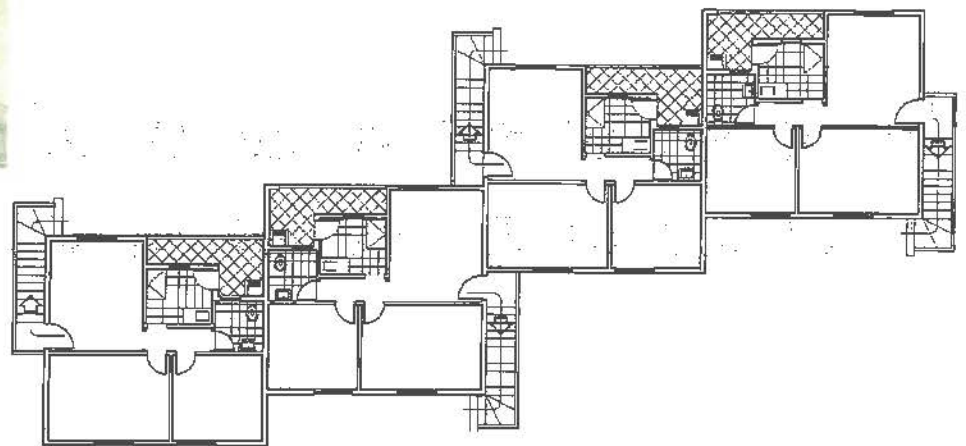
72 Idem:21.

73 A revista que teve Carmen Portinho à frente sucessivas vezes foi uma das maiores divulgadoras da arquitetura e urbanismo modernos no Brasil. Ver REVISTA MUNICIPAL DE ENGENHARIA, Jul. 1992.

74 Vale lembrar que estes foram utilizados por Carlos Frederico no Conjunto Residencial de Realengo.



Ulisses Hellmeister: Conjunto Residencial de Olaria (IAPC), acima blocos de apartamentos e abaixo jardim central e parte do prédio infantil (MAVIGNIER, 1948:anexo)



Ulisses Hellmeister: Conjunto Residencial de Olaria (IAPC), fachada e planta dos blocos residenciais, 1945 (GPHU-EESC-USP)



Ulisses Hellmeister: Conjunto Residencial de Coelho Neto (IAPC), vista geral do conjunto e casas unifamiliares em destaque, década de 1940 (HELLMEISTER, jul.1947:138-140)

*Nos conjuntos residenciais graves, complexos são os problemas que afligem seus moradores, necessitados, quase todos de orientação educativa, de amparo social, pois só assim estarão aptos a viver em harmonia nesses ambientes, atendendo conscientemente aos deveres que lhes são impostos e aproveitando as vantagens de uma habitação mais confortável. (...) Constituirá, portanto, grave erro transportar para esses conjuntos a massa operária provinda de diferentes meios sociais e deixá-la abandonada, enfrentando a falta de recursos sociais; será necessário reconhecer que o operário, se educado e sadio, estará em situação de produzir mais e melhor para si, sua família e para a nação, concorrendo assim para o equilíbrio social.<sup>75</sup>*

Ou ainda, segundo Maria Esolina Pinheiro, uma das mais importantes assistentes sociais do País, ainda hoje ícone máximo da profissão, no livro “Serviço Social, infância e juventude desvalidas” de 1939, um dos primeiros manuais nacionais sobre o tema:

*Na obra de amparo às famílias menos favorecidas, destaca-se o problema da habitação popular. O Serviço Social coopera para resolvê-lo, de um lado com o engenheiro social que estabelece os planos das cidades jardins, bairros operários, habitações populares e, de outro lado, pela propaganda do seguro social, de caixas de previdência e do desenvolvimento do espírito associativo-cooperativista, que visa a solução do problema sob seu aspecto econômico financeiro. (...) Outro aspecto importante da questão – o tipo de casa mais adequado é exposto por Rubens Porto, em seu livro, sobre casas operárias: vilas operárias com 2000 moradias econômicas a serem construídas em série por processos racionalizados. Neighbour-hood unit cells, isto é, dos conjuntos urbanos que a si mesmo bastam.<sup>76</sup>*

O assistencialismo social ganha força no Brasil a partir da era Vargas e de sua aproximação com o ideário de renovação social da Igreja. Construir o “homem novo” do Estado Novo passava necessariamente pela habitação. Contudo, fornecer casas ao povo não era o bastante. A tarefa de renovar o trabalhador e adequá-lo a suas novas tarefas na sociedade implicava profundas mudanças nos hábitos e costumes. A casa nova deveria receber moradores novos, ou ainda, moradores novos deveriam surgir do processo de convivência e aprendizagem em suas novas casas. A ação didática da arquitetura moderna não prescindia dos que iriam ensinar cotidianamente a conviver nos espaços projetados. Em outras palavras: a arquitetura não era auto-educativa.

Entram em cena nos anos 30 os profissionais do assistencialismo. Até então, a assistência social no Brasil tinha significado genericamente filantropia: as ações eram mais curativas que preventivas. Despontando com ligeira diferenciação, surgem, nos anos 20, a Associação das Senhoras Católicas e a Liga das Senhoras Católicas, que apresentavam embrionariamente ações de cunho preventivo.<sup>77</sup> É a partir de 1930 que interagir e cuidar do trabalhador sai da sombra das práticas religiosas de caridade, inserindo-se no viés reformista das organizações das Juventudes Católicas, sob a égide da Ação Social Católica. Ser assistente social não era dar consolo e conforto aos irremediavelmente pobres, mas, sim, promover a superação de sua condição de atraso. Tal atuação seria complementar à legislação social, assegurando ao “novo homem” uma situação de vida mais humana e

75 BALTAZAR, 1954:2.

76 PINHEIRO, 1939:21-23.

77 IAMAMOTO & CARVALHO, 1985:170-171.

cristã.

Os agentes sociais seriam os efetivamente autorizados a entrar no universo popular e inculcar-lhes novos hábitos. Tem início, a partir de 1935, um processo de constituição de uma classe profissional que iria adquirir progressivamente um papel legítimo de conhecedor do povo brasileiro. A questão social investe-se de conteúdo religioso e os agentes sociais seriam um instrumento a serviço do apostolado social, visando à recristianização do mundo. Era possível ao laicato católico, a partir da criação do Serviço Social, cumprir o mandato de Cristo de construir um mundo fraterno e justo.<sup>78</sup>

Para isso, o trabalho de assistente social constituiu um mercado em grande expansão, incapaz de ser suprido pelos profissionais existentes. Os Institutos de Aposentadoria e Pensões serão os primeiros órgãos a se valerem dos profissionais, que atuarão em diversas frentes: orientação do trabalhador nos aspectos de trabalho propriamente dito, previdência social e saúde. Nos conjuntos habitacionais as assistentes atuarão antes da mudança dos trabalhadores para as novas casas, selecionando e orientando, e depois, moradores já instalados, trabalhando nos centros sociais dos conjuntos residenciais.

No Rio de Janeiro, na condição de mais antigo pólo industrial e, principalmente, *locus* do poder público e centro de serviços do País, as atividades assistenciais são percebidas em diversas instituições públicas. A partir da década de 40, são criadas instituições de assistência ao trabalhador, não restritas o campo da habitação. Estas aumentam sobremaneira as possibilidades de trabalho no setor: LBA - Legião Brasileira de Assistência (1942), SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (1946), SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (1946), Fundação Leão XIII (1946) e SESI - Serviço Social da Indústria (1946), entre outras.

A LBA, instituição assistencialista, nasceu durante a 2ª Guerra Mundial com o objetivo de atender às famílias dos combatentes. Com o fim da guerra, passou a atender crianças e mães desamparadas.

O SENAI tinha o intuito de formar rapidamente operários qualificados para a indústria, preparando-os para funções mais especializadas. Buscava livrar-se da imagem do operário padrão brasileiro e inculcar uma nova mentalidade de operários responsáveis e conscientes de suas obrigações. O SESI, ao contrário, era baseado em serviços assistenciais e de educação popular que procuravam atingir a população operária dentro e fora dos estabelecimentos industriais. Ambas as instituições ofereciam diversos cursos aos operários, às crianças e às mulheres (operárias ou não) na esfera doméstica e recreacional como parte de uma campanha para promover maior produtividade.<sup>79</sup>

A Fundação Leão XIII tinha por objetivo prestar assistência material e moral aos moradores das grandes favelas do Rio de Janeiro. Contando com o apoio do Estado e da Igreja, criou os Centros de Ação Social (CAS), implementados nas principais favelas de

78 REIS, 1998:88.

79 WEINSTEIN, 2000.

então, composto de serviço de saúde e de serviço social.<sup>80</sup>

A Prefeitura do Distrito Federal era uma das grandes empregadoras dos trabalhadores sociais. Havia demanda de trabalhos sociais nos hospitais e ambulatórios, cujos pacientes eram objeto de um inquérito regular, com o objetivo de promover educação sanitária.<sup>81</sup> As primeiras oportunidades de emprego institucional ocorrem no Juizado de Menores e no Serviço de Assistência Social ao Menor da Prefeitura e estendem-se aos Parques Proletários Provisórios, aos Centros Sociais da Fundação Leão XIII e ao Departamento de Habitação Popular.

É nítido o aumento da oferta de emprego. E se, em um primeiro momento, até cerca de meados dos anos 40, importava que os assistentes sociais estivessem imbuídos de um espírito vocacional e de apostolado social, num segundo momento, fortalecendo-se o quadro institucional, cabia dotar os profissionais de conhecimentos técnicos, e não somente de sólidos valores morais. A priorização da questão social demandava a ênfase nos aspectos técnicos para que o trabalho assistencial fosse eficiente. Para tanto, inicia-se o processo de criação das escolas de Serviço Social, fornecendo um ensino especializado e, de fato, formando profissionais. Em 1949, já eram 15 escolas de Serviço Social em todo o País, quase todas de doutrina católica e filiadas à União Católica Internacional de Serviço Social - UCISS.<sup>82</sup> O Distrito Federal é que assiste à maior profusão de escolas, fundadas nessa seqüência:

- 1937 - Escola de Serviço Social do Instituto de Educação Familiar e Social;
- 1938 - Escola Técnica de Serviço Social do Rio de Janeiro;
- 1940 - Escola de Serviço Social/ Escola de Enfermagem Ana Nery, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro;
- 1943 - Serviço Social das Universidades Católicas, depois incorporado ao Instituto de Educação Familiar e Social, hoje Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro;
- 1944 - Escola Técnica de Assistência Social Cecy Dodsworth, conhecida como Escola da Prefeitura, hoje pertencente à Universidade Estadual do Rio de Janeiro;
- 1944 - Escola de Serviço Social de Niterói, atual Universidade Federal Fluminense.<sup>83</sup>

Num período de menos de dez anos foram abertas seis escolas no Rio de Janeiro, o que atesta a demanda efetiva de profissionais. Até 1947, as escolas católicas de Serviço Social haviam diplomado 40 assistentes sociais. No fim da década de 40, o número de diplomados (no Rio de Janeiro e em São Paulo) era superior a 300 assistentes.<sup>84</sup>

As escolas não tinham o mesmo propósito nem buscavam formar profissionais com o mesmo perfil; eram essencialmente para mulheres, mas podiam admitir homens em alguns casos. O perfil profissional desse momento (formar educadoras sociais e familiares) valorizava os atributos tidos como “naturalmente” femininos. O campo profissional que se abria seria majoritariamente feminino, e apenas nas escolas técnicas se admitiriam homens.

80 ARAGÃO, 1947.

81 MESQUITA, 1985.

82 Vale destacar este fato porque é significativo para explicar o grau de profissionalização da profissão nesse momento, já articulada às discussões internacionais. Idem.

83 BOABAD, 1979.

84 IAMAMOTO & CARVALHO, 1985.



O SERVIÇO SOCIAL AJUDARA ESTA FAMÍLIA A DESCOBRIR:

O sentido da vida — A dignidade do trabalho — O amor a vida familiar — O valor da educação — A necessidade de um corpo sadio — A fraqueza do individualismo e a força da associação.

Capa do primeiro número da Revista Serviço Social (SERVIÇO SOCIAL, 1939:capa)



Alunas da Escola Técnica de Assistência Social Cecy Dodsworth numa aula de treinamento (PDF, 1944:9)

As escolas dividiam-se basicamente em confessionais católicas e aconfessionais. As confessionais católicas eram em maior número e centravam seu discurso na formação e consolidação moral de seus alunos. Ícone máximo dessa corrente era a escola da PUC, cujo corpo docente era formado essencialmente de católicos praticantes, a maioria pertencente à elite católica e à intelectualidade estadonovista, sobressaindo Alceu Amoroso Lima. Sua administração foi entregue à educadora francesa Melle. Germaine Marsaud. Era uma escola para moças finas, filhas de famílias bem constituídas e oriundas dos colégios católicos, muitas vezes membros da Ação Católica.

Enquadradas na vertente aconfessional estavam as duas escolas técnicas, uma da prefeitura e outra fundada pela deputada Carlota Pereira de Queiroz, ambas gratuitas, destinadas a um público médio, formando tanto técnicos quanto profissionais de nível superior. Embora ambas veiculassem sua não-vinculação a credos religiosos, o espírito cristão estava na gênese da própria profissão e na condição básica de legitimação do assistencialismo no ideário varguista. Seus valores mais essenciais seriam capazes de garantir a existência do “homem novo” e, em conseqüência, da “nova família”. A comprovação cabal disto é o relatório das atividades da Escola Cecy Dodsworth, apresentada no Congresso Pan-Americano de Serviço Social:

*Os ensinamentos cristãos representam a fonte onde os trabalhadores sociais irão abeberar-se; a moral cristã é aceita e reconhecida mesmo pelos não cristãos, no sentido religioso da palavra, por outro lado impossível será dissociar-se a Assistência Social do Cristianismo, pois este foi (...) o movimento que revelou a verdadeira caridade entre os homens.<sup>85</sup>*

Ou, ainda, segundo José Aranha Pacheco, durante o 1º Congresso Brasileiro de Serviço Social:

*(...) embora sem ser um movimento religioso, o SERVIÇO SOCIAL, necessariamente, é uma cruzada cristã. Daí a sólida formação moral exigida daqueles que, como assistentes sociais, assumem a imensa responsabilidade de reformar o homem por dentro.<sup>86</sup>*

Até cerca de 1945, concomitantemente com o período de fundação das escolas, a prática profissional esteve vinculada ao modelo franco-belga, vigente desde o início do século e que no Brasil foi veiculado como “modelo ação social”. Com base no serviço social de casos, estudava o “cliente”, nos aspectos físicos, sociais, psicológicos, econômicos e nas suas relações de trabalho, determinando, então, que tipo de ajuda seria oferecida.<sup>87</sup> Nos conjuntos residenciais dos anos 40 e 50 as assistentes sociais se utilizarão largamente das técnicas do serviço social de casos e de grupo. O serviço social de casos partia da premissa de que as famílias e/ou seus indivíduos estavam em fase moral e educacional atrasada em decorrência das deformações do meio e da ignorância nata. Moravam em barracos sujos, em casebres pobres, sem acesso à educação e a informações básicas. As educadoras familiares, visitadoras sociais<sup>88</sup> ou mesmo assistentes sociais, ao

85 DODSWORTH, 1949.

86 PACHECO, 1947:421.

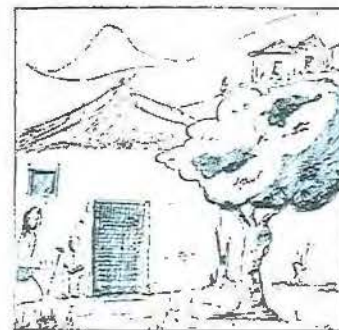
87 ALMEIDA, 1978.

terem acesso à intimidade familiar do trabalhador, poderiam aconselhar, orientar e sugerir modificações no comportamento de seus membros.<sup>89</sup> O serviço social de grupo tinha por finalidade colaborar na socialização do indivíduo por meio de atividades, educativa, recreativa, artística e social, para que ele melhor se ajustasse à sociedade. As atividades praticadas nos departamentos cultural, esportivo e financeiro, atingindo crianças e adultos.

O modelo “ação social” passou por alterações com a introdução de técnicas e de uma vasta literatura norte-americana, configurando o que se entendia por modelo funcional. Esse movimento é impulsionado pelo intercâmbio entre as escolas de Serviço Social brasileiras e as norte-americanas, por meio da concessão de bolsas de estudo. Objetivava-se introduzir uma prática profissional mais técnica, e com a atuação centrada na comunidade e nos grupos (social casework, groupwork e community organization process),<sup>90</sup> conceitos divulgados por intermédio de práticas empíricas, instrumentalizando a ação dos assistentes sociais. Buscava-se fornecer regras para o conhecimento do mundo real, propondo-se um trabalho social organizado em torno de quatro operações básicas: estudo, diagnóstico, tratamento e avaliação.<sup>91</sup>

Luiz Carlos Mancini foi coordenador de Serviço Social dos IAPs, responsável pela criação do primeiro núcleo de Serviço Social em um conjunto residencial, no IAPC de Olaria. Ele defendia a opinião de que o serviço social de comunidade tinha sido aplicado pioneiramente pelos Institutos em seus conjuntos residenciais. Queria era reforçar o espírito de grupo entre os trabalhadores que compartilhavam o mesmo espaço e tornar o conjunto residencial um centro de auto-governo.<sup>92</sup>

A prática profissional esteve mesclada de diversas concepções, e a divisão em modelos teve apenas o objetivo de demonstrar como o campo de saber do serviço social estava tomando corpo. Fazia-se necessário legitimar a intervenção no social, já requerida e promovida pelo Estado, por meio da doutrina social da Igreja, cujos agentes, mais uma vez, eram os profissionais da área, que atendiam pelo nome de visitantes sociais e agentes sociais até, finalmente, se consagrarem como assistentes sociais. A institucionalização do Serviço Social no plano federal aconteceu em 1938, quando foi criado o Conselho Nacional de Serviço Social, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, com a tarefa de organizar o Serviço Social em todo o País.<sup>93</sup>



VISITADORA SOCIAL

Representação do trabalho de Visitadora Social da Escola Cecy Dodsworth ou Escola da Prefeitura, segundo brochura de divulgação (PDF, 1944:13)

88 A Escola Técnica Cecy Dodsworth (a “escola da prefeitura”) oferecia esses cursos de formação desde 1937. Em dez anos formaram-se 44 educadoras. Ver PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL, 1944. As profissionais formadas iriam ministrar cursos de educação familiar às mulheres de famílias operárias. Em 1947 têm-se notícias de cursos no Parque Proletário da Gávea nº1, na Imprensa Nacional, na Escola técnica São José, no posto regional da Legião Brasileira de Assistência, na Paróquia de S. João Batista da Lagoa, na Casa da Empregada, no Patronato da Gávea, na Paróquia Sagrado Coração de Jesus e no IAPC de Olaria. CHAGAS, 1946.

89 FONTOURA, s.d:206

90 Tais práticas foram difundidas, em grande medida, pela americana Mary Richmond, cujos livros *O diagnóstico social*, de 1917, e *O que é serviço social de caso?*, de 1922, tornaram-se referências amplamente difundidas. REIS, 1998.

91 ALMEIDA, 1978:89.

92 MESQUITA, 1985.

93 SOUZA, 2000:221-249.

### 1.3 Famílias-modelo, casas-padrão

A atuação do assistencialismo nos conjuntos residenciais estará intimamente associada a um modelo familiar por implementar. Partindo da premissa de que o mundo estava em crise moral e de que a família era uma das células primordiais de regeneração, as assistentes empreendem o trabalho de reeducação de todos os membros da família. Nos conjuntos habitacionais, receberiam os ensinamentos, primordialmente, eram as mulheres e os filhos, uma vez que, ao menos em tese, eram os que permaneciam em casa. Os homens limitavam-se ao espaço da fábrica. O trabalho feminino era permitido apenas quando fosse imprescindível para o “bem da indústria”.<sup>94</sup>

O ideal de casa se aproximará intimamente de um ideal de família, na qual se formariam os cidadãos. Os modos de vida aparecem como questão relevante porque vêm a público e se tornam questão do Estado e da sociedade. A família deveria ser contemplada em sua totalidade, para que, com os elementos ajustados, pudesse contribuir para o engrandecimento da nação:

*Subestimar o problema da habitação proletária é conspirar contra a família e a Pátria.*<sup>95</sup>

Esta visão advinha da formação católica, que apregoava ser a família o núcleo primeiro e principal da sociedade. Ela era a primeira “célula social”, na qual os valores morais seriam aprendidos e consolidados, base da vida em grupo e da estrutura social.<sup>96</sup> A família era entendida como o núcleo, em que o pai, chefe da família, era o responsável pelo sustento do lar, a mãe, essencialmente vocacionada para os serviços domésticos, era peça-chave na organização do lar, podendo muito eventualmente ser operária, e os filhos eram os futuros trabalhadores. A cada um desses elementos cabia um papel, que, segundo as autoridades intervencionistas, não estava sendo devidamente cumprido, reflexo da crise moral, social e econômica que assolava a sociedade urbano-industrial:

*Família, que só vive da dedicação recíproca de seus membros, era por toda parte dilacerada pela invasão crescente do egoísmo. O estabelecimento do divórcio em muitos países, as idéias novas sobre a pretensa independência da esposa em relação ao marido, dos filhos em relação aos pais, dos empregados em relação aos patrões, correspondia a um abandono sempre mais alarmante do lar pelo esposo infiel, dos filhos pelo pai e quiçá pela mãe desidiosa, e a um trato cada vez mais desumano dos patrões em relação aos empregados.*<sup>97</sup>

É Maria Célia Paoli<sup>98</sup> quem salienta a importância da família operária no contexto da formação do trabalhador brasileiro. Para a autora, o Estado, ao legislar sobre o trabalho, passa a intervir na esfera privada, normatizando experiências coletivas familiares fora do ambiente da fábrica. Até os anos 20 o empresariado dependia da exploração intensiva de seus trabalhadores para manter e/ou aumentar os lucros de sua produção, seja por longas jornadas, seja por dias e dias de trabalho sem pausas. Quando aprovadas,

94 SOUZA, 1944:44.

95 CUNHA, 1948: Introdução.

96 LIMA, jul. 1949:68-75.

97 SOUZA, 1944: Introdução.

98 PAOLI, 1992:26-27.

assegurando ao trabalhador um tempo livre, a grita geral era de que as férias provocariam a dissolução do caráter do trabalhador, que permaneceria horas na rua, onde os vícios seriam armadilha fácil. O modelo fábrica-vila proletária era um modo de normatizar a vida do operário de modo mais direto. Com a contundente desqualificação do seu modo de vida e de sua habitação (insalubre, anti-higiênica, promíscua), disciplinavam-se todas as dimensões de sua existência.

O Estado getulista regulamenta, na esfera estatal, as relações de compra e venda de mão-de-obra, trazendo para o campo político as relações da família trabalhadora. Todavia, o modelo de exploração familiar continuava intacto: se na República Velha a cooptação do trabalho se dava por meio da garantia de que toda a família estaria produzindo para a fábrica, no regime estadonovista as legislações individualizavam os direitos, nos quais cada pessoa era uma “célula vital do organismo pátrio”, mas não garantiam que mulheres e crianças saíram do mercado de trabalho, ou seja, que toda a família se envolveria no processo produtivo das indústrias.<sup>99</sup>

Tanto empresários quanto o próprio movimento operário reafirmavam os papéis familiares patriarcalmente instituídos, mulher e filhos no recesso do lar e o pai de família no ambiente de trabalho. Vários segmentos da sociedade dos anos 30 e 40 compactuaram com a visão de família proposta pelo Estado e pela Igreja. Compreendendo que a sociedade urbano-industrial estava em crise e que os valores morais da família deterioravam-se a olhos vistos, o âmbito privado, o local de moradia sobressai. Na família, “célula política primária”, se atingiria mais facilmente o homem, e nela o progresso material e moral do País tomaria corpo. Sem um lar, a família operária jamais estaria completa: “casa e família eram praticamente a mesma coisa”.<sup>100</sup> Somente com a reformulação dos lares dos trabalhadores e sua organização seriam atingidos os propósitos de construção da nação:

*Se a família é o meio natural a formação do homem, a casa é o ambiente natural a vida familiar.*<sup>101</sup>

Concretamente, é esta a visão familiar que irá nortear as práticas intervencionistas nos lares operários a partir dos anos 30, os quais cresceram vertiginosamente. No Rio de Janeiro, a institucionalização do Serviço Social e da arquitetura moderna encontra dupla significação: de um lado os interesses do Estado na priorização da questão social e de outro o acirramento da questão urbana a partir de 1930, quando é dada partida ao processo de metropolização. O problema do crescimento das cidades já assolava as principais cidades do País, e o Rio de Janeiro, na condição de capital, estava no epicentro desse fenômeno. O problema da pobreza urbana e da ocupação dos morros, embora já fosse merecedor de grande atenção desde o início do século XX,<sup>102</sup> a partir de então ganha maior notoriedade. É o que se verifica nas palavras de Maria Esolina Pinheiro,

99 Idem.

100 GOMES, 1988:264.

101 Citado por SOUZA, 1944:2.

102 Para tanto, ver CHALLOUB, 1996.

em 1939, coordenadora do Serviço Social dos Parques Proletários e do curso da Escola Técnica Cecy Dodsworth:

*As casas de cômodos, exploradas pelo locador, sem ordem, sem higiene e sem conforto, abrigam, em um só compartimento, famílias numerosas e em promiscuidade. Como exigir dessas famílias a moralidade, a ordem, a obediência às leis de harmonia social? Decerto sempre existiu essa classe infeliz, mas o que assusta é o seu crescimento.<sup>103</sup>*

No papel de legítimas conhecedoras do povo, as assistentes serão responsáveis pelo levantamento dos diversos aspectos da vida popular, subindo morros e favelas, entrando em cortiços e casas de cômodos. O “inquérito” social era fundamental para a proposta de novas casas populares e, posteriormente, para a atuação nos conjuntos residenciais. Muitas dessas pesquisas transformaram-se nos Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC, requisitos para a obtenção do grau de assistente social.

Maria Célia Cunha, graduanda do Instituto Social e Familiar, escreveu o TCC intitulado “Repercussão do problema da habitação proletária na estabilidade familiar”, no qual chegou à conclusão de que eram dois os tipos de moradias populares presentes do Distrito Federal: 1. As moradias intituladas “por favor”, alugadas ou gratuitas (ainda piores, pois faziam com que os moradores se submetessem a sérios constrangimentos); 2. O lar reduzido ao leito conjugal, em que famílias inteiras moravam nas áreas intersticiais das casas, como vãos de escadas, corredores ou mesmo uma cama.<sup>104</sup> Exemplo das moradias do primeiro tipo citadas pela assistente é um caso em Realengo:

*Num aglomerado de casas do bairro “Vila Nova”, situado no Realengo, mora Cezindo, idade ignorada e sua companheira, Davina, de 27 anos. Dessa união já nasceram tres filhos e em breve nascerá o quarto. (...) Cezindo é etilísta, não se interessando pelo trabalho. Davina diz que êle sempre foi descuidado, não lhe dando um centavo para as despesas de casa, nem lhe dizendo quanto apura em seus biscates. (...) Ela tem inteligência rude e é analfabeta. Conta que morava ali mesmo no Realengo com sua família. Um dia apareceu o irmão do visinho, vindo do Norte e que ficou morando com êle. Era Cezindo. Davina não sabe dizer muito bem porque, aceitou as propostas que êle fazia do outro da cêrca de arame farpado; o fato é que hoje se acha em agruras que nunca desejou. Diz que o atura porque não acha outra solução. Aonde irá morar?... A habitação é um barraco de barro, pertencente a uma comadre que não lhes cobra aluguel. É de tipo meia-água, tem só um quarto; a instalação sanitária – apenas uma fossa – é coletiva. Não há cozinha mas um fogão de tijolo. O mobiliário resume-se a tres malas, uma mesa e uma cama de casal para todos. A vizinhança é rixosa.<sup>105</sup>*

São exemplos do segundo caso (“lar reduzido ao leito conjugal”) duas famílias de trabalhadores no subúrbio de Moça Bonita:

*Um chalé com sala e quarto. Não tem cozinha nem instalações sanitárias. O fogareiro à carvão fica do lado de fora. Não há quintal. Todo o mobiliário resume-se numa cama de casal, uma mesa e um berço.*

*Moram no chalé Sinval, sua companheira Odonila, Dilton e sua companheira Noralina. A cama*

103 PINHEIRO, 1939:22.

104 CUNHA, 1948:13-16

105 Idem:IX-X, grifos da autora.

*serve para os quatro. Odonila aluga a casa por CR\$150,00 e subloca-a a Dilton por CR\$75,00. Odonila e Sinval teem um filho e Noralina e Dilton teem duas filhas. Estas já se ressentem as más conseqüências do ambiente imoral.*<sup>106</sup>

Trabalho digno de nota é o quase clássico “Impressões de uma assistente social sobre o trabalho em favela”, de Maria Hortência Silva,<sup>107</sup> publicado pela Prefeitura do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria Geral de Saúde e Assistência, fruto de seus estudos como estagiária da prefeitura da favela do Largo da Memória. A favela, localizada no bairro da Gávea, passou a ser submetida à ação da prefeitura quando esta “tentou resolver [seu] problema”. Foi feito um inquérito minucioso em 1940, quando foi levantado que 50% da população eram operários e 25% domésticas, restando número “nada anormal” de homens que não trabalhavam.<sup>108</sup> Concluiu-se também que, para uma favela, os casos de miséria eram razoáveis, cerca de 8% a 10%, e que a quase totalidade dos barracos era de propriedade de seus habitantes, com uma média de seis pessoas por barraco.

Esses dados teriam sido, então, fundamentais para a decisão de desmonte da favela, cujo processo teve início em 1941.<sup>109</sup> Foram convocadas estagiárias, às quais foi explicado que esta era “a grande oportunidade que se abria ao Serviço Social e que [este] não poderia perder esta ocasião de mostrar sua eficiência”, num discurso que nitidamente se preocupava com a legitimidade da profissão. Às assistentes sociais era agora confiada uma tarefa e, realizada a contento, seu campo de ação poderia estender-se ainda mais.<sup>110</sup>

Às estagiárias coube um duplo papel: fixar plantão em escritório localizado na própria favela e percorrer barraco por barraco, levantando as condições de moradia e de vida dos moradores. A estes eram oferecidas algumas opções por ocasião do desmonte: 1. voltar para o interior; 2. morar no subúrbio, em terrenos próprios ou em casa de parentes; 3. comprar um terreno a prestação; 4. alugar cômodos em casas coletivas, no mesmo bairro. A única opção não apresentada foi a que aconteceu: os moradores reagiram, o desmonte, já iniciado, foi suspenso e as casas já demolidas foram reconstruídas.

Mesmo com a suspensão da demolição as assistentes sociais “não abandonaram seus protegidos” e continuaram trabalhando em programas de reajuste jurídico, de saúde, social e educacional,<sup>111</sup> sob o argumento de que os pobres precisavam de educação para que saíssem das condições em que se encontravam e se “reajustarem” socialmente.<sup>112</sup>

Tendo recebido educação, os valores dos homens do povo transformavam-se, e quem antes gostava apenas de samba passa a entender que a vida de trabalho é mais dignificante. O trabalho *Serviço Social no Morro da Providência (Favela)*,<sup>113</sup> apresentado ao 1º Congresso Brasileiro de Serviço Social ilustra com maestria esse ponto de vista: a filha de seu Bagunça era uma grande sambista do morro e “lisonjeava tôda vaidade e

106 Idem:VI, grifos meus.

107 SILVA, 1942. É importante mencioná-lo, pois, embora a historiografia sobre favelas o tenha citado recorrentemente, para este trabalho sobre habitação popular nos anos 40 e 50 há o que se extrair dele. Ver PARISSE, 1969; SAGMACS, abr. 1960; LIMA, 1989; VALLADARES, out. 2000.

108 SILVA, 1942:43-44.

109 A questão, no caso desta favela era que a área pertencia à prefeitura, justamente numa parcela da cidade que passava por um processo de grande valorização imobiliária. As classes mais abastadas foram paulatinamente conquistando terrenos junto ao mar – Copacabana, Ipanema, Leblon – e, conseqüentemente, os bairros adjacentes, que antes era notadamente proletários, tais como Jardim Botânico e Gávea, tornaram-se, progressivamente alvo de moradia da elite. As favelas que se constituíram nessa área foram atraídas pelas indústrias ali localizadas e foram, a partir de 1940 até os anos 70, sendo progressivamente despejadas e desmontadas até serem totalmente extintas. ABREU, 1987.

110 SILVA, 1942:45.

111 Idem:60.

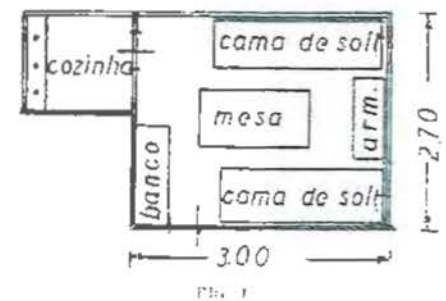
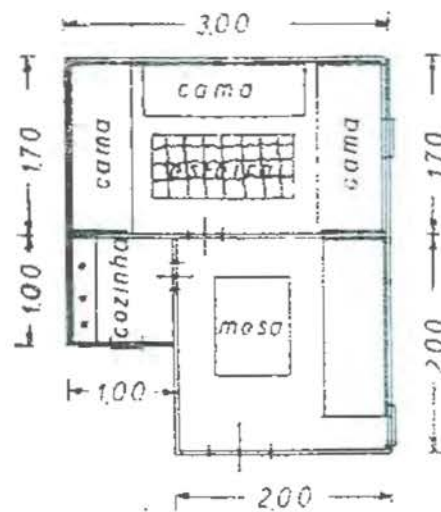
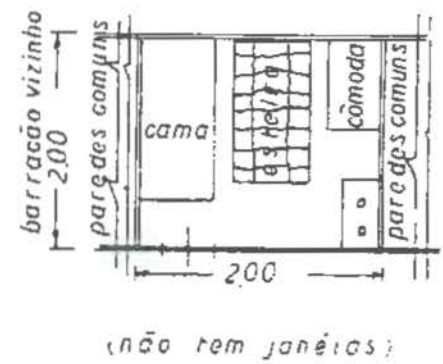
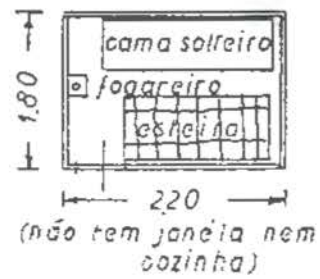
112 Os dados no anexo deste trabalho teriam servido de base para a remoção da população para os parques proletários provisórios em 1942. Justifica-se a sua publicação pela PDF em detrimento de tantos outros TCC que lidavam com o tema das favelas e da moradia popular.

113 SANTAMARIA, 1947. Esta teria sido, de acordo com a “mitologia” da história urbana da cidade, a primeira favela do Rio, dando inclusive origem ao nome, tendo sido formada pelos combatentes da Guerra de Canudos. Esta visão, entretanto, foi suplantada pelas importantes pesquisas de Lícia Valladares e Lillian Vaz, que demonstraram que moradias nos morros podiam ser encontradas nos fins do século XIX. VALLADARES, 2000; VAZ, 2002.

"Tipo curioso" da Favela do Largo da Memória publicado em "Impressões de uma assistente social sobre o trabalho na favela" (SILVA, 1942:35)



TIPUS "CURIOSOS"



Pianta dos barracos da Favela do Largo da Memória segundo levantamento da assistente social Maria Hortência Silva (SILVA, 1942:25-26)

amor de pai"; as assistentes sociais perceberam nela um grande potencial diante de seu interesse em transformar-se em enfermeira. Tendo a filha conseguido realizar este sonho, seu Bagunça julgou que tão "elevado cargo" era incompatível com o posto de porta-estandarte da escola de samba "Firme-Firme" e espontaneamente concordou em escolher outra moça "com predicados de beleza e porte adequados" para a função. Adquirindo alguma instrução, os próprios habitantes das favelas, "cuja vida se organiza como se o mundo cá embaixo não existisse, a malandragem é uma profissão regularizada, e o samba um meio de vida",<sup>114</sup> percebiam que havia outro mundo, fora das favelas.

Genericamente, o primeiro e maior problema era a superlotação das habitações, que levava geralmente a alta promiscuidade, problema ainda mais grave quando se misturava idade, sexo e estado civil em um só cômodo, sem nenhuma distinção. Quanto maior a promiscuidade, pior o nível moral. Promiscuidade era entendida como o inverso de espírito de família, já que as noções de pudor físico e moral e de privacidade estavam definitivamente banidas das relações entre os moradores, o que tinha por conseqüência a dissolução dos costumes.<sup>115</sup>

A superlotação levava a desavenças constantes entre os moradores, multiplicadores dos problemas morais e de saúde, gerando malandros e malfeitores, péssimos pais de família, péssimos esposos, péssimos profissionais, péssimos cidadãos.<sup>116</sup>

O aspecto físico das habitações também era detratado, já que as casas estavam constantemente ameaçadas de ruir. Elas qualificavam-se em: 1. Barracos: construções de madeira, frágeis, anti-higiênicas e sem proteção contra vento, chuva, sol e umidade; 2. Casebres: pequenas habitações de tijolo, sem abrigo contra as variações barométricas, higrométricas e climáticas; 3. De pau-a-pique: construções muito resistentes ao tempo, com especialistas na técnica; 4. De bambu: não podem ser chamadas de casa, também não são habitação, aproximam-se mais de um galinheiro.<sup>117</sup>

Essas informações eram muito importantes, pois subsidiariam "ideologicamente" as intervenções, em favelas e casebres, levadas a cabo pela Prefeitura do Distrito Federal e a construção de casas pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (ambas no pós-37), pelo Departamento de Habitação Popular da Prefeitura do Distrito Federal e pela Fundação Leão XIII a partir de 1946. Ao trabalho de levantamento e pesquisa seguia-se o "trabalho profundo de reeducação".<sup>118</sup> Este aconteceria no local, ou seja, nas favelas e barracos, quando não houvesse outro "remédio", mas preferencialmente nas habitações higiênicas, nos conjuntos habitacionais.

114 SILVA, 1942:11.

115 Idem.

116 SOUZA, 1944.

117 CUNHA, 1948:18-19.

118 CHAGAS, 1946:introdução.



2

---

CIDADE MARAVILHOSA?



## CAPÍTULO 2

*A vida lá em cima é tudo quanto há de mais pernicioso. Imperam os jogos de baralho, chapinha, durante todo o dia e o samba é a diversão irrigada a álcool. Os barracões, às vezes com um só compartimento abrigam cada um, mais de uma dezena de indivíduos, homens, mulheres e crianças em perigosa promiscuidade. Há pessoas que vivendo lá em cima passam anos sem vir à cidade e sem trabalhar.*  
Vitor Tavares de Moura, 1940

## 2.1 Habitação e crescimento: o Rio de Janeiro e os debates em torno do tema (1937–1946)

O caso da prefeitura do antigo Distrito Federal, hoje Rio de Janeiro, é singular no contexto do País pela sua relação muito próxima com os poderes federais, transformando as decisões da cidade em decisões de repercussão nacional. Diversas vezes, o prefeito assumiu o papel de gestor das reformas urbanas da cidade, à medida que adquiriam importância como palco dos poderes da nação. O espaço urbano do Rio de Janeiro tornou-se, ao longo do século XX, *locus* das disputas de poderes políticos e da demonstração das esferas de poder da capital. Durante a República Velha, a cidade teve como administradores prefeitos ligados aos saberes da engenharia, que promoveram sucessivas e drásticas intervenções no tecido urbano. Pereira Passos, cuja obra foi propriamente estudada,<sup>1</sup> seria o primeiro dessa linhagem de prefeitos. Segundo Marly Motta,<sup>2</sup> prefeitos como Paulo de Frontin e Carlos Sampaio, consolidaram essa imagem de administrador, que, com base na ordem e na razão, seria capaz de organizar o espaço, tornando-o adequado. Ideais de progresso, modernidade e desenvolvimento contínuo eram atingidos através do urbanismo, então circunscrito à esfera da engenharia.<sup>3</sup>

As cirurgias urbanas dos administradores contribuíram, em grande extensão, para o cenário de, por um lado, crise de moradia e, por outro, de precariedade das condições habitacionais dos trabalhadores. Os efeitos das obras de remodelação do centro na conformação do espaço sócio-espacial da cidade, especificamente no que se refere à habitação, tiveram longo alcance. Expulsando os trabalhadores das áreas centrais e limitando-os às então franjas das áreas de produção e serviços, deram partida à segregação espacial, associada à falta de moradia para os pobres na cidade.

1 ROCHA, 1995; BENCHIMOL, 1992.

2 MOTTA, 2002.

3 Sobre o papel dos engenheiros na cidade ver, STUCKENBRUCK, 1996.

Nos anos da República Velha, a prefeitura havia se preocupado com a habitação popular à medida que aparecia nas áreas mais valorizadas da cidade ou à medida que seus moradores ameaçavam a ordem sócio-espacial desejada. A construção da habitação vinculava-se à extinção de cortiços, estalagens e, posteriormente, favelas. Pode-se identificar, no caso dos Parques Proletários, construídos na gestão de Henrique Dodsworth, a primeira ação coordenada de uma política global de construção habitacional para trabalhadores urbanos pobres na cidade do Rio de Janeiro. A municipalidade tratou da construção de habitação esporadicamente, ficando sua promoção a cargo da iniciativa privada (sejam construtores, sejam fábricas). Um dos únicos conjuntos efetivamente construídos pela prefeitura da cidade, antes de 1930, foi o Conjunto Salvador de Sá, na administração de Pereira Passos, em 1906. Outra referência, um pouco posterior e fora do Rio, foi a construção, na cidade do Recife, de 40 casas operárias pela Fundação A Casa Operária, em 1926.<sup>4</sup>

De acordo com Lilian Vaz,<sup>5</sup> da segunda metade do século XIX até o início do século XX, as habitações coletivas para trabalhadores, no Rio de Janeiro, assumem diversas formas arquitetônicas e conteúdos ideológicos, cujos nomes vão de estalagens e casas de cômodos a avenidas e cortiços. Sua conformação geral eram espaços privados mínimos e serviços, como banheiros, tanques de lavagem de roupas ou pátio, coletivizados. Rapidamente, tais moradias foram associadas à insalubridade e identificadas como foco de doenças de toda ordem. O Estado procurou normatizar e controlar as construções, com a imposição de normas higiênicas e intervenção direta, fechando os cortiços.

As hercúleas batalhas contra a remoção de cortiços das áreas centrais da cidade são representativas da atuação dos poderes municipais no campo da habitação.<sup>6</sup> O caso do cortiço Cabeça de Porco, demolido em 1893, é o mais conhecido, mas outras drásticas medidas foram tomadas, como a proibição definitiva de construção de estalagens, cortiços e casas de cômodos em toda a cidade e qualquer pelos saberes médicos, ou seja, pelos sanitaristas, o Estado imperial incentivou a construção de casas higiênicas e baratas para proletários e operários, dando concessões e favores a construtores desde 1875, política mantida até 1911. Os empresários tinham o direito da desapropriação de terrenos, prédios e cortiços necessários à realização dos projetos e isenção de impostos durante vários anos e das taxas alfandegárias de importação de material de construção. Estes eram de fato os produtores da habitação para as camadas populares. O Estado surgia como interventor à medida que as habitações comprometiam o funcionamento da cidade (ou a nova organização urbana, a partir da Reforma Passos) e a saúde física e mental da população.<sup>7</sup>

Tem-se notícia de tentativas de construção de casas para operários pelo governo federal, por meio da emissão de apólices. Estas pagariam os construtores, que venderiam casas construídas em terrenos de propriedade pública aos interessados, que,

4 BONDUKI, 1998:71.

5 VAZ, 2002:28-33

6 Ver CHALLOUB, 1996.

7 Idem.

se fossem funcionários públicos, teriam as parcelas descontadas em folha. Diversas leis, concedendo favores, como isenção de impostos, e até mesmo autorizando o prefeito a ceder gratuitamente aos operários o material de demolição do Morro da Conceição, foram aprovadas na década de 20, entretanto, sem significativas implicações reais.<sup>8</sup>

Sua atuação no campo da legislação/normatização não foi, contudo, pequena. Embora não tenha construído as casas populares propriamente ditas, nem tenha elaborado uma política habitacional, ao proibir determinadas formas de morar nas áreas centrais, ao expulsar os moradores para os subúrbios e ao concordar com a construção de barracões nos morros, acabou por contribuir, em alguma medida, para a formação das favelas, forma de habitar que seria tão veementemente combatida nos anos subseqüentes.<sup>9</sup>

A partir dos anos 30, viu-se significativa mudança nas formas de aproximação do Estado à habitação popular, quando, progressivamente, assumiu essa responsabilidade. A iniciativa privada perdeu legitimidade e sua conseqüente capacidade de resolução do problema, e as inúmeras vozes favoráveis à ação pública eram reveladoras do fenômeno. Estas iam desde elementos do aparato estatal, técnicos de habitação, entidades empresariais e forças políticas com influência entre os trabalhadores até a opinião pública.<sup>10</sup>

*De toda parte há o desejo de suavisar a existencia dessa pobre gente más remedio ninguem pode dar?*

*E o governo? perguntar-nos-hão?*

*Achamos que o governo poderia tomar para si a tarefa de facilitar mas não de fazer a casa para o pobre por caridade.*

*(...) Não vamos solucionar com projetos de casas a questão em apreço. São de outros estudos que necessitamos. Os projetos são o menos. Os meios de os tornar realidade é que são difíceis e não dependem de arquitetos, mas de homens com capacidade de organizar.<sup>11</sup>*

Com a Revolução de 1930, quando foram elaboradas propostas de construção de habitação popular e/ou proletária, por meio da ação pública, o Rio de Janeiro contará com um prefeito de perfil novo, distanciado do ideal “obreiro” dos engenheiros e mais próximo de um perfil “social”. O médico Pedro Ernesto, nomeado, em 1931, interventor do Distrito Federal por Getúlio Vargas, instaurou inovadoras formas de aproximação das massas urbanas. Com sua reputação de médico assistencialista, adotou novos parâmetros nas relações políticas, trazendo para a vida política segmentos que até então tinham sido segregados: o povo passava a ser admitido nas decisões da capital. Legitimado pelo discurso médico, como mostra Carlos Sarmiento,<sup>12</sup> Pedro Ernesto teria condições de, a partir de um diagnóstico preciso, executar uma eficaz ação terapêutica na cidade. Essa proposta de “elevação” dos trabalhadores urbanos à condição de cidadãos tornar-se-ia a marca da prática política de Pedro Ernesto à frente do executivo da capital federal.

Durante o ano de 1934, verificou-se febril movimento de alistamento de eleitores em regiões anteriormente praticamente ignoradas pelos antigos chefes políticos.

8 Projeto nº 159, de 1920; Decreto nº 2.650, de 21.2.1922; Decreto nº 2.669, de 2.8.1922; Decreto nº 2.890, de 4.12.1923; Decreto nº 2.843, de 21.9.1923. In: LOBO, CARVALHO & STANLEY, 1989:106-109.

9 VAZ, 1996:57.

10 BONDUKI, 1998:16; 73-82.

11 A CASA, mai. 1939:32.

12 SARMENTO, 2001.

Enquanto Pedro Ernesto iniciava um processo de visitas semanais às favelas e aos bairros dos subúrbios, onde se encontrava com uma “comissão pró-melhoramentos” e ouvia as reivindicações das comunidades, a estrutura dos diretórios do partido autonomista (partido ao qual pertencia e que lhe dava sustentação) se dirigia a essas áreas, realizando novos alistamentos de eleitores num processo de visita de porta em porta que resultou em um significativo aumento do contingente eleitoral da cidade, às vésperas das eleições legislativas de outubro de 1934.<sup>13</sup>

Por “utopia renovadora” entendia-se que seria responsabilidade do Estado promover e manter o bem-estar da população e dar proteção às camadas mais pobres, buscando sua elevação física, moral e cultural. Para que a economia brasileira pudesse tomar parte na ordem industrial, era urgente que as camadas inferiores ingressassem adequadamente nessas novas relações de produção. Isso significava, para a administração de então, que maior contingente da população fosse atingido pelas malhas de serviços de educação e saúde.

Para Pedro Ernesto, a finalidade primordial da medicina não era remediar as patologias, mas usar a ciência médica para uma atuação formativa, isto é, medicina enquanto fator de melhoramento das condições de vida e de “elevação física” da população. O prefeito criou um novo sistema de saúde para a cidade, legando-lhe uma rede hospitalar que serviria de base para sua organização futura.<sup>14</sup>

A educação pública mereceu também atenção especial, tendo em Anísio Teixeira figura central de promoção. Seu ideal era fazer do Distrito Federal um efervescente laboratório de práticas educacionais, investindo na formação de professores e na dotação de salas de aulas no município. Cria em 1935 a Universidade do Distrito Federal como alternativa laica de ensino, dominado por setores da Igreja e pelos vícios do academicismo.

Pedro Ernesto estabelece diversos contatos com as favelas durante os anos de 1932 e 1933, ajudando a mediar disputas de terras, providenciando os primeiros subsídios para as escolas de samba, durante o Carnaval, e ordenando a instalação de serviços públicos nos morros. Com o crescimento do número de favelas, a opinião geral era que se fazia necessário prestar mais atenção aos favelados. O prefeito concedeu favores locais em troca de maior participação política, ou seja, votos. Como exemplo, construiu em 1934, a primeira escola pública em um morro da cidade, na favela da Mangueira.<sup>15</sup>

Embora seu plano de ações de elevação social do povo implicasse íntima relação com suas condições de existência física, moral e intelectual, a construção de moradia popular não foi contemplada devidamente. A noção de que caberia ao Estado construir e gerenciar os projetos habitacionais para o povo e, sobretudo, de que os elementos populares deviam integralizar-se na nova ordem industrial não impulsionou políticas municipais de construção de casas de “interesse social” na cidade do Rio de Janeiro. Sua

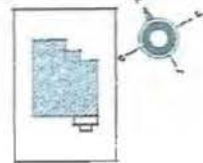
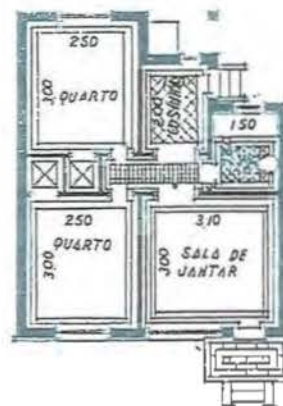
13 Idem:128.

14 Dentre os serviços de saúde constrói o Albergue da Boa Vontade, abrigo noturno para moradores de rua. Um programa pioneiro, revelador da crescente profissionalização e institucionalização da assistência social na prefeitura, cujo edifício seria um dos primeiros, de maior escala, com características modernas na cidade. O projeto, selecionado através de concurso, era de Affonso Reidy e Gerson Pinheiro, datando de 1931. BONDUKI, 2000:36-39.

15 CONNIFF, 1981:107.



CASA PARA OPERARIOS  
AREA DE CONSTRUÇÃO  
43.60



Projetos de casas populares que acompanham a publicação do Decreto nº 4.921, de 30.6.1934, na revista A Casa, regulamentando a "construção das pequenas habitações para as classes proletárias" (A CASA, jan. 1935:11,17)

E. P. Sigaud

realização nesse campo foi dar continuidade às ações de normatização, e, em 1934, “regulamenta a construção de pequenas habitações para as classes proletárias”.<sup>16</sup> O decreto afirmava que o problema da habitação vinha sendo mal solucionado na capital, que era premente promover a eliminação gradativa de favelas e cortiços, cujos inúmeros males já se havia comprovado. Admitia, portanto, no início dos anos 30, o problema das favelas, que deveriam ser substituídas por moradias de proporções adequadas, com direito a rua, jardim e pátio. Tais elementos pertenciam à escala urbana e sua menção na legislação era endereçada, agora, não mais exclusivamente aos cortiços (cujo número, vinha declinando),<sup>17</sup> mas também ao espaço das favelas, onde a ausência de infra-estrutura formal era de suas fortes características nos anos de estabelecimento.

O decreto indicava que a prefeitura deveria agir apenas indiretamente, estimulando a iniciativa particular a construir pequenas habitações de acordo com o clima e respeitando as normas de higiene. Seu objetivo era estimular as famílias operárias a adquirir habitação própria, cujas características arquitetônicas deveriam restringir-se a um só pavimento, de, no máximo, 70m<sup>2</sup>, nas zonas suburbanas e rurais,<sup>18</sup> longe das ruas dominantes e do tráfego de bondes. A prefeitura forneceria os projetos arquitetônicos de residências econômicas que variariam de um quarto, cozinha e banheiro a três quartos, sala, cozinha e banheiro. A organização dos tipos de residências econômicas oficiais seria feita por meio de concurso público organizado pelo Instituto Central de Arquitetos.<sup>19</sup>

A interferência mais direta no habitar popular era esse fornecimento de tipos oficiais isentos do pagamento de licenças e selos à prefeitura. Era esperada a construção de casas de acordo com padrões higiênicos e estéticos, mediante auto-empreendimentos dos proletários, e não mais exclusivamente de empresários construtores. A autoprodução de moradias cresceu a partir dos anos 20, constituídas principalmente de casebres e casas de madeira, localizados nos morros, nas áreas centrais ou nos loteamentos recém-formados nas áreas suburbanas.<sup>20</sup>

Embora não tenha incluído promoção municipal de moradia em suas diretrizes políticas e sociais, é possível que as ações de Pedro Ernesto no campo da saúde e da educação, ao se aproximarem das crescentes massas urbanas, tenham criado um ambiente favorável e inevitável para as primeiras iniciativas de construção pública de moradia popular a partir da efetiva instauração do Estado Novo. Segundo Michael Conniff,<sup>21</sup> ele inaugura uma forma de administrar a cidade, em relação às massas urbanas, em que diversos políticos brasileiros iriam se inspirar, inclusive o próprio Getúlio Vargas.

Pedro Ernesto fica no cargo de prefeito até 1936, quando é afastado, em virtude de denúncias de colaboração em um golpe comunista e de desentendimentos políticos de ordens diversas. Após acirrados debates e breve passagem do padre Olímpio de Melo como interventor, Getúlio Vargas indica Henrique Dodsworth para o cargo.<sup>22</sup> A intenção era ter à frente do Distrito Federal alguém que não estivesse atrelado aos

16 Decreto nº 4.921, de 30.6.1934.

17 O número absoluto de cortiços caiu de 3.041, em 1906, para 2.967, em 1920, e apenas 1.047 em 1945. Sua participação relativa no estoque de habitações declinou de 3,6% para 2,3% e para 0,3% respectivamente. MELO, 1992.

18 Esta divisão refere-se ao Decreto nº 2.086, de 19.1.1925, primeira tentativa de regulamentar o uso do solo local, dividindo a cidade em quatro zonas: central, urbana, suburbana e rural. SILVA, 1995:56.

19 Temos notícias do lançamento, em janeiro de 1926, por parte de José Mariano Filho em nome do Instituto Central de Arquitetos, do Concurso de casas econômicas para a zona suburbana e rural. STUCKENBRUCK, 1996:74. Ainda não foi possível verificar a realização de concurso posterior.

20 RIBEIRO, 1985.

21 CONNIFF, 1981:116. Este autor demonstra como Pedro Ernesto se tornaria o primeiro de uma longa linhagem de políticos calcados no populismo.

22 A respeito dos embates políticos e partidários que calcaram o afastamento de Pedro Ernesto, ver SARMENTO, 2001:Cap. VI.

experimentos populares da gestão Pedro Ernesto e que assumisse a já tão conhecida, e indicada, postura de prefeito “obreiro”, relacionado com a engenharia.

A gestão de Henrique Dodsworth (1937-1945) inaugura esse período de grandes obras, cujos planos vinham sendo gestados desde os anos 20. Dodsworth toma posse em 1937 e logo se investe do papel de remodelador da Capital Federal. Em primeiro lugar, restabelece a Comissão do Plano da Cidade,<sup>23</sup> que recomenda a criação de um poder regulador, que seria o Serviço Técnico, dirigido por José Oliveira Reis, encarregado de estudar os planos anteriores (em particular o Plano Agache) e as leis de zoneamento e adaptá-los às novas exigências político-administrativas estadonovistas. Ao Serviço Técnico caberia organizar um plano de realizações sistemáticas, com etapas vencidas anualmente, resolver os novos limites de zoneamento, propondo legislações mais adequadas. Fruto dos trabalhos foi o Plano de Extensão e Transformação da Cidade, do qual saíram as principais realizações da gestão.<sup>24</sup> Seus autores eram uma equipe heterogênea de engenheiros e arquitetos dos quadros técnicos da prefeitura, entre eles: Affonso Reidy, Saboya Ribeiro, José de Oliveira Reis, Nelson Muniz Nevaes, Hélio Mamede, Armando Stamile, Hermínio de Andrade e Silva e Tobias Visconti.<sup>25</sup>

A cidade achava-se em franco processo de crescimento. Era fundamental considerar a complexidade e o rápido incremento de diversas formas e lugares de trabalhar, morar e circular no Rio de Janeiro. A partir dos anos 30, a cidade tem sua configuração urbana marcada pelo crescimento industrial, forte fluxo migratório e conseqüente aumento populacional. Com a 1ª Guerra Mundial, as indústrias encontraram terrenos baratos nos subúrbios servidos por trens. Atraídos pelos empregos, os migrantes do Estado do Rio foram morar, primeiramente, perto dessas indústrias suburbanas. A instalação de unidades militares no subúrbio (Deodoro, Vila Militar e Marechal Hermes) e, em fins de 1920, a abertura das Avenidas Automóvel Clube e Suburbana reforçaram esse movimento de ocupação dos terrenos periféricos. Posterior à crise de 1929, a nova fase de industrialização influenciou muitíssimo a rede de trens e a conseqüente expansão do subúrbio.<sup>26</sup>

As indústrias que haviam dado início ao processo de deslocamento para o subúrbio, em decorrência da valorização dos terrenos no centro e nas zonas norte e sul, tiveram a mudança institucionalizada pelo Decreto nº 6.000, de 1937, que definia as zonas industriais da cidade, basicamente nas áreas suburbanas. Com a mudança das antigas indústrias para os subúrbios e instalação de outras nas áreas determinadas pelo decreto, verificou-se sua ocupação intensiva. Outro favor significativo para a consolidação e aceleração da moradia nos subúrbios foi a eletrificação dos trens que os serviam, tornando as viagens da rota casa-trabalho, ao menos em teoria, mais rápidas. A cidade já se encontrava bem estratificada, residindo os grupos de maior poder aquisitivo na “nova” zona sul (Copacabana, Ipanema e Leblon), os grupos “médios” de trabalhadores, na zona norte e na “antiga” zona sul (Glória, Catete) e os grupos pobres na periferia.

23 Vale ressaltar que a reabilitação desta Comissão do Plano tem influência do urbanismo americano, a exemplo do *Regional Plan* de Nova York, no qual as comissões, contando com elementos de diversas instituições da sociedade, eram elementos fundamentais. Serão aqui montadas as comissões, numa tentativa de reeditar a experiência, mas o caráter será um tanto diferenciado em terras tropicais: a Comissão do Plano do Rio contará com os especialistas e a sociedade civil estará representada apenas teoricamente. Ver FELDMAN, 1996.

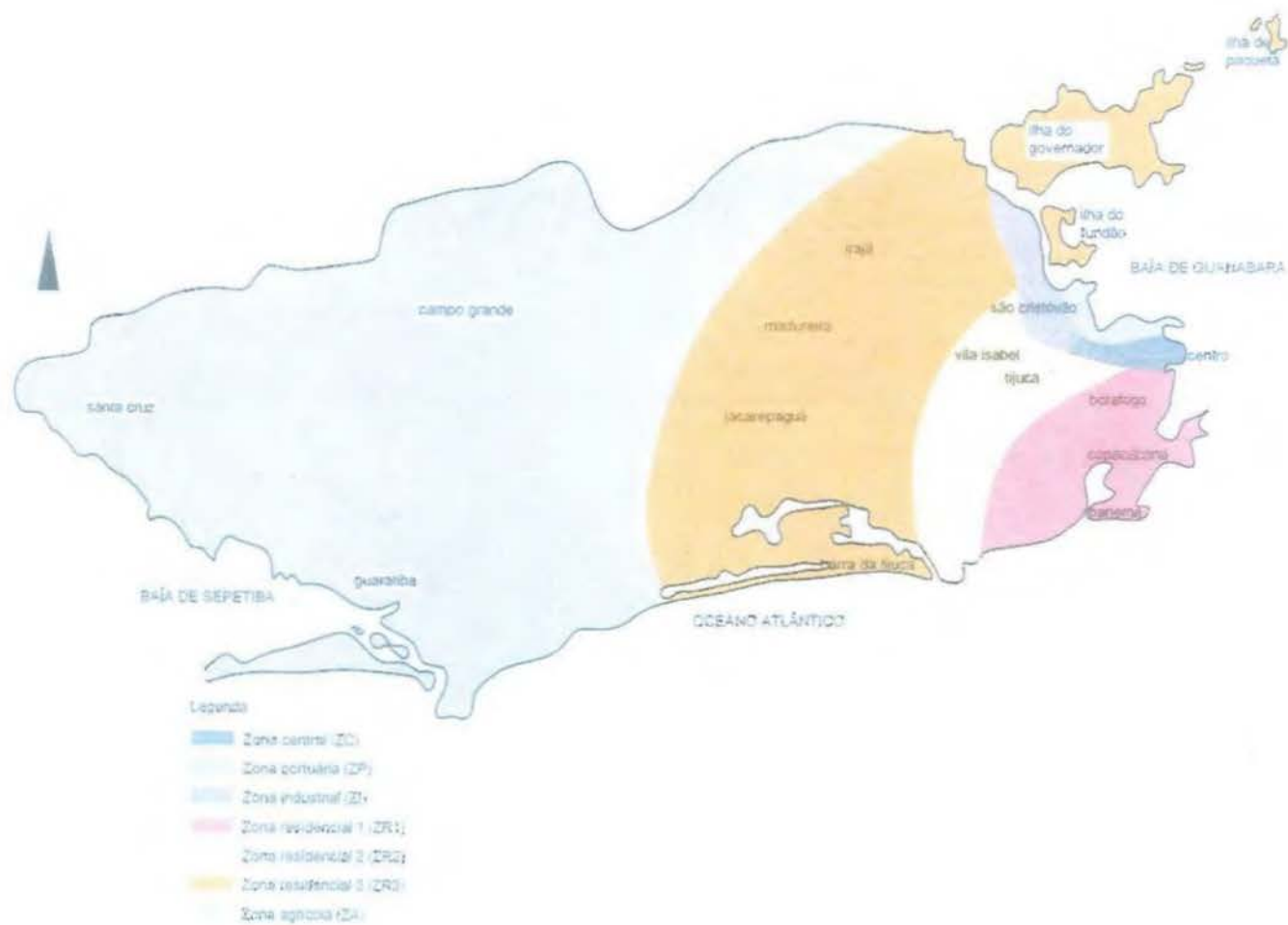
24 SILVA, 1995: Cap VI e REZENDE, 1999.

25 LEME, 1999:367.

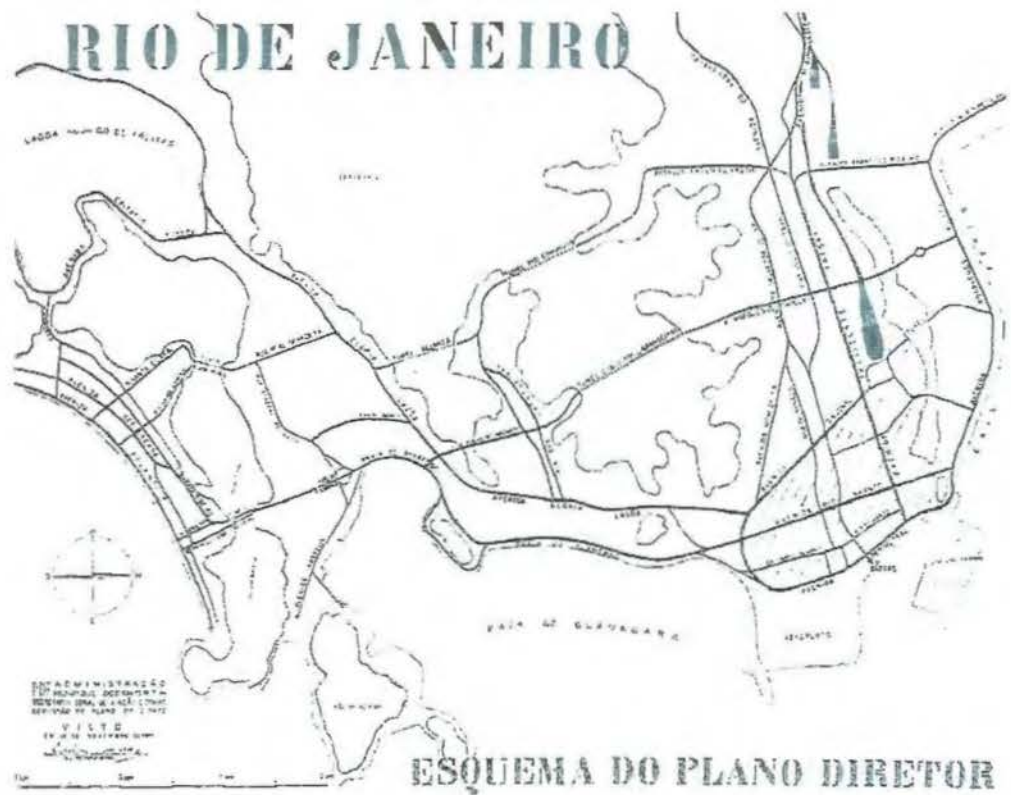
26 FLAMARION & ARAUJO, 1992:202-203.



Mapa do município do Rio de Janeiro:  
**zoneamento urbano segundo o**  
**Decreto nº 2.086, de 19.1.1925**  
 (base: ABREU, 1987:38, redesenhado  
 2004)



Mapa do município do Rio de Janeiro:  
zoneamento urbano segundo o  
Decreto nº 6.000, de 1937 (base:  
ABREU, 1987:38, redesenhado 2004)



Síntese das principais vias do Plano Diretor de 1943 (COMISSÃO DO PLANO DA CIDADE, jul. 1943:157-160)

Mas o processo de deslocamento das indústrias em direção aos subúrbios e o desenvolvimento da zona sul descentralizaram as fontes de emprego, cujo efeito direto foi a construção de moradias populares, já configuradas como favelas, em todos os bairros da cidade. O espaço urbano ficaria, até perto dos anos 50, menos segregado, em razão das péssimas condições de moradia das camadas mais pobres, que moravam em barracos de zinco ou madeira, sem água, luz ou esgoto.<sup>27</sup>

Da zona industrial ficavam excluídos os bairros da zona sul (inclusive os bairros com grande tradição fabril, como Gávea, Jardim Botânico e Laranjeiras) e da zona norte. A consolidação dessa ocupação e a viabilização da moradia/circulação ocorreram em 1946, quando foi aberta a Av. Brasil, cujo objetivo era não só deslocar as partes iniciais da Rio-Petrópolis e da Rio-São Paulo, mas também incorporar terrenos ao tecido urbano, visando sua ocupação industrial. A Av. Brasil passou a ser "invadida" por favelas atraídas pelas fábricas, o que, ironicamente, muitas vezes impediu que algumas indústrias de fato se instalassem. O número de estabelecimentos industriais cresceu 30% no período (de 4.169 para 5.693), e, das 5.143 indústrias presentes no Distrito Federal em 1950, apenas 62 eram anteriores a 1900 e só 509 anteriores a 1930.<sup>28</sup>

A primeira e mais marcante transformação ocasionada pelo crescimento urbano foi que a escala deixou de ser a da cidade para tornar-se a da região. A instalação industrial de *per se* provocou uma ocupação das áreas antes tidas como suburbanas, mas a atração da população é que consubstanciará o fenômeno da metropolização. Os subúrbios, ainda esparsamente ocupados, adensam-se, crescendo também as cidades adjacentes ao Rio de Janeiro como Nova Iguaçu, Nilópolis e Duque de Caxias, formando a região metropolitana.

O processo de ocupação progressiva dos subúrbios foi a grande novidade desses anos. Atraído pelas indústrias que se instalavam, transferidas das áreas centrais, grande contingente populacional passa a aí fixar moradia, quer legalmente, quer ilegalmente. Até então, os subúrbios não eram um todo homogêneo, e, à exceção da linha do tronco da Central do Brasil, os demais eixos ferroviários apresentavam apenas uma ocupação esparsa.<sup>29</sup> Responsáveis em grande parte pela ocupação dos subúrbios foram os Institutos de Aposentadorias e Pensões, que pontuaram os subúrbios com grandes conjuntos habitacionais.

Henrique Dodsworth encontra o Rio de Janeiro nesse ponto de inflexão: cidade transformando-se em metrópole. Sua ação foi assumir o lado do núcleo metropolitano, do centro, buscando reforçá-lo enquanto tal. A área central, em contraste com as rápidas transformações da zona sul e dos subúrbios nas décadas de 30 e 40, passa por relativa estagnação. A gestão Dodsworth investiu nas obras de remodelação, além de dotar a cidade de equipamentos urbanos e institucionais condizentes com seu papel de refletora da nação.

27 ABREU, 1987:95.

28 Idem:96.

29 Ibidem.

Construiu o Aeroporto Santos Dumont, urbanizou a Esplanada do Castelo, para o recebimento adequado dos ministérios varguistas, e abriu a Av. Presidente Vargas, obra mais famosa e mais lembrada de seu governo.<sup>30</sup> Os urbanistas de Dodsworth concebiam o centro em relação à periferia, os subúrbios, e as grandes obras viárias objetivavam conectar as partes componentes da metrópole. O Serviço Técnico do Plano da Cidade desenvolveu quatro grandes projetos de obras, tendo por base o Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro,<sup>31</sup> cada um entregue a um dos engenheiros/arquitetos da equipe: a urbanização da Esplanada de Santo Antônio ficou a cargo de Sabóia Ribeiro, a Av. Presidente Vargas e o aterro da orla sob a coordenação direta de Oliveira Reis e a Esplanada do Castelo com Affonso Reidy.

30 Sobre a abertura da Avenida Presidente Vargas, ver LIMA, 1990.

31 REIS, 1942.

## 2.2 O executivo municipal age: casas e parques proletários

No campo da habitação surgem dois importantes movimentos: os Parques Proletários Provisórios e o Serviço de Construções Proletárias. A construção dos Parques teve grande espaço na imprensa da época, tendo sido exaustivamente discutida, quer aclamada, quer criticada. O Serviço de Construções Proletárias permaneceu obscurecido: pouco se falou sobre seu significado, projetos e realizações, talvez porque o alcance de suas intervenções estivesse restrito à área suburbana ainda em formação. Os técnicos propuseram soluções para o problema da habitação exatamente nos espaços em que os populares já vinham autoconstruindo as casas: na zona sul, onde deveriam ser eliminadas, e nos subúrbios, onde se deveriam instalar. Admitindo que a cidade-cérebro da nação não poderia mais conviver com os persistentes e cada vez mais numerosos bolsões de pobreza, sujeira e falta de higiene, consubstanciaram ações para sua completa e definitiva extinção.

Não se deve, entretanto, atribuir apenas ao crescimento demográfico o *input* inevitável de construção de casas populares por parte da administração municipal carioca a partir de 1937. A crise de moradia popular na cidade instala-se cronicamente no fim do século XIX, quando acontece um “boom” populacional vertiginoso, crescendo de 235.381 para 806.335 o número de habitantes entre os anos de 1870 e 1906. A oferta de moradias, desde esse momento, não acompanhou o crescimento, e as atividades que surgiam na cidade tomavam os espaços antes destinados à habitação, aumentando ainda mais o déficit.<sup>32</sup> Tal mudança não fez, contudo, com que a municipalidade assumisse a responsabilidade de provisão de habitações. A explicação para a mudança ocorrida a partir dos anos 30 encontra-se mais nas novas formas de entender o papel do popular e de sua moradia, em relação ao Estado do que exclusivamente no aumento populacional.

### O Departamento de Construções Proletárias

Dodsworth propõe, em 1937, uma mudança administrativa na PDF, e o setor de engenharia seria significativamente afetado. Com o Decreto nº 6.040, de 18.8.1937, ficava estipulado que a Secretaria Geral de Viação e Obras Públicas, ou Diretoria de Obras Públicas, seria dividida em quatro Subdiretorias: Expediente, Edificações e Projetos, Obras e Fiscalizações e, finalmente, Cadastro e Urbanismo. Na 2ª Subdiretoria de Edificações haveriam 11 Divisões de Viação, 1 Divisão de Asfalto, 1 Divisão de Projetos de Viação, 1 Divisão de Saneamento, 16 Divisões de Fiscalização de Obras Particulares, 1 Divisão de Expedição e 1 Divisão de Construções Proletárias. O germe da organização da última divisão parece ser identificável no Decreto nº 4.921, de 1934, da administração Pedro Ernesto, o qual indicava o fornecimento de modelos de casas proletárias pela prefeitura. Em janeiro de 1938, são publicadas as instruções para execução do Decreto 6.040, de 1937,<sup>33</sup> estipulando, dentre outras coisas, que os serviços a cargo da atual

32 VAZ, 2002:26.

33 D.O. PDF, 3.1.1938:1.

Divisão de Construções Proletárias ficariam distribuídos pelas Divisões de Fiscalização de Obras Particulares, de acordo com as respectivas circunscrições. Com efeito, não há mais referências no Diário Oficial da Divisão de Construções Proletárias, o que indica que os processos estavam sendo publicados em conjunto com outros processos de obras. Em 1940, verifica-se uma nova mudança administrativa, a Divisão de Construções Proletárias é elevada à condição de Serviço de Construções Proletárias, único serviço da Secretaria Geral de Viação e Obras Públicas, em meio a outros seis departamentos,<sup>34</sup> a saber, Departamentos de Obras, de Edificações, de Concessões, de Parques, de Limpeza e de Transporte. O Serviço de Construções Proletárias tinha por função conceder as licenças e fiscalizar as construções de caráter popular regulamentadas pelo referido Decreto nº 6.000. Sobre o Serviço, Alfredo Aloe escreveu, em 1942:

*Na estação de Olaria, subúrbio da Leopoldina, está instalado o Serviço de Construções Proletárias, melhor, S.C.P., como se vulgarizou e que toda a população daquela zona conhece. Há, nesse serviço, um tom de sinceridade, qual o que de ser o mais útil possível àquele que pretende construir a sua própria morada. Há funcionários especializados para cada fase do processo de habilitação. Assim é que tanto os papéis a reunir, como o tipo desejado, os cálculos do custo da obra, tudo, ali mesmo se estabelece, fica clara e praticamente demonstrado, realizado. Afastam-se, pois do negócio, simplificando-o, toda a burocracia e o intermediário, que nesse, como noutros casos, só aparece para encarecer as coisas mais necessárias à vida.*<sup>35</sup>

Quando o Código de Obras do Distrito Federal de 1937 foi aprovado, o novo item que aparecia era o das “Favelas”, definidas fisicamente e severamente proibidas. Essa lei ficou conhecida entre os estudiosos do fenômeno da habitação popular como o primeiro documento oficial que reconhecia a questão, rotulada como problema a ser solucionado.<sup>36</sup> Na mesma legislação, outro item chamava a atenção: “Habitações proletárias de tipo econômico”, normatizando a construção das casas nas zonas ZR3 e ZA, ou seja, os subúrbios e a região agrícola.<sup>37</sup> As moradias dos operários que progressivamente mudavam para perto das novas áreas industriais estavam, por lei, regulamentadas (ver mapa X). A legislação de zoneamento industrial acompanhava o zoneamento da moradia operária: expulsava as indústrias da zona sul, sem se esquecer de expulsar também os operários.

A lei definia não só o espaço geográfico das casas, mas também sua aparência física: determinava as formas de habitar do povo no subúrbio, com referências higienistas. Por exemplo, cozinha e banheiro deveriam ser ladrilhados, os demais pisos da casa seriam de madeira, as paredes emboçadas, e era obrigatória a instalação de latrina ou chuveiro. Seriam unifamiliares, isoladas no lote, seis metros afastadas do alinhamento da rua e, no mínimo, 1,5m de cada lado, e 30cm acima do nível do terreno.

O Serviço de Construções Proletárias apoiava-se nessa lei, cuja maior novidade era que a prefeitura forneceria o projeto para três tipos de casas: Classe A: um

34 Decreto nº 6.641, de 14.3.1940.

35 ALOE, 1942:13,14.

36 PARISSE, 1969; SAGMACS, 1960.

37 Vale reproduzir o que diz o decreto: “(...) **Art 7º § 3º** – A parte ZR3 da Zona Residencial ZR é constituída pela área compreendida entre a linha limítrofe de ZR2 (...) que, partindo do início da Avenida Niemeyer, segue pelo litoral até a Barra da Tijuca, e, daí pelos seguintes logradouros: Estrada da Barra da Tijuca, Estrada do Picapau até Estrada do Muzema, Estrada do Muzema, Estrada da Tijuca até Avenida Geremário Dantas; Avenida Geremário Dantas até o Largo do Tanque, Largo do Tanque, Rua Candido Benício até o Largo do Campinho, Rua Domingos Lopes até a Estação de Madureira, Estrada Marechal Rangel, Largo Vaz de Lobo, Estrada Monsenhor Félix até Estrada do Quitungo, Estrada Porto Velho até o mar.” Fazem parte, ainda, dessa zona ZR3 as ilhas de Paquetá e Governador e os núcleos populosos da Zona Rural e Agrícola ZA”. In: Decreto nº 6.000, de 1937.

quarto, cozinha e gabinete sanitário; Classe B: um quarto, uma sala, cozinha e gabinete sanitário; Classe C: dois quartos, uma sala, cozinha e gabinete sanitário.

Essas casas-tipo podem ser reconhecidas nos subúrbios do Rio, pois se tornaram comuns e espalharam-se velozmente nos anos de crescimento da cidade. A prefeitura liberava o proprietário de contratar um profissional licenciado. Ela poderia construí-las independentemente, desde que fosse seguido o projeto fornecido.

A definição desse modelo de casas era relevante, pois seria a marca do executivo na ocupação pretendida para as áreas urbanas em expansão. Havia a pretensão de que era possível impedir o surgimento das favelas nessas regiões mais distantes, concretizando o ideal de moradia popular, longe dos cortiços, estalagens e casas de cômodos. A lei era clara, as casas deveriam ser vendidas (quando construídas por um empreendedor) a pessoas distintas e não poderiam ser alugadas. Como tipo arquitetônico, eram constituídas de um pequeno pórtico ou varanda de entrada, sala, quartos a ela ligados, um pequeno banheiro, com vaso sanitário e chuveiro, cozinha, equipada de pia, e, em alguns casos, no fundo da casa, um tanque para lavagem de roupas. Era um modelo de casa almejado por boa parte das elites interventoras para os populares, com padrões burgueses de domesticidade e privacidade. Cada família teria seu próprio lar/casa, onde encontraria espaços internos dispostos para segregar e ordenar funções, evitando a temida promiscuidade. A setorização, íntimo, social e serviços, ainda não estava clara, embora se destinasse a cada cômodo um papel a cumprir num ideal de configuração familiar.

O espaço interno, vale dizer, divergia das características conhecidas de moradia popular, como as vilas operárias, as avenidas e as casas de cômodos. Nestes, a divisão entre quartos, sala, cozinha e banheiro, tal como apresentada nas novas casas populares, não era prevista. De modo geral, havia a divisão entre sala e quartos, mais relacionada com uma divisão entre área de trabalho e área de descanso. A cozinha situava-se nos fundos do corpo da casa, configurando a área de serviços. O banheiro, quando no corpo da casa, estava perto da cozinha. A idéia de maior privatização dos espaços e das atividades, com a introdução de elementos, como o corredor, era um fenômeno novo também nas casas da elite.

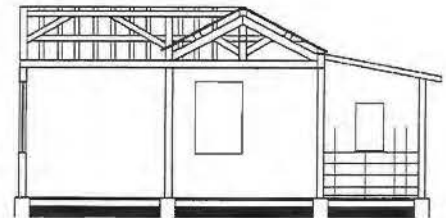
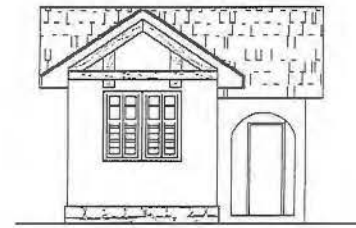
As casas populares ideais fornecidas pela prefeitura eram também um ensaio de proposição de valores burgueses familiares, que, para as próprias elites, não estavam definidos. A expansão para os subúrbios e o parcelamento dos terrenos criam um novo tipo de lote urbano. Suas pequenas dimensões comportariam exatamente o ideal familiar pretendido, um tamanho de casa plausível, com a possibilidade de um jardim. Discutido anteriormente, este era um debate extenso, que não encontrava unanimidade entre os especialistas. Na cidade do Rio de Janeiro, verificou-se a ocorrência de ambos os modelos como habitação popular: residências unifamiliares e conjuntos residenciais, estes sendo



Departamento de Construções  
Proletárias (DCP): Tipo B solução 2,  
1937-1945 (AGSMU-PCRJ,  
redesenhado, 2004)

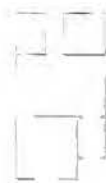


Departamento de Construções  
Proletárias (DCP): Tipo B solução 3,  
1937-1945 (AGSMU-PCRJ,  
redesenhado, 2004)

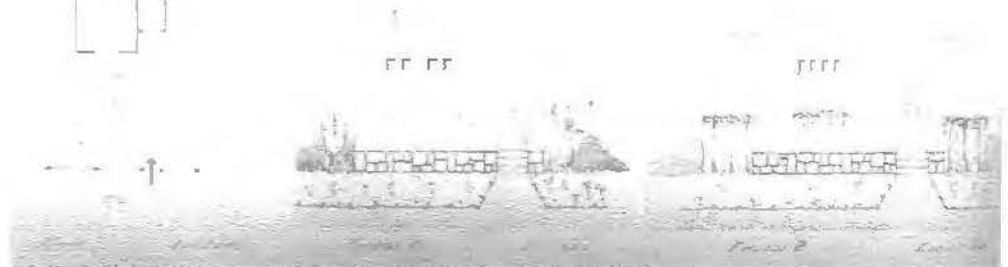


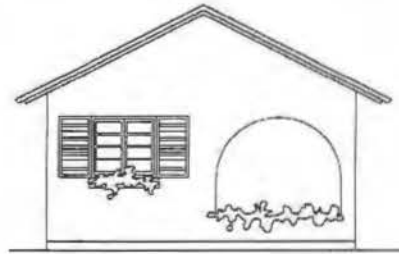
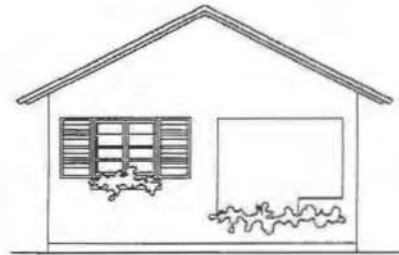
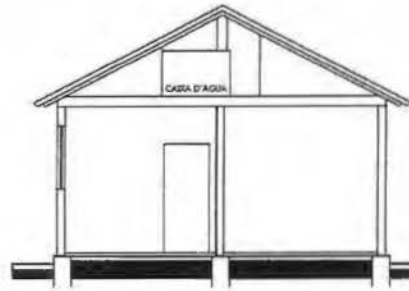
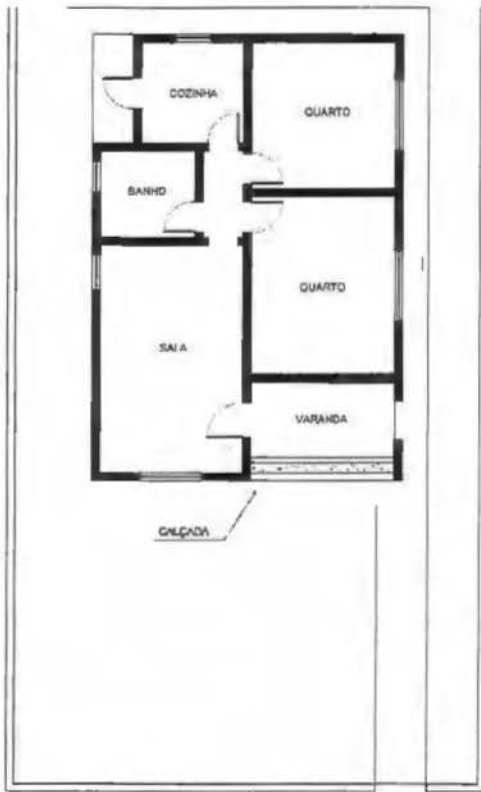
P.D.F

Secretaria Geral de Viação e Obras  
Serviço de Construções Proletárias  
Tipo B. Solução 3.



Departamento de Construções  
Proletárias (DCP): Tipo B solução 3,  
1937-1945 (AGCRJ)

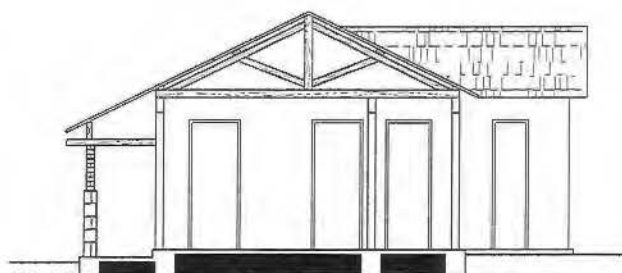
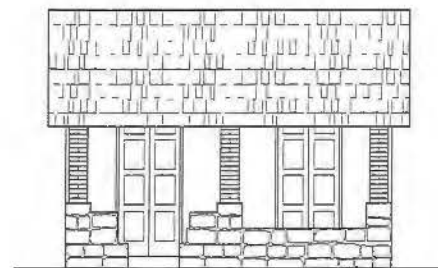


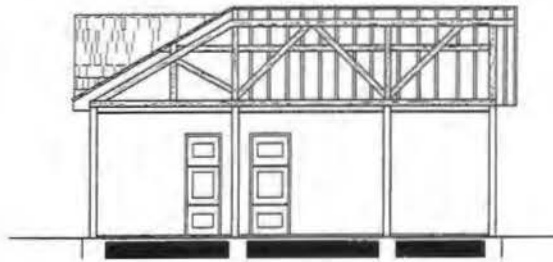


Departamento de Construções  
 Proletárias (DCP): Tipo C solução 1,  
 1937-1945 (AGSMU-PCRJ,  
 redesenhado, 2004)

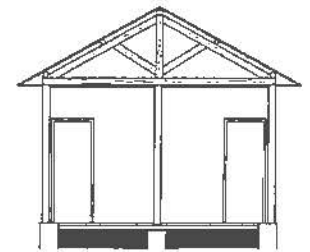
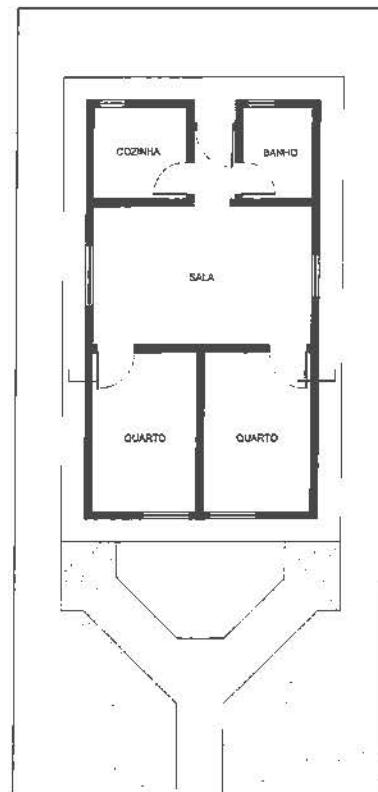


Departamento de Construções  
Proletárias (DCP): Tipo C solução 2,  
1937-1945 (AGSMU-PCRJ,  
redesenhado, 2004)

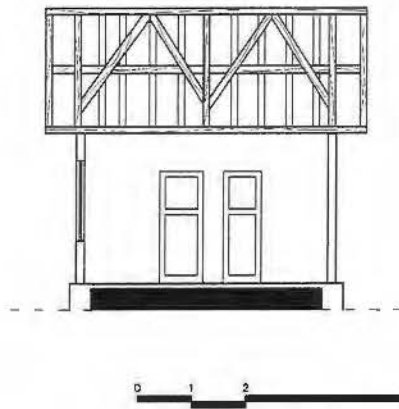




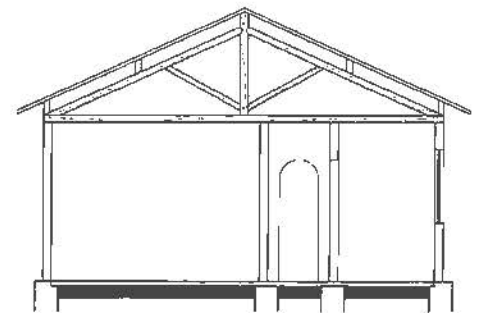
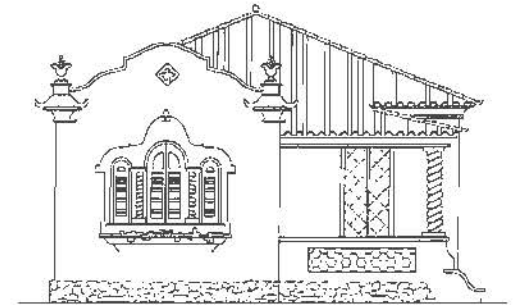
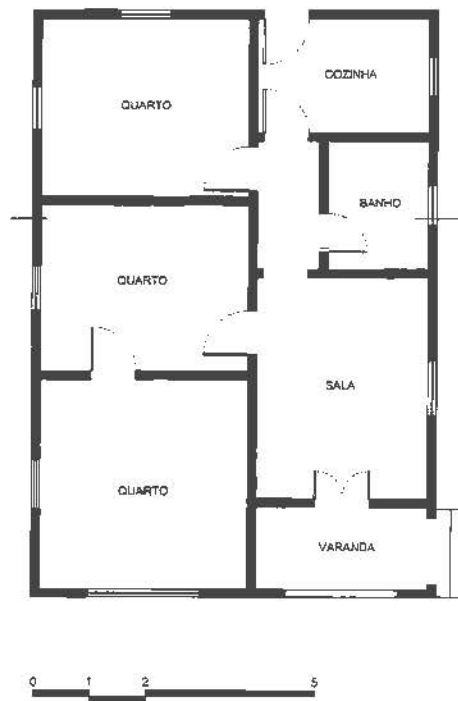
Departamento de Construções  
Proletárias (DCP): Tipo C solução 4,  
1937-1945 (AGSMU-PCRJ,  
redesenhado, 2004)



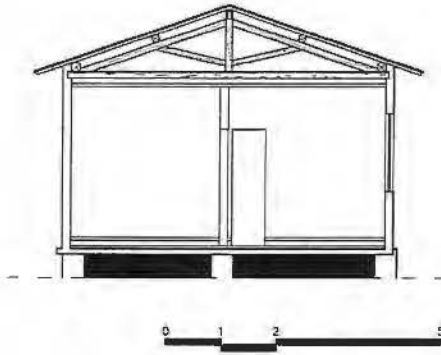
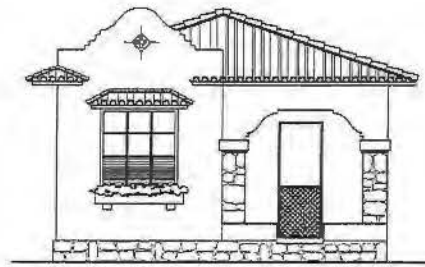
Departamento de Construções  
Proletárias (DCP): Tipo C solução 7,  
1937-1945 (AGSMU-PCRJ,  
redesenhado, 2004)



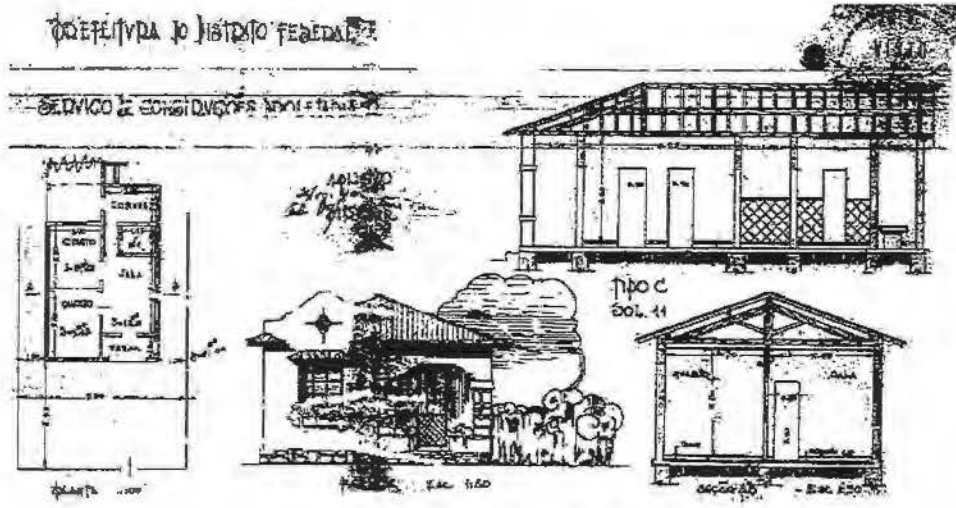
Departamento de Construções  
Proletárias (DCP): Tipo C solução 9,  
1937-1945 (AGSMU-PCRJ,  
redesenhado, 2004)



Departamento de Construções  
Proletárias (DCP): Tipo C solução 16,  
1937-1945 (AGSMU-PCRJ,  
redesenhado, 2004)



Departamento de Construções Proletárias (DCP): Tipo C solução 11, 1937-1945 (AGSMU-PCRJ, redesenhado, 2004)



Departamento de Construções Proletárias (DCP): Tipo C solução 16, 1937-1945 (AGSMU-PCRJ)

representados pelos Institutos de Aposentadoria e Pensão, que espalharam pelos subúrbios da cidade habitações desse tipo. O Serviço de Construções Proletárias seria o responsável por regulamentar e fomentar a construção das casas isoladas no lote.<sup>38</sup>

Em 1942, o Serviço de Construções Proletárias é elevado à condição de Departamento de Construções Proletárias, visando promover “por todos os meios possíveis” a elevação das condições de vida das camadas proletárias da população e contribuir direta ou indiretamente para o seu melhor ajustamento social.<sup>39</sup> A prefeitura confere “status” de departamento ao antigo serviço para facilitar o processamento e licenciamento dos projetos de construção de casas para as “classes laboriosas”. Segundo estatísticas do Departamento de Geografia e Estatística da PDF estes são os números de licenciamentos proletários entre 1937 e 1945:<sup>40</sup>

DCP Departamento de Construções Proletárias LICENÇAS PROLETÁRIAS 1937-1945		
ANO	QUANTIDADE	AREA M <sup>2</sup>
1937	906	36.240
1938	1.331	53.240
1939	1.562	68.028
1940	1.103	49.183
1941	1.808	79.360
1942	4.066	154.707
1943	1.755	192.643
1944	1.077	114.762
1945	1.310	56.039

Tabela 1 (PDF, 1943:44; PDF, 1950b:69)

38 Como no Capítulo 1, este era um debate intenso, que não encontrava consenso entre os especialistas. As casas unifamiliares atendiam a uma parcela das aspirações daqueles que promoviam habitação no País. Nos subúrbios do Rio de Janeiro, conviveram simultaneamente as casas unifamiliares com as unidades de vizinhança, em sua maioria constituídas de edifícios de apartamentos, construídas pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões.

39 Decreto-Lei nº 4.549, de 4.8.1942. O Decreto nº 7.362, de 25.9.1942, revogava as disposições do Decreto nº 6.000, mantendo as exigências físicas das casas, com discretas alterações. No mesmo ano, o Decreto nº 7.363 transforma os terrenos que pertenciam às ZR3 e ZA em ZI, zonas industriais.

40 PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL, 1943.

41 GAWRYSEWENSKI, 1996:103-109.

Não foi possível precisar se esses dados eram referentes às casas construídas pelo Departamento, às casas que tinham licença ou a ambos. De qualquer modo, os números equivalem às casas, consideradas proletárias, construídas na cidade, seja com os projetos oficiais, seja com outros projetos, mas licenciadas de acordo com os padrões estabelecidos pelos técnicos da Secretaria de Viação e Obras Públicas. Comparando-as com as casas de subúrbio, verifica-se que seu número permaneceu baixo, apenas 4.066 casas. Em 1940, na zona suburbana, o número de casas era de 108.234, para uma população de 594.425 habitantes, incluídos os bairros de São Cristóvão, Inhaúma, Penha, Pavuna, Irajá, Piedade, Madureira e Ilhas. Na zona norte (bairros do Méier, Engenho Novo, Engenho de Dentro, Andaraí, Rio Comprido e Tijuca), os dados, para o mesmo ano, foram de 70.550 domicílios e 411.315 moradores.<sup>41</sup>

### Os Parques Proletários Provisórios

A experiência dos parques proletários provisórios vincula-se estreitamente à construção de casas para os pobres e não pode ser dissociada dos debates e experiências

federais. Eram construções multifamiliares, de um só pavimento, atreladas a serviços, tal como os conjuntos habitacionais varguistas, ainda que construídas no local das próprias favelas. Este é seu caráter diferenciador: casas para os favelados onde estes já estavam instalados. Os parques emergiram como a solução temporária em que os favelados “aprenderiam” a morar coletivamente, superando a condição de miséria. Somente então habitariam os conjuntos propriamente ditos. Se na aparência física diferiam dos demais conjuntos varguistas, por serem construções de madeira, de intenção temporária, na forma de ocupação, organização e administração seriam laboratório das práticas assistencialistas que versariam nos conjuntos, que estarão indissociadas da sua existência nos anos de 1940 e 1950.

*Na Europa acreditou-se que o problema seria resolvido com a construção de habitações ou cidades operárias. (...) é muito fácil alojar-se a elite da população operária; ela não tem necessidade nenhuma de intervenção; a dificuldade começa quando se trata da massa... Não basta dar às famílias uma habitação aconselhável; é preciso ensinar-lhes a usá-la, inspirar-lhes o gosto pela ordem e asseio, sem o qual ela não permanecerá salubre. É mais difícil mudar o hábito dos miseráveis que construir-lhes casas.<sup>42</sup>*

Na virada dos anos 30 para os anos 40, a prefeitura atuaria nos dois lados da questão, estimulando a construção das casas unifamiliares e erguendo os parques proletários. A construção destes foi concebida como uma estratégia maior da gestão Dodsworth, que visava eliminar todas as favelas da cidade, dando-lhes uma “solução” definitiva.<sup>43</sup> Era a estratégia porque tratou de estabelecer uma rigorosa política de ação pública, com etapas, a fim de substituir, primeiramente, as favelas por moradias provisórias, construídas no mesmo local ou próximo dele. No exaustivamente citado Decreto nº 6.000, artigo 347, intitulado “Formação de Núcleos de Habitações de Tipo Mínimo”, encontra-se a base da interferência da prefeitura na construção de caráter coletivo para os grupos populares, que, nesse momento, foi consubstanciada nos parques proletários. Pelo decreto, a prefeitura ficaria encarregada de providenciar a “formação de habitações baratas, de tipo mínimo, em substituição às favelas, na medida em que estas forem sendo extintas”. As casas poderiam ser isoladas, conjugadas ou em série, seriam vendidas a “pessoas reconhecidamente pobres” mediante pagamento de prestações mensais. O adquirente não poderia revender a casa, tendo de restituí-la à prefeitura no caso de mudança.<sup>44</sup>

Na proposta dos parques proletários o caráter de temporalidade é claro: após uma fase de educação, quando se superaria o plano de favelados, por meio do aprendizado das regras de boa conduta em sociedade e em família, os moradores seriam transferidos para as casas definitivas,<sup>45</sup> construídas segundo a legislação referida, o que só aconteceria posteriormente, na gestão de Mendes de Moraes, com o Departamento de Habitação Popular, e na gestão de Carlos Lacerda. Segundo Ney Oliveira, o processo de remoção teve início em 1963 e só foi concluído em 1973, com a extinção do parque.

42 TELLES, 1940.

43 Autores como Lucien Parisse, vinculam a experiência dos parques proletários à “Liga Social contra os mocambos do Recife”, em particular a pessoa de Vitor Moura (PARISSE, 1969). Não foi encontrada nenhuma referência mais decisiva de sua participação, apenas o fato de que era pernambucano, concunhado de Agamenon Magalhães. VALLADARES, 2000.

44 Decreto nº 6.000, de 1937.

45 VALLA, 1986.

Muitos foram removidos para os conjuntos habitacionais de Vila Esperança, Vila Kennedy e Vila Aliança, na zona oeste da cidade.<sup>46</sup>

O plano dos parques foi basicamente idealizado pelo médico Vitor Tavares de Moura, diretor do Albergue da Boa Vontade, abrigo noturno para moradores de rua construído durante a gestão de Pedro Ernesto. Em 1940, apresentou um plano de estudo que informava que o ponto crucial era a falta de dados precisos do problema das favelas e que, para solucioná-lo, era preciso conhecê-lo. Sugere a constituição de uma comissão composta de um médico especialista em medicina social, um engenheiro, urbanista ou sanitarista, um procurador, um bacharel em direito e advogado prático e um estatístico. A comissão deveria buscar o profundo conhecimento das favelas, quanto a localização, geografia, aspecto dos barracões e características gerais. Os moradores passariam por um censo rigoroso, determinando-se nacionalidade, religião, estado civil, escolaridade, cor, salário, tipo de trabalho, a fim de delinear um perfil dos favelados. De acordo com Vitor Moura, “somente com informações reais e pormenorizadas é que se poderia escolher um caminho para a solução do problema”.<sup>47</sup> Interessante notar que, antes mesmo de qualquer levantamento ou pesquisa, as soluções já estavam delineadas: em suma, remover os barracões e construir novas casas:

*Terminado o censo e tiradas tôdas as conclusões, dar-se-á início à parte prática da campanha, ou seja das realizações concretas, visando substituir o barracão que avilta a cidade pela casa modesta, porém higiênica. Para isto é necessário que sejam feitos estudos especiais para os tipos de casas mais convenientes bem como os preços de suas localizações, tendo em vista não prejudicar o urbano da cidade e examinadas as possibilidades aquisitivas dos futuros moradores.<sup>48</sup>*

É caracterizada uma forma de ação consoante a imagem que se tinha dos moradores dos morros e favelas, antros de preguiça, sujeira e maus hábitos. As aproximações do popular feitas anteriormente por Pedro Ernesto, não só acompanhando, mas também estimulando o estabelecimento das escolas de samba, entendidas como a mais genuína forma de expressão do povo brasileiro, estavam suspensas. Curiosamente, este é o momento em que o samba ganha força e expressão na cidade. Os Morros da Mangueira, Serrinha, Salgueiro e outros tantos passam a receber visitas ilustres. Eram os exemplares da mais pura cultura brasileira. Já se tornou lendária a visita de Walt Disney à Portela, onde conheceu Paulo da Portela, no qual se teria inspirado para compor o personagem Zé Carioca. Mas as visitas não pararam aí, incluem nomes como Villa-Lobos, Aaron Copland e Orson Welles e são legitimadoras do discurso de que as favelas cresciam no interesse da intelectualidade nacional e internacional, não como alvo de políticas sociais, mas como portadoras de significado cultural.<sup>49</sup> Por um lado, o povo e suas expressões artísticas e musicais eram exaltados, e, por outro, ao seu local de moradia eram atribuídos os piores e mais degradantes adjetivos. As contradições na relação entre autoridades e favelas estiveram presentes em maior ou menor grau na história da cidade do Rio de Janeiro, e o

46 OLIVEIRA, 1981:55-56.

47 Apud PARISSE, 1969:63.

48 MOURA, 1940:8.

49 FERNANDES, 2001.

momento da constituição dos parques proletários marca o início de um processo de intervenção estatal, que, nas palavras de Henrique Dodsworth, visava “a recuperação do indivíduo, deformado pela promiscuidade macabra da favela”.<sup>50</sup>

A Comissão de Dr. Vitor é formada e, em 1941, entrega o relatório com a sugestão de ações de ordem preventiva e de cunho realizador. As preventivas seriam: a) controle da entrada no Rio de indivíduos de baixa condição; b) recambio de indivíduos de tal condição para os estados de origem; c) fiscalização severa quanto às leis que proíbem a construção e reconstrução de casebres; d) fiscalização dos indivíduos acolhidos pelas instituições de amparo; e) promoção de forte campanha de reeducação social entre os moradores das favelas, para corrigir hábitos pessoais de uns e incentivar a escolha de melhor moradia”. As ações de cunho realizador seriam: “casas provisórias, pelo menos do tipo mínimo permitido pela lei, serão imediatamente construídas e para elas transferidos os moradores dos casebres, tendo em vista as suas condições de saúde, de trabalho e de defesa contra a varíola, difteria, doenças do grupo coli-tífico, além de inspeção torácica e apurações de conduta social”.<sup>51</sup>

Em maio de 1942, as primeiras casas populares de Dodsworth são inauguradas na Rua Marquês de São Vicente, local das polêmicas favelas da Praia do Pinto, na região da Lagoa Rodrigo de Freitas. A primeira favela removida é a do Largo da Memória, por meio de um apoteótico ato, com a presença de autoridades da administração, que assistiam ao prefeito atear fogo ao primeiro barracão. Essa região ficou conhecida pela grande visibilidade adquirida no processo de expansão da cidade rumo à zona sul, antes ocupada por indústrias e favelas fornecedoras de mão-de-obra forçadas a mudar para os subúrbios a partir do Decreto nº 6.000, que determinava o zoneamento industrial. Pouco a pouco tornou-se região de bairros elegantes, também consumidores de mão-de-obra. No mesmo espaço conviviam as favelas e as casas da elite, faces da mesma moeda de modernização da cidade. De acordo com Mauro Kleiman,<sup>52</sup> a Favela do Largo da Memória consolidou-se com as novas obras do bairro, dentre elas o Estádio do Flamengo, e, dos 300 barracos apenas 13 eram alugados, com poucos moradores desempregados. Não foi sem motivo que se escolheu a Gávea para abrigar o primeiro parque proletário: ainda em expansão, não tão densamente ocupada como a “antiga zona sul”, mas de grande visibilidade, com terrenos cada vez mais valorizados.

Este, que foi denominado Parque Proletário nº1, abrigou 2.500 pessoas e situava-se num terreno do IAPC. Segundo Parisse, o Instituto de Aposentadoria e Pensões entrou em entendimento com a prefeitura para iniciar a construção das casas, que nada mais eram que sobrados enfileirados de madeira. Os blocos receberam o nome de grupos e situavam-se em alamedas designadas pelos nomes dos estados do Brasil. A conformação urbana aproximava-se dos conjuntos habitacionais construídos na era Vargas: blocos dispostos isoladamente no terreno, contidos em uma área da cidade, com significativas

50 DODSWORTH, Henrique. Artigo “Correio da Manhã” 28.3.1956. Apud: PARISSE, 1969:83.

51 PARISSE, 1969:66-67.

52 KLEINMAN, 1978.

Vista geral da Favela do Largo da Memória, início dos anos 40 (CASA DE OSWALDO CRUZ)



Incêndio na Favela do Largo da Memória em 20.5.1942 (CASA DE OSWALDO CRUZ)



Vista aérea do Parque Proletário nº1, anos 40 (CASA DE OSWALDO CRUZ)





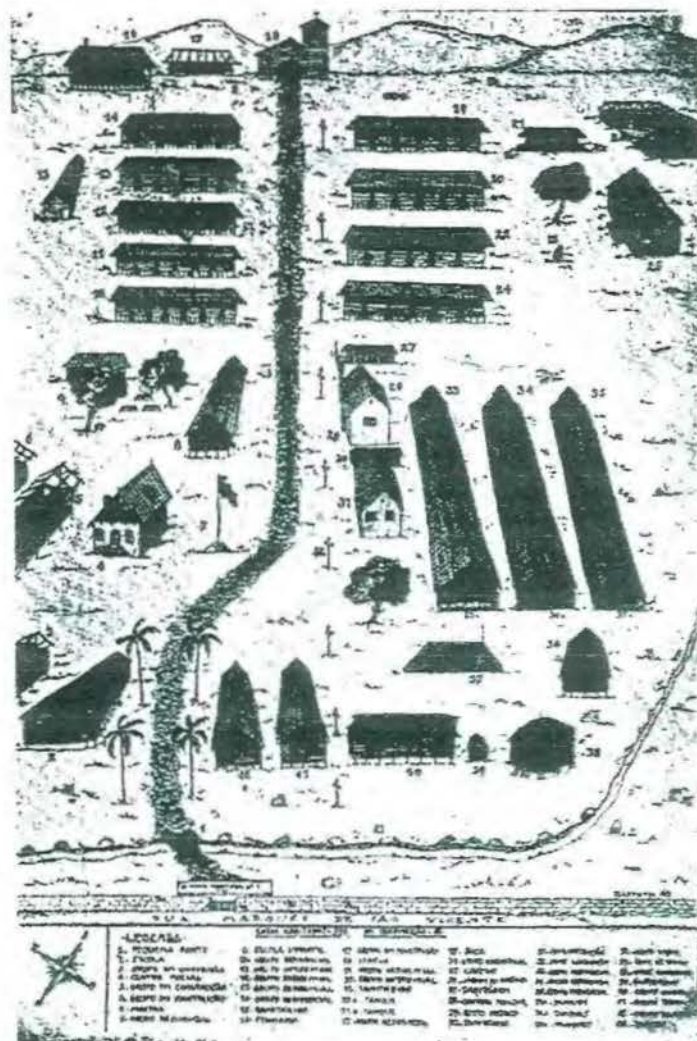
Getúlio Vargas em visita ao Parque Proletário nº1, anos 40 (CASA DE OSWALDO CRUZ)



Parque Proletário nº1: bloco residencial, anos 40 (CASA DE OSWALDO CRUZ)

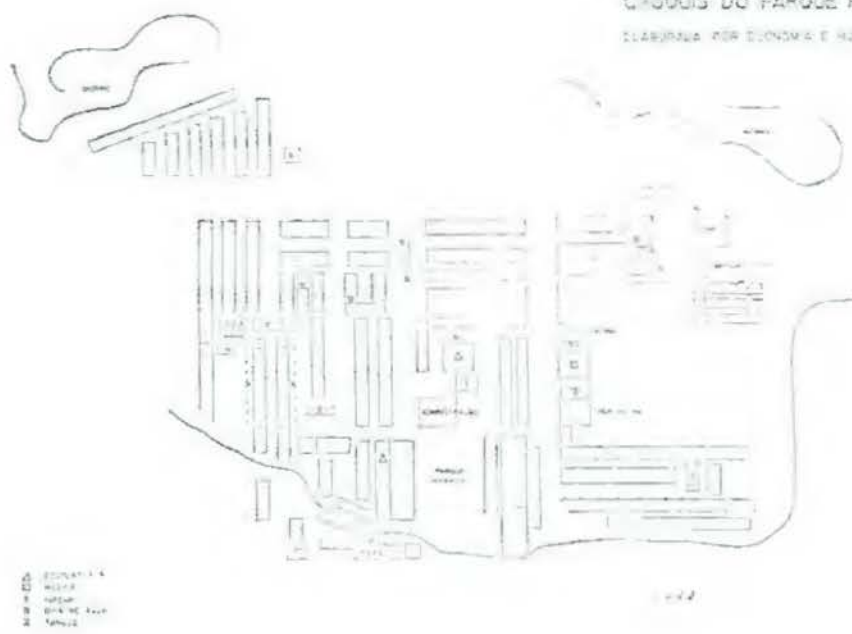


Parque Proletário nº3: bloco residencial (CASA DE OSWALDO CRUZ)

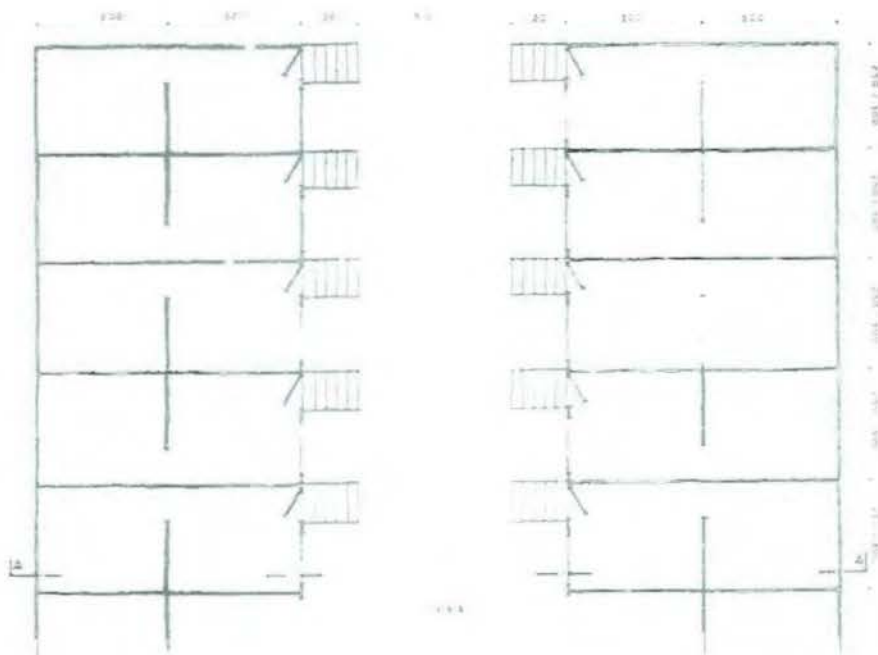
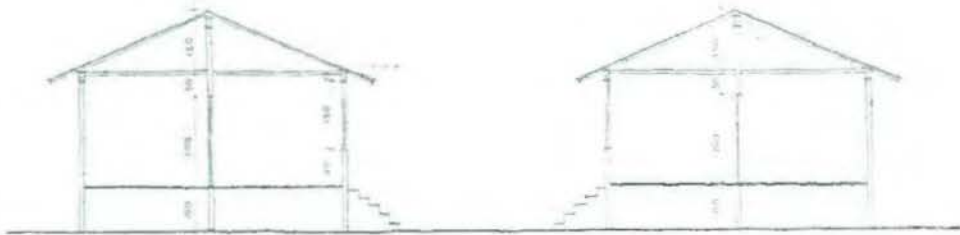
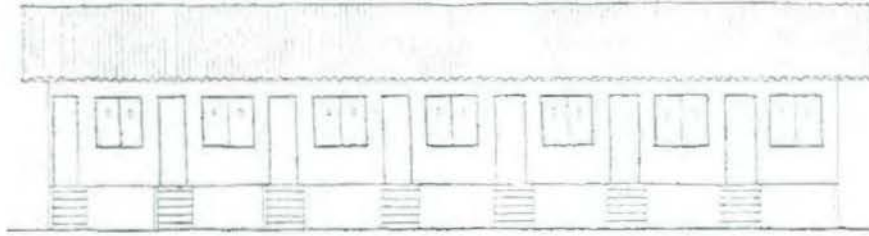


Parque Proletário nº1: perspectiva (SILVA, 1942:99)

CARTA B (I)  
DISTRITO FEDERAL  
CENSO DO PARQUE P DA GÁVEA  
ELABORADA POR ECONOMIA E HUMANIDADES 1958



Parque Proletário nº1: implantação elaborada em 1958 pelo inventário da SAGMACS para o Especial da Folha de São Paulo sobre as favelas cariocas (SAGMACS, 1960:20)



Parque Proletário nº1: bloco residencial: fachada, corte transversal e planta (OLIVEIRA, 1981:anexo)

áreas livres de edificação, atreladas a serviços, como escola, posto médico, capela, creche e recreação, construídas especialmente para atender aos moradores do Parque.<sup>53</sup>

Internamente, as casas não tinham cozinha, água encanada ou instalações sanitárias. Os banheiros e os tanques para lavagem de roupas eram coletivos e dispostos em diversos pontos do conjunto. De modo geral, eram dois cômodos, de 3x3m aproximadamente, com portas e janelas largas, de tipo correção, servindo para ambos os dois cômodos, separados por um biombo de madeira de dois metros de altura. O piso era de madeira e o teto de telha vã.<sup>54</sup>

O parque era coordenado pelo serviço municipal de assistência, na pessoa de Maria Esolina Pinheiro, organizadora dos cursos de assistência social promovidos pela prefeitura, futura diretora da Escola de Serviço Social Cecy Dodsworth e figura central na institucionalização do serviço social na cidade. O Serviço de Reeducação Familiar promovia atividades recreativas para as crianças (“o ponto culminante de qualquer iniciativa”) e exercia significativa ingerência na vida familiar dos moradores. Foram instituídos prêmios para a casa mais higiênica e agradável, em votação feita pelos próprios moradores, e a casa premiada recebia uma placa com a letra E, significando eficiência. Todas as tardes uma rádio transmitia palestras pelo alto-falante, destinadas às crianças em boa parte. As visitadoras sociais promoveram inquéritos individuais e familiares que visavam conhecer de perto a realidade e a demanda dos moradores, para proporem um plano de transformação:

*(...) Esse Serviço conseguiu junto às famílias e seus filhos resultados extraordinários quanto à educação higiênica; frequência escolar, espírito de cooperação e disciplina. As Visitadoras Sociais, penetrando nos lares, conseguiram modificar, de um modo geral, o ambiente doméstico.<sup>55</sup>*

Distinção importante é necessária neste ponto: o Dr. Vitor Moura entrega seu relatório sobre o problema das favelas ao Secretário de Saúde e Assistência da Prefeitura, que monta uma comissão para conduzir as ações. O plano de habitação que se consubstanciou nos parques proletários foi idealizado e posto em prática no contexto do assistencialismo, associado à medicina. A gestão dos Parques e o contato cotidiano foi legado às assistentes, que estavam experimentando técnicas de conhecimento da realidade do popular. As assistentes sociais vinham de uma experiência de trabalho com habitação popular que, embora não fosse da Prefeitura, serviu em alguma medida como laboratório para as ações futuras: a Associação Lar Proletário. Após a realização da 1ª Semana de Ação Social<sup>56</sup> no Rio de Janeiro, em 1936, com a presença do Pe. Fallon, que fez conferência sobre a construção de vilas operárias, um “grupo de capitalistas cheios de ideal” decidiu fundar a Associação Lar Proletário, sociedade civil de amparo social e fins exclusivamente beneficentes, cuja presidência foi entregue à primeira dama, D. Darcy Vargas. Visavam “promover a construção de habitações populares, higiênicas e confortáveis, singulares e

53 Idem.

54 Ibidem.

55 PINHEIRO, s.d.

56 Durante a 1ª Semana de Ação Social foi feito um inquérito sobre habitação na cidade, conseguido com o auxílio de outras instituições. As conclusões, apresentadas por Maria Esolina Pinheiro, assistente social dos Parques Proletários eram, por exemplo, que no “Morro de Santos Rodrigues, abrangendo S. Carlos, Itapirú e Querozene, há 5.072 famílias ocupando 2.000 barracões de 4 por 5 ou 6 metros. Vivem aí 14.000 pessoas sem água, sem esgotos, etc.” PINHEIRO, s.d.:22.

coletivas, nas zonas urbana, suburbana e rural do Distrito Federal, para vendê-las a prestações módicas e a longo prazo a moradores pobres e com família, de preferência aos que habitam as favelas". Sua primeira ação, talvez a única, teve início em 1939 e constituiu-se da construção da Vila Proletária Darcy Vargas, localizada no bairro de São Cristóvão. Era um total de 238 casas, de três tipos diferentes:<sup>57</sup>

- 72 casas do tipo A; quarto, sala, cozinha, instalações sanitárias;
- 21 casas do tipo B; sala, cozinha, instalações sanitárias;
- 195 casas do tipo C; dois quartos, sala, cozinha, instalações sanitárias.

As casas atrelavam-se a serviços, uma escola (Escola Municipal Cardeal D. Sebastião Leme), uma sede provisória, com clínica médico-dentária e serviço social (casa tipo B) e a residência do administrador (casa tipo C). A vila foi inaugurada por partes, ficando o primeiro lote de casas pronto em 1940 e o último em 1943. A ação das assistentes constituía-se, primeiramente, de um rigoroso levantamento das famílias que poderiam morar no conjunto (analisavam-se ficha policial e estado de saúde) e seleção posterior. O inquérito social, abrangendo duas mil famílias de possíveis moradores,<sup>58</sup> o que, para os padrões populacionais da época, não era pouca coisa. A escolha das famílias era fundamental, pois determinaria o sucesso da empreitada. Deu-se preferência às famílias com maior possibilidade de educação moral, social e higiênica.<sup>59</sup>

As atividades das assistentes eram tanto de cunho recreativo como educativo: estabelecimento de biblioteca coletiva, grêmios esportivos, cinema, grupo de escoteiros, cursos de economia doméstica e nutrição, ingerência direta na vida cotidiana dos moradores (por meio do serviço social de casos), orientando a organização do lar e o orçamento doméstico.<sup>60</sup>

A arquitetura chama a atenção. As casas construídas na Vila Operária eram as mesmas fornecidas gratuitamente e aprovadas pelo Departamento de Construções Proletárias da PDF. Embora no âmbito da prefeitura as ações de engenheiros e assistentes estivessem respondendo a diferentes propostas de habitacionais, fora das amarras institucionais os modelos combinavam-se.

As casas isoladas nos subúrbios, licenciadas pela PDF, eram organizadas e idealizadas no âmbito da Secretaria Geral de Viação e Obras, à qual o Departamento de Construções Proletárias era vinculado, gerenciadas, portanto, pelos engenheiros. Pressupunha-se uma autonomia e independência dos órgãos da prefeitura não encontrada entre os habitantes das favelas, que morariam nos parques proletários. Mas as mesmas casas unifamiliares, caso da Vila Darcy Vargas, quando colocadas em conjunto, não poderiam sobreviver enquanto tais sem a tutela educacional do assistencialismo.

Os parques proletários são exemplos dessa conduta: seus moradores aprenderiam a gerenciar o próprio espaço e a morar em coletividade sob a interferência cotidiana dos funcionários da prefeitura. Sua experiência não ficou restrita à zona sul: em

57 Idem:24.

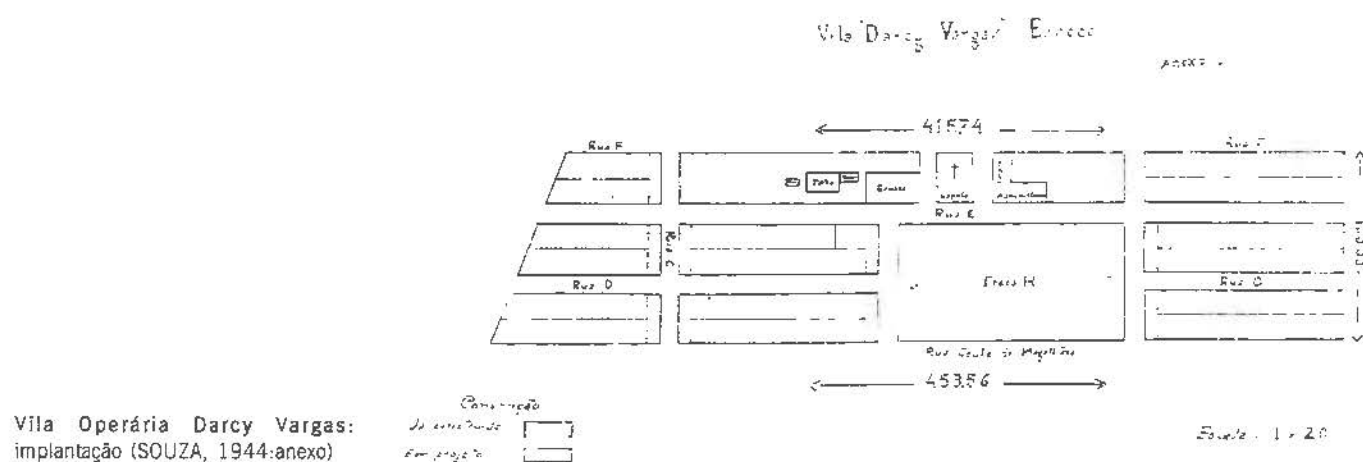
58 PEREIRA, 1944.

59 SOUZA, 1944:80-100.

60 Idem:102-113.

maio de 1943 é inaugurado o Parque Proletário nº2, no bairro do Caju, abrigando 322 famílias e 1395 pessoas, provenientes da favela do Livramento. Instalou-se também o Parque nº3 na favela da Praia do Pinto, nas imediações da Lagoa Rodrigo de Freitas, junto do paredão do Clube de Regatas Flamengo, com 800 pessoas e 162 casas.<sup>61</sup>

Com o fim da gestão Dodosworth, nem com o projeto das casas isoladas foi possível aprovar unidades em número suficiente para ocupar hegemonicamente os subúrbios, nem os parques proletários deram a aclamada “solução definitiva” para as favelas. As atividades nos parques proletários foram escasseando e os edifícios definitivos não saíram do papel. A pressão por realizações tornava-se mais e mais premente: o número de favelas não parava de crescer e a questão social era ainda mais elaborada nos diversos segmentos da sociedade. Quando Hildebrando Góis assumiu o cargo de prefeito, em 1946, após breve passagem de Filadelfo de Barros Azevedo (de novembro de 1945 a janeiro de 1946), a habitação popular estava quase que de modo irrevogável na pauta de suas realizações políticas. Uma vez que as proposições dos engenheiros do Departamento de Construções Proletárias e as dos médicos e assistentes dos parques proletários não haviam surtido os efeitos desejados, surgiu espaço para novas ações e intervenções.



Vila Operária Darcy Vargas:  
implantação (SOUZA, 1944:anexo)

61 KLEINMAN, 1978:18.

### 2.3 O pós-45: favelas e conjuntos habitacionais

A mudança no cenário político nacional a partir de 1945, com o fim do Estado Novo e com a redemocratização, permitiu que a intelectualidade carioca empreendesse discussões sobre o espaço urbano. A cidade-palco dos poderes federais deveria ter uma imagem mais condizente com a ordem política democrática, em que os representantes do povo eram eleitos pelo voto direto. Passado o período varguista, as eleições são estabelecidas e o partido comunista recebe significativa votação para a câmara de vereadores. O discurso da ameaça comunista como manipuladora das populações faveladas parece ter se espalhado velozmente. Algumas das ações que se vinham esboçando antes de 1945, no campo da habitação popular, ganham ímpeto também com esses impulsionamentos políticos.<sup>62</sup>

Habitação e urbanização tornam-se ainda mais visíveis e prioridades inequívocas da municipalidade. Atitudes concretas são a criação, pelo prefeito Filadelfo de Azevedo, do Departamento de Urbanismo,<sup>63</sup> desdobramento do Serviço Técnico do Plano da Cidade, e a transformação do Departamento de Construções Proletárias em Departamento de Habitação Popular, em abril de 1946, durante a administração de Hildebrando Góis. Em janeiro de 1947, é criada a Fundação Leão XIII,<sup>64</sup> cujo objetivo era agir diretamente no ambiente das favelas da cidade por intermédio dos Centros de Ação Social (CAS). A nomeação do general-de-divisão Ângelo Mendes de Moraes para o cargo de prefeito pelo general Dutra, em junho de 1947, fez com que a prefeitura consolidasse a estratégia intervencionista no morar popular e, com que as instituições recém-estabelecidas ganhassem força.<sup>65</sup>

As ações da prefeitura, no pós-45, no campo do morar são, a um só tempo, desdobramentos e críticas das experiências habitacionais anteriores. Carregando significativas diferenças ideológicas em relação aos experimentos promovidos pelo executivo municipal entre 1937 e 1945, como o Departamento de Construções Proletárias e os Parques Proletários Provisórios, a prefeitura pretendia dar ao tema da habitação, mais uma vez, um caráter inovador e definitivo. O Departamento de Habitação Popular e a Fundação Leão XIII advinham de matrizes de pensamento distintas, mas que se coadunavam, dentre outras razões pela intervenção no espaço urbano do Rio de Janeiro, em particular no ambiente das favelas. O DHP construiu habitações para os funcionários da prefeitura do Distrito Federal, na maioria moradores das favelas. A extinção destas não era objetivo primeiro, porém estava implícita. A Fundação Leão XIII também não tinha como plano imediato erradicar as favelas e substituí-las por outras, como propuseram e executaram os técnicos dos parques proletários. Sua intenção era, por intermédio dos Centros de Ação Social, a “reabilitação da população pobre, através de iniciativas que visam amparar a família”.<sup>66</sup> Algumas favelas deveriam ser extintas e seus moradores transferidos para vilas populares, mas, na maioria dos casos, ao menos no discurso, as

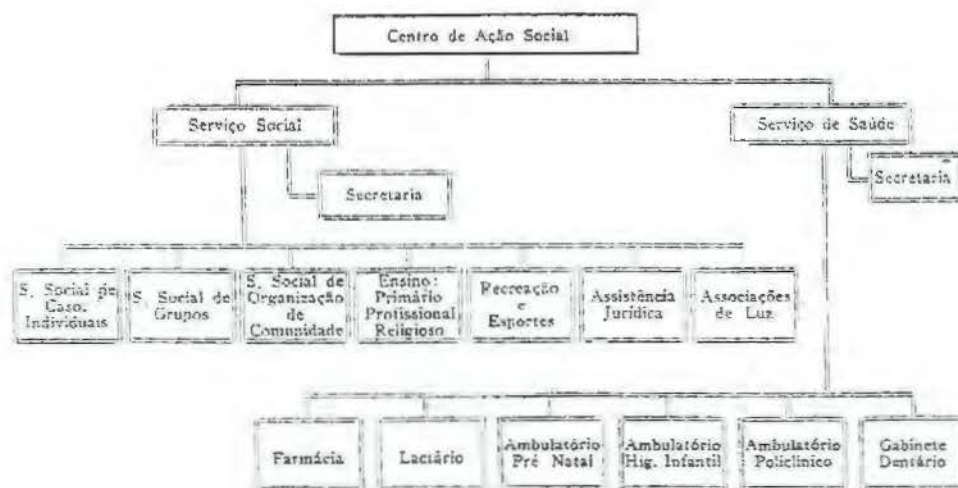
62 A real ação dos membros do Partido Comunista nas favelas do Rio de Janeiro é tema a ser estudado. Dela pouco se sabe, a não ser pelos relatos indiretos de órgãos da Igreja que trabalharam nas favelas, como, por exemplo, a Fundação Leão XIII, abertamente contrária ao comunismo. Sobre o discurso anticomunista no Brasil, ver MOTTA, 2002.

63 Decreto-Lei nº 8.304, de 1945.

64 Decreto Federal nº 22.498, de 22.1.1947.

65 Desde seu discurso de posse Mendes de Moraes voltou a atenção para a questão das favelas como ponto prioritário de governo. In: PDFa, 1949:5.

66 Idem: 263.



Organograma do Centro de Ação Social da Fundação Leão XIII e da PDF (ARAGÃO, 1949:66)



Casas unifamiliares geminadas construídas pela Fundação Leão XIII e pela PDF para substituir os barracos da favela Barreira do Vasco, anos 40 (FUNDAÇÃO LEÃO XIII, 1950:44)

favelas deveriam transformar-se aos poucos, num processo quase “natural”, em bairros populares por meio da construção de casas mediante urbanização.

A Fundação Leão XIII nasceu da iniciativa da Igreja Católica, representada pelo Cardeal Jaime Câmara, e, em associação com a PDF, com a Ação Social Arquidiocesana e com a Fundação Cristo Redentor, interferiria diretamente na vida cotidiana dos “favelados” da cidade. A idéia de estabelecer um contato mais próximo com os segmentos mais pobres em seu local de moradia já se vinha delineando desde os anos 30, restrita, entretanto, às paróquias, aos grupos filantrópicos e às instituições educacionais. A prefeitura vinha atuando, cada vez mais, na esfera do assistencialismo, por intermédio da Secretaria Geral de Saúde e Assistência,<sup>67</sup> e a criação de uma fundação encarregada de estabelecer bases sociais nas favelas que fossem postos institucionais da prefeitura era um coroamento das ações esboçadas. Coordenados pelas assistentes sociais, sob o comando da hierarquia eclesiástica e municipal, os Centros de Ação Social eram, por excelência, a concretização das teorias assistencialistas no espaço da cidade e, portanto, a corroboração do assistencialismo como legítimo conhecedor, aquele capaz de decifrar códigos e modificar hábitos do povo.

*Estamos vivendo uma fase da vida nacional em que todos os bons hábitos dificilmente se insinuarão na vida do povo, sem um persistente trabalho de assistência e educação, a ser desenvolvido, sempre, em seguras bases sociais, com a participação ativa de várias camadas populares. (...) Uma característica da Fundação é que ela não age à distância, mas instala suas tendas de campanha em cima do morro, no meio dos favelados, a quem não poderá deixar de infundir confiança com essa conduta de absoluta lealdade aos seus objetivos de assistência social. Fraternidade e não paternalismo – eis o sentimento que anima as equipes da Fundação Leão XIII.<sup>68</sup>*

Em 1948, a Fundação Leão XIII lançou as pedras fundamentais dos seis primeiros centros de ação social nas seguintes favelas: Barreira do Vasco, São Carlos, Jacarezinho, Telégrafos, Cantagalo e Catacumbas. Seis meses depois do início das construções inauguravam-se os primeiros centros – Vasco, São Carlos e Jacarezinho. Os objetivos dos Centros de Ação Social eram assegurar a sobrevivência da população, prestar-lhe assistência médica e dar educação física, profissional, intelectual e moral a todos os seus membros, “de modo a torná-los úteis a si, à sociedade e à Pátria, fazendo de cada um, um Homem e um Cristão”. A educação era a redentora dos problemas materiais e morais.<sup>69</sup>

*(...) estamos certos de que o “problema da favela” é o problema da falta de educação. Doenças, analfabetismo, ideologias exóticas, crimes, contravenções, etc são males de uma população que vem vivendo anos a fio sem o benefício de uma palavra esclarecedora e amiga que só a Escola, na sua mais alta concepção pode dar.<sup>70</sup>*

67 Em 1935, pelo Decreto nº 29, de 19.2.1935, funda-se a Secretaria de Saúde e Assistência, posteriormente nomeada Secretaria Geral de Saúde e Assistência, Decreto nº 6.641, de 14.3.1940.

68 FUNDAÇÃO LEÃO XIII, 1950:9.

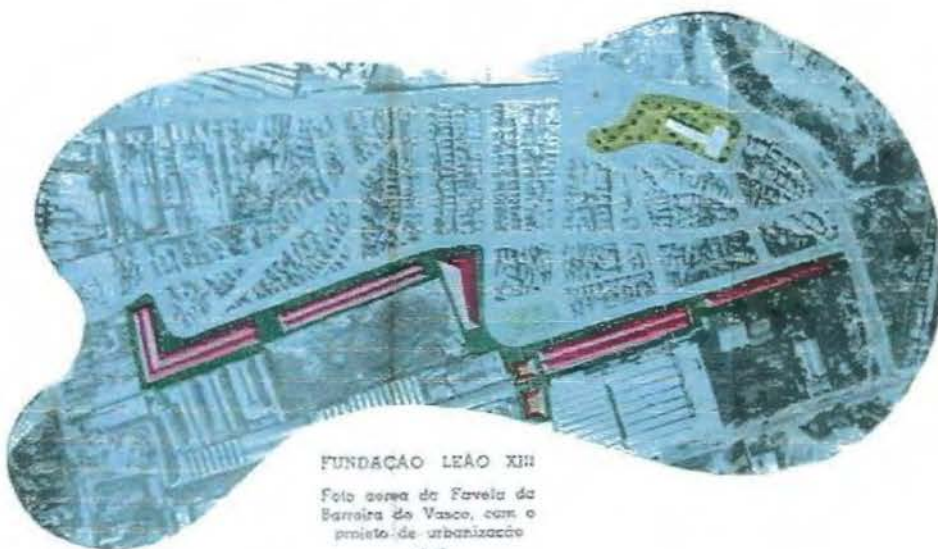
69 ARAGÃO, 1949. Autores, como VALLA, 1986, e VALLADARES, 2000, salientaram com propriedade a importância do conceito de educação nas relações entre grupos dirigentes e favelados.

70 ARAGÃO, 1947, e ARAGÃO, 1949:266.



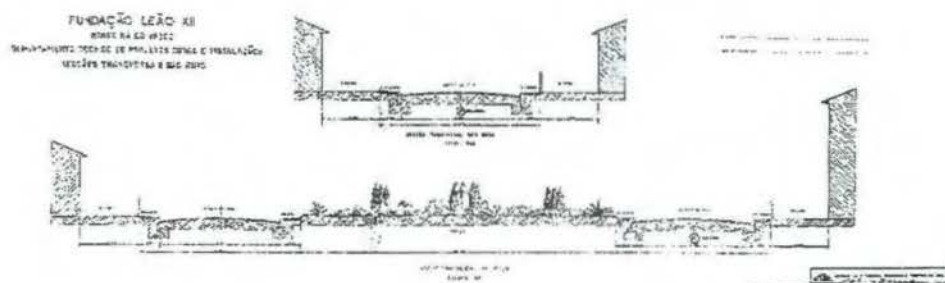


Projeto de urbanização da favela Barreira do Vasco: 1949 (FUNDAÇÃO LEÃO XIII)



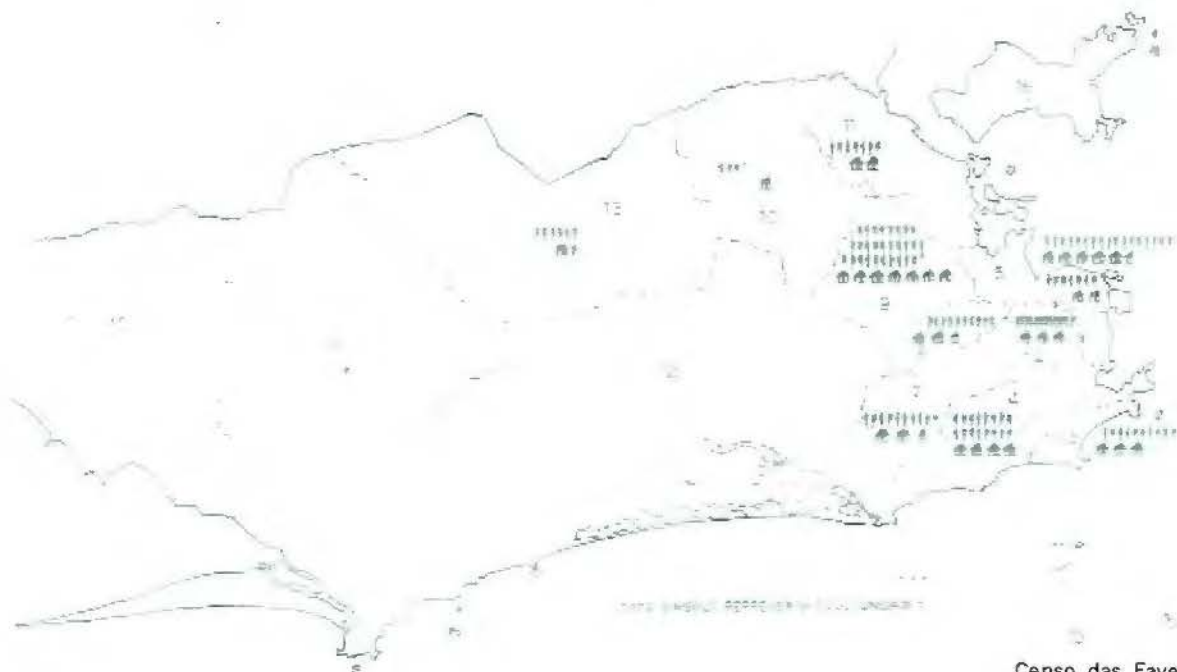
FUNDAÇÃO LEÃO XIII  
Foto aérea da Favela da Barreira do Vasco, com o projeto de urbanização 1949

Foto aérea da favela Barreira do Vasco, destacando-se o projeto de urbanização, 1949 (FUNDAÇÃO LEÃO XIII)



Cortes das ruas propostas no projeto de urbanização da favela Barreira do Vasco, 1949 (FUNDAÇÃO LEÃO XIII)

CASEBRES E POPULAÇÃO DAS FAVÉLAS



Censo das Favelas: levantamento estatístico dos casebres e da população das favelas no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, realizado pela Prefeitura (PDF, 1949a:4)

CENSO DAS FAVÉLAS  
PRINCIPAIS COMODIDADES DAS HABITAÇÕES

CASEBROS 

LUZ ELÉTRICA 

ESGOTOS 

ÁGUA 



CADA SÍMBOLO REPRESENTA 2.000 UNIDADES

Censo das Favelas: levantamento das principais comodidades verificadas nas favelas do Rio de Janeiro (PDF, 1949a:s.p.)

O instrumental aplicado para resolvê-los era similar ao que vinha sendo utilizado nas experiências habitacionais descritas (IAPs, Associação Lar Proletário e Parques Proletários): inquérito social minucioso, seguido de atividades de serviço social de casos individuais (matrícula, triagem, inquérito, seleção, orientação e tratamento); auxílios (assistência jurídica, caixa beneficente, colocação em empregos, hospitais, colocação em obras sociais, creche, merenda escolar); recreação e jogos (“distrair educando”: cinema, rádio, teatro e discoteca, canto orfeônico, educação física, parque de diversões, retretas, danças folclóricas); cooperativa (gêneros alimentícios, tecidos, roupas, produtos farmacêuticos, artigos escolares) e educação popular (religiosa, democrática, sanitária, alimentar, sexual e profilaxia das doenças venéreas, imunização contra doenças infecciosas).<sup>71</sup>

Dentre as favelas que receberam a intervenção da Fundação Leão XIII está a Barreira do Vasco, escolhida para ser modelo da atuação da instituição. Suas características geográficas (situar-se no plano e estar próxima do Estádio de Futebol do Vasco) foram declaradamente decisivas para a escolha.<sup>72</sup> A Barreira do Vasco além de contar com o plano de reeducação popular dos CAS, passou por um processo de urbanização, quando foram pavimentadas ruas e construídas novas casas, que substituíram os barracos. O projeto das casas foi fornecido pelo IAPI, igual das casas construídas no Conjunto Residencial de Realengo, de autoria do arquiteto Carlos Frederico Ferreira.<sup>73</sup>

Como parte do inquérito social da Barreira do Vasco, a prefeitura fez um censo da favela, levantando uma série de importantes dados. Esse inquérito vincula-se ao famoso Censo de Favelas da PDF, iniciado em 1947 e publicado em 1949, que não só admitia o problema das favelas na cidade, mas também legitimava o executivo municipal a tratar desse “palpitante problema sócio-econômico”.<sup>74</sup> Do censo geral das favelas, quando se contaram 119 favelas com população de 280.000 habitantes, concluiu-se que a “bizarra arquitetura dessas habitações primitivas” era muito próxima da arquitetura do residências humildes do interior brasileiro, só se diferenciando delas pela extrema heterogeneidade dos materiais que as compunha. Na maioria, constavam de dois pequenos cômodos, com piso de terra, cimento, madeira ou de composição mista, fechados por tela, tábuas de caixotes, folhas usadas de zinco ou de latas, palha, ou uma cobertura mista, onde, em média, moravam de quatro a cinco pessoas. Do Censo da Barreira do Vasco,<sup>75</sup> concluiu-se que a favela tinha 4.974 pessoas, num total de 1.111 famílias. A maioria dos barracões era construída ou comprada (630 para ambos os casos) e pequena parcela era alugada. Dados interessantes referem-se à materialidade das casas:

71 Idem:264.

72 Além disto, na época, o estádio do Vasco era o maior do País, tendo servido múltiplas vezes de lugar para manifestações presidenciais. Já são lendários os pronunciamentos de Getúlio Vargas feitos no 1º de maio nesse estádio. Mais uma vez, São Cristóvão será o foco das intervenções no plano da moradia popular da cidade. É preciso destacar, para referência futura, que a favela do Vasco está situada no sopé do morro, em seu lado posterior, do Conjunto Residencial Pedregulho. Duas das principais ações habitacionais da PDF no pós-45 acontecerão na mesma região geográfica, praticamente vizinhas.

73 Isso atesta a colaboração entre os órgãos federais e municipais, embora reforce o distanciamento entre as instituições da própria PDF; e o motivo do não fornecimento do projeto pelo DHP continua desconhecido.

74 PDF, 1949a:5, 15-18.

75 PDF, 1949b.

PDF Censo da Favela Barreira do Vasco HABITAÇÃO 1949	
Barracos com fossa	342
Barracos sem fossa	458
Barracos sem água encanada	800
Barracos sem gás	800
Barracos com arejamento	521
Barracos sem arejamento	279
Barracos com cozinha	489
Barracos sem cozinha	311
Barracos com utensílios de cozinha	590
Barracos sem utensílios de cozinha	210
Barracos com teto de telha	598
Barracos com teto de madeira	32
Barracos com teto de zinco	83
Barracos com teto de lata	86
Barracos com teto de lona	1
Barracos com chão de madeira	500
Barracos com chão de terra	220
Barracos com chão de ladrilho	10
Barracos com chão de cimento	70
Barracos com tanque	45
Barracos sem tanque	755
Barracos com luz elétrica	519
Barracos sem luz elétrica	281

Tabela 2 (PDF, 1949b)

A quase totalidade das casas não contava com água encanada ou gás e boa parte não tinha tanque, nem fossa. O fato de a PDF estar levantando esses dados era fundamental, pois dava ao morador da favela “status” de existência e também de sua necessidade. Se, de um lado, mostrava quão desvalidas estavam as populações carentes, por outro admitia a solução do problema como endereçada a um grupo já instalado nas favelas. A Fundação Leão XIII promovia o conhecimento mais amplo das feições internas, externas e infra-estruturais das casas, além do conhecimento das aspirações de seus moradores. Os levantamentos serviriam para justificar a intervenção municipal nos núcleos informais de habitação popular e salientar sua necessidade. Sua ação nas favelas era mais do que prestar assistência: era a combinação desta com projetos de urbanização e construção de outras casas, integralizando, segundo eles próprios, os moradores na vida da cidade.

Na outra ponta da questão habitacional da cidade do Rio de Janeiro estava a construção de casas e núcleos habitacionais. Se a prefeitura, associada à Igreja Católica, por intermédio da Fundação Leão XIII, cuidaria dos núcleos habitacionais populares, consolidando os saberes assistencialistas, seria a ação profissional dos arquitetos do DHP que concretizaria uma nova imagem de casas populares. O estabelecimento do Departamento de Habitação Popular foi justificado pela necessidade de construção de casas para os “grupos sociais de salários baixos”, da prefeitura, que viviam em condições precárias. Seus técnicos criariam núcleos residenciais, um em cada bairro, que dariam lugar às favelas “irrecuperáveis”, lembrando que as “recuperáveis” estavam sofrendo a

ação dos técnicos da Fundação Leão XIII. A transformação do Departamento de Construções Proletárias em Departamento de Habitação Popular não foi uma mera mudança nominal, foi uma transformação nas burocracias da PDF, onde se criava um espaço formal para discutir e projetar as habitações dos trabalhadores da cidade. Ao criar o DHP, a prefeitura não estava sendo necessariamente original: os clamores por uma ação mais substancial no tema eram audíveis desde o fim dos anos 1930. Novo era dar à profissão de arquitetos e urbanistas ligados ao movimento moderno seu gerenciamento. Embora o Departamento tivesse à sua frente a engenheira Carmen Portinho, sua relação histórica com o estabelecimento da arquitetura moderna brasileira se sobrepõe ao título. A criação do DHP era a institucionalização dos conhecimentos arquitetônicos acerca da habitação e da sociedade. Era dado agora aos arquitetos brasileiros, no âmbito da municipalidade,<sup>76</sup> a oportunidade de exercer suas aspirações profissionais de maior participação nos problemas sociais do homem e, conseqüentemente, da cidade.

76 Lembrando que federalmente isso já ocorria, com a fundamental atuação dos arquitetos nos Institutos de Aposentadorias e Pensões.



3

---

HABITAR É PRECISO



## CAPÍTULO 3

*O que não poderá nunca ser esquecido é que a habitação é a célula mater da cidade e que, como elemento fundamental de sua estrutura, deve estar sempre relacionada com os demais elementos que constituem o complexo urbano. O que não é admissível é que a própria administração pública continue a contribuir para agravar os problemas da cidade, construindo casas a esmo, sem um planejamento adequado, que, devido à falta de previsão e deficiência de instalações assistenciais, transformam-se, em pouco tempo, nas piores favelas.*

*Affonso Eduardo Reidy, 1953*

### 3.1 O Departamento de Habitação Popular: algumas questões historiográficas

O Conjunto Residencial do Pedregulho foi uma das obras da arquitetura moderna brasileira mais divulgadas e publicadas no Brasil e no exterior. Ele pode ser encontrado em praticamente todas as revistas especializadas, como *Arquitetura e Engenharia*, *Brasil-Arquitetura Contemporânea*, *Habitat e*, claro, na *Revista Municipal de Engenharia da PDF*. Internacionalmente, o conjunto apareceu, às vezes mais de uma vez, nas páginas das importantes revistas *L'Architecture d'aujourd'hui*, *Aujourd'hui - art et architecture*, *Architectural Review*, *Architectural Record*, *Architectural Forum*, *Progressive Architecture*, *Domus*, *Zodiac*, além de outras em países como Alemanha, México e Egito.<sup>1</sup> O papel da habitação social e da sua intervenção na sociedade por meio da arquitetura era o mote das publicações. A modernidade construída no Brasil não relutou em tocar num de seus pontos mais nevrálgicos: a função social do arquiteto. Mesmo quando, nos anos 50, as críticas vieram mais duras, bradando que a arquitetura moderna produzida no Brasil tratava apenas de formalizações destituídas de conteúdo, foram muitos os que se levantaram para ressaltar as obras de Affonso Eduardo Reidy, dentre estes, o designer suíço Max Bill, que puxou o gatilho das críticas, causando verdadeira celeuma entre os autores e protagonistas do movimento moderno no País. No especial *Report on Brazil*, promovido pela revista *Architectural Review* após a realização da 1ª Bienal de São Paulo, na qual o Pedregulho foi premiado, o suíço é categórico:

<sup>1</sup> Ver as Referências Bibliográficas para listagem completa dos periódicos.

*(...)arquitetura em seu país corre o risco eminente de tornar-se um academicismo anti-social*<sup>2</sup>

E, para aqueles que não aprenderam a lição, fez questão de lembrar:

*(...)arquitetura é uma arte social. Ela deve servir ao homem.*<sup>3</sup>

Dentre as diversas críticas que fez destacou apenas:

*(...) o famoso conjunto residencial do Pedregulho no Rio, um projeto completamente bem sucedido do ponto de vista urbanístico quanto arquitetônico e socialmente.*<sup>4</sup>

Ernesto Rogers, editor da revista italiana Casabella, no mesmo especial da *Architectural Review*, também atacou duramente a arquitetura brasileira. A Casa das Canoas de Oscar Niemeyer, por exemplo, era excessivamente formalista. Mas Reidy e o Pedregulho representavam a crescente maturidade da nossa arquitetura:

*Este trabalho parece sugerir uma feliz fusão das tradições naturais e culturais do Brasil; pode-se ver como cada tradição, embora suficiente em si mesma, é capaz de contribuir para a solução de outros problemas específicos.*<sup>5</sup>

Divulgado à exaustão, o Pedregulho foi quase sempre relacionado diretamente com seu autor, o arquiteto e urbanista Affonso Reidy. O Departamento de Habitação Popular da prefeitura, órgão realizador, é mencionado lateralmente. Quando há alguma concessão, é citada a engenheira Carmen Portinho, diretora do DHP durante praticamente toda sua existência e responsável em grande parte pela execução dos projetos. Não se trata aqui de tirar o foco da obra e da genialidade de Reidy, mas, sim, de incluí-las e problematizá-las como parte de um projeto maior de habitação para a cidade do Rio de Janeiro, fruto de um processo histórico, do qual participaram muitos outros personagens. A recorrente ênfase dada ao Pedregulho, como afirmou proficuamente Nabil Bonduki,<sup>6</sup> acabou por ofuscar as diversas obras de habitação social nos anos 40 e 50, no Brasil, como as dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), muitas destas tão relevantes, do ponto de vista arquitetônico e urbanístico, quanto o próprio Pedregulho.

As demais obras construídas pelo DHP também foram afetadas por esse processo de valorização exclusiva do Pedregulho, ficando à sua sombra. No entanto, mais grave que ofuscar o brilho individual das obras, esmaeceu-se no tempo um projeto de habitação popular, para a cidade do Rio de Janeiro, do grupo dos arquitetos e urbanistas vinculados à causa da arquitetura moderna. Perdeu-se a unidade da proposta desse grupo, que, mesmo com as diversidades internas, arquitetônicas ou conceituais, pretendia dar soluções concretas ao problema da moradia. Uma vez que o Pedregulho se liga exclusivamente a seu autor, perde-se a perspectiva de um grupo de quatro conjuntos residenciais e inúmeras casas isoladas em relação a um grupo de profissionais, arquitetos em sua maioria, engenheiros e assistentes sociais.

Mas o processo de esmaecimento não se restringe ao campo da arquitetura.

2 BILL, 1954:238.

3 Idem:239.

4 Idem:238.

5 ROGERS, 1954:240.

6 BONDUKI, 1998:170.

## PROBLEMA NACIONAL AS «FAVELAS» DO RIO

Urge ao Governo Federal promover a fixação das populações nas zonas rurais dos seus próprios Estados

Por que os nossos colonos constituem uma atração — Indispensável o combate da industrial do barraco — Planos da Prefeitura



Na foto, a excecional Carmen Portinho, diretora do Departamento de Habitação Popular da P. M. F., quando transmitia ao redator do GLOBO as suas impressões sobre o problema das "favelas" cariocas.  
Foto de 2ª página

Carmen Portinho fala sobre as favelas: "(...) o primeiro ponto a atacar, segundo diretrix traçada pelo Prefeito, é higienizar as 'favelas', construindo, depois, conjuntos residenciais, nesses lugares." (O GLOBO, 20.2.1952)

Vasta bibliografia, produzida pela sociologia, geografia e ciência política sobre favelas e sobre habitação social na cidade do Rio de Janeiro de 1930 a 1960, emudece nas referências ao DHP. A começar pelo clássico texto da SAGMACS, publicado em 1960, que cita projetos anteriores ao DHP, como os Parques Proletários, e refere-se ao Departamento como um licenciador de casas proletárias. O DHP é incluído apenas no final, nas proposições de curto prazo para o problema das favelas:

*Que o Departamento de Habitação Popular e o Departamento de Urbanismo da Prefeitura do Distrito Federal sejam incorporados nesses esforços conjuntos, visando dar um sentido mais amplo às soluções de emergência propostas.<sup>7</sup>*

Os trabalhos dos anos 60 e 70, como os quase obrigatórios textos de Lucien Parisse<sup>8</sup> e de Leeds & Leeds,<sup>9</sup> também silenciaram quanto ao DHP. O texto do casal Leeds o menciona apenas para mostrar as descontinuidades administrativas da PDF, sem esclarecer seu papel nas burocracias municipais. Nos anos 80 e 90, textos, como os de Nísia Lima, Vincent Valla e Alberto Gawryszewski, calaram ou mencionaram superficialmente o Departamento.<sup>10</sup> Mas, como os silêncios podem ser eloqüentes, deve haver uma explicação historiográfica para o fenômeno. A hipótese é que o DHP, para essas fontes bibliográficas, não foi entendido como um produtor de "soluções" para a latente questão das favelas e qualificado, exclusivamente, como construtor de casas para os funcionários da municipalidade. Mas o ponto por ressaltar como pertinente é que essas casas eram exemplos do programa habitacional da municipalidade carioca, na justa medida para seus trabalhadores. Trabalhadores que viviam de fato em precárias condições de moradia, habitando favelas, barracos e cortiços. Todas essas formas habitacionais, condenadas pelo poder público e autoridades interventoras, deveriam ser suplantadas por novas e higiênicas moradas. Ademais, se não se explicitou sua intervenção direta no problema, foi porque a própria criação do DHP era justificada pela grave crise habitacional, cuja solução, naqueles anos, era a construção de novas casas.

Outro fator que pode ter contribuído para a omissão do DHP na história da habitação popular carioca foi a ampla veiculação e atenção dadas às intervenções habitacionais imediatamente subseqüentes, no governo Carlos Lacerda e durante o regime militar. Lacerda, que tinha a "questão das favelas" e a intervenção no espaço urbano como importantes metas de governo,<sup>11</sup> capitalizou as atenções para a construção dos conjuntos habitacionais, dando-lhe farta cobertura jornalística. Somado a isto, marcou expressamente suas divergências quanto à orientação que se vinha dando ao tema da moradia popular até aquele momento: pelo DHP, pela Cruzada São Sebastião ou pelo SERFHA. Na época, a polêmica causada pelas "espetaculares" ações lacerdistas de incêndio de favelas e expulsões dramáticas de moradores impregnou-se no imaginário da cidade e ainda hoje é recorrentemente lembrada.<sup>12</sup>

7 SAGMACS, 1960:parte 2, 41-43. Esta inclusão pode dever-se a Helio Modesto, redator da parte relativa à urbanização, que, recém-formado, trabalhou no DHP.

8 PARISSÉ, 1969.

9 LEEDS & LEEDS, 1978:200-10

10 LIMA, 1990; VALLA, 1986:45; GAWRYSZEWSKI, 1996:284-285.

11 MOTTA, 2000:61-63.

No estudo do Departamento de Habitação Popular da Prefeitura do Rio de Janeiro há, genericamente polarizados, dois aspectos bibliográficos: o primeiro, vindo do campo da arquitetura, muito eloqüente quanto a uma das obras do DHP (o Pedregulho), mas sufocando as demais realizações do grupo e não entendendo as obras em conjunto; o outro, do campo das ciências sociais, geografia e história, praticamente silente quanto ao Departamento, não o incluindo no escopo das realizações de habitação popular no Rio de Janeiro. Duas espirais de movimento que não encontram intercessão, contribuindo apenas axialmente para o entendimento do Departamento em si.

Ter a cidade do Rio de Janeiro um Departamento de Habitação Popular significava aceitar institucionalmente o problema. Significava, ainda, admitir que os trabalhadores precisavam de casas e que a prefeitura iria construí-las. Foi esse um longo processo de ensaios e tentativas que remonta aos anos 30, não tendo sido a primeira vez que a PDF tinha um Departamento que tratava da habitação popular. E, se a criação do DHP foi parte intrínseca do processo histórico de discussão e promoção de habitação popular na cidade, não lhe cabendo a primazia das realizações, sua especificidade foi dar ao tema um caráter novo no âmbito da municipalidade.



Conjunto Residencial Paquetá: em primeiro plano barracos dos futuros moradores do conjunto, ao fundo o conjunto em construção, início dos anos 50 (DHP, 1961:s.p.)



Conjunto Residencial Marquês de São Vicente: bloco A em construção vendo-se os blocos residenciais do Parque Proletário nº1 em construção (DHP, 1961:s.p.)

### 3.2 O programa habitacional: teoria e ação

Fundado em abril de 1946, durante a gestão de Hildebrando de Araújo Góes, e subordinado ao Serviço Geral de Viação de Obras, o Departamento de Habitação Popular teve o engenheiro Antônio Arlindo Laviolla, como primeiro diretor e como chefes de serviço Carmen Portinho, Affonso Eduardo Reidy e Francisco de Paula Marques Lopes. Pelo decreto de fundação os objetivos eram:

*(...) a solução do problema da habitação para os grupos sociais de salários baixos, incluindo neles, inicialmente, os servidores da PDF, mediante a construção de grupos residenciais para aluguel módico.<sup>12</sup>*

Sua estrutura era dividida em sete diferentes Serviços:

- Estudos Preliminares (1HP): “a) o estudo das condições existentes das habitações proletárias e insalubres de um modo geral. Censo e estatística dos núcleos de habitação considerados insalubres (favelas, cortiços, etc.); b) escolha das áreas apropriadas para a localização de conjuntos residenciais para operários”.
- Planejamento (2HP): “a) planejamento e execução de conjuntos residenciais populares. Estudos da industrialização e padronização dos elementos da construção; b) exame dos projetos de conjuntos residenciais populares e vilas proletárias a serem construídos por iniciativa particular ou pelos institutos paraestatais”.
- Execução (3HP): “a) orçamento e preparo das concorrências públicas das obras projetadas ou adjudicadas; b) construção direta ou fiscalização das ditas obras”.
- Administração (4HP): “a) estudos econômicos, financiamento e organização das bases para a locação das habitações; b) elaboração de contratos de arrendamento e conservação dos imóveis locados”.
- Fiscalização e concessão de licenças proletárias (2 serviços: 5HP e 6HP): “a) exame dos projetos de conjuntos residenciais ou de residências isoladas; b) fiscalização das construções proletárias licenciadas”.
- Correspondência (7HP): “trabalhos de protocolo, correspondência, contratos, termos, certidões, registros, publicações, arquivo, etc”.<sup>13</sup>

O DHP, no primeiro ano, tratou mais intensamente do licenciamento e fiscalização de habitações populares, embora em seu decreto de fundação constasse a construção de habitações coletivas, chamadas “grupos residenciais”, destinadas,

12 Decreto nº 9.124, de 4.4.1946.

13 Idem.

inicialmente, aos funcionários da municipalidade. O compromisso com as questões de industrialização e com a padronização dos elementos construtivos denota que os técnicos da municipalidade carioca, ao elaborarem o plano de ação, estavam de acordo com os pressupostos habitacionais debatidos ao longo dos anos 30, a começar pelo 1º Congresso de Habitação, de 1931. Neste, a preocupação com o aspecto econômico era fundamental, e soluções para reduzir pés direitos, determinar áreas mínimas dos cômodos, reduzir a espessura das paredes, utilizar material mais baratos e eficiente e de modo controlado, ou seja, racionalizar a construção, foram pautas debatidas e aprovadas.<sup>14</sup> A discussão sobre a melhor forma de habitação popular era das mais palpitantes e não havia unanimidade: conjuntos de edifícios x casas isoladas, aluguel x casa própria, eram questões sem resposta correta, cabendo a cada profissional defender seu ponto de vista.

O engenheiro Francisco de Paula Marques Lopes, por exemplo, um dos chefes de Serviço do DHP, onde trabalhou por muitos anos, fiscalizando obras, licenças e legalizações, publica na Revista Municipal de Engenharia o artigo “Um aspecto da habitação proletária”, fruto de uma palestra realizada no 2º Congresso de Engenharia e Indústria, em 1946. Nesse congresso centraliza o argumento na necessidade de construir habitações operárias próximas do centro ou dos bairros residenciais. Localizar nessas áreas as moradias dos trabalhadores (chamados de operários urbanos ou de serviços dos bairros) significaria, de um lado, reduzir seus problemas de locomoção de casa para o trabalho e, de outro, fornecer a mão-de-obra de que careciam os bairros em crescimento na cidade, como lavadeira, encerador, jardineiro, operário de construção civil, entre tantos outros. A habitações seriam organizadas em quarteirões ou parques proletários auto-suficientes, com serviços que serviriam de verdadeiras escolas de sociedade e vida coletiva para o proletariado. Quanto às críticas negativas ao alojamento de operários em bairros nobres da cidade, sua resposta foi:

*O operário é perfeitamente educável para a vida em sociedade, desde que se lhe proporcionem condições de vida condigna.<sup>15</sup>*

Oferecer uma vida melhor ao trabalhador era também uma das mais significativas preocupações de Carmen. Interessantemente, as propostas do decreto de fundação do DHP eram idéias que Carmen Portinho vinha defendendo nos meses imediatamente anteriores à criação do Departamento. Embora Carmen tivesse se tornado uma referência no assunto, estudiosa das questões da moradia dos trabalhadores, isso não lhe garantiu, nesse primeiro momento, a nomeação para o cargo de diretora do DHP. Como chefe do Serviço de Estudos Preliminares, tratou dos estudos necessários à realização da primeira unidade de vizinhança, ou “primeiro conjunto residencial auto-suficiente” construído pela prefeitura: o Pedregulho, oficialmente chamado Conjunto Residencial

14 CARPINTERO, 1997: Capítulo 3.

15 LOPES, jan. 1947:60.

Prefeito Mendes de Moraes.

O processo de elaboração efetiva do Pedregulho teve início em 1946, como comprova o primeiro estudo de Reidy para o conjunto. Importante ressaltar que o engenheiro Antônio Arlindo Laviolla, primeiro diretor do DHP (1946-1948) e depois conselheiro da Fundação da Casa Popular ao lado de Reidy e Carmen, era francamente contrário aos grandes aglomerados populares, como afirmou alguns anos depois, já fora da direção do Departamento:

*Resolveram fazer o Conjunto Residencial de Pedregulho, que é um dos conjuntos mais caros do Distrito Federal. No início, fui muito contra o Conjunto Residencial de Pedregulho. Naquela ocasião foi feito muito esforço para que fôsse construído o núcleo contra a minha vontade. Tinha lajes duplas para que não aparecessem as vigas, paredes finas para não aparecessem ressaltos e montantes nas salas. Em todo caso, naquela ocasião, não queriam que se fizesse a estrutura aparecer e o operário tinha que morar em casas de paredes e tetos lisos. O conjunto começou-se a fazer e não está ainda terminado. Em todo caso, foi uma realização. Eu fui contra.<sup>16</sup>*

E não era só Carmen quem argumentava verbalmente e textualmente em favor da construção dos conjuntos. Affonso Reidy, como arquiteto do plano, acreditava na solução que traçara. Apostava na maior economia proporcionada pelos edifícios de apartamentos e defendia seu ponto de vista. Sua arquitetura corrobora suas idéias e pode ser tomada como fonte de interpretação, mas, como são raros e praticamente nulos seus escritos teóricos, vale citar seu veemente parecer na Fundação da Casa Popular, favorável à construção do Conjunto Residencial Deodoro, no Rio de Janeiro. Neste, ficam evidentes os princípios aplicados no DHP:

*(...) qual o tipo de habitação mais indicado para as classes menos favorecidas: o individual ou o coletivo? A favor da habitação individual podemos alinhar os argumentos de permitir maior tranqüillidade e isolamento, amplitude de movimentação no jardim e facilidade de vigiar as crianças. Em compensação sua conservação é cara e trabalhosa, obriga a percorrer grandes distâncias para utilizar-se dos serviços externos e absorve grande área de terreno, cabendo a cada habitação uma cota muito elevada do mesmo. Se o custo da construção da casa térrea é mais barato que o do apartamento em edifício de vários pisos, o encarecimento resultante da soma das despesas necessárias à urbanização, instalação externa de água, luz e esgotos, pavimentações, etc. adicionadas à elevada cota correspondente ao terreno, torna, em condições normais, a casa isolada mais onerosa que o apartamento. A habitação coletiva, isto é, em apartamentos, em edifícios de vários andares, embora tenha o custo de construção por unidade, majoradas pelas áreas destinadas aos acessos comuns e às escadas e pela despesa com estrutura, permite uma grande redução na cota de terreno, admite uma maior densidade demográfica, em condições satisfatórias, proporciona maiores áreas livres para recreação, melhores condições de arejamento, economia nas despesas de urbanização e encurtamento das distâncias facilitando a utilização dos serviços comuns externos.<sup>17</sup>*

16 Anais do Conselho Técnico da Fundação da Casa Popular. 55ª Sessão, 16.7.1953:281.

17 Anais do Conselho Central da Fundação da Casa Popular. 198ª Sessão. 16.3.1953:198.

As posições contrárias aos conjuntos residenciais eram significativas. Sua realização só foi possível com a ascensão de Carmen à direção do DHP. A institucionalização e os direcionamentos teóricos do DHP tinham sido lançados antes da gestão de Carmen

Portinho, mas isso não lhes garantiu a concretização até esse momento.

Se, de modo geral, podem ser identificadas diversas proximidades do DHP com o pensamento de época sobre a habitação popular na cidade, além de diversas similaridades práticas, muitas serão suas singularidades. Uma delas foi ter no seu corpo técnico um grupo de brilhante atuação profissional nas diversas áreas; um grupo de profissionais envolvidos na "causa moderna", não restritos às figuras de Carmen e Reidy. E, se os modelos de habitar que apregoavam não eram exatamente novos, com a construção preliminar dos IAPs, Parques Proletários ou Associação Lar Proletário, que, grosso modo, construíram unidades de vizinhança acompanhadas de serviços, nova era a construção pela PDF de conjuntos habitacionais de grande qualidade arquitetônica, vinculados aos conceitos do movimento moderno. Para entender o modo se deu essa realização, serão analisadas algumas das trajetórias profissionais dos membros da equipe do DHP, suas aproximações com o tema, as discussões teóricas e as realizações.



Affonso Eduardo Reidy  
(CORREIO DA MANHÃ, 15.8.1959)



Carmen Portinho  
(APCP)

### 3.3 Perfis do DHP: as trajetórias pessoais

O DHP surge como a coadunação de dois importantes movimentos: o da engenharia e o da arquitetura, representados por Carmen Portinho e Affonso Reidy, respectivamente,<sup>18</sup> amalgamados pelos saberes do urbanismo e sua faceta habitacional. Internamente, no Departamento de Habitação Popular da Prefeitura do Distrito Federal, verificam-se duas forças majoritárias e independentes, Affonso Reidy e Carmen Portinho, que se coadunaram não apenas por terem sido companheiros na vida, mas também por compartilharem os ideais da arquitetura e urbanismo modernos. Carmen Portinho, engenheira e feminista, foi a força motriz. Affonso Reidy, arquiteto e urbanista, ligado ao movimento moderno no Brasil, a intelectualidade arquitetônica, liderando a equipe de arquitetos e engenheiros. A engenheira Carmen aproximou-se, desde o princípio de sua carreira, tanto do urbanismo quanto da arquitetura moderna, contribuindo para a consolidação de ambos na cidade do Rio de Janeiro. Participou de diversos grupos profissionais da engenharia em suas interfaces com o urbanismo, tendo sido fundadora do Departamento de Urbanismo do Centro Carioca e vice-presidente do 1º Congresso Brasileiro de Urbanismo. Visitou a Inglaterra, em 1945, por quatro meses, conhecendo as realizações habitacionais. Affonso Eduardo Reidy, chefe do Setor de Planejamento do DHP, arquiteto pertencente à geração fundadora do movimento moderno no Brasil, foi dos primeiros arquitetos a “adotar” essa linguagem, projetando, em 1931, o Albergue da Boa Vontade, abrigo noturno da prefeitura, além, não se pode deixar de mencionar, de ter participado da equipe de projeto do Ministério da Educação e Saúde (MES), marca cronológica consagrada da institucionalização da arquitetura moderna no País. Mas foi como urbanista que Reidy se destacou dentre os engenheiros, nos quadros da Prefeitura do Distrito Federal, abrindo um espaço profissional que, progressivamente, se tornaria dos arquitetos. As trajetórias de Carmen Portinho e de Affonso Reidy, conjugadas no DHP, ilustram pedagogicamente o modo como se uniram os saberes da engenharia, da arquitetura e do urbanismo em prol da construção de um projeto moderno de habitação para a cidade do Rio de Janeiro.

O “self” profissional que Affonso Reidy constrói ao longo dos anos 30 e 40 é emblemático da trajetória profissional do arquiteto brasileiro, que se aproxima dos preceitos do “movimento moderno” em toda a acepção da expressão. Movimento moderno era não apenas uma linguagem, mas uma nova forma de interagir e ver o mundo que abarcava os problemas da cidade e, logo, da habitação, um de seus temas primordiais.<sup>19</sup> Vasta é a bibliografia sobre Reidy que a ele se refere como o urbanista por excelência, como o arquiteto-urbanista de sua geração.<sup>20</sup> Com efeito, até o momento em que assume a direção do Departamento de Urbanismo, em 1948, subordinado, assim como o DHP, à Secretaria Geral de Viação e Obras Públicas da PDF, constrói uma trajetória que incluirá

18 Para uma biografia intelectual de Carmen Portinho, ver NOBRE, 1999. Para uma trajetória profissional de Affonso E. Reidy, ver BONDUKI, 2000.

19 KAMITA, 1994:123.

20 Ver BONDUKI, 2000; CAIXETA, 1999:305; KAMITA, 1994.

recorrentemente o urbanismo. Talvez essa trajetória tenha o marco zero na sua participação, como estagiário de Alfred Agache, na elaboração do “Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento do Rio de Janeiro”, em 1929, trabalhando até 1931, ano de fechamento do escritório. Ter participado dessa equipe deu a Reidy um conhecimento singular da cidade e a possibilidade real e ímpar de, como arquiteto, tratar das questões urbanas, uma vez que o plano de Agache encarava a cidade globalmente, por meio de instrumentais como zoneamento, legislação, saneamento e sistema viário. Após sua formatura, em 1930, ingressando no serviço público, Reidy conjuga a trajetória privada (participando de concursos e elaborando projetos particulares) com os projetos da prefeitura.

Dos concursos há que destacar o do Ministério da Educação e Saúde. Para este, Reidy apresentou um projeto de linhas “modernas” que, após a decisão de Gustavo Capanema da não-construção do projeto premiado, lhe garantiu o direito de participar da quase mitológica equipe organizada por Lucio Costa para a elaboração do novo projeto. Le Corbusier, que era até o momento uma referência bibliográfica, ainda que muito admirada e citada, ao vir para o Rio de Janeiro, projetar junto com os arquitetos brasileiros,<sup>21</sup> torna-se amigo pessoal de Reidy e uma referência contínua até o fim de sua carreira. Em concomitância com o projeto do MES, parte dos arquitetos dessa equipe, somados a outros, com a colaboração de Corbusier, projeta o novo campus da Cidade Universitária. Nesse projeto Reidy tem oportunidade de entrar em contato com os métodos urbanísticos de Corbusier e de pôr em prática seu grande talento no desenho e na criação de formas, com a elaboração de espaços públicos.<sup>22</sup>

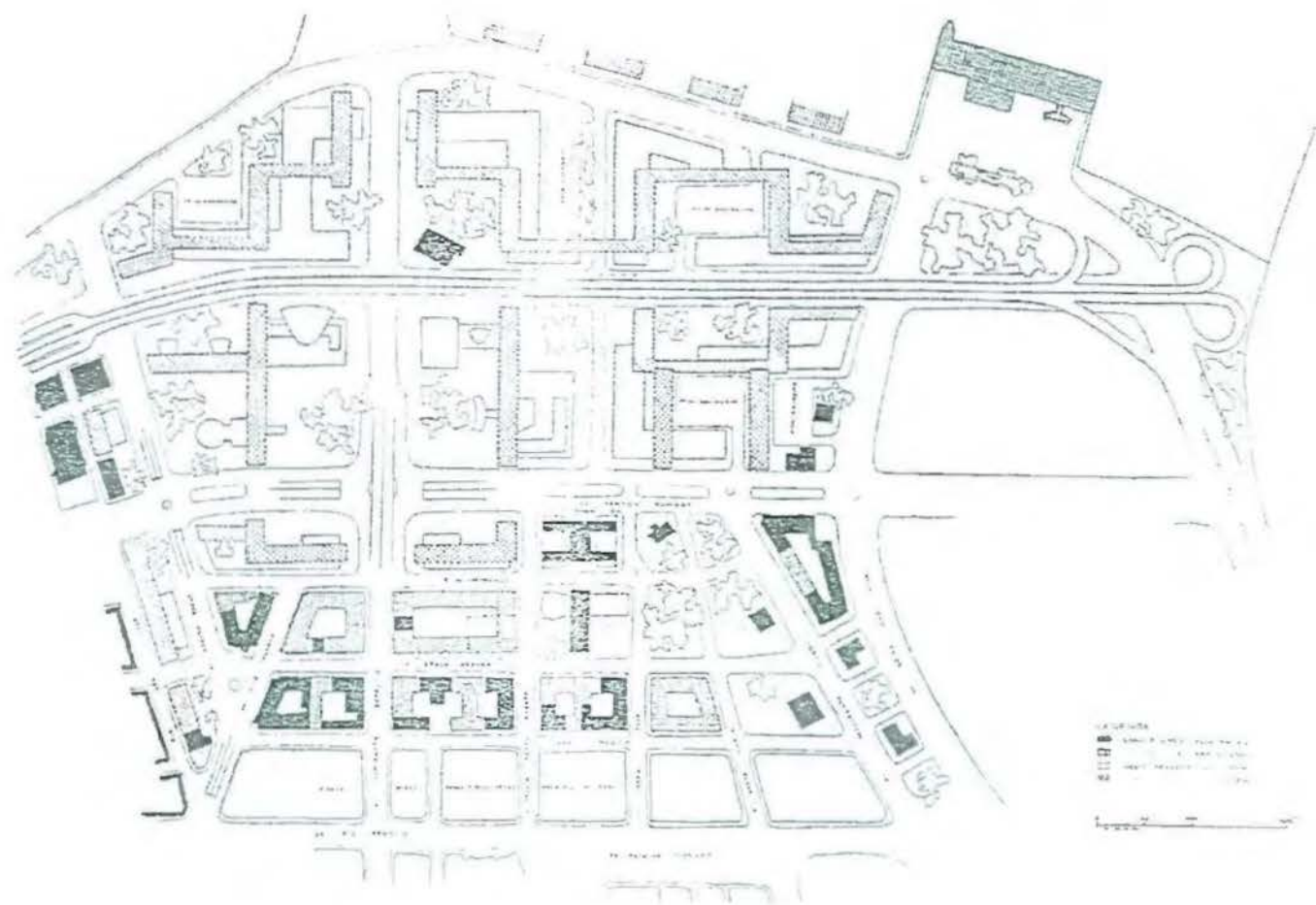
Como funcionário público, suas atribuições vão se tornando cada vez mais complexas. Toma parte no Serviço Técnico da Comissão do Plano da Cidade, restabelecida por Henrique Dodsworth em 1937, sendo designado para elaborar o projeto de urbanização da Esplanada do Castelo.<sup>23</sup> O Morro do Castelo estava parcialmente demolido desde a década de 20, e as obras paralisadas por problemas de desapropriação. Reidy, embora partindo do Plano Agache,<sup>24</sup> propõe significativas mudanças. Afinal, já se haviam passado alguns anos da sua experiência como estagiário e ele era, agora, um profissional a caminho da legitimidade própria como arquiteto e urbanista. No projeto da Esplanada do Castelo, preserva a idéia de eixo monumental (a qual, em Agache, vinha acompanhada da Porta do Brasil) e sugere a continuidade dessa pista, integrando-a à *parkway* a ser construída na orla, projeto de Oliveira Reis e prenúncio do Aterro do Flamengo. Propõe edifícios-lâmina, encadeados por construções contínuas, mais baixas (uma alusão aos “bairros de negócios” de Agache), e um bloco contínuo de perfil dentado, na forma dos *redan* de Corbusier, criando um espaço ao longo desse eixo monumental de edifícios públicos. Essa citação formal de Corbusier será recorrente: o *redan* aparecerá novamente no projeto da Esplanada de Santo Antônio e no projeto, de Francisco Bolonha, do Conjunto Residencial de Vila Isabel, realização do DHP.

21 Lembrando que Le Corbusier já havia estado no Brasil em 1929 proferindo palestras.

22 A equipe de projeto da Cidade Universitária era formada por: Lucio Costa, Afonso Reidy, Oscar Niemeyer, Firmino Saldanha, Jorge Moreira, Ângelo Bruhns e Paulo Fragoso. BONDUKI, 2000:60. Ver BRUAND, 1991:90.

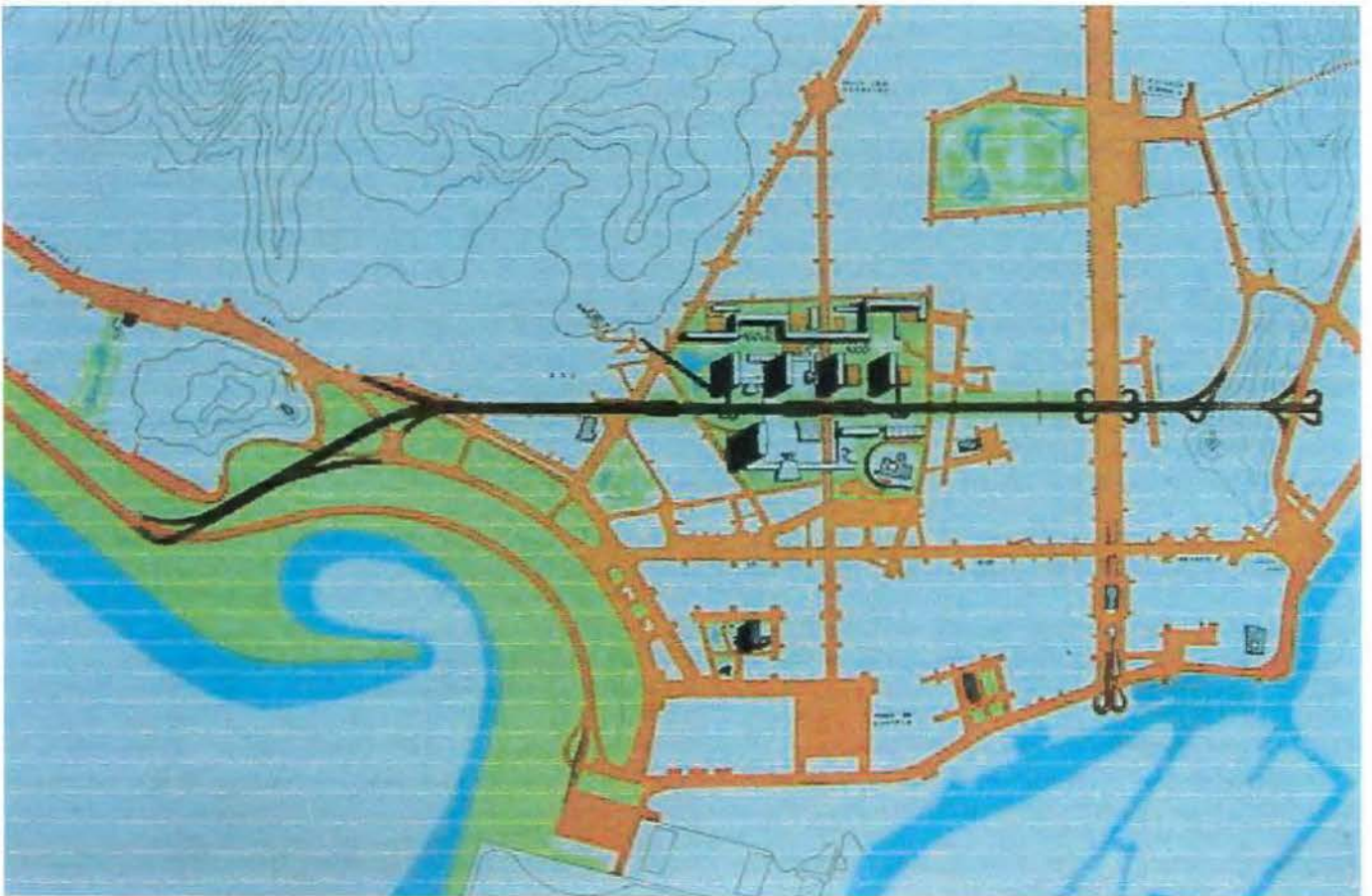
23 Ver Capítulo 2 para maior esclarecimento sobre a equipe e demais projetos.

24 Este plano passa a ser um modelo metodológico para muitos, na medida que os aspectos técnicos estavam contemplados “cientificamente”, fruto da sua própria formação e da institucionalização da disciplina urbanismo na França. Para Agache, o urbanismo era encarado como uma ciência de aplicação, pois visava controlar o crescimento e o desenvolvimento das cidades. Para tanto, fazia-se necessário conhecer a realidade técnica e social dos conjuntos construtivos e humanos, que eram as cidades. Seu método era de perícia, recorrendo à observação social da população urbana. A cidade, para Agache, seria o estabelecimento de um plano regulador, a previsão da cidade no plano. Havia uma cidade orgânica onde as formas sociais e espaciais se superpunham e a previsão consistia, justamente, em reformar para curar. O papel do urbanista seria o de solucionar as disfunções e o caos produzidos por uma cidade doente. BRUAND, 1993:167-201.



Planta Geral

Afonso Eduardo Reidy: Plano de urbanização da Esplanada do Castelo, 1938 (REIDY, 1938:604)



Afonso Eduardo Reidy: 1º Plano de urbanização da Esplanada de Santo Antônio, 1948 (REIDY, 1948:86)

O projeto urbano na obra de Affonso Reidy deve ser entendido no contexto de produção da cidade do Rio de Janeiro, em que se buscava responder ao crescimento desordenado, ao mesmo tempo que se consolidava o campo de saber do urbanista. A idéia de que a cidade deveria adaptar-se à sua nova condição de metrópole associou-se à de que seus problemas seriam resolvidos com obras. Esse ideário viário terá repercussão nas capitais brasileiras que passaram pelo processo de metropolização, e sua base comum serão os planos americanos. O ideário americano grassará no País e estará presente nos projetos da Comissão do Plano Diretor do Rio de Janeiro. Será o paulista Anhaia Mello quem divulgará no País tal posição, e os cariocas, Reidy incluído, sofrerão diretamente sua influência.<sup>25</sup>

Nesse momento está claro o espaço que ganha o urbanista como legítimo interventor na cidade. Os saberes do urbanista deveriam propor soluções para o processo de transformação por que passavam as cidades. As saídas vieram de formas diversas e baseavam-se em ideologias urbanísticas distintas, respeitando e assumindo a condição de metrópole, seja controlando seu crescimento, seja por meio de drásticas cirurgias urbanas e criação de vias expressas, seja com legislações de zoneamento e mesmo combinação desses elementos. Seria o urbanista, sobretudo após a década de 40, quem dominaria os conhecimentos científicos para solucionar os problemas urbanísticos.<sup>26</sup> Reidy, tendo atuado institucionalmente como urbanista, participou desse momento, dividindo espaço e projetos com os colegas engenheiros. Sua nomeação para o cargo de diretor do Departamento de Urbanismo, em 1948, será uma afirmativa, por parte do poder público, do saber dos arquitetos no campo do urbanismo.

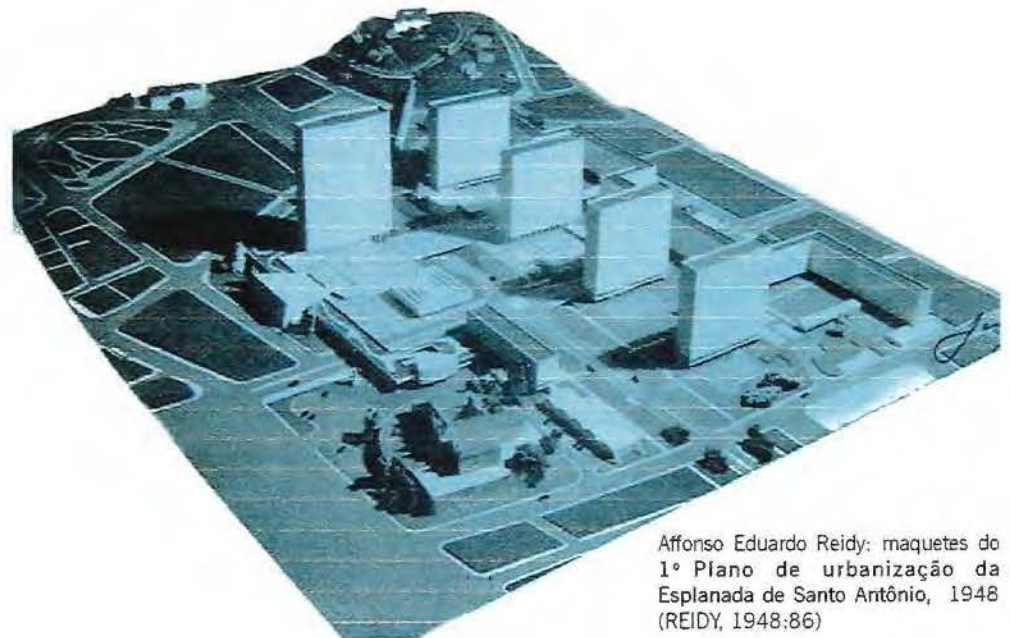
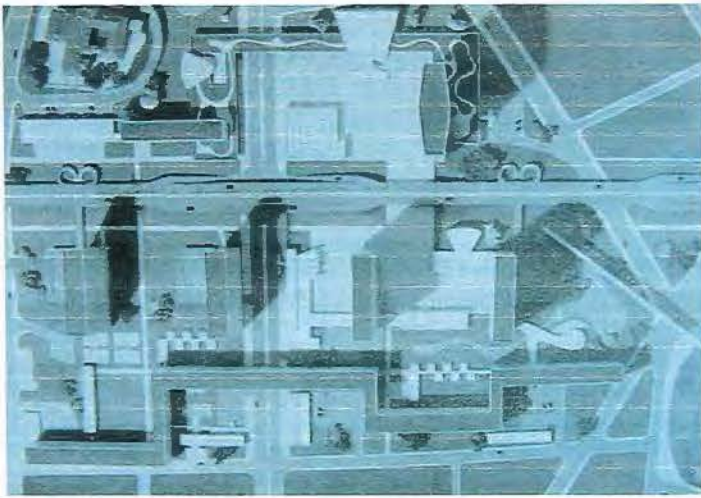
Como diretor do Departamento de Urbanismo, Affonso Reidy desenvolverá, paralelamente ao projeto do Conjunto Residencial Pedregulho, importante projeto urbano para o Rio de Janeiro, que merece nossa atenção: a Esplanada de Santo Antônio, cuja base primeira era o Plano Agache. Porque o zoneamento era a raiz da intervenção urbana, a justificativa para a remoção do morro era que a cidade carecia de uma via de ligação norte-sul, mas também, não menos importante, necessitava de um centro de negócios nesse espaço específico. A urbanização da Esplanada de Santo Antônio, proposta por Reidy, deve ser entendida como um plano geral para a cidade, e não como uma ação pontual.<sup>27</sup>

Quando Reidy desenvolveu o projeto da área, o zoneamento que propôs permaneceu basicamente igual ao de Agache, o que mudou, de fato, foi o espaço urbano e sua morfologia. Reidy, que, desde o plano da Esplanada do Castelo, lançava mão de formas modernas, tem sua condição de protagonista do movimento moderno no Brasil aos poucos consolidada e plena consciência da magnitude da empreitada:

25 Sobre a influência do urbanismo norte-americano em São Paulo, ver FELDMAN, 1996:224-234. Importante dizer que a própria reabilitação desta Comissão do Plano tem clara influência do urbanismo americano. Serão aqui montadas as comissões, numa tentativa de reeditar a experiência do Regional Plan de Nova York, no qual eram fundamentais as comissões, contando com elementos de diversas instituições da sociedade. No entanto, o caráter será um tanto diferenciado em terras tropicais: a Comissão do Plano do Rio contará com os especialistas, e a sociedade civil estará representada apenas teoricamente. Ver ANHAIA MELLO, abr. 1933:209-218.

26 FELDMAN, 1996.

27 CENIQUEL, 1996:161, e BONDUKI, 2000:116.



Afonso Eduardo Reidy: maquetes do 1º Plano de urbanização da Esplanada de Santo Antônio, 1948 (REIDY, 1948:86)

*(...) a urbanização da área resultante do desmonte do morro de Santo Antônio, constitui problema de grande responsabilidade, devido à repercussão que terá na vida desta Capital. Trata-se da última oportunidade de introdução de um elemento inteiramente novo, no seu centro de gravidade, cujas conseqüências poderão ser de incalculável benefício para a mesma, ou irreparavelmente funesta (...)*<sup>28</sup>

Em termos programáticos, a Esplanada, além de contar com áreas de uso residencial e comercial, teve como ponto principal a localização de edifícios administrativos, constituindo o Centro Cívico Municipal, onde estariam abrigados os serviços da Prefeitura, Câmara de Vereadores, Biblioteca e Museu da Cidade. O edifício, em forma de *redan*, era destinado à habitação, os edifícios laminares eram torres de escritórios e os blocos mais baixos o Centro Cívico e o Museu da Vida, projeto entregue a Le Corbusier.

Os dois últimos seriam os pivôs das desavenças com o prefeito Mendes de Moraes e impulsionadores da não-realização do projeto de Reidy, levando à sua demissão do cargo. A questão fundiária era das mais relevantes: para o prefeito, a ocupação proposta por Reidy tinha baixa densidade, não compatível com os custos da obra de desmonte e sua valorização imobiliária. O baixo aproveitamento do solo não geraria, segundo a administração municipal, os recursos necessários às desapropriações e ao custo das obras.<sup>29</sup>

Para Reidy, a preocupação com a setorização da cidade e o respeito das condições ideais de vida eram centrais, a densidade era um dos aspectos-chave de seu projeto, donde se entende que, quando o projeto foi criticado nesse aspecto, as desavenças entre urbanista e prefeito tenham sido tão severas. Nas suas palavras:

*Zoneamento: A superpopulação agrava as condições de circulação, provocando congestionamento do tráfego e dificuldades de estacionamento, assim como contribui para a insalubridade das condições de vida, pela deficiência de espaços livres. O presente projeto de urbanização foi estudado de forma a não ser ultrapassada a densidade média de mil habitantes por hectares, proporcionando condições adequadas ao natural desenvolvimento das quatro funções da cidade: Habitar, Trabalhar, Cultivar o corpo e o espírito, Circular.*<sup>30</sup>

Nesse texto, cuja matriz teórica mais direta é a Carta de Atenas, Reidy evidencia sua postura: a cidade deve funcionar e deve servir para seus habitantes. Necessário é, portanto, ao citar seus projetos de habitação popular, mencionar os projetos urbanos para o centro do Rio de Janeiro, como o da Esplanada de Santo Antônio. Não apenas porque foram feitos pelo mesmo autor ao mesmo tempo, mas porque eram partes componentes de uma só realidade.

Os projetos do Departamento de Habitação Popular estavam conectados ao pensamento urbanístico para a cidade, porque de fato intervinham no espaço urbano e porque Reidy os interconectava mediante concepções projetuais na prática entre um Departamento e outro. A relação proposta pelo movimento moderno entre habitação e urbanismo dar-se-á em Reidy pelo viés teórico e pragmático: efetivamente, os projetos dos

28 REIDY, jul./set. 1948:86.

29 Para ter uma idéia, a taxa de ocupação seria de cerca de 60% do total da área construída proposta por Sabóia Ribeiro para a mesma área. A fim de contornar o problema, Reidy apresenta em 1949 outro estudo, no qual a estrutura viária era mantida, mas aumentava-se a área construída, trocando o Centro Cívico e o Museu da Vida por blocos laminares e inserindo no Aterro do Flamengo seis lâminas de vinte pavimentos. O projeto, embora tenha sido aprovado pelo Prefeito, jamais foi construído. BONDUKI, 2000:116.

30 REIDY, jul./set. 1948:86.

Departamentos de Urbanismo e de Habitação Popular eram elaborados paralelamente. A linha de divisão entre os projetos de cada um dos Departamentos era muito tênue, e era comum que fossem desenvolvidos concomitantemente. O Conjunto Residencial Pedregulho surgiu em consonância com os muitos projetos do Departamento de Urbanismo, e diversos estagiários e arquitetos estavam envolvidos, quase ao mesmo tempo, nos projetos de ambos os Departamentos.<sup>31</sup> Será a própria Carmen Portinho que, alguns anos depois, fará a elucidativa afirmação:

*Habitação é urbanismo, pois a moradia na sua expansão compreende os problemas urbanos gerais. Assim o Departamento de Urbanismo seria consequência do Departamento de Habitação. As soluções se acham interligadas, toda a vez que cuidamos de um conjunto a projetar.*<sup>32</sup>

O mais importante, parece, é o fato de que as concepções habitacionais de Reidy são indissociáveis de suas concepções urbanísticas, uma vez que desenvolvia os projetos como parte de uma política geral de intervenção na cidade. O olhar que lança ao centro da cidade está em nítida conexão com o olhar lançado aos subúrbios, onde se localizavam, cada vez mais, as moradias dos trabalhadores. A implementação dos conjuntos residenciais que propõe é pautada na organização da cidade como um todo.

Habitação e urbanismo eram efetivamente faces de uma mesma moeda, ou de um mesmo arquiteto, arquiteto que seria um profundo conhecedor da cidade do Rio de Janeiro e que vinha acompanhando seu processo de acelerada mudança, não como mero espectador, mas como agente de um processo de sucessivas intervenções e projetos urbanísticos. Idéias centrais para o Rio, tais como o desmonte do Morro de Santo Antônio, a Avenida Perimetral, o Aterro do Flamengo e o Túnel Rebouças, foram elaboradas e amadurecidas desde o Plano Agache, nos anos 20, passando pela Comissão do Plano da Cidade, nos anos 30 até chegar aos Departamentos de Urbanismo e de Habitação Popular, tendo Reidy participado, em maior ou menor grau, de todas essas etapas.

A trajetória profissional de Carmen Portinho, até seu ingresso no DHP, incluirá preocupações da mesma ordem, mas pelo viés da engenharia e do urbanismo. Foi a terceira mulher a formar-se em engenharia no Brasil, em 1926, ingressando, logo em seguida, no funcionalismo público, na Secretaria Geral de Viação e Obras da Prefeitura do Distrito Federal.

Trabalhando na Divisão de Engenharia, onde supervisionou diversas obras da prefeitura, Carmen assume o papel de secretária da Revista da Diretoria de Engenharia da Prefeitura do Distrito Federal, também conhecida como Revista Municipal de Engenharia,<sup>33</sup> em cujo primeiro número, em julho de 1932, são publicados projetos de viés moderno, como o conjunto residencial da Gamboa, de Gregori Warchavchik e Lucio Costa, e o anteprojeto de Affonso E. Reidy, de um edifício para a Prefeitura, somados a textos de caráter de divulgação assinados pela própria Carmen: "A arquitetura moderna na

31 Entrevistas de Francisco Bolonha (1.10.2001) e de Marcos Konder Neto (26.10. 2001) concedidas à autora.

32 O ESTADO DE SÃO PAULO, 25.12.1952.

33 Optamos por nos remeter, neste trabalho, somente a este nome.



Primeiro número da Revista da Diretoria de Engenharia da Prefeitura do Distrito Federal: capa e artigo de Carmen Portinho "A arquitetura moderna na Holanda", julho de 1932 (REVISTA MUNICIPAL DE ENGENHARIA, jul.1932:capa, 7)

## A architectura moderna na Hollanda

Carmen Portinho

Em 1930, a arquitetura moderna na Holanda estava em plena efervescência. O movimento de vanguarda holandês, liderado por J. J. P. Oud, buscava uma síntese entre a tradição e a modernidade, criando uma linguagem arquitetônica única.

Essa abordagem refletia o espírito da época, que valorizava a funcionalidade e a integração com o ambiente urbano. A arquitetura holandesa moderna buscava não apenas a beleza, mas também a utilidade e a harmonia com a natureza.

Os arquitetos holandeses exploraram novos materiais e técnicas construtivas, resultando em edifícios que combinavam elegância e inovação. Essa busca por equilíbrio tornou-se uma característica marcante da arquitetura holandesa do período.

A influência da arquitetura holandesa moderna se refletiu em diversas partes do mundo, incluindo o Brasil. A busca por uma arquitetura moderna e funcional tornou-se um objetivo para muitos arquitetos brasileiros da época.

Essa troca cultural e técnica foi fundamental para o desenvolvimento da arquitetura moderna no Brasil, influenciando a formação de uma linguagem arquitetônica própria e adaptada às necessidades locais.

A arquitetura holandesa moderna ofereceu um modelo inspirador, demonstrando que é possível conciliar tradição e modernidade, criando espaços que são ao mesmo tempo funcionais e esteticamente agradáveis.

Essa experiência holandesa mostrou que a arquitetura pode ser uma ferramenta poderosa para melhorar a qualidade de vida e promover o desenvolvimento urbano, um legado que continua a inspirar arquitetos e planejadores urbanos em todo o mundo.

A arquitetura holandesa moderna é um exemplo de como a inovação e a tradição podem coexistir harmoniosamente, criando uma arquitetura que é ao mesmo tempo funcional e bela.

Essa abordagem arquitetônica continua a ser relevante hoje em dia, oferecendo lições valiosas sobre como criar espaços que são ao mesmo tempo funcionais, sustentáveis e esteticamente agradáveis.

A arquitetura holandesa moderna é um testemunho da capacidade humana de inovar e melhorar o ambiente construído, um legado que merece ser preservado e estudado.

Essa busca por uma arquitetura moderna e funcional é um processo contínuo, que requer a colaboração de arquitetos, planejadores urbanos e a sociedade em geral.

A arquitetura holandesa moderna é um exemplo de como a inovação e a tradição podem coexistir harmoniosamente, criando uma arquitetura que é ao mesmo tempo funcional e bela.

Essa abordagem arquitetônica continua a ser relevante hoje em dia, oferecendo lições valiosas sobre como criar espaços que são ao mesmo tempo funcionais, sustentáveis e esteticamente agradáveis.

A arquitetura holandesa moderna é um testemunho da capacidade humana de inovar e melhorar o ambiente construído, um legado que merece ser preservado e estudado.

Essa busca por uma arquitetura moderna e funcional é um processo contínuo, que requer a colaboração de arquitetos, planejadores urbanos e a sociedade em geral.

A arquitetura holandesa moderna é um exemplo de como a inovação e a tradição podem coexistir harmoniosamente, criando uma arquitetura que é ao mesmo tempo funcional e bela.

Essa abordagem arquitetônica continua a ser relevante hoje em dia, oferecendo lições valiosas sobre como criar espaços que são ao mesmo tempo funcionais, sustentáveis e esteticamente agradáveis.

A arquitetura holandesa moderna é um testemunho da capacidade humana de inovar e melhorar o ambiente construído, um legado que merece ser preservado e estudado.

Essa busca por uma arquitetura moderna e funcional é um processo contínuo, que requer a colaboração de arquitetos, planejadores urbanos e a sociedade em geral.

A arquitetura holandesa moderna é um exemplo de como a inovação e a tradição podem coexistir harmoniosamente, criando uma arquitetura que é ao mesmo tempo funcional e bela.

Essa abordagem arquitetônica continua a ser relevante hoje em dia, oferecendo lições valiosas sobre como criar espaços que são ao mesmo tempo funcionais, sustentáveis e esteticamente agradáveis.

A arquitetura holandesa moderna é um testemunho da capacidade humana de inovar e melhorar o ambiente construído, um legado que merece ser preservado e estudado.

Essa busca por uma arquitetura moderna e funcional é um processo contínuo, que requer a colaboração de arquitetos, planejadores urbanos e a sociedade em geral.

A arquitetura holandesa moderna é um exemplo de como a inovação e a tradição podem coexistir harmoniosamente, criando uma arquitetura que é ao mesmo tempo funcional e bela.

Essa abordagem arquitetônica continua a ser relevante hoje em dia, oferecendo lições valiosas sobre como criar espaços que são ao mesmo tempo funcionais, sustentáveis e esteticamente agradáveis.

A arquitetura holandesa moderna é um testemunho da capacidade humana de inovar e melhorar o ambiente construído, um legado que merece ser preservado e estudado.

Essa busca por uma arquitetura moderna e funcional é um processo contínuo, que requer a colaboração de arquitetos, planejadores urbanos e a sociedade em geral.

A arquitetura holandesa moderna é um exemplo de como a inovação e a tradição podem coexistir harmoniosamente, criando uma arquitetura que é ao mesmo tempo funcional e bela.

Essa abordagem arquitetônica continua a ser relevante hoje em dia, oferecendo lições valiosas sobre como criar espaços que são ao mesmo tempo funcionais, sustentáveis e esteticamente agradáveis.

A arquitetura holandesa moderna é um testemunho da capacidade humana de inovar e melhorar o ambiente construído, um legado que merece ser preservado e estudado.

Essa busca por uma arquitetura moderna e funcional é um processo contínuo, que requer a colaboração de arquitetos, planejadores urbanos e a sociedade em geral.

A arquitetura holandesa moderna é um exemplo de como a inovação e a tradição podem coexistir harmoniosamente, criando uma arquitetura que é ao mesmo tempo funcional e bela.

Essa abordagem arquitetônica continua a ser relevante hoje em dia, oferecendo lições valiosas sobre como criar espaços que são ao mesmo tempo funcionais, sustentáveis e esteticamente agradáveis.

A arquitetura holandesa moderna é um testemunho da capacidade humana de inovar e melhorar o ambiente construído, um legado que merece ser preservado e estudado.

Essa busca por uma arquitetura moderna e funcional é um processo contínuo, que requer a colaboração de arquitetos, planejadores urbanos e a sociedade em geral.

A arquitetura holandesa moderna é um exemplo de como a inovação e a tradição podem coexistir harmoniosamente, criando uma arquitetura que é ao mesmo tempo funcional e bela.

Essa abordagem arquitetônica continua a ser relevante hoje em dia, oferecendo lições valiosas sobre como criar espaços que são ao mesmo tempo funcionais, sustentáveis e esteticamente agradáveis.

A arquitetura holandesa moderna é um testemunho da capacidade humana de inovar e melhorar o ambiente construído, um legado que merece ser preservado e estudado.

Essa busca por uma arquitetura moderna e funcional é um processo contínuo, que requer a colaboração de arquitetos, planejadores urbanos e a sociedade em geral.

A arquitetura holandesa moderna é um exemplo de como a inovação e a tradição podem coexistir harmoniosamente, criando uma arquitetura que é ao mesmo tempo funcional e bela.

Essa abordagem arquitetônica continua a ser relevante hoje em dia, oferecendo lições valiosas sobre como criar espaços que são ao mesmo tempo funcionais, sustentáveis e esteticamente agradáveis.

A arquitetura holandesa moderna é um testemunho da capacidade humana de inovar e melhorar o ambiente construído, um legado que merece ser preservado e estudado.

Essa busca por uma arquitetura moderna e funcional é um processo contínuo, que requer a colaboração de arquitetos, planejadores urbanos e a sociedade em geral.

A arquitetura holandesa moderna é um exemplo de como a inovação e a tradição podem coexistir harmoniosamente, criando uma arquitetura que é ao mesmo tempo funcional e bela.

Essa abordagem arquitetônica continua a ser relevante hoje em dia, oferecendo lições valiosas sobre como criar espaços que são ao mesmo tempo funcionais, sustentáveis e esteticamente agradáveis.

A arquitetura holandesa moderna é um testemunho da capacidade humana de inovar e melhorar o ambiente construído, um legado que merece ser preservado e estudado.

Essa busca por uma arquitetura moderna e funcional é um processo contínuo, que requer a colaboração de arquitetos, planejadores urbanos e a sociedade em geral.

A arquitetura holandesa moderna é um exemplo de como a inovação e a tradição podem coexistir harmoniosamente, criando uma arquitetura que é ao mesmo tempo funcional e bela.

Essa abordagem arquitetônica continua a ser relevante hoje em dia, oferecendo lições valiosas sobre como criar espaços que são ao mesmo tempo funcionais, sustentáveis e esteticamente agradáveis.

A arquitetura holandesa moderna é um testemunho da capacidade humana de inovar e melhorar o ambiente construído, um legado que merece ser preservado e estudado.

Essa busca por uma arquitetura moderna e funcional é um processo contínuo, que requer a colaboração de arquitetos, planejadores urbanos e a sociedade em geral.

A arquitetura holandesa moderna é um exemplo de como a inovação e a tradição podem coexistir harmoniosamente, criando uma arquitetura que é ao mesmo tempo funcional e bela.

Essa abordagem arquitetônica continua a ser relevante hoje em dia, oferecendo lições valiosas sobre como criar espaços que são ao mesmo tempo funcionais, sustentáveis e esteticamente agradáveis.

A arquitetura holandesa moderna é um testemunho da capacidade humana de inovar e melhorar o ambiente construído, um legado que merece ser preservado e estudado.

Essa busca por uma arquitetura moderna e funcional é um processo contínuo, que requer a colaboração de arquitetos, planejadores urbanos e a sociedade em geral.

A arquitetura holandesa moderna é um exemplo de como a inovação e a tradição podem coexistir harmoniosamente, criando uma arquitetura que é ao mesmo tempo funcional e bela.

Essa abordagem arquitetônica continua a ser relevante hoje em dia, oferecendo lições valiosas sobre como criar espaços que são ao mesmo tempo funcionais, sustentáveis e esteticamente agradáveis.

A arquitetura holandesa moderna é um testemunho da capacidade humana de inovar e melhorar o ambiente construído, um legado que merece ser preservado e estudado.

Essa busca por uma arquitetura moderna e funcional é um processo contínuo, que requer a colaboração de arquitetos, planejadores urbanos e a sociedade em geral.

A arquitetura holandesa moderna é um exemplo de como a inovação e a tradição podem coexistir harmoniosamente, criando uma arquitetura que é ao mesmo tempo funcional e bela.



Carmen Portinho entre engenheiros da PDF, fiscalizando obras (APCP)

Holanda” e “Influência do nosso clima na arquitetura das prisões”. Os diversos postos que assume na direção da revista (secretária, depois editora e redatora) têm papel central na sua carreira, pois neles são expostas suas idéias francamente favoráveis à arquitetura moderna, salvo o fato de que não será uma posição exclusivamente pessoal. É por meio da Revista Municipal de Engenharia que os princípios urbanísticos e arquitetônicos modernos alcançam uma divulgação sem precedentes. A revista surge durante a “progressista” administração de Pedro Ernesto, e ter a prefeitura um veículo de divulgação do ideário moderno tem significado muito claro. Não era sem motivo que a gestão que seleciona através de concurso e constrói o primeiro edifício público de feições modernas na cidade (o Albergue da Boa Vontade, de Affonso Reidy e Gerson Pinheiro) era a mesma que publicava uma revista divulgadora da arquitetura moderna. Nos dizeres da editoria de outra revista da época:

*Acaba de aparecer uma revista da Prefeitura esplendidamente bem cuidada. (...) Publica dois projectos: um edificio para dependencias da Prefeitura e uma avenida proletaria, ambos em estylo moderno. Iniciando a Prefeitura por publicar projectos inteiramente modernos em sua revista, equivale a oficializar o estylo.<sup>34</sup>*

A “causa moderna”, para Carmen Portinho, ganha múltiplas dimensões para além da defesa de urbanismo e arquitetura adequados. Ser mulher nos anos 20, lutar por um espaço profissional de destaque, não era tarefa das mais simples, e Carmen será protagonista dos movimentos feministas no Brasil, cujas bandeiras serão o sufrágio universal e a possibilidade de trabalhar fora de casa sem os constrangimentos da sociedade machista, em outras palavras, a luta pela emancipação política e econômica. Como feminista, participará ativamente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e fundará, em 1929, a União Universitária Feminina, para apoiar as mulheres em suas carreiras e defender seus interesses nas profissões liberais, e, em 1937, a Associação Brasileira de Engenheiras e Arquitetas.<sup>35</sup>

Trabalhando como engenheira civil na PDF, Carmen vai, aos poucos, se interessando pelos temas da cidade, aproximando-se do urbanismo. Associa-se, por exemplo, ao Centro Carioca, tendo sido sócia fundadora de seu Departamento de Urbanismo.<sup>36</sup> Neste, tem a possibilidade de discutir as questões de urbanismo e de trabalhar por uma cidade melhor. Em 1941, é a vice-presidente do 1º Congresso Brasileiro de Urbanismo, do qual Reidy participou e no qual, em diversas sessões, foram discutidos os problemas das cidades brasileiras, inclusive o da habitação.<sup>37</sup>

O maior orgulho de Carmen Portinho porém, no que se refere à sua formação, é o fato de ter sido a primeira mulher a graduar-se em urbanismo no Brasil, em 1939, pela Universidade do Distrito Federal, onde apresentou para a obtenção do diploma, um projeto para uma nova capital do Brasil.<sup>38</sup> Nesse projeto foram contempladas as mais

34 A CASA, ago. 1932.

35 NOBRE, 1999:15-22.

36 Ver Capítulo 1.

37 ARQUITETURA E URBANISMO, Jan./dez. 1941:26.

38 PORTINHO, 1939.

importantes questões do urbanismo da primeira metade do século XX: zoneamento, sistema viário, conectando de modo eficiente os vários pontos da cidade, e, muito importante, áreas residenciais dispostas em unidades de vizinhança, temas debatidos nas décadas de 20 e 30, nos Estados Unidos e na Europa, e que ecoaram no Brasil. Carmen era uma ávida consumidora de textos teóricos e grande estudiosa de planos urbanísticos: lia as publicações da revista *City Planning*, do Instituto Americano de Planejamento Urbano, e da francesa *Librarie de la Construction Moderne*. Interessou-se, em 1930, em ir para a Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, estudar no recém-lançado curso de *City Planning*, sob o argumento de que as cidades brasileiras, como Rio e São Paulo, estavam expandindo-se rapidamente e que era preciso, urgentemente, ter no País conhecimentos especializados nas áreas de planejamento urbano e zoneamento antes que a questão se tornasse de saúde pública.<sup>39</sup> E, embora Carmen cite textualmente Le Corbusier como uma influência sobre sua tese de conclusão do curso de urbanismo, o que é inegável, esta, não será, assim como para Reidy, sua única matriz de conhecimento. Em correspondência trocada com Anhaia Mello, em 1929, pede uma sugestão de tema de estudo. Ele lhe sugere “O Zonning como fator primordial para o desenvolvimento ordenado da cidade moderna”, por ela aceito com grande interesse, embora com a ressalva de que a aplicação do zoneamento no Rio de Janeiro encontrava grande dificuldade, uma vez que a cidade era “uma terrível miscelânea”. Ainda nessas correspondências, Carmen e Anhaia Mello debatem o Plano de Agache e sua inclusão do zoneamento, além das teorias de Le Corbusier, que para o urbanista paulista eram “teorias e como urbanismo é realização de nada nos servem”.<sup>40</sup>

Esses debates são parte das discussões sobre zoneamento no Brasil dos anos 20 e demonstram o grande interesse do tema entre os técnicos, consubstanciando as primeiras ações de zoneamento de cidades, no Recife (1936) e no Rio de Janeiro (1937), segundo Decreto nº 6.000. Carmen era das estudiosas e entusiastas da disciplina. Antes mesmo de pós-graduar-se em urbanismo, discutia o tema com os especialistas e publicava artigos<sup>41</sup> que buscavam a legitimação dessa “útil e importante ciência”, como afirmava. Essa legitimação era, que era dela própria, como uma das representantes da geração que abraçaria o urbanismo como profissão e, naturalmente, como modo de intervir nas questões-problema da cidade, que se transformava em metrópole. São estas suas palavras para definir a própria profissão:

*O urbanista deve ser o coordenador de esforços, o artista que, em ramo harmonioso, enfeixe numa policromia atraente e exquísita todos os fatores e beleza urbana.*<sup>42</sup>

Em 1944, Carmen Portinho havia atingido um status profissional respeitado entre seus companheiros de engenharia, situando-se entre aqueles que se dedicavam ao urbanismo.<sup>43</sup> É quando se candidatou a uma bolsa de estudos do Conselho Britânico para

39 Cartas de Carmen Portinho à Fundação Rockefeller e à Columbia University pedindo bolsas de estudo. Não foi possível precisar a resposta a esses pedidos de bolsa, mas fato é que ela não foi aos Estados Unidos estudar.

40 Cartas trocadas entre Anhaia Mello e Carmen Portinho entre maio de 1929 e janeiro de 1930 (APCP).

41 Ver, por exemplo: “O critério científico do urbanismo”; “O ensino do urbanismo”; “Concurso para a urbanização das avenidas compreendidas entre ‘La Place de L’Etoile’, em Paris, e a praça circular de la Defense, em Courbevoie”.

42 PORTINHO, jan. 1934:16.

43 O campo do urbanismo é compartilhado pelos saberes da engenharia e da arquitetura. Muitos foram os engenheiros que se dedicaram ao tema, dentre os quais Francisco Baptista de Oliveira, Oliveira Reis e Sabóia Ribeiro.

estudar a reconstrução das cidades bombardeadas pela guerra. A visita de Carmen à Inglaterra deve ser entendida como parte da política de ajuda mútua entre os países aliados no pós-guerra e sua presença naquele país representava, também, uma troca de informações entre nações. Nessa altura, o Brasil já havia consagrado sua arquitetura moderna: o Pavilhão de Nova York na Exposição Internacional alcançara sucesso, o edifício do MES<sup>44</sup> estava inaugurado e divulgado, e *Brazil Builds*, famosa publicação e exposição do MoMa de Nova York, havia se encarregado de divulgar nos Estados Unidos a “arquitetura dos trópicos”. Carmen levou para a Inglaterra material para palestras sobre a arquitetura brasileira,<sup>45</sup> tema que despertava grande interesse no velho continente, que passara anos mais destruindo do que construindo. De importância foi a palestra *Brazilian Architecture* (com “exibição de slides da arquitetura moderna brasileira”) organizada pelo grupo MARS (*Modern Architectural Research*), a seção inglesa do CIAM.

Carmen partiu, afinal, em meados de 1945, retornando no final do mesmo ano.<sup>46</sup> Na Inglaterra pôde visitar a Grã-Bretanha e conhecer os projetos de reconstrução: visitou os complexos industriais de Manchester e Birmingham, as cidades portuárias de Liverpool e Southampton, os núcleos universitários de Oxford e Cambridge, além de cidades históricas como Bath. O mais grave problema verificado foi a falta de habitações, o que, para quem vinha de um país onde o tema dominava as pranchetas dos técnicos, era observado com grande interesse. Quanto às realizações habitacionais, a construção de casas provisórias, destinadas a abrigar as populações cujos lares haviam sido completamente destruídos pelos bombardeios. Assistiu, por exemplo, à montagem, em 30 horas, de uma casa experimental de alumínio, tipo de construção que se espalhava por todo o país.<sup>47</sup>

Na Inglaterra da década de 40, já se teria processando uma revisão teórica do *Town Planning* de Ebenezer Howard. Essa mudança partirá, nas décadas de 20 e 30, de três vertentes básicas, representadas por: Raymond Unwin, Patrick Abercrombie e Thomas Adams. Em 1942, Abercrombie coordena o plano da Grande Londres (*London County Plan*), em conjunto com J. H. Forshaw, dando partida a uma série de reflexões teóricas, como a descongestão, a alta densidade e a distribuição equilibrada da população pelo território mediante a construção de cidades-satélite de crescimento controlado. Em 1944, Abercrombie publica o *Greater London Regional Plan*, no qual essas idéias eram aplicadas a toda a região, como o próprio nome revela. Londres seria envolvida por um grande cinturão verde e as cidades conectadas por *parkways* com transporte público eficiente. As discussões quanto sobre a reconstrução incorporaram muito dos conceitos do RPA (*Regional Planning Association of América*) e que elaboraram e/ou desenvolveram os conceitos de unidade de vizinhança, *parkway* e *greenbelt town*. A concretização das cidades-satélite do Plano de Abercrombie aconteceu em 1946, quando foi aprovado o *New Town Act*, definindo as formas de financiamento e construção das cidades novas.



Cartaz-convide da palestra *Brazilian Architecture* de Carmen Portinho no IAAS de Londres, agosto de 1945 (APCP)

44 Na bagagem Carmen levava um precioso tesouro: material sobre o edifício do MES, que mostrou em primeira mão a Le Corbusier. PORTINHO, 1999:97.

45 Em agosto de 1945 faz a conferência *Brazilian Architecture* no IAAS, em Londres, e em outubro profere palestra com o mesmo título no Royal Institute of British Architects (APCP).

46 THE ARCHITECTS JOURNAL, 22.11.1945.; O GLOBO, jan. 1945.

47 O GLOBO, 14.10.1945; CORREIO DA NOITE, 19.12.1945.

Tem início, em novembro de 1946, a primeira cidade nova, Stevenage, composta por seis unidades de vizinhança, tendo cada uma de 10.000 a 12.000 pessoas.

Carmen voltou da Inglaterra mobilizada pela causa da habitação, todavia já estivesse em seu rol de preocupações como urbanista, crescia em importância. Era este um tema internacional, que movia técnicos na Europa e Estados Unidos. No Brasil, era alvo de discussões e de realizações. A urbanista retornou determinada a implementar suas idéias no âmbito da municipalidade carioca. Logo após sua chegada da Europa, publicou no Correio da Manhã uma série de artigos, intitulada "Habitação Popular", advogando em prol da organização e execução de um plano de construção de habitações destinadas aos grupos sociais de pequenos salários. Para justificar seu discurso, não fugiu ao tema da falta de moradias adequadas e do crescimento assustador das favelas. E Carmen escreve:

*A existência de "favelas" e de outras habitações anti-higiênicas como as cortiços, sempre trouxe, para todos os países do mundo, despesas e prejuízos incalculáveis.*

*São verdadeiros focos de doenças contagiosas como a tuberculose e outras. As despesas que as autoridades são obrigadas a fazer com a saúde pública, com os menores abandonados, delinquentes e toda espécie de vadios, loucos e criminosos que saem desses núcleos insalubres, poderiam ser aplicadas, com mais proveito para a coletividade, em prevenir esses males em vez de remediá-los. As habitações populares construídas então pelas municipalidades, constituiriam uma medida de profilaxia, passando desta forma a fazer parte do programa dos serviços de utilidade pública.<sup>48</sup>*

Seu primeiro artigo, ilustrado com a imagem de um *redan* de Corbusier, para Paris, denuncia o fracasso das cidades-jardim visitadas na Inglaterra, argumentando que eram subúrbios distantes dos centros de trabalho, vazios a maior parte do dia, reinando a impressão de tristeza e abandono. Essas cidades haviam se transformado em cidades-dormitórios, não tendo os moradores tempo para cultivar o jardim ou desfrutar da casa. Tão distantes eram as casas, ainda que "bonitinhas e aparentemente agradáveis", que todas as tarefas cotidianas, ir ao mercado, freqüentar a escola ou mesmo recorrer a serviços médicos, tornavam-se terrivelmente difíceis. Demais, o custo dessas construções era inviável: gastava-se muito para levar infra-estrutura (gás, luz, telefone, água e esgoto) a um local de densidade baixa. Carmen propunha que o problema da habitação deveria levar em conta todos os seus aspectos do modo mais amplo possível: habitação, transporte, trabalho e recreio eram funções interdependentes e indissociáveis.<sup>49</sup>

Mas, qual seria o tipo dessas casas? No terceiro artigo da série (ilustrado com uma perspectiva do mestre alemão Walter Gropius, exemplificando as zonas livres entre os blocos de dez andares),<sup>50</sup> a expressão chave é "unidade de habitação". Localizadas nas proximidades do trabalho, as habitações seriam ligadas diretamente a serviços sociais, médicos e educativos. Absfraindo o clássico lote, os espaços verdes para descanso e recreio, os caminhos para pedestres, completamente separados das ruas de tráfego,

48 PORTINHO, 17.3.1946.

49 PORTINHO, 10.3.1946;  
PORTINHO, 27.3.1946.

50 Imagem que acompanha seu artigo "Construções baixas, médias ou altas?", apresentado no 3º CIAM onde defende a construção de edifícios de sete a onze andares, separados suficientemente para garantir ar, luz e mobilidade aos moradores. AYMONINO, 1973:211-232; PORTINHO, 27.3.1946.

amalgamariam o conjunto construído. A casa isolada como ideal de moradia estava descartada: ela conduzia ao individualismo, além de ser mais onerosa. A habitação coletiva estimularia a vida em sociedade e permitiria a reserva de grandes espaços livres, que possibilitariam a prática de esportes em locais apropriados, até esse momento restrita aos clubes privados das elites.

Para exemplificar o modelo de habitação a que se refere, Carmen resume os itens do livro "Modern Housing", de Catherine Bauer, publicado em 1934, que, embora um pouco extenso, é demasiadamente importante para que se deixe de citá-lo. Os padrões mínimos para habitações em conjunto seriam:

*1- Necessidade de fornecer abrigo conveniente ao homem. Cada família precisa de uma habitação separada. 2-Tantos quartos forem necessários a fim de que, pais, filhos, e filhas possam dormir separados. 3- A independência das habitações deverá ficar garantida. Nenhum vão de janela ou porta de uma habitação deverá devassar os de outra. 4- Água corrente e instalações sanitárias em cada habitação. 5 - Iluminação, insolação e ventilação adequadas. 6- Nenhuma via de tráfego de grande movimento nas proximidades da habitação. 7- Facilidade para recreio ao ar livre. Espaços reservados para jogos de crianças e adultos. Jardins e parques em volta das habitações e fora das vias de tráfego de penetração. 8- Emprego de materiais de construção de boa qualidade. Projetos simples e fáceis de serem compreendidos. Conjuntos harmoniosos. 9- Tranqüillidade dos habitantes. Isolamento das paredes. Nenhuma área interna que amplie os ruídos. 10- Compartimentos projetados de modo a facilitarem a colocação do mobiliário, a circulação e a limpeza. Equipamento adequado da cozinha, a fim de simplificar ao máximo o trabalho doméstico. Facilidades para lavar e secar roupas, seja na própria habitação, seja em local centralizado. 11- Acesso fácil às escolas, lojas comerciais, restaurantes, cafés e centros sociais. O homem não deverá gastar mais do que 30 minutos para se transportar ao local de trabalho. 12- Solidez e incombustibilidade da construção.<sup>51</sup>*

Catherine Bauer tornara-se, nos Estados Unidos, uma referência obrigatória no campo da habitação social, uma *expert* no assunto, tendo lutado, desde o lançamento desse seu primeiro e clássico livro,<sup>52</sup> em 1934, até sua morte, nos anos 60, pela construção de moradias baratas e acessíveis aos trabalhadores americanos. Casada com um dos grandes personagens da arquitetura moderna americana, William Wurster,<sup>53</sup> Catherine seria para sua geração nos Estados Unidos o que, mal comparando, seria Carmen para sua geração no Brasil: formando-se, em 1926, em Artes e Literatura, no Vassar College, foi também uma ativista dos direitos femininos, interessando-se pelas questões da arquitetura e do urbanismo modernos. Depois de passar um ano na França, mudou-se para Nova York, onde, por intermédio de Lewis Mumford, passa a freqüentar o grupo do RPAA. Seus participantes vinham se encontrando desde 1923, o próprio Mumford, Charles Whitaker, Clarence Stein, Henry Wright, Frederick Ackerman e Benton McKaye, entre outros. Esse grupo foi responsável por estudar e reelaborar as idéias das cidades-jardim inglesas nos EUA, propondo e desenvolvendo ambientes mais humanos na própria metrópole. Dentre as suas maiores preocupações estava a de criar bairros com qualidades diferenciadas das que usualmente se encontravam nos subúrbios do país, onde não havia

51 PORTINHO, 27.3.1949.

52 BAUER, 1934.

53 Ver TREIB, 1995.

# Os Alemães Ajudaram os Ingleses a Resolver o Problema das Favelas...

Como a engenheira Carmen Portinho viu a Grã Bretanha de após-guerra — A reconstrução das cidades bombardeadas — Destruído o centro de comércio de Bristol — Crise de habitação — Se não fossem as mulheres do Reino Unido teria perdido a guerra

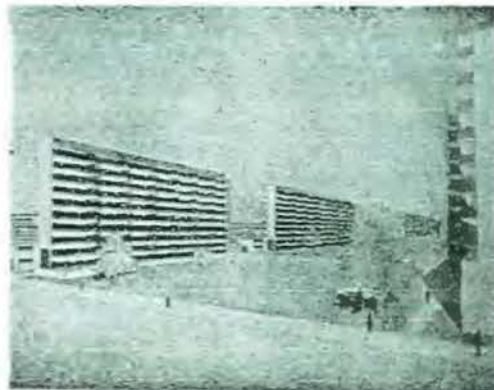


Alfabeto separado em tipos, provenientes das denominações de casas destruídas pelos bombardeios de Bristol e arredores. Também há favelas, construção

Restos de uma casa destruída em Bristol, Inglaterra. A favela foi formada pelos restos das casas destruídas pelos bombardeios de Bristol e arredores. Também há favelas, construção



Reportagem do jornal Correio da Noite sobre a viagem de Carmen Portinho à Inglaterra em 1945 (CORREIO DA NOITE, 19.12.1946)



Projeto de Walter Gropius, que faz parte dos estudos feitos para demonstrar que o desenvolvimento das construções em altura favorece a ampliação dos espaços livres e contribui para a diminuição dos alugueis

Ilustração do terceiro artigo da série "Habitação Popular" escrito por Carmen Portinho ao retornar da Inglaterra em 1945 (PORTINHO, 27.3.1946)



Projeto de reconstrução de um quarteirão insalubre de Paris, por Le Corbusier. Foram previstas, além das habitações, espaços livres, locais para recreio e edifícios destinados aos serviços comuns

Ilustração do primeiro artigo da série "Habitação Popular" escrito por Carmen Portinho ao retornar da Inglaterra em 1945 (PORTINHO, 10.3.1946)

facilidades urbanas (mercado, escola, posto de saúde, áreas de lazer), além das grandes distâncias físicas dos centros. O grupo afirmava que o custo das construções era demasiadamente alto: para produzir habitações baratas, era preciso construir em grande escala, valendo-se dos processos industriais. Para tanto, era necessária uma estrutura institucional que desse suporte à produção das casas. Em 1924, formam uma sociedade sem fins lucrativos, a *City Housing Corporation*, e constroem Sunnyside, no Queens-NY, cujo projeto era de Stein e Wright. Três anos depois se lançam ao projeto, mais ambicioso, de construção de Radburn, em New Jersey-NJ.<sup>54</sup>

Ambos os projetos são aplicações de suas teorias e foram fundamentais na divulgação do ideário das unidades de vizinhança, as *neighborhood units*, importantes para a compreensão dos projetos do Departamento de Habitação Popular. A idéia primeira de unidade de vizinhança (*neighborhood unit cell*) parte de Clarence Perry,<sup>55</sup> da equipe do *Regional Plan of Nova York* de 1929, sendo desenvolvida pelos membros do RPAA. O ponto central das propostas era a preservação da vida comunitária, com áreas residenciais que garantissem o silêncio e o bem-estar. Mas não eram em nenhum aspecto antiurbanos: as soluções partem da metrópole, cujo crescimento seria celular, mediante a criação de novas unidades de vizinhança. Radburn seria uma cidade para 25.000 habitantes, constituída de três unidades de vizinhança, com separação total entre a circulação de veículos e a circulação de pedestres.

Quando Catherine Bauer entrou em contato com este grupo, muitas das idéias já tinham sido postas em prática, mas a viabilização havia sido muito difícil. Mumford, por exemplo, morara com a família em Sunnyside por onze anos e, embora elogiando muito o lugar, afirmava que não era acessível àqueles de baixo poder aquisitivo. Motivada pelas discussões e realizações do RPAA Catherine parte para a Europa, onde visita por diversos meses a Alemanha, a Suíça, a Holanda e a França, dedicando-se a conhecer os programas de habitação. De volta ao país, escreve um artigo para o concurso da revista *Fortune* do melhor ensaio sobre o tema "Arte na Indústria". Seu artigo tecendo elogios ao programa de habitação de Frankfurt, coordenado por Ernest May, ganha o concurso. A partir daí, sua ligação com a habitação social foi definitiva. Em 1932, é convidada para organizar no MoMa de Nova York a parte relativa à habitação na famosa exposição "Arquitetura Moderna", de 1933, e, seguindo os conselhos de Mumford, dá início ao livro "Modern Housing" com o intuito de apresentar e interpretar as experiências habitacionais européias para o público americano. Catherine desafiava seus compatriotas a não imitar o que estava sendo feito no além-mar, mas a criar formas habitacionais que pudessem atender às suas necessidades.<sup>56</sup> Analisando diversos projetos habitacionais, dados estatísticos e informações colhidas nas várias cidades que visitou, fez uma defesa clara da arquitetura moderna e propôs soluções para seu país.

Algumas dessas soluções foram resumidas por Carmen Portinho no seu

GOOD HOUSES ARE CHEAPER (CAN LEAD ONES)



Ilustração do livro *Modern Housing*, de Catherine Bauer: "Boas casas são mais baratas que as más" (BAUER, 1934:229)

54 RADFORD, 1996:66-69.

55 PERRY, 1932.

56 WRIGHT, 1995:184-203.

artigo em prol da organização de um programa de habitação popular para o Rio de Janeiro. O que não estava listado, mas que seguramente Carmen conhecia, eram as argumentações de Catherine Bauer em favor de habitações financiadas pelo governo, questão mais política do que técnica. Das realizações americanas Catherine exalta como importantes justamente Sunnyside e Radburn, do RPAA, afinal já vinham falando e praticando as questões que ela estudara e sintetizara em seu livro. Nos anos seguintes, ela lutaria com grande força pela transformação dessas idéias em lei e pela sua realização. Uma delas era a construção, em 1935, do Conjunto Carl Mackley, na Philadelphia, dos arquitetos europeus, radicados nos Estados Unidos, Oscar Stonorov e Alfred Kastner, para operários da Federação Americana dos Trabalhadores de Malharias. O conjunto é uma unidade de vizinhança, com edifícios de três andares, apartamentos de um, dois e três quartos, dotados de áreas comuns, como lavanderias coletivas no terraço, centro comunal com piscina, grandes áreas livres ajardinadas, piscina e jardim de infância.

Esses projetos tiveram significativa influência no que seria feito na Inglaterra depois da 2ª Guerra Mundial, no que se estava discutindo no momento em que Carmen participava das comissões da reconstrução. Se, nos anos 20, o pensamento inglês invadiu o território americano, manifestando-se na criação de núcleos residenciais de baixa densidade, valorizando a vida comunitária, nos anos 30 e 40 a reelaboração das mesmas idéias nos Estados Unidos influenciará os ingleses. As unidades de vizinhança, como solução habitacional e como resposta ao evidente crescimento das cidades, serão quase máximas nas Américas e na Europa. Na São Paulo dos anos 30, segundo Sarah Feldman, os técnicos conheciam e buscavam aplicar tais referências: Radburn e as unidades de vizinhança eram unanimidade até mesmo entre Anhaia Mello e Prestes Maia.<sup>57</sup> Carmen voltará da Inglaterra entusiasmada com a idéia, tendo estudado em loco os debates para sua aplicação. Seus conhecimentos e argumentos em favor da idéia serão detalhados e convincentes.

Explicadas as regras mínimas gerenciadoras dos programas de habitação, Carmen Portinho segue, na sua série de artigos, expondo o ideal de habitação: as casas, desenhadas para o mínimo de vida (entre 35 e 70m<sup>2</sup>) de acordo com o tamanho da família, seriam células de morar. A existência mínima foi tema do 2º CIAM, realizado em Frankfurt, em 1929, quando se estudaram exaustivamente soluções, em planta, que otimizassem os interiores das casas. A racionalização dos espaços internos significava seu maior aproveitamento, possibilitando aos moradores uma vida melhor, porque mais organizada. Espaços desnecessários eram eliminados e as peças indispensáveis ao uso cotidiano, caso da cozinha, eram aproveitadas conforme as tecnologias da "era industrial". Os equipamentos que poderiam ser de uso comum saíam do interior e passavam para o exterior da morada. Eram tornados extensões da casa, partes vitais na ajuda e melhoria da vida exaustiva de operários e operárias e ajudariam a criar um senso de comunidade.

57 FELDMAN, 1996:232.

CARL MACKLEY HOUSES

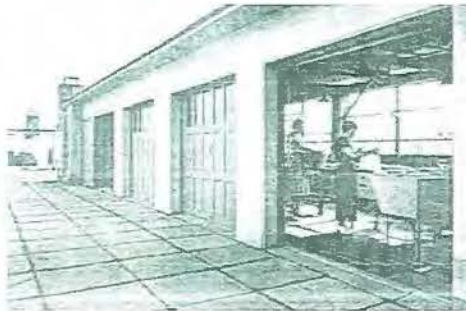
N. & B. STREETS PHILADELPHIA  
 HOUSING COOPERATION

DESIGNED BY  
 ALFRED KASTNER & OSCAR STONOROV  
 FOR THE PHILADELPHIA HOUSING COOPERATION

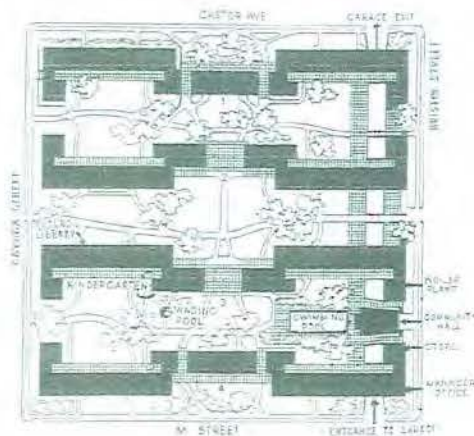


Alfred Kastner e Oscar Stonorov:  
 Conjunto Residencial Carl Mackley,  
 vista do bloco residencial, Filadélfia-  
 EUA, 1935 (RADFORD, 1996:131)

Conjunto Residencial Carl Mackley,  
 vista da piscina, anos 30 (DAVIS,  
 1997:12)



Conjunto Residencial Carl Mackley,  
 lavanderia no terraço dos blocos  
 residenciais (ARCHITECTURAL  
 RECORD, nov. 1935)



Conjunto Residencial Carl Mackley,  
 implantação (RADFORD, 1996:130)

Uma vez que os trabalhadores não poderiam dispor de ajuda para as tarefas domésticas, no próprio espaço construído dos conjuntos residenciais estariam abrigados equipamentos adjacentes facilitadores do cotidiano. Exemplo primeiro é a lavanderia coletiva, que carrega a um só tempo dois conceitos: economia do espaço interno da habitação e ajuda à “mão cansada” da operária nas tarefas domésticas.<sup>58</sup>

No artigo de 14.4.1946 (com o decreto de fundação do DHP publicado dez dias antes) da mesma série, “Habitação Popular”, Carmen detém-se nos serviços comuns. Escolas, museus, bibliotecas, exposições, centros de saúde, clubes, cinemas e centros comunais, para funcionarem, deveriam contar com a ajuda direta das autoridades públicas e ser incorporados aos conjuntos. Os centros comunais (*community centers*) eram as peças-chave do funcionamento do conjunto residencial. Neles, tal como Carmen dizia ter visto na Inglaterra, ocorreriam atividades das mais diversas, de refeições a palestras, de brincadeiras a peças teatrais e esportes. Sua função explícita seria garantir a vida em sociedade, ou melhor, desenvolver nos moradores o hábito de compartilhar a vida, somado à possibilidade de empregarem com mais proveito as horas de lazer. Mas o objetivo último era a “elevação no nível intelectual e moral dos habitantes”.<sup>59</sup> Elevação moral por meio da educação, que seria fornecida pelo poder público, municipal ou federal, mas estatal. Ponto nevrálgico da questão era o fato de que as habitações coletivas construídas e alugadas aos trabalhadores garantiriam, ao menos em teoria, a implementação de um plano moral cujos instrumentos eram as várias instâncias educadoras, não apenas a escola. Como foi visto para os conjuntos varguistas, no pós-1937 a questão era garantir a formação de um trabalhador, cuja casa era sua parte vital. No programa habitacional que Carmen idealizou para o Rio de Janeiro, o ponto afirmativo era que “casa” não era necessariamente “habitação”. Habitar englobava significados mais amplos e referia-se às condições gerais de vida dos moradores, somente realizadas plenamente com a disponibilidade dos serviços adjacentes ao teto propriamente dito. Habitação era um problema social e como tal deveria ser tratada.

A vida em conjunto experimentada nas unidades de vizinhança, no resto do mundo, parecia perfeita para a solução dos problemas habitacionais cariocas. O “povo” precisava, além de um local que o acolhesse das intempéries, de um local que o transformasse por inteiro. Bem, os Parques Proletários dos anos 40, em certa medida, vinham praticando essa filosofia do ensinar a morar. Qual seria a especificidade advogada por Carmen e pelo grupo de arquitetos modernos para o executivo municipal carioca? A resposta nasce do próprio nome: os parques proletários eram provisórios e não haviam “sanado” a questão, que, na verdade, se agravava a cada dia. Impunha-se, nas palavras de Carmen Portinho, uma solução definitiva.<sup>60</sup>

58 PORTINHO, 27.3.1946.

59 PORTINHO, 14.4.1946.

60 PORTINHO, 10.1.1946.

A solução definitiva de que falava Carmen considerava como parte constitutiva uma equipe de profissionais, que, guiados pelos ideais acima referidos, poderia executar

o plano traçado. Nas suas palavras, estes foram essenciais às realizações:

*O trabalho que executamos, aqui, é um trabalho de equipe: um arquiteto projeta; outros engenheiros calculam; um outro fiscaliza a obra, que é entregue a uma firma construtora, mediante concorrência, e um outro cuida da topografia. Foi reunindo essa equipe que conseguimos realizar um trabalho eficiente, cabendo-me a superintendência. Não cabe a mim, portanto, sozinha, o elogio pelo êxito da tarefa, o que faço questão de salientar.<sup>61</sup>*

Na equipe de projeto e planejamento (Seção de Planejamento - ZHP), havia arquitetos importantes. Francisco Bolonha,<sup>62</sup> Lygia Fernandes e Hélio Modesto formaram-se na primeira turma da Faculdade Nacional de Arquitetura, em 1945, e logo ingressaram no DHP. Este foi um grupo que se educou nas bases gloriosas da arquitetura moderna brasileira e que teve os primeiros anos de profissão no período de maior vitalidade e produção do movimento. Embora o curso ainda contasse com professores como Gastão Bahiana e Archimedes Memória, o moderno estava consagrado e infiltrado na prática profissional cotidiana, nas imagens que circulavam e na arquitetura que se projetava como ideal. Ainda estudantes, trabalharam como desenhistas ou, mesmo, projetaram juntamente com os mestres. Formados, tinham como opção o trabalho em escritórios, como os dos Irmãos Roberto, Jorge Moreira, Henrique Mindlin e Roberto Burle Marx. As trajetórias profissionais desses jovens mesclavam o trabalho na iniciativa privada, nos escritórios, com o trabalho no funcionalismo público. Bolonha, Lygia e Modesto foram nomeados para a Secretaria Geral de Viação e Obras da Prefeitura, lotados no Departamento de Habitação Popular, no Serviço de Planejamento, coordenado por Reidy. Muito rapidamente ganharam, sucesso profissional, com projetos próprios.

Hélio Modesto, depois de passar pelo DHP, embarcou para Londres para estudar urbanismo na *School of Planning and Research for Regional Development*. De volta ao Brasil, tornou-se um dos mais importantes urbanistas da época, trabalhando com o Pe. Lebrét e com José Arthur Rios no relatório da SAGMACS sobre as favelas do Rio de Janeiro e no IBAM, Instituto Brasileiro de Administração Municipal.

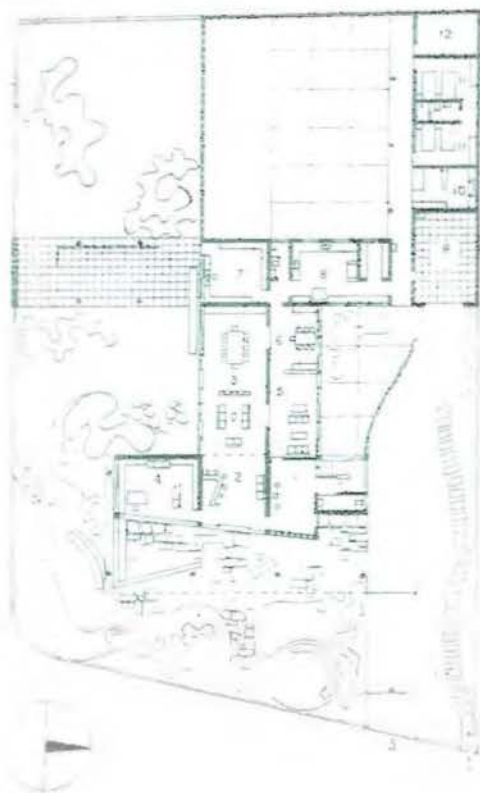
Lygia Fernandes, cujas bases familiares estavam em Alagoas, projetou, no princípio dos anos 50, um hospital e algumas casas que seriam pioneiras na aplicação da estética moderna na cidade. As residências de José Lyra e Paulo Netto primam pelo uso da linguagem moderna: treliças de madeira, cobogós, pilares cilíndricos, tijolos de vidro e brises, combinados com o telhado de telha-canal, não deixam dúvidas quanto à sua filiação arquitetônica. No Rio de Janeiro trabalhou com Jorge Moreira em projetos hospitalares, e também com Henrique Mindlin.<sup>63</sup>

Bolonha foi um dos filhos diletos da primeira geração moderna. De inegável talento, rapidamente assumiu posição destacada junto aos mestres. Recém-formado, teve, casas e dos menores e das mulheres nas áreas a isso destinadas, como escola, jardins, centro de saúde ou centro social.

61 A NOITE, 17.1.1953.

62 Para a trajetória profissional de Francisco Bolonha ver MACEDO, 2003.

63 SILVA, 1991, e entrevista concedida à autora em 29.9.2001.



Lygia Fernandes: Residência Paulo Neto, planta do pavimento térreo e fachada principal, Maceió-AL, 1953 (MINDLIN, 1999:84-85)

em 1947, construído seu projeto da fonte Andrade Júnior em Araxá,<sup>64</sup> cujos jardins eram de Burle Marx. Projetou, no fim dos anos 40 e início dos anos 50, uma série de obras em Cataguases: Residência Wellington de Souza, Monumento José Inácio Peixoto, Orfanato Dom Silvério, além dos jardins da casa de Josélia Pacheco, do arquiteto Aldary Toledo. Com o projeto da casa do embaixador Hildebrando Accioly, de 1949-50, entraria para os manuais de arquitetura como um “daqueles” arquitetos que mesclavam tradição e modernidade.<sup>65</sup>

Lygia e Bolonha, associados a Israel Pinheiro e a Giuseppina Pirro, ganham o terceiro lugar no concurso para a sede do Jockey Clube do Rio de Janeiro, publicado na capa da *L'Architecture d'Aujourd'hui*, em 1948. Para esses jovens profissionais, assumir o discurso do movimento moderno era dar continuidade ao trabalho da geração anterior, e ter seus trabalhos divulgados internacionalmente era, além de suas qualidades arquitetônicas, uma consequência do grande interesse que a arquitetura brasileira despertava nos circuitos mundiais.

No setor de engenharia, o DHP contava com grandes talentos. Sydney Santos, que já era funcionário da PDF, foi um dos mais importantes calculistas de concreto armado no Brasil. Professor da UFRJ, estudou cálculo estrutural no curso do Instituto Brasileiro de Concreto, tendo calculado inúmeras estruturas de obras de arquitetos modernos, como as do próprio Bolonha (Residência Hildebrando Accioly) e do Reidy (Colégio Brasil-Paraguay e passarela do MAM). A divulgada estrutura em arco (abóbada reversa) do Conjunto Residencial Marquês de São Vicente, por ele calculada, ficou conhecida como uma das inovações tecnológicas da “moderna arquitetura e engenharia brasileiras”.<sup>66</sup> David Astrachan, Gabriel de Souza Aguiar e Dirceu Velloso, funcionários da PDF e lotados no DHP, tiveram grande atuação na iniciativa privada, tendo participado do estabelecimento da técnica no Rio de Janeiro, contribuindo para seu conhecimento e domínio.<sup>67</sup>

No campo do trabalho social, através do Setor de Estudos Preliminares, a atuação de Anna Augusta Almeida deve ser mencionada. Graduara-se em 1946, pelo Instituto Social (tendo como trabalho de conclusão de curso o “Serviço Social na Indústria”), depois transformado em Escola de Serviço Social da PUC, onde, recém-formada, começou a lecionar. Como representante da geração fundadora das práticas assistencialistas na cidade, teve vida profissional muito ativa desde os primeiros anos, estabelecendo-se como autoridade no assunto entre 1960 e 1980.<sup>68</sup> Em 1946, fez o primeiro concurso para agente social da PDF, tendo trabalhado na rede hospitalar municipal, na Siderúrgica Nacional e sido assistente social da Indústria Villares. Convidada por Carmen Portinho, assumiu o cargo de assistente social do DHP, onde permaneceu por doze anos. Às assistentes sociais cabia estabelecer o vínculo entre o espaço moderno construído e os moradores, ensinando-lhes a maneira “correta” de interagir em suas casas. Transformar os moradores em cidadãos era sua tarefa, cumprida por meio da educação das famílias no

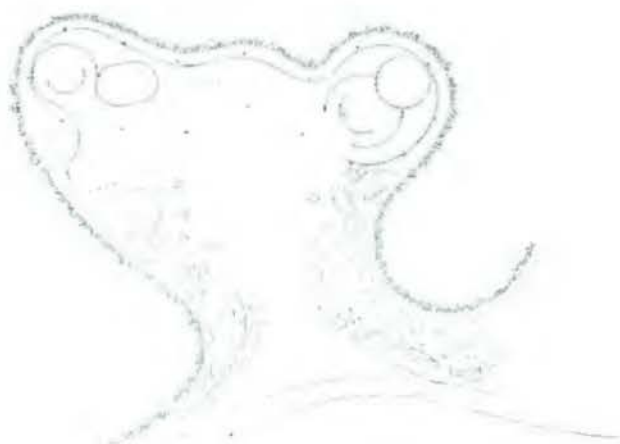
64 THE ARCHITECTURAL FORUM, nov. 1947b:68-69.

65 BRUAND, 1991:140-143. Este historiador faz uma longa referência a Bolonha, filiando-o a Lucio Costa. Compara a casa para o embaixador Accioly com o projeto do Park Hotel de Friburgo, sem, contudo, fazer referência à sua participação no Departamento de Habitação Popular.

66 SANTOS, 1965.

67 TELLES, 1994.

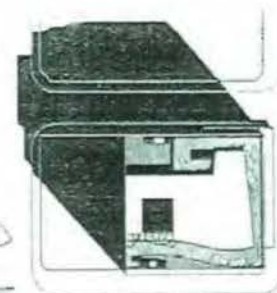
68 Com o fim do DHP em 1960, foi nomeada professora da Universidade do Estado da Guanabara, depois UERJ, onde permaneceu por 19 anos. Doutora em 1977, pelo Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio, orientou inúmeras dissertações de mestrado. ALMEIDA, 1978; MESQUITA, 1985:Anexo, 1-17. Entrevista concedida à autora em 29.10.2001.



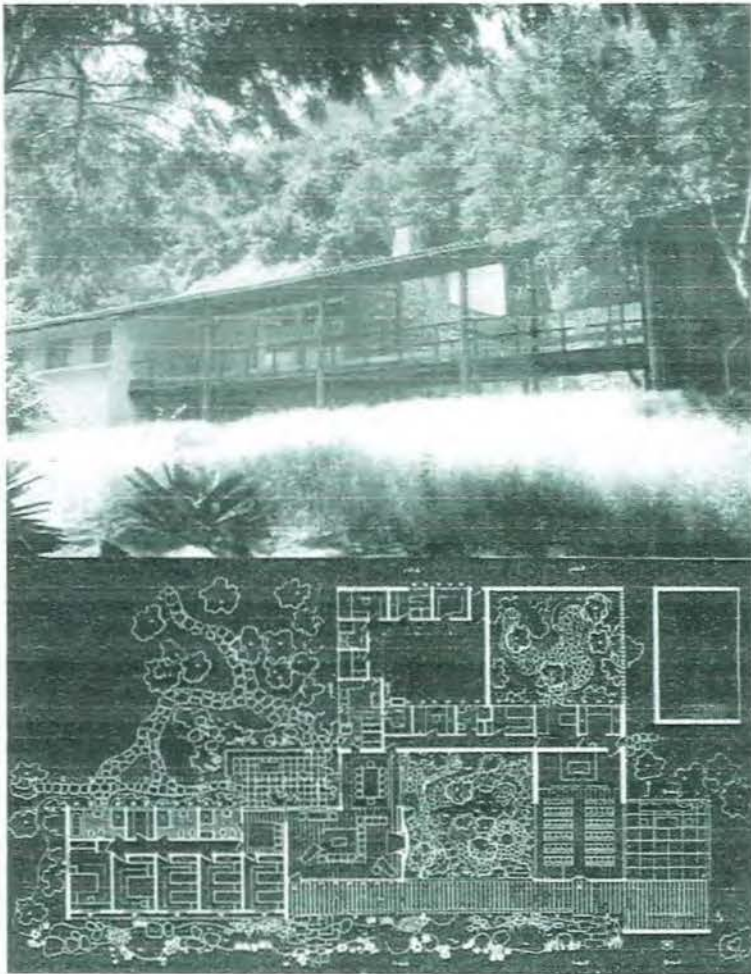
Francisco Bolonha: **Fonte Andrade Júnior**, planta, Araxá-MG, 1947 (THE ARCHITECTURAL FORUM, nov. 1947:69)

#### CONCOURS DU JOCKEY-CLUB BRÉSILIEN

PROJET DE GIUSEPPINA PIRRO, LYGIA FERNANDES, ISRAEL PINHEIRO E FRANCISCO BOLONHA, ARCHITECTES



Francisco Bolonha, Giuseppina Pirro, Lygia Fernandes e Israel Pinheiro: **Concurso para o Jockey Clube Brasileiro**, perspectiva, 1948 (L'ARCHITECTURE D'AUJOURD'HUI, nov./dez. 1948:64)



Francisco Bolonha: *Residência do Embaixador Accioly*, fachada principal e planta, Petrópolis-RJ, 1950 (MINDLIN, 1999:63; BAC,1957:22)



Francisco Bolonha: *Residência Ottonio Alvim e Nanzita Gomes*, vista do painel de azulejos de Anísio Medeiros, Cataguases-MG, 1956 (foto: F. Brito, 2001)



Francisco Bolonha: Residência para operários da Cia. Industrial de Cataguases, vista do conjunto e interior de unidade residencial, Cataguases-MG, anos 50 (foto: F. Brito, 2001)



De cima para baixo:

Bolonha, Carmen e Charlotte Perriand junto à maquete do Conjunto Residencial Vila Isabel, anos 50 (APCP)

Sydney Santos (SANTOS, abr. 1947:93)

Anna Augusta em atividade com as crianças no Ginásio do Pedregulho, anos 50 (DHP, 1961:s.p.)

Lygia Fernandes (SILVA, 1991:84)

Lygia Fernandes, Dìva e Zulmira Martins no Conjunto Residencial Paquetá, anos 50 (DHP, 1961:s.p.)

no interior das casas e dos menores e das mulheres nas áreas a isso destinadas, tais como escola, jardins, centro de saúde ou centro social.

Mendes de Moraes foi prefeito entre 16.6.1947 e 22.4.1951, e Carmen foi empossada no cargo de diretora em 17.2.1948. No mesmo dia de sua posse, Reidy assumiu o cargo de diretor do Departamento de Urbanismo, antes ocupado por José de Oliveira Reis. Os jornais salientaram a nomeação da primeira “representante feminina” para um cargo de direção na Secretaria de Viação e Obras Públicas da PDF.<sup>69</sup> Para o movimento feminista era mesmo uma conquista:<sup>70</sup> como comemoração, a União Universitária Feminina, fundada por ela própria, ofereceu-lhe uma festa em “regozijo” pela nomeação.

Com a urbanista Carmen Portinho à frente do DHP tem início a construção de conjuntos habitacionais auto-suficientes, que atingissem todos os aspectos da vida do trabalhador (da moradia à escola, passando pela saúde e pelo lazer). O Pedregulho estava sendo planejado, mas a passos lentos. A imagem do DHP como construtor de grandes edifícios de habitação, baseados nos princípios da arquitetura moderna, só seria alcançada a partir da nomeação de Carmen, quando a vontade política permitiu que se concretizasse o ideal de habitação “adequada e bela”.



Carmen Portinho toma posse no DHP em 17.2.1948 (APCP)

69 DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 17.2.1948; VANGUARDA, 17.2.1948; CORREIO DA MANHÃ, 17.2.1948.

70 MACHADO, 11.4.1948.



4

"ADEQUADO E BELO"



## CAPÍTULO 4

*(...) se construindo de acordo com o plano, teremos habitações maravilhosas, obedecendo ao mesmo tempo às necessidades sociais dos seus moradores e às exigências estéticas modernas.*  
Carmen Portinho, 1949

Em meio às inúmeras polêmicas sobre o caráter da habitação anos 40 e 50, a posição da direção do DHP era clara: os conjuntos residenciais eram prioridade, a parte nevrálgica do programa. O plano habitacional traçado por Carmen Portinho quando diretora do DHP, em 1948, previa a construção de uma unidade residencial auto-suficiente em cada distrito da cidade, nas seguintes localidades:

- 1º distrito: Avenida Presidente Vargas;
- 2º distrito: Botafogo ou Gávea;
- 3º distrito: Pedregulho;
- 4º distrito: Jardim Zoológico;
- 5º distrito: Madureira;
- 6º distrito: Penha;
- 7º distrito: Jacarepaguá;
- 8º distrito: Bangu;
- 9º distrito: Campo Grande;
- 10º distrito: Santa Cruz;
- 11º distrito: Ilha do Governador.<sup>1</sup>

Desses onze conjuntos residenciais foram construídos três, Pedregulho, Gávea e Vila Isabel, além de Paquetá, fora da lista inicial. Nenhum deles foi concluído conforme o projeto.

DHP Departamento de Habitação Popular NUMERO DE UNIDADES RESIDENCIAIS		
	Nº AP. PREVISTOS	Nº AP. CONSTRUIDOS
Conjunto Residencial Pedregulho	488	272
Conjunto Residencial Paquetá	56	27
Conjunto Residencial Marquês de São Vicente	748	326
Conjunto Residencial Vila Isabel	828	72
TOTAL	2119	699

Tabela 3

Além desses, foi feito o estudo do Conjunto Residencial das Catacumbas, segundo divulgação da época, “para os ‘favelados’ das margens da Lagoa Rodrigo de Freitas”.<sup>2</sup> Há registro do orçamento de um conjunto em terrenos da PDF no Guarabu, Ilha do Governador, do qual não foi encontrada nenhuma documentação arquitetônica.<sup>3</sup> Com as quatro unidades edificadas, o DHP, embora com arquiteturas diversas, buscava a concretização do mesmo conceito de habitação: unidades residenciais autônomas, compostas de edifícios de apartamentos com serviços adjacentes à morada, como assistência social individual e de grupo, posto de saúde, escola, mercado, creche, *playground* e lavanderia.

A construção dos quatro conjuntos significava a possibilidade de aplicação dos diversos princípios habitacionais de arquitetura ligados ao movimento moderno, que circulavam no Brasil, mesmo que os ideais de racionalização e economia dos elementos construtivos não tivessem sido plenamente atingidos. Isso porque não se davam soluções únicas aos conjuntos: para cada projeto, Reidy e equipe estudavam o terreno e suas condições gerais, levantando soluções que estivessem de acordo com o lugar. Uma das particularidades do DHP era ter no corpo técnico e consultivo nomes de destaque internacional que elaboraram espaços e elementos arquitetônicos e urbanísticos ímpares na história da arquitetura brasileira. Não somente os painéis de Cândido Portinari ou Anísio Medeiros, nem os jardins de Burle Marx, nem as impactantes estruturas curvilíneas de Reidy, mas também os detalhes, visíveis na execução delicada das esquadrias e nos desenhos elaborados dos diversos elementos vazados, dos armários dos apartamentos e suas divisões internas. Tanta complexidade, em execução e em qualidade, só poderia verificar-se em meio dotado de especialistas comprometidos com o ideário e capazes de elaborá-lo.

Mesmo tendo movimentado inúmeros projetos e ocupado boa parte das atividades do DHP, as casas isoladas no lote tinham, conceitualmente, papel secundário. As casas isoladas representavam uma política habitacional que valorizava o ideal de casa própria distante dos locais de trabalho, sem possibilidade de interface educativa ou social. O oposto, enfim, das convicções propagadas por Carmen, Reidy, Marques Lopes, Anna Augusta e tantos outros profissionais envolvidos na questão da habitação no Brasil. A assistente social Anna Augusta fez boa definição do trabalho do DHP durante a gestão de Carmen Portinho:

*O plano de trabalho provocou uma “política de justiça espacial” ousada. Ousada mais justa se considerarmos o seu aspecto sócio-cultural em face das materializadas e burguesas soluções dadas aos problemas habitacionais da cidade do Rio de Janeiro. A filosofia de trabalho da equipe do DHP (...) materializava uma concepção essencialmente humana de bem estar. Fato que, realmente pôde impedir o crescimento desordenado de qualquer solução improvisada.*<sup>4</sup>

2 O GLOBO, 20.2.52.

3 D.O. PDF, 6.1.1955. Orçamento do Distrito Federal, para 1955, p.179.

4 DHP, 1961:s.p.

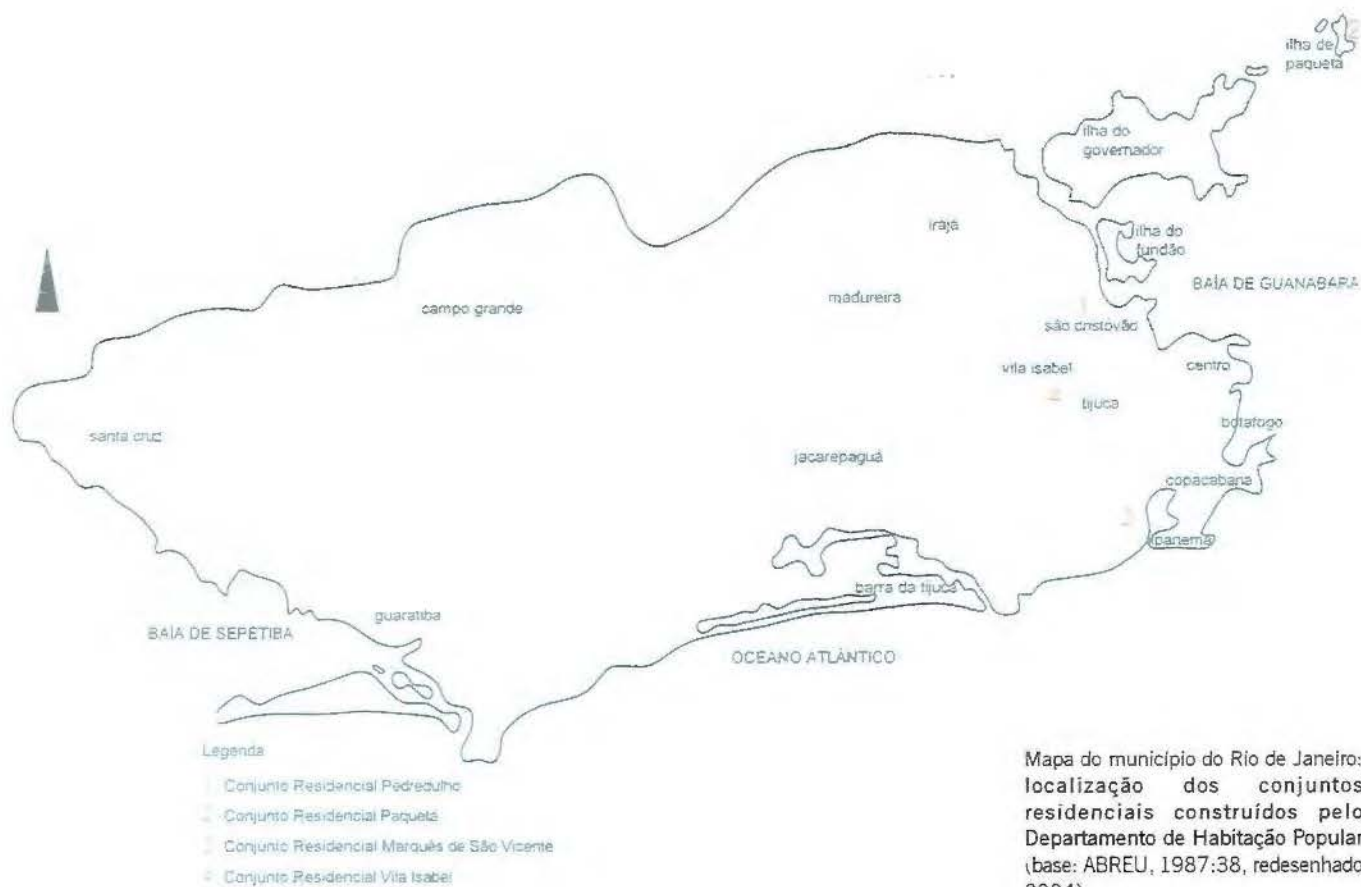
O processo de aplicação desse ideal foi significativamente heterogêneo. A execução dos projetos e o posterior acompanhamento dos moradores, nas casas modernas, pelos seus idealizadores, ou seja, durante a gestão de Carmen Portinho (1948-1960), só ocorreram em dois casos: Pedregulho e Paquetá. O ideal de moradia chegou mais próximo de sua completude nesses dois conjuntos. Para a assistente social Anna Augusta, os conjuntos Marquês de São Vicente e Vila Isabel não eram do DHP. Francisco Bolonha é da mesma opinião quanto ao Marquês de São Vicente, por razões arquitetônicas. Segundo ele, o conjunto teria sido desenvolvido no Departamento de Urbanismo, e não no de Habitação Popular.<sup>5</sup> Tal afirmativa atesta o que foi dito anteriormente: a linha divisória entre um departamento e outro era quase invisível. Menos do que significar que o conjunto não era do DHP, confirma a consonância que havia entre as práticas do urbanista e do arquiteto.

A afirmativa da assistente social, no entanto, deve ser considerada. Nos dois conjuntos, até onde as fontes primárias permitiram comprovar, não houve o cumprimento de todas as etapas que envolviam o estabelecimento do conjunto: seleção dos moradores, execução do projeto, acompanhamento dos moradores na mudança e funcionamento dos serviços adjacentes. Isso só ocorreu nos conjuntos de Paquetá e Pedregulho, por razões diversas, discutidas na análise separada dos dois casos.

O Pedregulho tornou-se, historicamente, peça de propaganda do DHP e somente por isso já seria merecedor de atenção especial. O Conjunto Residencial de Paquetá, porém, de escala reduzida e localizado numa ilha cujos problemas urbanos e sociais eram menos complexos, é exemplo da aplicação de um método de trabalho que se pretendia para todos os empreendimentos.

Os Conjuntos Residenciais do Pedregulho e de Paquetá foram os que mais se aproximaram do ideal completo de habitação idealizado pelos técnicos do DHP. São os exemplos mais acabados dos conjuntos, sobretudo se comparados aos demais, verificando-se neles a realização do ideal de habitar e a tentativa de aplicação das técnicas de utilização das casas e dos espaços adjacentes.

5 Entrevista concedida à autora em 1.10.2001.



Mapa do município do Rio de Janeiro: localização dos conjuntos residenciais construídos pelo Departamento de Habitação Popular (base: ABREU, 1987:38, redesenhado 2004)



Localização dos conjuntos residenciais construídos pelo Departamento de Habitação Popular, esc. 1/50.000 (Mapa do Município do Rio de Janeiro, Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos/PCRJ)

## 4.1 Conjunto Residencial Pedregulho

Ao citar o Pedregulho, várias referências são facilmente evocadas: conjunto residencial mais divulgado da arquitetura moderna brasileira, fracasso e ruína de um ideal, espetáculo formal, experiência social, existência simbólica, utopia de morar. Muito já se falou e publicou sobre o Pedregulho desde novembro de 1947, ano de sua primeira publicação,<sup>6</sup> e muito segue sendo dito e estudado no Brasil e no exterior. Não é objetivo deste trabalho empreender uma revisão bibliográfica dos inúmeros trabalhos sobre o conjunto, nem oferecer uma panorâmica histórica e cronológica de sua construção ou, ainda, uma análise crítica de sua arquitetura. A primeira tarefa, que seria um trabalho monográfico, embora de grande valor, não foi tema desta dissertação, cujo foco é o Departamento de Habitação Popular. A segunda foi objeto de trabalhos recentes, como os de Nabil Bonduki e Eline Caixeta, que analisaram o conjunto da obra de Affonso Eduardo Reidy.<sup>7</sup> O terceiro e último aspecto foi, também, em maior ou menor grau, estudado por esses autores, somados a outros, como Masao Kamita e Yves Bruand.<sup>8</sup> De modo geral, é mais mencionado o aspecto formal do conjunto residencial, foco recorrente de estudo. O Pedregulho figurou nas páginas das revistas de arquitetura pelo grande interesse arquitetônico, realçadas suas inúmeras qualidades espaciais e plásticas. Os painéis de Portinari e Anísio Medeiros e os jardins e painéis de Burle Marx, ao lado das formas curvilíneas ou prismáticas dos edifícios são citados à exaustão nos artigos a eles dedicados, como exemplos de esplendor e ineditismo.<sup>9</sup>

Este trabalho busca entender a arquitetura construída e coordenada pelo DHP, problematizando-a em conjunto, como parte de um processo histórico. Não importou restringir os meandros formais e espaciais de cada um dos conjuntos residenciais, mas entendê-los, como parte da história da habitação social na cidade do Rio de Janeiro, incorporando-os no debate dos anos 40 e 50. O Pedregulho tornou-se vitrine do grupo do DHP e, muito embora isso tenha desviado a atenção para o grupo em si e para os demais conjuntos, fez com que o tema ganhasse mais significação e me impede não de mencioná-lo com mais atenção.

Esta dissertação privilegiou fontes de pesquisa que iluminassem aspectos do grupo como um todo, sua produção intelectual, como artigos de jornal, fichamentos e notas pessoais, entrevistas, teses defendidas, atas de reuniões e relatórios. Assim, foi possível trazer à luz novos aspectos do conjunto residencial, tido, vale reforçar, como parte de uma produção institucional, e não como único, atípico.

É possível que ele seja simbólico à maneira mencionada por Lucio Costa:

*O Pedregulho é pois simbólico – o seu próprio nome agreste atesta a vitória do amor e do engenho num meio hostil, e a sua existência é uma interpelação e um desafio, pois o dinheiro do povo não foi gasto em vão: em vez de se diluir ao deus-dará, sem plano, foi concentrado, foi objetivado, foi humanizado ali para mostrar-nos como poderia morar a população trabalhadora.<sup>10</sup>*



Conjunto Residencial Pedregulho: Bloco A em construção, anos 50 (AGCRJ)

6 É curioso assinalar que o Pedregulho foi divulgado pela primeira vez, ainda em versão preliminar, no especial *Brazil* da revista americana *Architectural Forum*. Mas, logo a seguir, em janeiro de 1948, foi publicado nas páginas da Revista Municipal de Engenharia. Ver Referências Bibliográficas, para listagem dos periódicos.

7 BONDUKI, 2000; CAIXETA, 1999.

8 KAMITA, 1994; BRUAND, 1991.

9 Ver Referências bibliográficas para listagem de periódicos.

10 COSTA, 1995:204.



Unidade de Habitação de Marselha, 1946-1952 (FRAMPTON, 2001:154)

Mas simboliza ainda mais o entendimento do problema pelos seus idealizadores no DHP. Importa entender o Pedregulho porque ele revela o ideal teórico do grupo. Por ter sido o primeiro conjunto elaborado e construído pelo Departamento, mesmo que só parcialmente inaugurado em 1950, o rigor no cumprimento formal dos ideais de habitação foi ainda maior. A novidade de fazer no âmbito da municipalidade, habitação nesses moldes arrefeceu inicialmente as críticas e possibilitou ao grupo a proposição e a construção da arquitetura desejada.

O Pedregulho é, quase obrigatoriamente, segundo a historiografia, filiado à matriz teórica e prática de Le Corbusier. A teórica diz respeito aos conceitos da Carta de Atenas, sintetizados rapidamente nos verbos morar, trabalhar, circular e recrear-se. A matriz prática refere-se, em particular, a dois projetos do mestre: a Unidade de Habitação de Marselha e seus estudos para o Rio de Janeiro, onde se vêem grandes estruturas serpenteantes, quase voando por sobre a cidade, não fosse estarem alicerçadas na cidade velha. Affonso Reidy, segundo o francês Yves Bruand, foi o mais corbusiano dos arquitetos da fase heróica, aquele “que permaneceu mais fiel ao espírito de Le Corbusier”.<sup>11</sup> É inegável a influência de Le Corbusier na obra de Reidy, tendo a admiração intelectual se transformado em amizade. O próprio Reidy afirmou que ler “Por uma arquitetura”, obra seminal do mestre, deu-lhe uma nova dimensão da arquitetura, fê-lo descobrir novo mundo.<sup>12</sup>

Mesmo sem refutar tais teses, no caso do Pedregulho essa influência deve ser levada ao plano referencial, mesclada a outras tantas realizações e escritos teóricos conhecidos por Reidy. Ainda que Corbusier fosse um ícone para essa geração, filiar o Conjunto do Pedregulho exclusivamente à Carta de Atenas e a seu plano para o Rio de Janeiro é incorrer em reducionismos, perdendo-se a possibilidade de problematizá-lo. O primeiro argumento contra à filiação a Unidade de Habitação de Marselha, de 1945-1948,<sup>13</sup> é que foi planejada quase simultaneamente ao Pedregulho. Ambos eram respostas à mesma questão da crise habitacional, que assolava a Europa, reconstruindo-se no pós-guerra, e os países em crescimento, como o Brasil. O Pedregulho e o edifício de habitação do mestre suíço são dois excelentes exemplos de produções arquitetônicas e urbanísticas distintas, cujas semelhanças se devem ao plano teórico comum, advindo do movimento moderno. Cronologicamente, as teorias dos CIAM e os escritos de Corbusier vieram antes do Pedregulho e influenciaram seu planejamento e a formação dos arquitetos envolvidos no projeto. Mas não foram as únicas. As referências intelectuais que afloraram no planejamento do Conjunto Residencial do Pedregulho eram muito diversificadas. A imagem das edificações serpenteantes planejadas por Corbu podem ter se impregnado no imaginário arquitetônico de Reidy e aflorado em aspectos formais de sua obra. Mas o Pedregulho é muito mais do que uma fração da obra de Corbusier, é um somatório de influências teóricas e é uma das respostas do DHP à crise de moradia no Rio de Janeiro. Bolonha, em entrevista a Ana Luíza Nobre, afirmou:

11 BRUAND, 1991:223.

12 BONDUKI, 2000:12.

13 A primeira versão da Unidade de Habitação de Marselha foi elaborada em 1945, a pedido do Ministro da Reconstrução da França. A versão construída é de 1946, inaugurada em 1952. Foram construídas outras quatro unidades de habitação: Rezé-lès-Nantes (1953), Berlin (1953), Briey-en-Forêt (1957) e Firminy-Vert (1968), esta última após a morte de Corbusier FRAMPTON, 2001:155-166.

*Não vejo nenhuma influência de Le Corbusier. E não conheço nenhum conjunto habitacional dele. Le Corbusier fez as Unidades de Habitação depois de nós, não? (...) Ele [Le Corbusier] tinha uma concepção de apartamento diferente da nossa, no Departamento de Habitação Popular, criada por Reidy e Carmen (...) Le Corbusier faz aquelas ruas interiores, escuras, enquanto nós aqui fazíamos o pilotis todo aberto, vazado.<sup>14</sup>*

O fato de o conjunto ser fruto de uma iniciativa municipal, sujeito a inúmeras restrições ideológicas e orçamentárias, já seria suficiente para relativizar a posição de Reidy, que, com lápis, papel e idéias, produzia arquitetura genial. Não que as arquiteturas de cada um dos elementos do Pedregulho não sejam de enorme valor arquitetônico, desde o plano geral ao detalhe. Mas sua produção é fruto de processo intelectual de diversas influências, sejam externas ao arquiteto, por intermédio dos outros agentes decisórios, como prefeitos do Distrito Federal, Carmen Portinho, arquitetos, engenheiros e assistentes sociais do DHP, ou internas, pela elaboração intelectual, por Affonso Reidy, das influências recebidas, além da de Le Corbusier.

O testemunho de Carmen Portinho sobre o que vivenciou na Inglaterra é deveras esclarecedor. O que ela viu debatido e em vias de implementação nesse país foram as unidades residenciais autônomas. Quando retornou ao Brasil, lutou por construí-las no Rio de Janeiro. Eram projetos que já se realizavam no País, pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões, os IAPs. Eram também experiências que se realizavam nos Estados Unidos, na Alemanha e na Áustria, para citar alguns países, desde o fim dos anos 20. E que Reidy conhecia. Não apenas por conhecer, mas porque havia estudado e lido, inclusive fichado. Leu nos anos 30, por exemplo, "Modern Architecture", de Catherine Bauer, a tese "Casas baixas, médias ou altas?", de Gropius, apresentada no 3º CIAM, o texto, do argentino Wladimir Acosta, "A casa mínima", "L'habitation familiale", de Charlotte Perriand, e "Centros de vida comunal", de Josep Lluís Sert.<sup>15</sup> Ler e fichar não significa necessariamente que Reidy tenha sido influenciado por elas ou que concordasse com as idéias expostas pelos autores. O sentido da leitura desses textos ganha é que aspectos das idéias e da arquitetura de Reidy estão em consonância com os argumentos de seus autores. Walter Gropius afirma que luz, ar e mobilidade são elementos indispensáveis ao desenvolvimento humano e podem ser conseguidos em edifícios altos, desde que construídos com responsabilidade, dispostos com separação suficiente em amplos terrenos. Wladimir Acosta, no artigo publicado, em 1934, em *Nuestra Arquitectura*, condena as casas individuais por não atenderem às necessidades do proletariado. Para este, era imprescindível a centralização dos serviços, somente possível na casa coletiva, onde a superposição das habitações e a fusão dos espaços livres em jardins públicos ofereciam vantagens higiênicas, sociais e culturais.

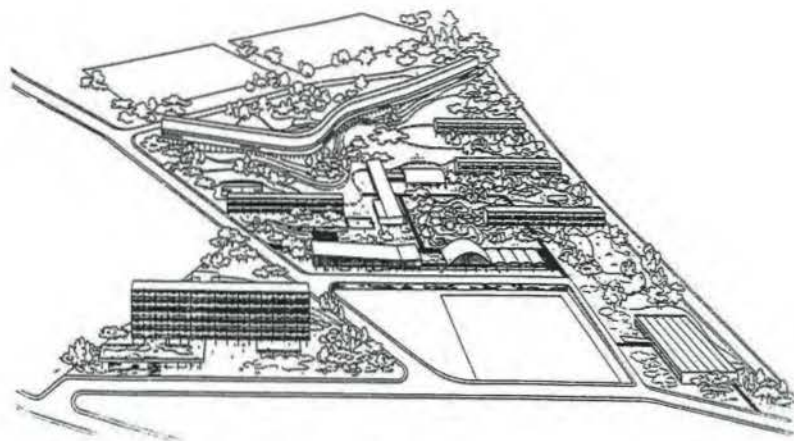
O plano inicial do Conjunto Residencial do Pedregulho previa todos os elementos vitais ao funcionamento de uma unidade de vizinhança: escola, mercado,



Capa da Revista Municipal de Engenharia de jan./mar. 1948, vendendo-se maquete do Conjunto Residencial Pedregulho, terceira versão e a favelas às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas. A publicação coincide com a época da posse de Carmen Portinho no DHP, em 17.2.1948 (REVISTA MUNICIPAL DE ENGENHARIA, jan./mar.1948)

14 NOBRE, 1999:141, grifo meu.

15 Fichamentos Affonso Eduardo Reidy. APCP.



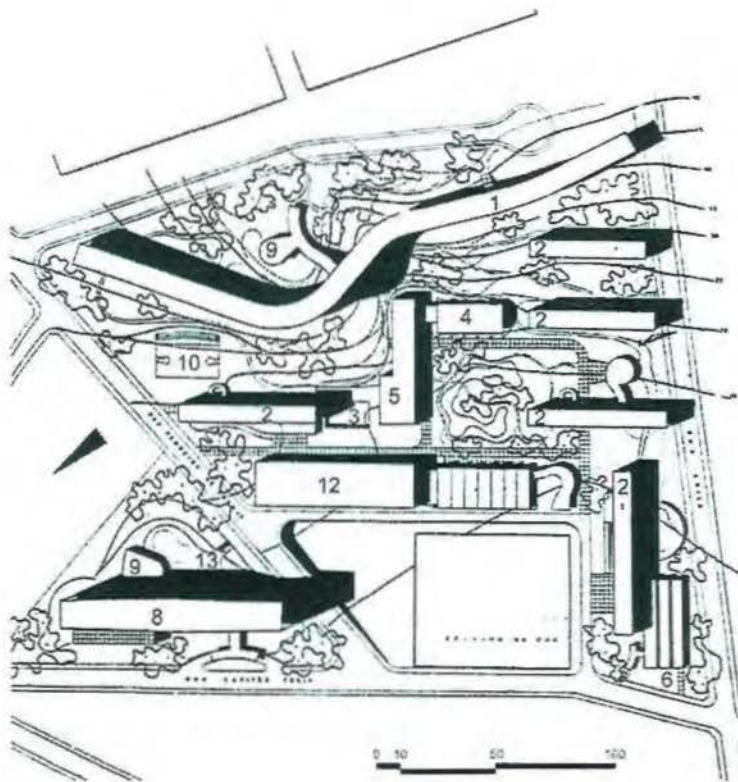
Conjunto Residencial Pedregulho:  
perspectiva, segunda versão, 1947  
(ARCHITECTURAL FORUM, nov.  
1947)



Conjunto Residencial Pedregulho:  
implantação, primeira versão, maio  
1946 (AGCRJ)



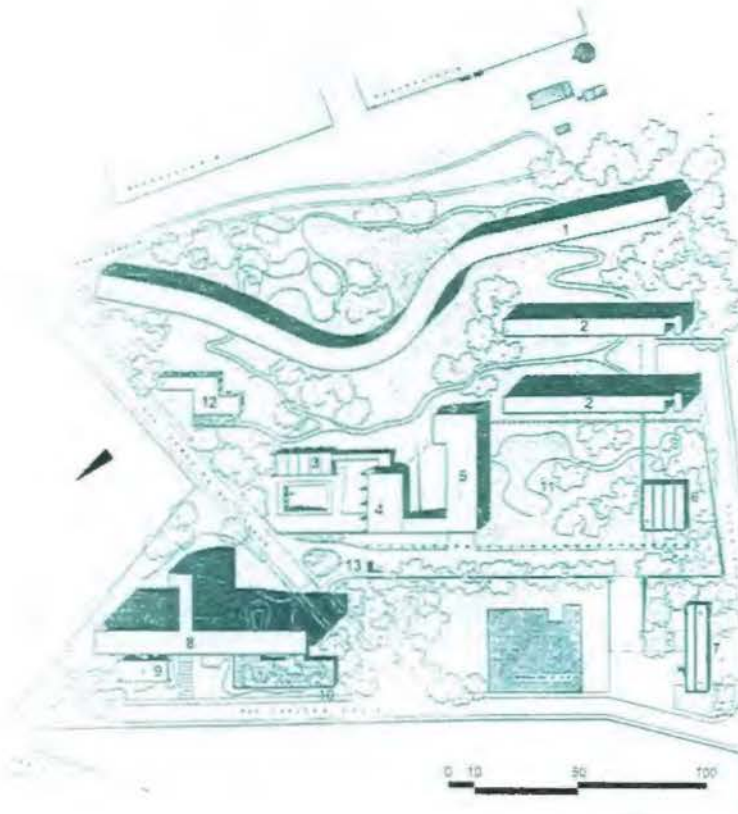
Conjunto Residencial Pedregulho:  
maquete, terceira versão, 1947  
(CATÁLOGO I Bienal de São Paulo,  
1951)



## Legenda

1. Bloco A - apartamentos
2. Bloco B - apartamentos
3. Piscina
4. Ginásio
5. Escola
6. Centro de saúde
7. Lavanderia/ mercado
8. Bloco C - apartamentos
9. Creche
10. Quadra de esportes
11. Playground
12. Clube
13. Passagem subterrânea

Conjunto Residencial Pedregulho:  
implantação, primeira versão, maio  
1946 (ARCHITECTURAL FORUM, nov.  
1947)



## Legenda

1. Bloco A - apartamentos
2. Bloco B - apartamentos
3. Vestiário piscina
4. Ginásio
5. Escola
6. Centro de saúde
7. Lavanderia/ mercado
8. Bloco C - apartamentos
9. Creche
10. Escola maternal
11. Playground
12. Clube
13. Passagem subterrânea

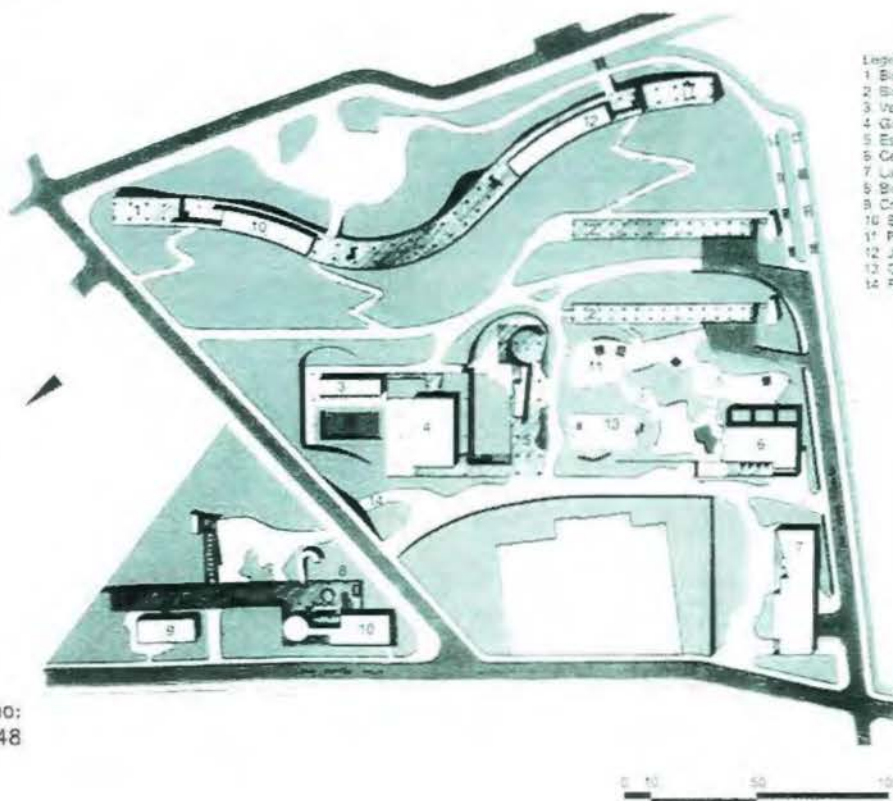
Conjunto Residencial Pedregulho:  
implantação, terceira versão, 1947  
(REVISTA MUNICIPAL DE  
ENGENHARIA, jan./mai. 1948:4)



Carmen Portinho e o prefeito Mendes de Moraes na inauguração Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes ou Pedregulho, em 20.6.1950 (AGCRJ)



Inauguração da lavanderia do Conjunto Residencial Pedregulho, em 20.6.1950 (AGCRJ)



Conjunto Residencial Pedregulho: implantação, versão final, 1948 (GPHU-EESC-USP)

lavanderia, posto de saúde, blocos residenciais com apartamentos duplex, piscina com vestiários, ginásio, quadra esportiva, grandes jardins com *playground*, clube e creche. A unidade seria localizada em uma grande quadra, com ruas internas acessíveis somente a pedestres e circundada de ruas para carros. A hierarquia de vias era também um dos pontos cruciais no planejamento das habitações, para dar ao trabalhador a segurança de circular pelo conjunto, aproveitar seus equipamentos e deixar os filhos brincar livremente nas imediações dos apartamentos.

O conjunto residencial teve quatro planos gerais, o definitivo construído apenas parcialmente. Sua primeira parte foi inaugurada em 1950: dois blocos residenciais, com 56 apartamentos duplex de quatro quartos, mercado, lavanderia e centro de saúde, somados aos jardins de Burle Marx e ao painel de Anísio Medeiros<sup>16</sup> para o Centro de Saúde. Escola, piscina, vestiário e ginásio de saúde foram inaugurados em 1951. O painel de Portinari foi colocado em 1952, depois de uma polêmica entre o pintor e o prefeito Mendes de Moraes.<sup>17</sup> Este, um general, não poderia aceitar que um comunista fizesse um painel de azulejos para uma construção da prefeitura, pago inclusive por ela.<sup>18</sup> O curvilíneo bloco A ficou parcialmente pronto em 1958, mas sua ocupação total deu-se em outra administração, na década de 60, quando Reidy e Carmen já estavam aposentados. O bloco C, a creche e o berçário contíguos, ligados aos demais edifícios por uma passagem subterrânea, nunca foram construídos, sequer iniciados. Deve-se isso à grande demora na construção do bloco A, que provocou incontáveis críticas e polêmicas na municipalidade. Alegava-se que era impossível resolver o problema da falta de moradias com a construção de conjuntos nesse padrão de sofisticação.

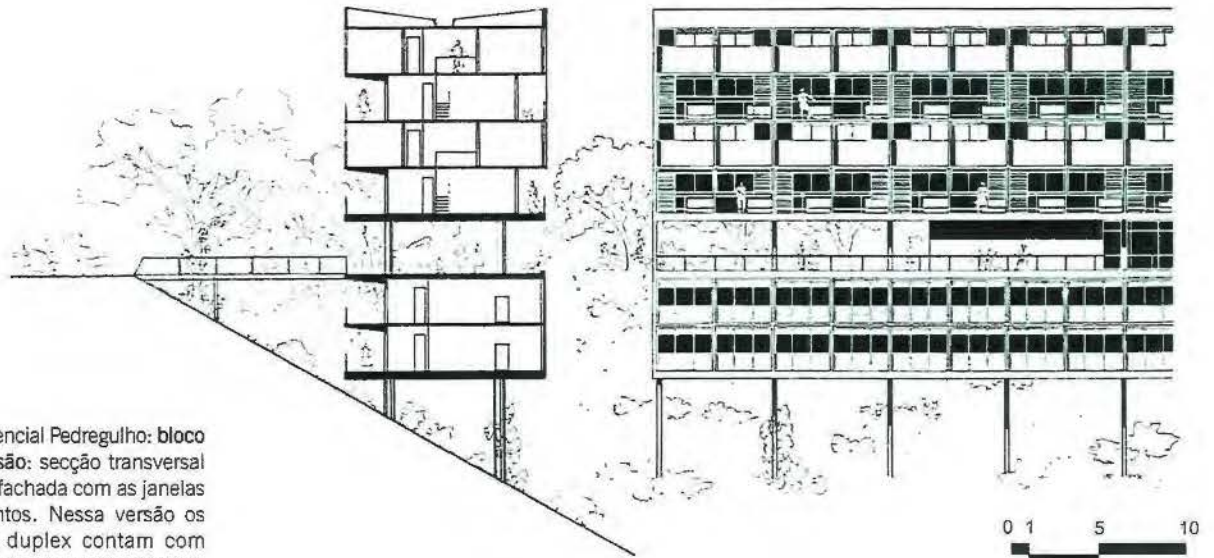
Carmen e Reidy, como é recorrentemente mencionado, exigiram que a construção do conjunto se iniciasse pelos edifícios extensões da casa, argumentando que, inaugurados os blocos residenciais, jamais se construiriam os demais. Segundo o ideário, não se construíam “apenas” conjuntos residenciais, como Carmen disse à exaustão, mas grupos residenciais autônomos, auto-suficientes, em que se educassem os trabalhadores. O plano habitacional simplesmente não resistiria sem essas edificações estivessem funcionando. Ser um conjunto residencial autônomo significava que as necessidades básicas dos trabalhadores seriam atendidas facilmente sem terem de recorrer a caminhadas longas ou a meios de transporte. Entendia-se por necessidades básicas as tarefas cotidianas, como compras de mercado, cuidado com a saúde, educação, além de outras, não tão óbvias a seu tempo, como recrear-se adequadamente, valendo-se de piscina e ginásio de esportes, ou, ainda, daquelas que lhes facilitassem o dia-a-dia, como usar a lavanderia.

Um rol de novas atividades possíveis era aberto ao trabalhador, o que muitas vezes causou a estranheza dos novos espaços. O exemplo mais típico e citado desse fenômeno é o uso da lavanderia. Muito se falou sobre seu mau funcionamento e inadequação: ela tornou-se, na mesma medida, um símbolo da sofisticação a que pode

16 Anísio Medeiros estudou arquitetura na Faculdade Nacional de Arquitetura, e era estudante quando Reidy o convidou para fazer os painéis para o conjunto. Sua carreira foi dedicada à cenografia e às artes plásticas. Realizou painéis de azulejos em obras de Francisco Bolonha, em Cataguases, e no Monumento aos Pracinhas, de Marcos Konder Neto. Ganhou diversos prêmios de cenografia e de artes plásticas, como a Medalha de Prata, no Salão Nacional de Belas Artes (1956) e de melhor cenógrafo nacional na Exposição de Artes Plásticas do Teatro, em 1965. Entrevista concedida à autora, em 9.11.2001 e PONTUAL, 1969.

17 PROJETO PORTINARI, 7.4.1983:24-30.

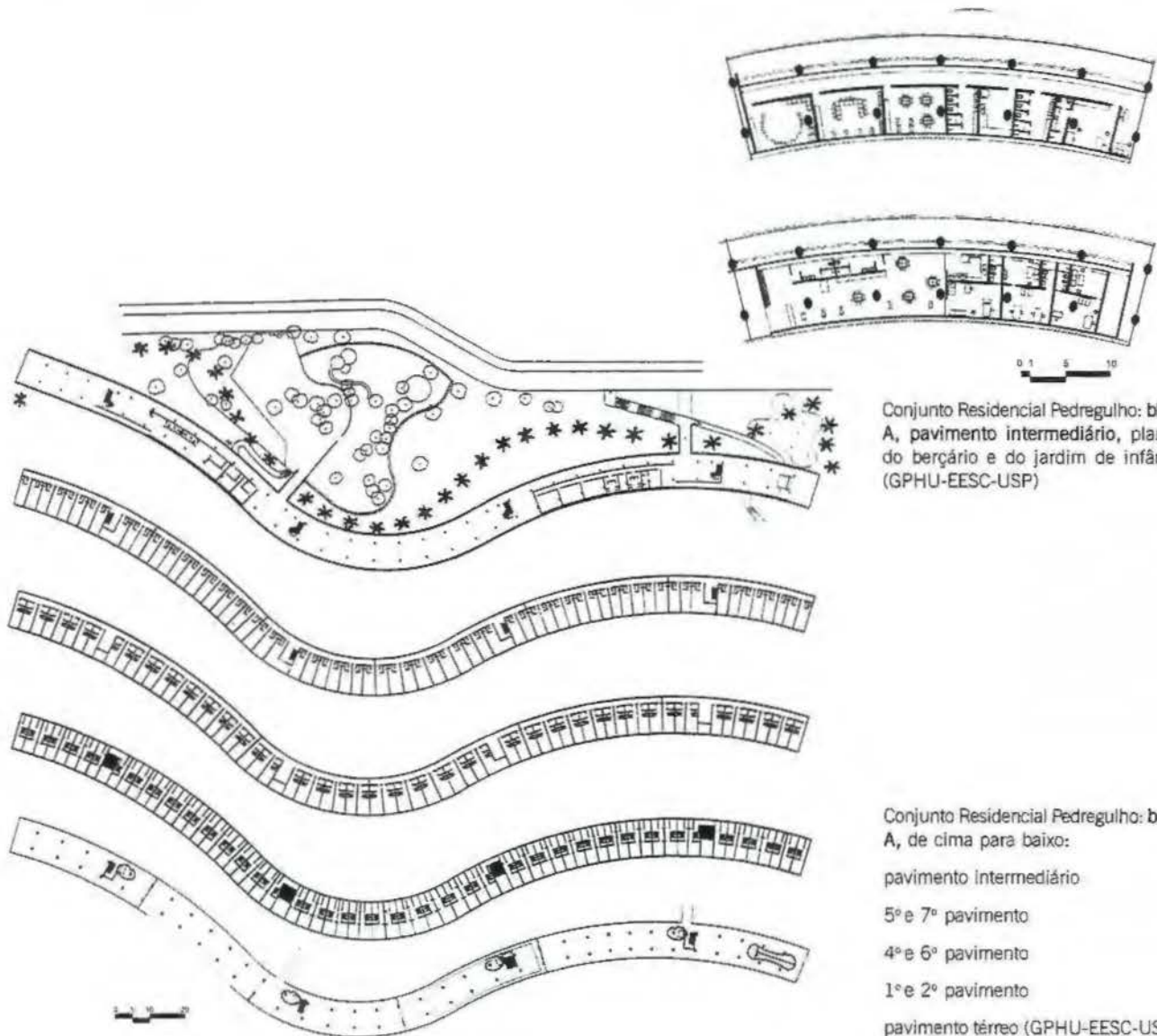
18 Portinari recebeu da empresa de engenharia Riobra S.A., uma das responsáveis pela construção do Pedregulho, o pagamento de Cr\$30.000,00 pela execução do painel, valor estipulado em orçamento e combinado previamente com Carmen. Correspondência trocada entre Carmen Portinho e Portinari. APCP e Projeto Portinari.



Conjunto Residencial Pedregulho: bloco A, terceira versão: secção transversal e segmento da fachada com as janelas dos apartamentos. Nessa versão os apartamentos duplex contam com varanda, suprimida na versão definitiva (GPHU-EESC-USP)



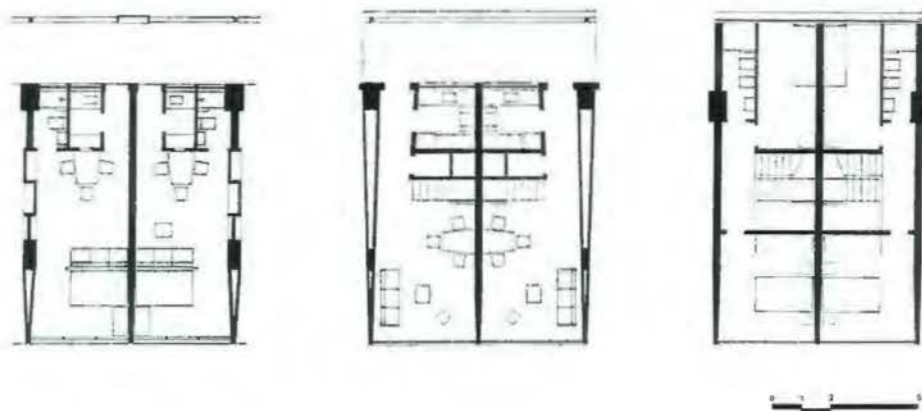
Conjunto Residencial Pedregulho em construção, com a escola recém-inaugurada, 23.11.1951 (AGCRJ)



Conjunto Residencial Pedregulho: bloco A, pavimento intermediário, plantas do berçário e do jardim de infância (GPHU-EESC-USP)

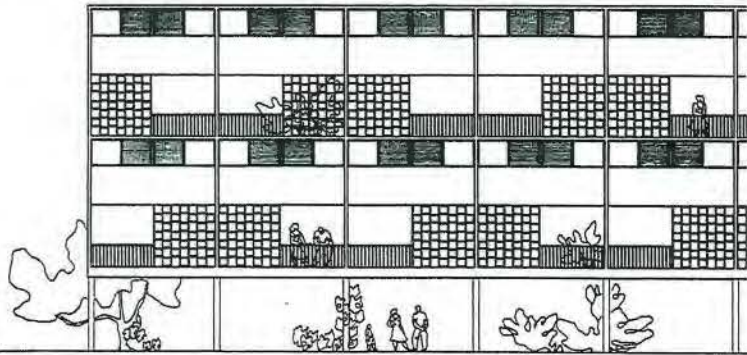
Conjunto Residencial Pedregulho: bloco A, de cima para baixo:  
 pavimento intermediário  
 5º e 7º pavimento  
 4º e 6º pavimento  
 1º e 2º pavimento  
 pavimento térreo (GPHU-EESC-USP)

Conjunto Residencial Pedregulho: bloco A, unidades residenciais: apartamentos 1º pavimento, apartamentos 4º e 6º pavimentos (duplex) e apartamentos 5º e 7º pavimentos (duplex) (GPHU-EESC-USP)





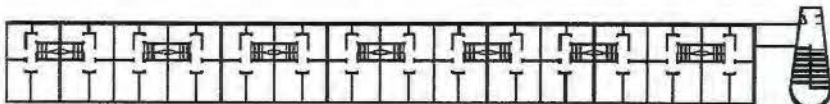
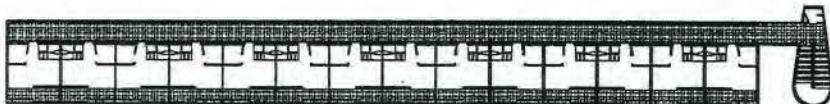
Conjunto Residencial Pedregulho: bloco A, fachadas e corredor de acesso aos apartamentos (foto: F. Brito, 2000)



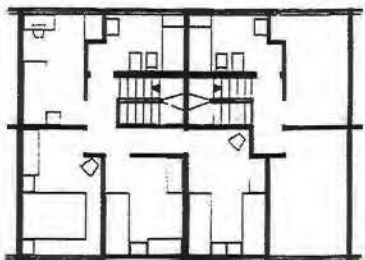
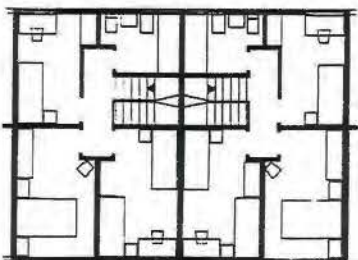
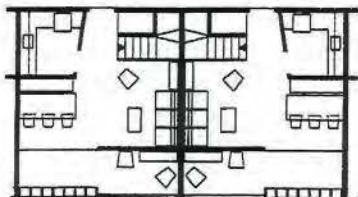
Conjunto Residencial Pedregulho:  
blocos B1 e B2, fachada principal  
(GPHU-EESC-USP)



Conjunto Residencial Pedregulho: bloco  
B1 (APCP)



Conjunto Residencial Pedregulho:  
blocos B1 e B2, de cima para baixo:  
pavimento térreo  
1º e 3º pavimentos  
2º e 4º pavimentos (GPHU-EESC-USP)



Conjunto Residencial Pedregulho:  
blocos B1 e B2, unidades residenciais,  
de cima para baixo, apartamentos:  
1º e 3º pavimentos (duplex)  
2º e 4º pavimentos (duplex)  
2º e 4º pavimentos (alternativa duplex)  
(GPHU-EESC-USP)



Carmen Portinho em vistoria às obras do Pedregulho (APCP)

Inauguração do Pedregulho, vendo-se em primeiro plano Carmen Portinho e o prefeito Mendes de Moraes (AGCRJ)

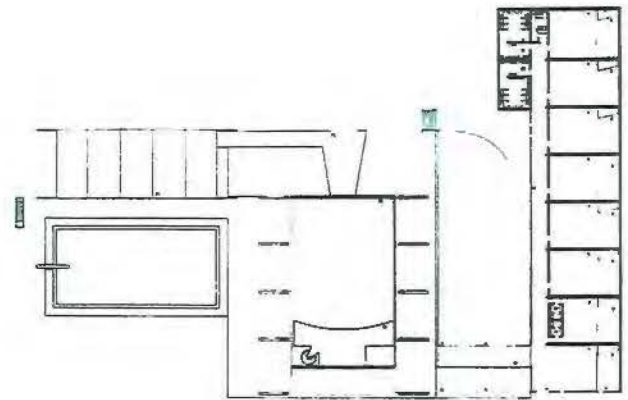
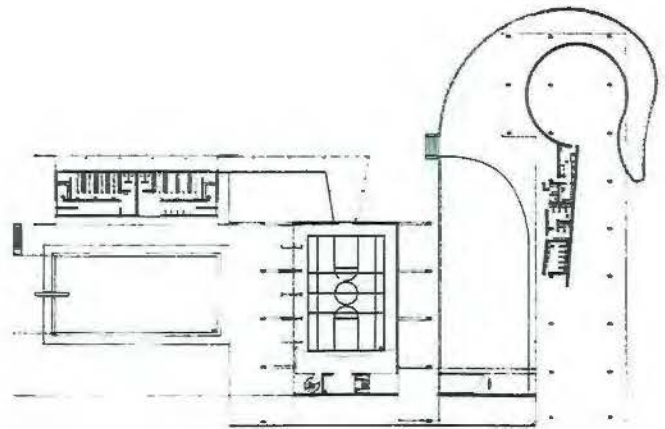


Conjunto Residencial Pedregulho: bloco B1, fachada interna (foto: F. Brito, 2000)



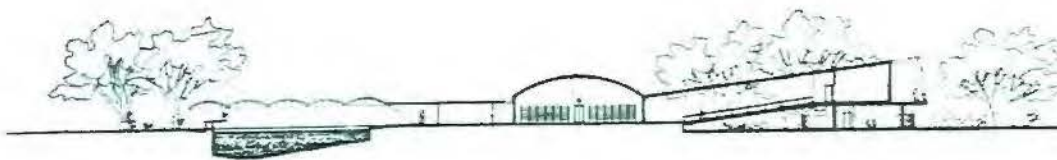
Conjunto Residencial Pedregulho: bloco B1, fachada principal. Ao fundo bloco A (foto: F. Brito, 2004)





0 5 10 20

Conjunto Residencial Pedregulho:  
escola, plantas do pavimento térreo e  
superior (GPHU-EESC-USP)



0 5 10 20

Conjunto Residencial Pedregulho:  
escola, de cima para baixo: fachada  
lateral, fachada posterior, fachada  
frontal e corte (GPHU-EESC-USP)

Ginásio em construção, 12.7.1950  
(AGCRJ)



Escola recém-inaugurada. Ao fundo,  
bloco A em construção 23.11.1951  
(AGCRJ)



Vestiário e piscina em construção,  
12.7.1950 (AGCRJ)



Vista superior do vestiário, piscina e  
ginásio em construção, 12.7.1950  
(AGCRJ)





Conjunto Residencial Pedregulho: escola, vendo-se as varandas das salas de aula (foto: F. Brito, 2000)

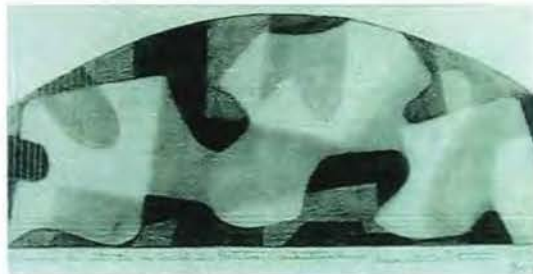


Escola e ginásio do Pedregulho com o painel de Portinari (foto: F. Brito, 2000)

Conjunto Residencial Pedregulho: azulejos do painel Pulando Carniça do ginásio (foto: F. Brito, 2004) e estudos de Portinari para o painel Pulando Carniça (Projeto Portinari)



Estudo de Cândido Portinari para o painel de azulejos Pulando Carniça (Projeto Portinari)



Painel de azulejos Pulando Carniça (foto: F. Brito, 2004)

Conjunto Residencial Pedregulho:  
azulejo de Anísio Medeiros do  
vestiário (foto: F. Brito, 2004)



Conjunto Residencial Pedregulho:  
vestiário e piscina (foto: F. Brito,  
2000)



Painel de Burle Marx na sala da  
diretoria da escola (foto: F. Brito,  
2004)



Painel de Burle Marx, em mosaico,  
no pilotis da escola (foto: F. Brito,  
2000)





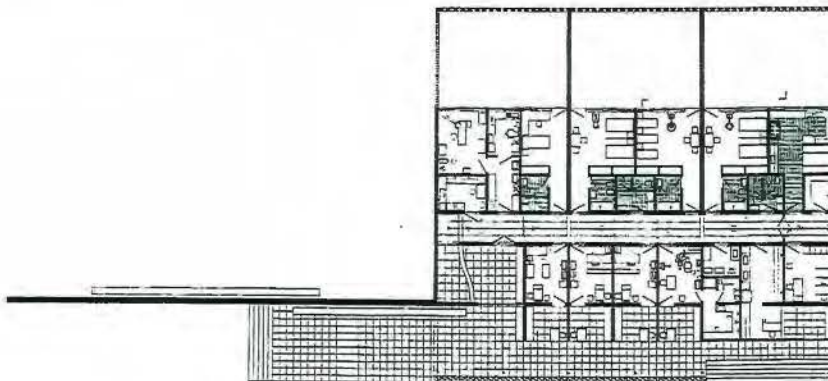
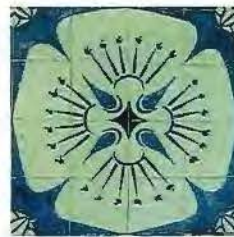
Conjunto Residencial Pedregulho: centro de saúde, 12.7.1950 (AGCRJ)



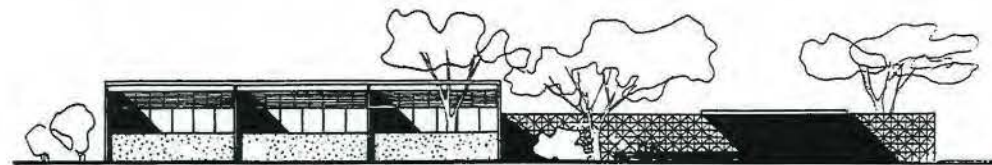
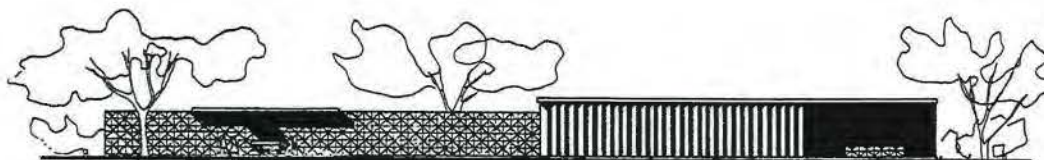
Brises do centro de saúde, anos 50 (APCP)



Centro de saúde com painel de azulejos de Anísio Medeiros (ao lado em detalhe) (foto: F. Brito, 2000)



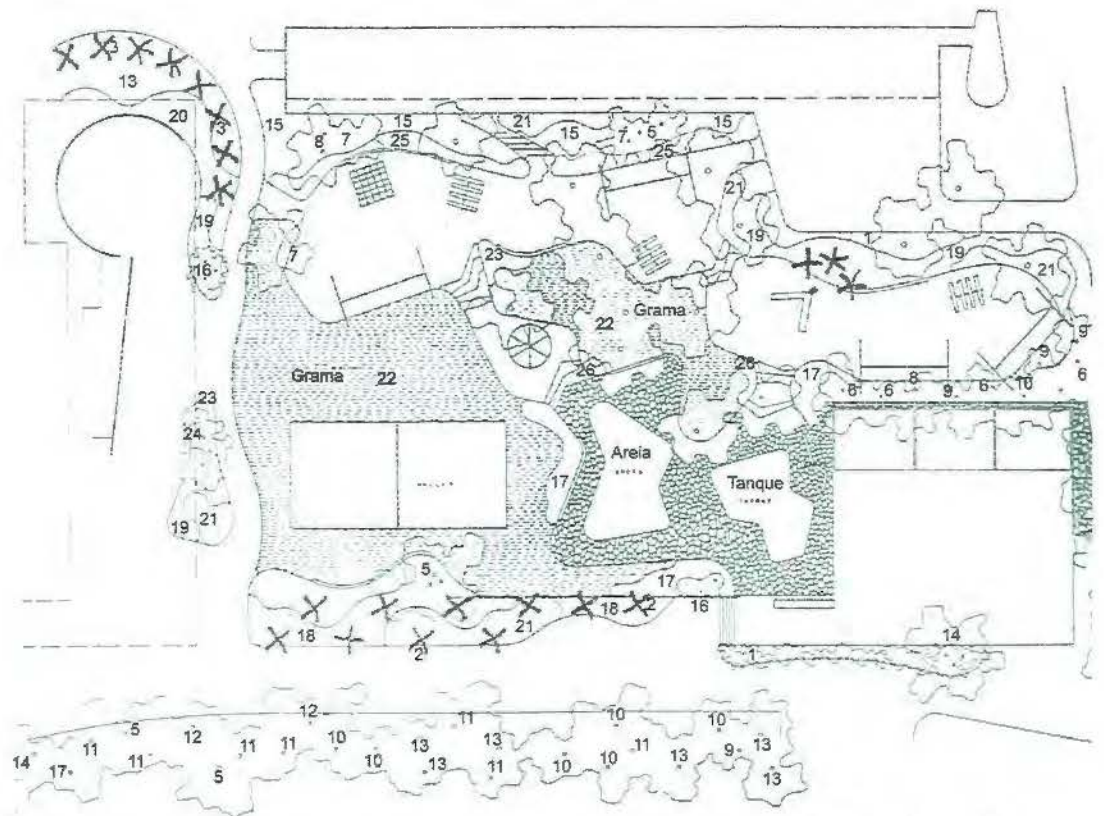
Conjunto Residencial Pedregulho: centro de saúde, de cima para baixo: planta da terceira versão  
fachada frontal  
fachada posterior (GPHU-EESC-USP)



0 1 5 10



Conjunto Residencial Pedregulho:  
jardins (foto: F. Brito, 2000)



Legenda

- 1 Hibiscus rosa sinensis l.
- 2 Oreodoxa oleracea mart.
- 3 Caryota mitis lour.
- 4 Cocus nucifera l.
- 5 Poinciana regia bou.
- 6 Brownea grandiceps jacq.
- 7 Tecoma flavescens mart.
- 8 Clusia fluminenses pl. et traina
- 9 Erythrina falcata benth.
- 10 Ficus retusa l. var. nitida thunb.

- 11 Artocarpus integrifolia l.
- 12 Couroupita guianensis l.
- 13 Tecoma odontodiscus bur. et k. shum.
- 14 Caesalpinia ferea mart.
- 15 Thunbergia grandiflora roxb.
- 16 Philodendron giganteum schott
- 17 Plumbago capensis thunb.
- 18 Hemorocallis fulva l. var. kwanso hort.
- 19 Hemigraphis colorata hallier
- 20 Cyperus papyrus l.

- 21 Heliconia biali l.
- 22 Stenotaphurum americanum schrank
- 23 Allamanda nobilis t. moore
- 24 Brunfelsia grandiflora d. don
- 25 Clerodendron fallax lindl.
- 26 Moraea indioides l.
- 27 Pandanus humilis lour.

Conjunto Residencial Pedregulho:  
planta de paisagismo para jardins  
entre a escola, bloco B1 e centro de  
saúde, de Roberto Burle Marx, 1953  
(Acervo Burle Marx & Cia)



Conjunto Residencial Pedregulho:  
lavanderia e mercado, anos 50  
(APCP)



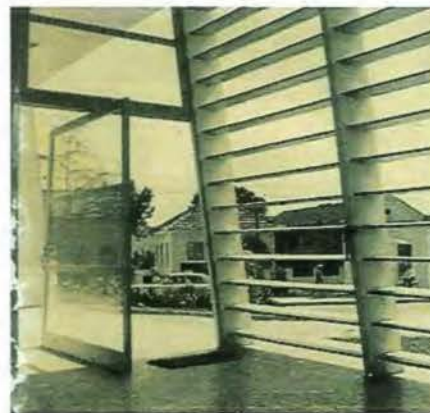
Pátio interno do mercado, anos 50  
(APCP)



Lavanderia, fachadas lateral e  
posterior, 12.7.1950 (AGCRJ)



Lavanderia, detalhe dos brises e das  
esquadrias, anos 50 (APCP)



chegar um ideário e um ícone do fracasso de uma idéia. Uma lavanderia coletiva era parte integrante de um projeto de habitação vinculado ao movimento moderno, consubstanciado nas unidades residenciais autônomas. Liberar a mulher trabalhadora das tarefas domésticas, tornando-lhe o cotidiano menos penoso, era objetivo que se queria alcançar com as moradias. Como escreveu Gropius, em 1929:

*A estrutura interna da família industrial se distancia da casa unifamiliar e busca o grande edifício de muitos andares e finalmente a grande organização dos serviços domésticos.*<sup>19</sup>

A primeira lavanderia coletiva, no Rio de Janeiro, foi construída no Conjunto Residencial de Olaria, do IAPC, de 1945, projeto do engenheiro Ulysses Hellmeister, também funcionário da PDF. O conjunto contava com 484 casas, em grupos de quatro ou oito, anexadas a serviços, dentre os quais uma lavanderia coletiva mecânica. Os moradores deixavam as roupas na lavanderia, onde eram lavadas e devolvidas prontas, o que também não escapou a duras críticas. A assistente social Evangelina Mavignier, autora de um Trabalho de Conclusão de Curso, de 1948, sobre o conjunto, é categórica: a lavanderia só se justificava pela falta de quintal e melhor mesmo seria que as donas de casa executassem a lavagem, ficando assim protegidas de expor sua pobreza. A lavanderia causava grande constrangimento (exposição das roupas velhas) e problemas ao conjunto, visto que na prática lavavam as roupas em casa e as secavam expostas aos olhos dos transeuntes, nas calçadas, janelas e varandas.<sup>20</sup>

A lavanderia foi, também, grande questão para os moradores do Pedregulho. Segundo o relatório do serviço social, houve resistência a seu uso, tendo sido preciso criar um sistema invisível de marcação de roupas para evitar os constrangimentos.<sup>21</sup> Dessa forma, os funcionários da lavanderia não saberiam de quem eram as roupas lavadas. Mas parece, nem isso estimulou os moradores. Para dar um exemplo positivo, de acordo com depoimento da arquiteta Lygia Fernandes, ela própria, Reidy e Carmen mandaram lavar as roupas na lavanderia coletiva.<sup>22</sup>

Por certo que nem Carmen Portinho nem Affonso Reidy esperavam que os trabalhadores soubessem utilizar propriamente esses espaços, e menos ainda que o demandassem como direitos. Os conjuntos residenciais autônomos do DHP eram planejados e construídos nesses moldes justamente porque os trabalhadores vinham de condições de moradia condenáveis do ponto de vista moral e higiênico. Da forma planejada, as casas tutelariam os moradores e os transformariam por meio da educação.

O “povo brasileiro”, a partir da construção do ideário estadonovista, sobretudo após 1942, era extremamente carente nas suas necessidades básicas, verdadeiramente ignorante, mas superaria esse estado a partir da ação estatal, garantidora de uma vida digna de seu “status” de trabalhador. É Carmen Portinho, em artigo de Yvonne Jean, de 1951, para o Correio da Manhã, quem explicita essa opinião, ao rebater as críticas ao

19 GROPIUS, 1972:153, grifos do autor.

20 MAVIGNIER, 1948:11-12.

21 JEAN, 8.4.1951.

22 Entrevista de Anna Augusta Almeida a autora em 24.1.2002.

Pedregulho, acusado de ser por demais luxuoso para uma população de favelados:

*Muitos nos advertiram: "Não vale a pena construir luxuosos prédios modernos, assim. Virarão favela, em breve! Não virarão favela porque ao mesmo tempo que se tira uma família de um meio péssimo é preciso educá-la. Educada, compreende, muito mais depressa do que se pensa, que é mais agradável viver bem que mal!"<sup>23</sup>*

Segundo o conceito habitacional estruturado, a presença física das habitações e edifícios adjacentes seria a primeira fase da realização do plano. Se não fossem acompanhados do *modus operandi*, pouco serviriam. Vale citar novamente a urbanista Carmen, referindo-se ao que vira na Inglaterra, em 1945:

*O conceito moderno de "unidade de habitação" como organismo social, é o que vem predominando em todos os projetos de remodelação das cidades inglesas. Não é pensamento dos urbanistas construir apenas casas e mais casas, para substituir as que foram destruídas pelos bombardeios aéreos. Os "neigh bourhoods" (...) são providos de um centro comunal, servindo para fins sociais e culturais de escolas, de creches, clínicas, parques, locais para comércio e diversões, etc. Representam, na Grã-Bretanha, esses núcleos de habitação, algo mais do que pilas intermináveis e monótonas de casinhas baratas, alinhadas à beira das estradas e das ruas.<sup>24</sup>*

A questão de estruturar os moradores para a mudança e orientá-los para a vida em novas condições era uma das características da organização dos conjuntos residenciais autônomos. Entendia-se que um dos graves erros cometidos era transportar a massa de trabalhadores e deixá-la abandonada, sem orientação. A fim de garantir o cumprimento dessa exigência e possibilitar que os conjuntos se tornassem autônomos, ao longo do tempo, a primeira medida era a instalação de um centro social. Sua finalidade era orientar os moradores a aproveitar adequadamente os recursos proporcionados, além de despertar o "espírito de comunidade" e a "união do povo".

Os primeiros centros sociais em conjuntos residenciais, no Brasil, foram inaugurados no Conjunto Residencial de Realengo, do IAPI, em 1942, e no Conjunto Residencial de Ramos do IAPC, em 1943, seguidos de outros tantos conjuntos do IAPC, como os de Olaria (1945), Coelho Neto (1949) e Del Castilho (1951). As atividades planejadas nos conjuntos eram basicamente as mesmas organizadas nos centros sociais ou Centros de Ação Social (CAS) em toda a cidade, como nos parques proletários, nas favelas e nas Igrejas. A divisão básica era: serviço social de casos, serviço social de grupo e serviço social de organização de comunidade. No caso do Conjunto de Realengo, cuja assistente social se tornou uma figura mitológica para os moradores,<sup>25</sup> os serviços e atividades eram diversificados: cursos de corte e costura, cooperativa, clube feminino, atividades esportivas, festas, publicações locais, prêmios, biblioteca e trabalhos manuais. Entendia-se que sem essas atividades o conjunto residencial seria:

23 JEAN, 8.4.1951.

24 PORTINHO, 31.3.1946.

25 MANGABEIRA, 1986:252.

*(...) apenas um agrupamento de indivíduos traumatizados por uma série de problemas, muitos*

*deles ligados à habitação anterior, e incapazes por si mesmos, de evoluir e assumir responsabilidades sociais que lhes cabem.*<sup>26</sup>

Quando foi instituído o DHP, a profissão de assistente social estava a caminho do reconhecimento no País e muitos eram os órgãos que se valiam dos serviços das assistentes, como hospitais, escolas, prefeitura, IAPs, entre tantos outros, apresentados no Capítulo 1. Paralelamente, as unidades residenciais planejadas, na Europa e nos Estados Unidos, pelos profissionais vinculados ao movimento moderno previam o acompanhamento contínuo dos moradores em suas casas, a fim de que a verdadeira transformação social tivesse curso.

Carmen Portinho e Affonso Reidy incorporaram o discurso da necessidade de serviço social nos conjuntos do DHP. Se os arquitetos e urbanistas planejavam os conjuntos de acordo com uma agenda espacial, esta não poderia correr o risco de degradar-se rapidamente se deixada à mercê do uso sem orientação.

*A assistência social deverá fazer parte obrigatória dos programas de realização dos núcleos residenciais. O trabalhador precisa, antes de mais nada de ser educado para a vida em sociedade, o que será relativamente fácil, desde que se lhe ofereçam os meios de educação necessários ao lado de condições de vida condigna.*<sup>27</sup>

Além do conceito da educação/normatização dos moradores, outro aspecto fundamental aflora nesse texto de Carmen:

*As construções feitas (...) por essas instituições, quer paraestatais, quer privadas, deverão, submeter-se ao controle das autoridades municipais, a fim de que não escapem às linhas gerais dos planos previamente organizados.*<sup>28</sup>

O controle das autoridades municipais sobre os conjuntos construídos liga-se diretamente ao tema da propriedade dos apartamentos. O tema aluguel *versus* casa ocupou boa parte do debate acerca da habitação que se pretendia fornecer ao trabalhador a partir dos anos 30. Para os que defendiam o acesso a ela, a propriedade significaria a consolidação das riquezas geradas pelo trabalho. Para os que defendiam o aluguel, como Carmen Portinho e Affonso Reidy, seria esta uma forma de garantir o acesso da população à moradia. Via-se a casa como um serviço de utilidade pública, tal como água, luz, esgoto e transportes.<sup>29</sup> Somado ao argumento da democratização do acesso à moradia, havia outro aspecto, velado, mas fundamental: o da possibilidade de que, com o aluguel das moradias e seu desconto em folha de pagamento, as casas e todos os serviços adjacentes, físicos ou humanos, permanecessem sob a administração pública, ou seja, sob o estreito controle dos que idealizavam os planos habitacionais. Com o aluguel o morador teria de se submeter às regras e regulamentos dos conjuntos e comportar-se de acordo com os moldes estabelecidos.

26 OLIVEIRA, 1954.

27 PORTINHO, 17.3.1946.

28 Idem.

29 BONDUKI, 1998.



Sala do apartamento do Bloco B ocupado pelo Serviço Social do DHP, vendo-se a cadeira Butterfly (MINDLIN, 1999:146)

DHP S. G. V. O. - D. H. P. SERVIÇO SOCIAL		INQUÉRITO DA FAMÍLIA QUEST. N.º	
FAMÍLIA		POLÍCIA	
A. ASCENDENTES			
Nome	% idade	Sexo	Observações
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
B. CÍRCULO DE CONSENTES E DEPENDENTES			
VACINAS		SAÚDE ATUAL	
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			

DHP: Ficha de estudo da família, organizada por Ruth Souza, maio 1955 (DHP, 1961:anexo)

P. D. F.

S. G. V. O. - D. H. P.  
INQUÉRITO PRELIMINAR

1 H. P.

Numero do inquerito \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_\_

Nome \_\_\_\_\_ Idade \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_

Habituação (individual ou coletiva?) \_\_\_\_\_

Própria ou alugada \_\_\_\_\_ Aluguel \_\_\_\_\_

Estado civil \_\_\_\_\_

Quantas pessoas residindo na mesma casa \_\_\_\_\_

Idade e sexo dos filhos: { Masculino \_\_\_\_\_  
Feminino \_\_\_\_\_

Outros parentes \_\_\_\_\_

Salário do principal responsável pela casa \_\_\_\_\_

Salário de mais pessoas que auxiliam a manter a casa \_\_\_\_\_

Salário total \_\_\_\_\_

DHP: Ficha de inquérito preliminar (MARTINS, 1954:anexo)

No Pedregulho e em Paquetá foi aprovado um regulamento de uso das casas e dos espaços comuns no qual se determinava, por exemplo, que o aluguel seria descontado em folha de pagamento, o contrato de locação só seria assinado após a realização de exames de saúde, para afastar a possibilidade de doenças infecto-contagiosas e que os moradores seriam responsáveis pela conservação das habitações e pela utilização adequada dos jardins, passeios, galerias de circulação e áreas cobertas de uso comum.<sup>30</sup>

Para iniciar o trabalho, o serviço social do DHP aprovou o regimento interno do Conjunto Residencial Pedregulho, que determinava suas funções e subdivisões. A divisão básica era a divisão já clássica em trabalhos assistencialistas desses anos: serviço social de família e serviço social de grupo, este dividido em cultural-recreativo, médico, escolar e econômico. As assistentes ficavam, por regulamento, encarregadas de:

*(...) promover o bem estar social e garantir assistência social sob todos os seus aspectos aos servidores municipais e respectivas famílias, residentes no Conjunto.*<sup>31</sup>

O trabalho tinha início muito antes disso, com a seleção dos interessados em morar nos conjuntos, restrita aos funcionários da prefeitura lotados no bairro. As assistentes, visitavam os interessados e colhiam informações sobre as condições familiares e de moradia. Era este o inquérito preliminar, ou pesquisa social, técnica assistencial utilizada nas diversas situações da profissão, para implementação de habitações.

No caso do Pedregulho, o inquérito preliminar foi realizado antes de 1948, pois a assistente do DHP, Anna Augusta, que tinha iniciado os trabalhos nesse ano, não participou do processo. Segundo o relatório do serviço social, de 1961, inscreveram-se mais de 550 interessados, tendo sido selecionados apenas 44 para residir nos blocos B1 e B2, inaugurados em 1950. Em agosto desse ano, cumpridas as formalidades do regulamento, como exame de saúde e contrato de locação, processou-se a mudança dos selecionados. Os 11 apartamentos restantes ficaram desocupados por muitos anos, à disposição das autoridades. Um desses apartamentos foi destinado ao serviço social do conjunto, mobiliado de maneira “moderna e econômica”, servindo de exemplo para os moradores, tão acostumados aos móveis enormes, às florezinhas artificiais, às litogravuras baratas”.<sup>32</sup> As fotos que se divulgaram mundo afora do interior de um dos apartamentos do Pedregulho são deste apartamento, onde se identificam móveis assinados, como a cadeira Butterfly, dos argentinos Antonio Bonet, Juan Kurchan e Jorge Ferrari-Hardoy, de 1938.

Os moradores selecionados tinham perfil bem heterogêneo, o que provocou uma série de desentendimentos e problemas para a implementação do plano habitacional. Esta é a tabela de 1952, com os moradores selecionados:

30 PDF, 1957:2-3.

31 PDF, 1950:2.

32 JEAN, 8.4.1951.

DHP - Conjunto Residencial do Padregulho RESULTADOS PRELIMINARES 1952		
ESPECIFICAÇÃO	SERVIDORES	
	Nº abs	%
<b>TOTAL</b>	<b>55</b>	<b>100,00</b>
<b>CARGO OU FUNÇÃO:</b>		
Arquivista	2	3,6
Artífice	7	12,8
Atendente	1	1,8
Auxiliar de encarregado de garagem	1	1,8
Auxiliar de garagem	1	1,8
Comissário	1	1,8
Controlador mercantil	1	1,8
Datilógrafo	1	1,8
Encarregado de serviço	1	1,8
Enfermeiro	1	1,8
Feitor	1	1,8
Ferreiro	1	1,8
Fiel de tesouro	2	3,6
Fiscal	2	3,6
Inspetor de alunos	1	1,8
Marinheiro	1	1,8
Médico	1	1,8
Mecânico	3	5,6
Mestre	2	3,6
Motorista	5	9,1
Músico	1	1,8
Oficial administrativo	1	1,8
Oficial de vigilância	1	1,8
Prático rural	1	1,8
Professor	3	5,6
Servente	1	1,8
Torneiro mecânico	2	3,6
Trabalhador	5	9,1
Vigilante	3	5,6
Zelador	1	1,8
<b>TIPO DE DOMICILIO:</b>		
Apartamento	8	14,5
Casa de alvenaria	18	32,9
Casa de vila	13	23,6
Quarto alugado:		
• em casa individual	6	10,9
• em casa de vila	2	3,6
• em casa coletiva	4	7,3
Próprio municipal	2	3,6
Porão	1	1,8
Barracão	1	1,8
<b>LOCALIZAÇÃO DA HABITAÇÃO:</b>		
Zona Sul	5	9,1
Zona Centro	8	14,6
Zona Norte	19	34,5
Subúrbio	21	38,2
Estado do Rio	2	3,6
<b>NUMERO DE PEÇAS:</b>		
1 peça	11	20,0
2 peças	4	7,3
3 peças	7	12,7
4 e mais peças	33	60,0
<b>ILUMINAÇÃO:</b>		
Elétrica	53	96,4
Outra	2	3,4
<b>INSTALAÇÕES SANITARIAS:</b>		
Individual	38	96,4
Coletiva	17	3,4

Tabela 4 (DHP, 1961:s.p.)



Atividades do Serviço Social no Pedregulho (DHP, 1961:s.p.)



Atividades de recreação com crianças no Pedregulho (AGCRJ)



Dos servidores inscritos, nem todos se encontravam em péssimas condições de moradia. Procurou-se, então, beneficiar Os que trabalhavam em São Cristóvão. Do grupo, apenas 14 não trabalhavam no bairro. Se o planejamento do conjunto era exemplar e pretendia ser um modelo para os demais conjuntos, no que se refere à ocupação e ao aspecto educacional muito deixou a desejar. O primeiro obstáculo, segundo o relatório social, foi a não-ocupação total dos blocos B1 e B2, ficando os 11 apartamentos à mercê das vontades políticas, o que na prática significou sua ocupação por moradores que não se encaixavam nos critérios estabelecidos, sendo funcionários de alto padrão. As disputas internas que daí emergiram não foram pequenas, e as assistentes sociais, que defendiam a justiça social e que haviam selecionado os moradores "condignos", viram seu trabalho ameaçado.<sup>33</sup>

O segundo ponto era que, diferentemente do Conjunto Residencial Paquetá, o grupo de moradores era heterogêneo e, em conseqüência, com modos de vida muito diversos, o que desencadeava crises sucessivas. A conta coletiva de gás e luz era motivo de brigas e conflitos, que, nas palavras de Anna Augusta, evidenciavam "a falta de educação para uma vida em grupo". Esses incidentes demandavam muito tempo do grupo de assistentes e do administrador, e, em 1951, essa preocupação passou a exigir atividades que criassem no grupo "um espírito mais social". Com a inauguração do ginásio, organizou-se um clube, que durou dois anos, onde se realizavam atividades de lazer, como festas juninas e natalinas, e uma biblioteca. As assistentes tentavam promover o contato entre os moradores dos Conjuntos de Paquetá e do Pedregulho, como visitas e troca de presentes no Natal, o que nem sempre era visto com bons olhos. Os moradores do Paquetá eram vistos como favelados pelos moradores do Pedregulho e estes, em algumas ocasiões, recusavam-se, com esta alegação, a participar das atividades na Ilha.<sup>34</sup>

Prosseguiram os problemas, como limpeza das áreas comuns, a cargo da administração do conjunto, discussões sobre a conta de luz e gás, admissão nas unidades sem nenhum critério e mau funcionamento da lavanderia. Tudo isso provocou uma atitude drástica por parte da assistência social: em 1953, abandonou o trabalho no conjunto. Concorreram para essa atitude a instalação de um Hospital de Toxicose no ambulatório do conjunto e a vinda de um grupo de educadores do Serviço de Educação Complementar da PDF, que não buscou entrosamento com as funcionárias estabelecidas. Após longo intervalo, em 1957, a diretora do DHP solicitou a volta do trabalho assistencial para resolver casos sociais graves. Mas, o trabalho não pôde prosseguir "por falta de condições sociais e técnicas, dependentes de questões político administrativas".

Finalmente, em 1959, Francisco Bolonha, então assistente da diretora do DHP, solicitou a volta do serviço social. As assistentes retornaram ao conjunto, mas não para estabelecer um trabalho definitivo. Relatou Anna Augusta:

33 DHP, 1961:s.p.

34 Idem.

*Visitamos Pedregulho. A aparência física e a estrutura dos serviços instalados em suas unidades nos deram imediata certeza de que nada havia mudado. Não nos enganamos infelizmente. A mudança se processava de forma inadequada.*

*O núcleo residencial continua isolado. Os serviços planejados e organizados para promoverem uma mudança cultural continuam atuando com rendimento inexpressivo, sem coordenação necessária. Não há intercâmbio entre os diversos serviços, força responsável pela vitalidade dos órgãos encarregados de um programa local de desenvolvimento.<sup>35</sup>*

O plano habitacional desejado, modelar, “para chamar a atenção do mundo”, não pôde ser realizado plenamente no Conjunto Residencial do Pedregulho. No âmbito da arquitetura, o que se tem são feições únicas, de fato singulares, de um projeto de habitar a um só tempo “carioca”, feito e idealizado para os problemas do Rio de Janeiro, e internacional, porque em perfeita sintonia com os preceitos habitacionais do cenário do pós-guerra. Mas incompleto. O que se imaginou como Pedregulho jamais aconteceu. O bloco A ficou pronto e nunca foi ocupado pelos moradores selecionados em 1948 pelas assistentes do DHP. Nem foi administrado na gestão de Carmen Portinho, servindo de moeda de troca no complicado jogo político do jovem estado da Guanabara. O bloco C não saiu do papel, e passados os anos iniciais do DHP, deixou de ser mencionado. O posto de saúde teve seu objetivo desvirtuado, deixando de servir à comunidade local para tornar-se um Hospital de Toxicose. A lavanderia, cuja utilização foi alvo de alguma resistência dos moradores, não funcionou como planejado.

A glorificação do Conjunto Residencial do Pedregulho, nos meios especializados, deu-se pela realização de uma arquitetura, com o desconhecimento da frustração de uma idéia. Publicado e divulgado por suas formas magníficas e por ser tido como raríssima exceção da construção, no Brasil, de arquitetura com função social, ganhou notoriedade internacional. Quando veio ao Brasil pela terceira vez, em 1962, e visitou o Pedregulho, Le Corbusier teria afirmado que os brasileiros tinham realizado uma obra mais completa do a que ele próprio pudera realizar.<sup>36</sup> Omite-se dessa afirmação e de tantas outras, que não se tratava da construção em si das habitações, mas da sua administração. Carmen Portinho, Affonso Reidy e boa parte da equipe do DHP tinham certeza de que sua arquitetura não era encerrada em si mesma e de que, para que funcionasse a complexa estrutura construída, era preciso, antes de tudo, vencer as barreiras ideológicas e firmar posição diante das administrações públicas. Eles lutaram pela aplicação de seus ideais ao longo de todo o tempo de funcionamento do DHP, quer pela construção das unidades residenciais, quer por sua correta administração, o que nem sempre foi possível.

35 DHP, 1961:s.p.

36 CAVALCANTI, 1987:72.

## 4.2 Conjunto Residencial Paquetá



Conjunto Residencial Paquetá: bloco residencial (foto: F. Brito, 2001)

O Conjunto Residencial Paquetá, comparado aos demais conjuntos construídos pelo DHP, parece destoar. Analisá-lo, contudo, parece boa oportunidade para vinculá-lo à proposta do Departamento e para mostrar quão ricas podiam ser as arquiteturas advindas dessa matriz teórica. Embora claramente moderno, sua escala e sua própria conformação de sobrados enfileirados compõem um tipo único no contexto da obra do Departamento. De autoria do arquiteto Francisco Bolonha, o projeto do conjunto data de 1949 e a inauguração da primeira parte, constituída do escritório do serviço social e de dois blocos de habitação, com 27 apartamentos, de 1952. O *playground*, o campo de basquete e o jardim foram executados alguns anos mais tarde. Na equipe, a estrutura era de Sidney Gomes dos Santos, David Astracan e Carlos Góes, a fiscalização e o desenho de Lygia Fernandes e Gabriel Souza Aguiar e o painel de ladrilhos hidráulicos de Anísio Medeiros.<sup>37</sup>

Embora se divulgue<sup>38</sup> que o conjunto teria sido o único, do DHP, totalmente construído conforme projeto, com 27 casas, sede do serviço social e administração, sua primeira concepção englobava outro bloco circular, com 28 sobrados enfileirados, no morro, com vista para a Baía de Guanabara, em frente à famosa Pedra da Moreninha.

A construção do conjunto parece ter sido impulsionada pelo fato de que o prefeito da época, Mendes de Moraes, proprietário de uma casa em Paquetá e convivendo com o problema das favelas na Ilha, teria sugerido o local para a construção do conjunto. A crise habitacional assolava a cidade como um todo, e a Ilha de Paquetá, embora se mantivesse resguardada da visão da maioria da população, tinha grande repercussão. Ela havia se consolidado, ao longo dos primeiros anos do século, como reduto paradisíaco e “recanto turístico” para férias da elite carioca. Durante os períodos colonial e imperial foi grande extratora de cal da Baía de Guanabara, mas no início do século XX teve escasseada essa atividade e aumentada a do turismo, atraindo grande número de imigrantes vindos de Minas e do Espírito Santo, para trabalhar nos setores de serviço, que ocuparam barracos e cortiços.<sup>39</sup>

Outro fator impulsionador da construção do conjunto residencial foi um abaixo-assinado, organizado em 1949, pelo funcionário Ary de Andrade, incluindo os nomes de 88 moradores da Ilha e servidores da PDF, solicitando ao prefeito de uma solução para a falta de casas. Eles moravam nas seguintes condições: 1. Estaleiro, transformado em “cabeça-de-porco”, com instalações sanitárias coletivas e cozinhas improvisadas; 2. Cocheira, ocupada por barracos sem banheiro nem água canalizada; 3. Caieira, transformada em cortiço, e, no terreno livre uma favela; 4. “Favela em organização” no terreno da chácara da “Pedra da Moreninha”; 5. Barracos espalhados pela ilha, alguns de taipa, outros de madeira, cobertos de zinco ou de telhas.<sup>40</sup>

37 Este painel, infelizmente, já não existe.

38 FRANCO, 1994:97.

39 COARACY, 1991. O fenômeno que ocorre na Ilha de Paquetá é típico das transformações ocorridas com a criação da zona industrial na cidade do Rio, pelo Decreto nº 6.000 de 1937, quando as fábricas foram progressivamente expulsas para as áreas determinadas pela legislação.

40 DHP, 1961:s.p.

Segundo divulgação da época, o conjunto:

*(...) destina-se à moradia de operários que trabalham naquela ilha, antes residentes em péssimas condições: barracos de favela, cortiços, etc.<sup>41</sup>*

Tinha dupla finalidade:

*(...) proporcionar habitação conveniente a funcionários municipais de salário mínimo e contribuir para a extinção de favelas naquele recanto turístico da cidade.<sup>42</sup>*

O conjunto localiza-se em terreno comprado pela Prefeitura do Distrito Federal, em 1941, ainda na gestão de Henrique Dodsworth, denominado chácara "Pedra da Moreninha", muito próximo da famosa pedra de mesmo nome. A chácara foi desapropriada em 1939 e, depois, locada pela PDF a uma empresa de parques de diversões. Ao surgir o projeto de construção de um conjunto residencial na Ilha, o local, ocupado por barracos, foi escolhido pela equipe do DHP, por ser o maior terreno de que a prefeitura poderia dispor naquele momento. Mas, parece que, o processo não se deu sem protestos: muitos moradores reclamaram da construção de um edifício popular em local histórico.<sup>43</sup>

O conjunto constitui-se de dois blocos laminares de sobrados colocados perpendicularmente entre si, alinhados com a parte posterior do terreno. Afastados da rua, quebram a percepção do lote, não estabelecendo com este nenhuma relação de subordinação. Ao fundo do bloco menor, numa cota mais alta, encontra-se a casa do administrador, utilizada nos anos do DHP pelo serviço social. Atrás dessa casa, o morro, onde seria localizado o conjunto circular. As alusões ao Conjunto de Pedregulho quando se observa esse projeto, parecem inevitáveis: Bolonha tira partido da topografia e implanta uma edificação que pousa sobre o terreno.

Ao lançar a arquitetura do conjunto, Bolonha, mesmo obedecendo à escala e às proporções liliputianas da Ilha de Paquetá, foi capaz de propor algo absolutamente moderno e em sintonia com os preceitos de habitação popular. Os blocos laminares de Paquetá "aludem" ao conjunto de Walter Gropius para Törten, em Dessau, e a outros conjuntos alemães de Frankfurt, como as *Siedlungen* de Westhausen e Praunheim, construídos durante a gestão de Ernest May no Serviço de Arquitetura e Urbanismo da prefeitura de Frankfurt.<sup>44</sup>

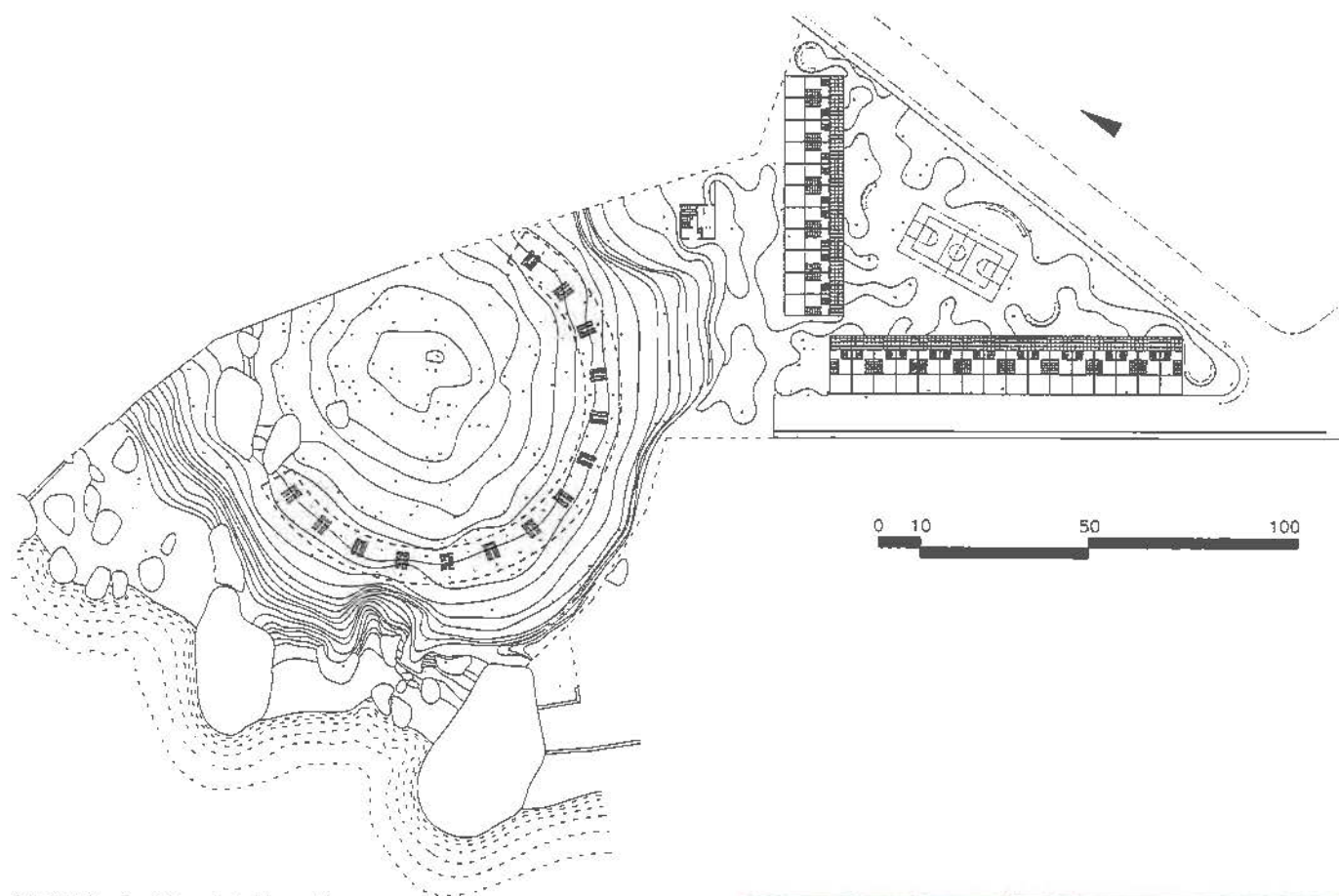
No DHP, Bolonha assume o importante papel de desenhar e detalhar o projeto do Conjunto do Pedregulho, e, por ocasião da saída de Affonso Reidy, para o Departamento de Urbanismo, fica como chefe do Setor de Planejamento. A ele são confiados os projetos dos Conjuntos Residenciais de Paquetá e de Vila Isabel. De acordo com a política habitacional empreendida pelo DHP, Bolonha teve oportunidade de desenvolver

41 HABITAT, set./out. 1954:17.

42 REVISTA MUNICIPAL DE ENGENHARIA, jan./mar. 1954:13.

43 JORNAL DO BRASIL: 24.7.1953

44 PANERAI, 1980; RADFORD, 1996.



Conjunto Residencial Paquetá:  
implantação, 1949 (GPHU-EESC-  
USP)

Portaria e administração (DHP,  
1961:s.p.)



projetos de escalas diversas, atingindo resultados também muito diversos.

Para Bolonha, os anos em que esteve no Departamento de Habitação Popular foram de grande produtividade. Foi neste período que realizou suas obras de maior significação e viu seu nome divulgado dentro e fora do País. A historiografia da arquitetura brasileira colocou Bolonha ora em local de esquecimento, ora de esparso conhecimento de sua produção. Apenas algumas obras mereceram destaque ou importância, e sua análise crítica parece não ter contemplado os meandros de uma produção com múltiplos desdobramentos. Yves Bruand sequer menciona sua passagem pelo Departamento, nem se refere à influência de Reidy. A Casa Accioly, juntamente com o Grande Hotel de Friburgo de Lucio Costa, em quem, segundo ele, Bolonha teria se inspirado, comporia o lado mais intrigante e original da nossa produção. Tradição e modernidade estavam unidas pelas mãos dos arquitetos, tidos como os intermediários entre a arquitetura brasileira de hoje e a tradição local.<sup>45</sup>

Pois é exatamente nesse ponto que o projeto de Paquetá parece situar-se, recebendo referência do historiador francês porque se filia, segundo ele, à corrente tradicionalista de Lucio Costa. Mais do que se ter “inspirado” em Lucio Costa, Francisco Bolonha manteve-se coerente com uma forma de projetar e de inserir-se na produção arquitetônica brasileira do período a um só tempo particular e universal.

Fruto de um programa arquitetônico para atender a uma camada pobre e moradora nos barracos da Ilha de Paquetá, o Conjunto Residencial de Paquetá responde ao terreno e à Ilha, captando uma simplicidade e uma delicadeza muito próprias do lugar. É nesse ponto que o conjunto destoa do contexto da obra do DHP: com janelas pintadas de azul-colonial, telhado inclinado, ainda que de fibrocimento, cobogós dominando a parte inferior da fachada e escala que respeita o entorno, o conjunto integra-se magistralmente na Ilha.

Bolonha, no entanto, não fere os princípios mais caros a seus mestres, e os elementos da arquitetura do conjunto, assim como os da casa do embaixador Accioly, estão umbilicalmente ligados à gramática moderna da arquitetura: blocos laminares, construção que quebra com a noção de lote, divisão entre público e privado feita por um corredor de pilotis, ventilação cruzada, composição formal da portaria e valorização das áreas livres estão na própria concepção do que se pretendia como modo de morar da população trabalhadora.

É Bolonha quem afirma que o Conjunto de Pedregulho estava fora da realidade brasileira por ser muito requintado, talvez mais apropriado à realidade americana.<sup>46</sup> Essa posição, embora deva ser encarada com grande ressalva crítica, por tratar-se de fonte histórica de grande subjetividade, é reveladora de uma atitude muito particular do arquiteto com relação à produção do Departamento, evidenciando divergências. Um dos pontos que nos parece interessante destacar é a questão da lavanderia. No Conjunto Residencial

45 Idem:140-142.

46 Entrevista concedida a autora em 1.10.2001.

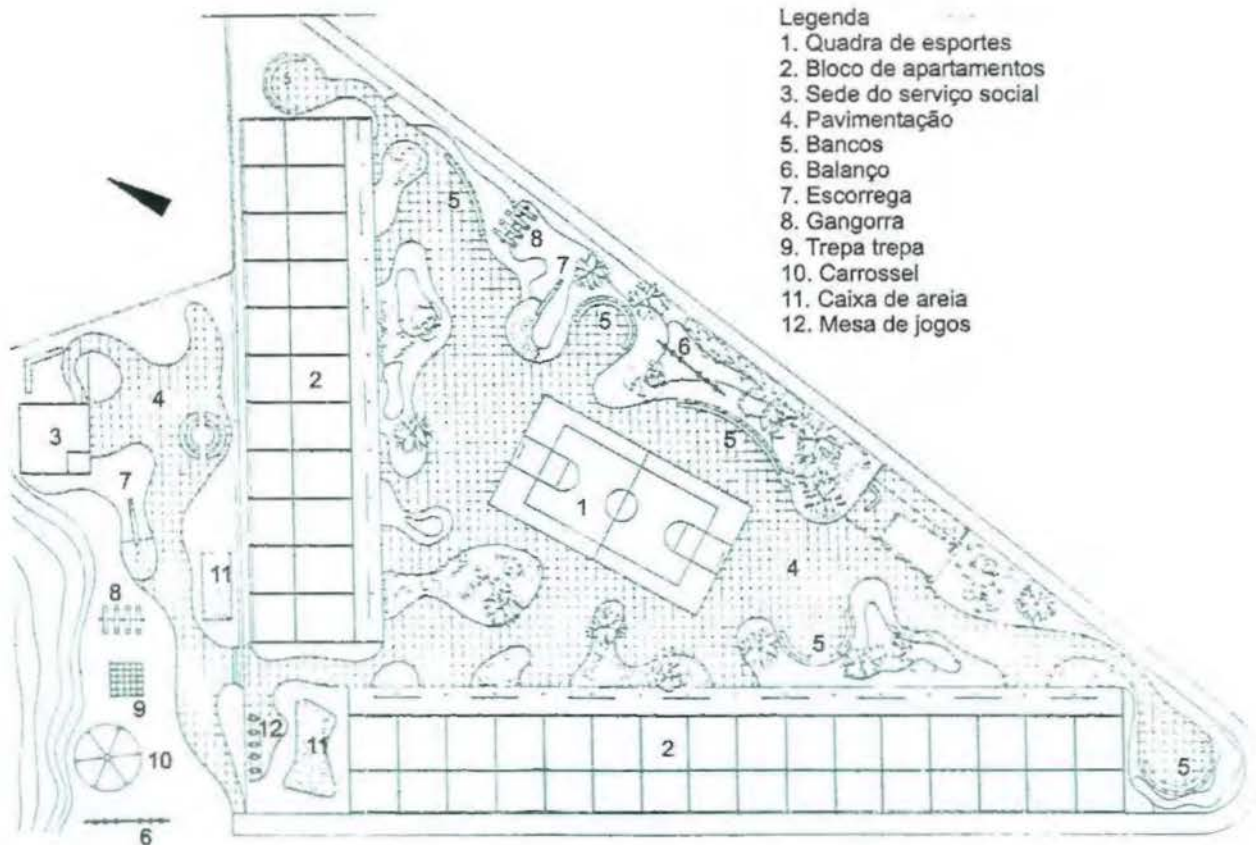
Conjunto Residencial Paquetá: fachada principal do bloco residencial (foto: F. Brito, 2001)



Fachada posterior do bloco residencial (foto: F. Brito, 2001)



Conjunto Residencial Paquetá: jardins  
(foto: F. Brito, 2001)



- Legenda
1. Quadra de esportes
  2. Bloco de apartamentos
  3. Sede do serviço social
  4. Pavimentação
  5. Bancos
  6. Balanço
  7. Escorrega
  8. Gangorra
  9. Trepas trepa
  10. Carrossel
  11. Caixa de areia
  12. Mesa de jogos

Conjunto Residencial Paquetá:  
playground (CEHAB-RJ)

do Pedregulho, a construção de uma lavanderia coletiva e a extinção das áreas de serviço do interior dos apartamentos estavam na raiz de seu funcionamento, pois a lavanderia seria uma das viabilizadoras do novo habitar, liberando a mulher do tempo gasto nas tarefas domésticas para o trabalho fora de casa ou para o lazer. Lavanderia-área de serviço tornou-se o pivô das críticas aos conjuntos residenciais modernos, responsabilizado, algumas vezes, pelo fracasso e pela decadência dos espaços. Francisco Bolonha afirma que sempre tinha criticado a ausência de área de serviço no interior dos apartamentos e ter sempre defendido, no âmbito do DHP, a previsão desse espaço.<sup>47</sup> A memória, como estudou Ecléa Bosi,<sup>48</sup> é coletiva e social, construída a partir do momento em que se lembra. A vivência "atual" é parte do processo de reconstrução do passado. Necessário, portanto, se faz entender as afirmações de Bolonha como uma fonte por interpretar. Com efeito, no Conjunto de Paquetá, cada casa é dotada de área de serviço, localizada no exterior, no quintal, o que era interpretado como "tradição" brasileira. Em se tratando de um projeto municipal, construído pela PDF, outras variantes, além da decisão de projeto do autor, podem ter contribuído para isso. Uma delas é a própria escala do conjunto. A previsão de 55 apartamentos apenas, não justificaria a infra-estrutura de uma lavanderia coletiva. Do mesmo modo, não se justificaria ter escola, centro de saúde ou outros serviços comuns, pois a escala da Ilha de Paquetá possibilitava que se alcançasse esses equipamentos a pequena distância, conforme as recomendações de unidade de vizinhança feitas pelo grupo do RPAA.

Internamente, os apartamentos construídos contam, no andar térreo, com uma sala de pé-direto uma vez e meia maior que o dos demais cômodos, cozinha e copa; no andar superior, com dois quartos e um banheiro. As casas têm ventilação cruzada e o acesso se dá por um corredor aberto, modulado por paredes de cobogó, hoje incorporado como varandas.<sup>49</sup> Esse corredor, como nos demais conjuntos do DHP, mediaria a relação entre público e privado, configurando um espaço semipúblico. Tais espaços coletivos são apropriados das mais diferentes formas, como área privada (no caso de Paquetá) ou como área de lazer (no caso do Pedregulho). Ao fundo das casas, um pequeno quintal, fechado lateralmente por muros maciços e na divisa com a rua por uma parede de cobogó garantiam aos moradores área privativa para lazer e atividades domésticas.<sup>50</sup> Externamente os jardins têm *playground* e quadra de basquete.

Os apartamentos do bloco curvo não construído, apresentavam divisão similar, porém todo o conjunto ficava sobre pilotis, com acesso por escada. No primeiro pavimento situava-se a sala, a cozinha e a área de serviço e no segundo pavimento ficavam três quartos e um banheiro, unidades maiores que as dos dois outros blocos construídos. A configuração desse bloco assemelha-se mais à de um apartamento, diferentemente dos blocos laminares, que mais se assemelham a uma casa, muito embora tenham sido encontradas apenas plantas gerais, sem detalhamentos.

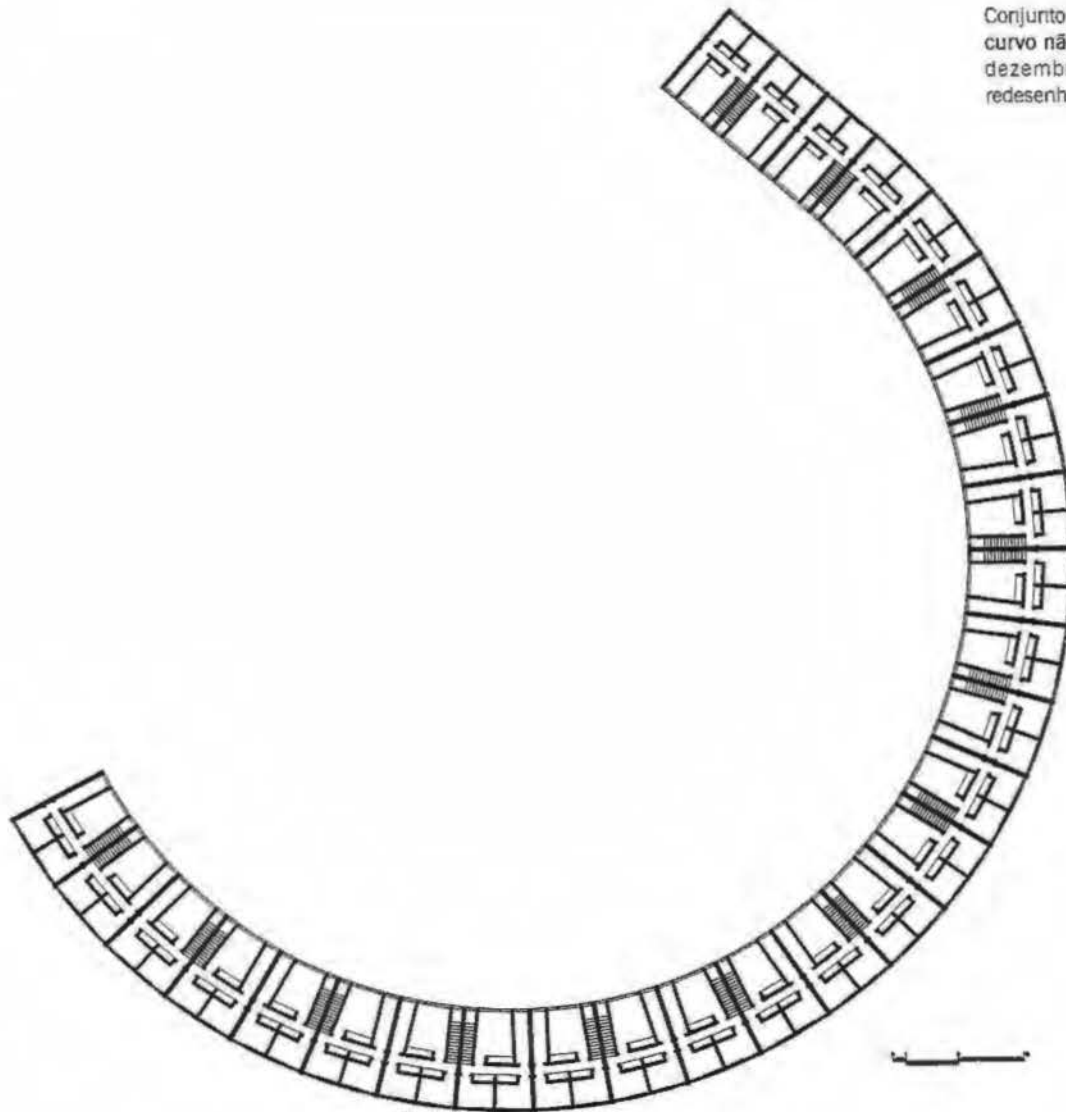
47 NOBRE, 1999:14; BONDUKI & SAMPAIO, 2000:135.

48 BOSI, 1994.

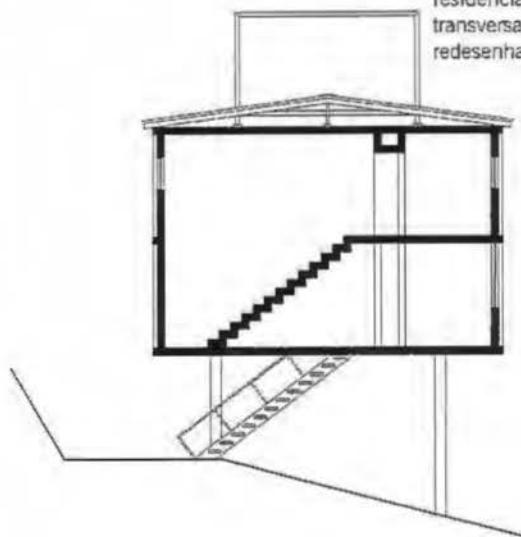
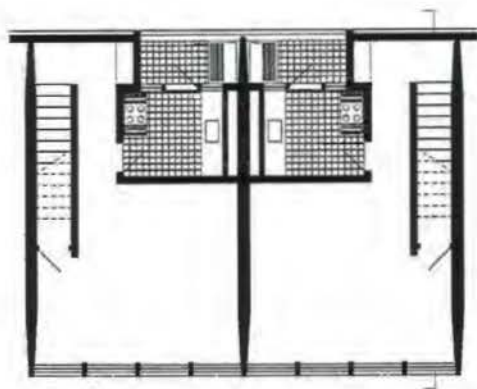
49 Somente uma casa mantém-se como originalmente, com a divisão interna e os revestimentos tais como especificados no projeto.

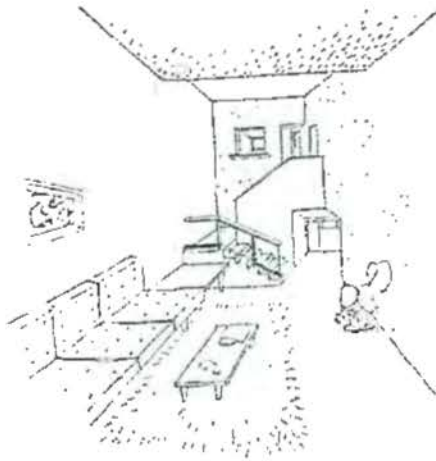
50 Este muro de cobogó foi fechado, e a quase maioria dos moradores abriu nele uma porta de acesso à rua dos fundos.

Conjunto Residencial Paquetá: bloco curvo não construído, 2º pavimento, dezembro 1951 (CEHAB-RJ, redesenhado)

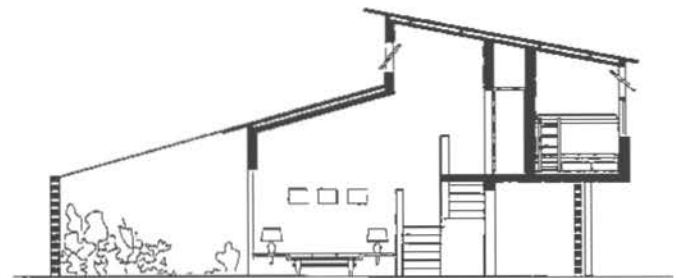
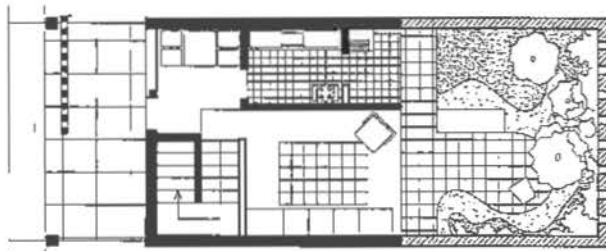


Bloco curvo não construído, unidade residencial, 1º pavimento e seção transversal, outubro 1951 (CEHAB-RJ, redesenhado)





Perspectiva interna das unidades residenciais (REVISTA MUNICIPAL DE ENGENHARIA, jan./mar. 1954:13)



Conjunto Residencial Paqueta: unidades residenciais, 1º e 2º pavimentos, secção transversal, 1950 (GPHU-EESC-USP)



Interior de apartamento (foto: F. Brito, 2001)



Conjunto Residencial Paquetá, bloco residencial, fachada principal (MINDLIN, 1999:154)



Bloco residencial, fachada principal (DHP, 1961:s.p.)



Bloco residencial, fachada posterior (MINDLIN, 1999:153)

Na definição dos espaços internos e na seleção dos moradores, as assistentes sociais, como no Pedregulho, eram peça-chave. Elas cuidavam de visitar os moradores de cortiços, barracos ou moradias precárias e selecionar os que iriam habitar os conjuntos. Morando em casas modernas, os inquilinos aprenderiam com as assistentes sociais a se portar nesses espaços. No caso de Paquetá isso parece ter ocorrido efetivamente, uma vez que as assistentes realizaram seu trabalho durante toda a década de 50.<sup>51</sup> Vale recorrer à afirmação de Carmen Portinho, em 1952, para entender a importância atribuída a este trabalho:

*(...) em cada conjunto torna-se imprescindível a instalação de um serviço social, a existência de uma equipe constituída de assistentes sociais, educadoras familiares, recreadoras infantis, que se encarregarão de resolver os desajustamentos existentes, de ensinar às mães de família princípios de economia doméstica e tudo que precisem para tomar agradável a vida no lar e educar as crianças, proporcionando-lhes distrações sadias.<sup>52</sup>*

Segundo tese de livre-docência da assistente social do DHP, Anna Augusta Almeida, até cerca de 1945, concomitantemente com o período de fundação das escolas, a prática profissional esteve vinculada ao modelo franco-belga, presente desde o início do século e que no Brasil foi veiculado como "Modelo Ação Social". Com base no serviço social de casos, como método, propunha, em primeiro lugar o estudo da situação do "cliente", em seus aspectos físico, social, psicológico e econômico e nas relações de trabalho; feito isso, avaliava a natureza da necessidade do cliente, para determinar a ajuda que seria oferecida.<sup>53</sup>

Anna Augusta afirma ter pautado sua prática profissional, nos anos do DHP, nesse modelo. Durante a década de 50, trabalharam no conjunto residencial a própria Anna Augusta e as irmãs Diva e Zulmira Martins, a primeira responsável pelo serviço social de casos e as duas últimas pelo serviço social de grupo. Era feito um plantão na sede do serviço social do conjunto três vezes por semana, quando eram organizadas e muitas vezes executadas as atividades de grupo, divididas em dois setores: família e recreação. Visitavam periodicamente os domicílios e auxiliavam na administração do conjunto, organizando a eleição anual do administrador e colaborando no cumprimento do regulamento interno.

Antes da construção do conjunto foram visitadas as 88 moradias pobres da Ilha de Paquetá, incluídas no abaixo assinado inicial, seguindo um minucioso levantamento, chamado de "inquérito preliminar". Com o perfil dos moradores em mãos e com o diagnóstico pronto, selecionavam-se os que poderiam adquirir casa própria, os que poderiam morar com parentes ou em situação melhor que aquela em que se encontravam e, por fim, os que, não tendo comprovadamente outros recursos, ganhariam o direito de morar nas casas que seriam construídas pela Prefeitura. Da lista de 88, reduziu-se o grupo a 55

51 Os moradores referem-se às assistentes sociais e relatam saudosos suas atividades. Hoje os moradores do conjunto, em sua maioria, são filhos dos primeiros habitantes, e, portanto, na infância, devem ter tomado parte nas atividades promovidas pelas assistentes.

52 TRIBUNA DA IMPRENSA, 2.6.1952.

53 DHP, 1961. Entrevista concedida à autora.

chefes de família, com o seguinte perfil:

DHP – Conjunto Residencial de Paqueta RESULTADOS PRELIMINARES 1949		
ESPECIFICAÇÃO	SERVIDORES	
	Nº abs.	%
<b>TOTAL</b>	<b>55</b>	<b>100,00</b>
<b>GRUPOS DE IDADE:</b>		
De 20 a 29 anos	7	12,7
De 30 a 39 anos	26	47,3
De 40 a 49 anos	16	29,1
De 50 a 59 anos	4	7,5
De 60 e mais anos	3	3,6
<b>ESTADO CIVIL:</b>		
Solteiro	13	23,6
Casado	41	74,6
Viúvo	1	1,8
<b>NIVEL EDUCACIONAL:</b>		
Não sabe ler	8	14,5
Sabe ler e assinar	9	16,4
Curso primário incompleto	38	69,1
<b>CARGO OU FUNÇÃO:</b>		
Artífice	4	7,5
Fiscal	1	1,8
Guarda municipal	2	3,6
Jardineiro	5	9,1
Trabalhador	41	74,6
Vigia	2	3,6
<b>LOCAL DE TRABALHO:</b>		
DA - Dep. de Administração	2	3,6
DAE - Dep. de Água e Esgoto	5	9,1
DLU - Dep. de Limpeza Urbana	22	40,0
DO - Dep. de Obras	12	21,8
DP -	8	14,6
DV - Dep. de Vigilância	4	7,3
SGA -	2	3,6
<b>II – HABITAÇÃO</b>		
<b>TIPO DE DOMICILIO:</b>		
Barraco	25	45,5
Casa de alvenaria	4	7,3
Cortiço	10	18,2
Dependência	12	21,8
Quarto alugado		
• em casa individual	3	5,4
• em casa de cômodo	1	1,8
<b>REGIME DE OCUPAÇÃO:</b>		
Alugada	40	72,7
Gratuita	15	27,3
<b>NUMERO DE PEÇAS:</b>		
1 peça	29	52,7
2 peças	22	40,0
3 peças	1	1,8
4 peças	3	5,5
<b>ABASTECIMENTO D'ÁGUA:</b>		
Encanada	23	41,8
Bica	32	58,2
<b>ESGOTO:</b>		
Fossa rudimentar	27	49,1
Rede	21	38,2
Sem esgoto	7	12,7

<b>ILUMINAÇÃO:</b>		
Elétrica	43	78,2
Outra	12	21,8
<b>COMBUSTIVEL:</b>		
Lenha ou carvão	47	85,5
Outra	8	14,5
<b>III – FAMILIA</b>		
<b>NUMERO DE FILHOS:</b>		
1 filho	7	12,7
2 filhos	10	18,1
3 filhos	5	9,1
4 filhos	8	14,6
5 filhos	7	12,7
6 filhos	9	16,4
7 filhos	4	7,3
8 filhos	-	-
Sem filhos	5	9,1

Tabela 5 (DHP, 1964:s.p.)

Dessa lista foram selecionadas 27 famílias, que residiriam nos primeiros blocos em construção. Enquanto isso, os moradores visitavam a obra e preparavam-se para a mudança: todos faziam exames de saúde completo, as crianças eram encaminhadas para a escola e a documentação pessoal, como registro de nascimento e carteira de identidade, era providenciada.

Após a mudança, diversas foram as atividades desenvolvidas. A primeira delas foi o contato dos moradores com as próprias casas e o ensinamento do seu uso "correto". As assistentes iam de casa em casa e explicavam às donas de casa como "utilizar" os espaços, sugerindo, inclusive, a organização dos móveis. Os maiores problemas eram a cozinha e o banheiro, que, por não pertencerem ao repertório formal dos barracos, não eram utilizados devidamente:

*(...) a única coisa que era mais difícil era o tipo de comportamento em relação à própria cozinha, a alimentação. Usar o fogão, ao invés de usar o fogareiro. Um dos problemas que eles tinham, por exemplo, era o banho das crianças. Estavam acostumados a encher o balde e jogar nas crianças. Aí subir e tomar banho no banheiro, de chuveiro, era mais complicado.*<sup>54</sup>

A educação social passava pela adaptação a um tipo de moradia desconhecido. Mesmo a área de serviço, que Bolonha alega ser da "cultura do carioca", parece mais próxima de um modelo burguês em miniatura, combatido veementemente pelo DHP, que do cotidiano de seus barracos e cortiços. Por esse motivo, a intervenção assistencial era fundamental. Nas palavras de Anna Augusta:

*No Conjunto de Paquetá o que eu fazia era dar educação social. Como a gente faz educação social: reúne as mães e discute com elas os problemas que elas apresentam – de saúde, da casa; leva-se um livro, convida-se uma pessoa, uma psicóloga, uma socióloga, uma educadora para trocar idéias. (...) trazer uma pessoa para discutir sobre alimentação. Vamos fazer pratos, vamos cozinhar, como é um fogão (...)*<sup>55</sup>

A educação passava por todas as facetas da vida familiar do trabalhador, desde o modo de utilizar um fogão a como administrar a casa, passando pela higiene pessoal. A arquitetura não era um objeto isolado, mas sim, uma decorrência de sérias pretensões de transformar as maneiras de morar da população. Acreditava-se que o próprio espaço arquitetônico poderia operar mudanças, dentro do ideário de que o homem transforma no meio em que vive, desde que acompanhado de serviço social:

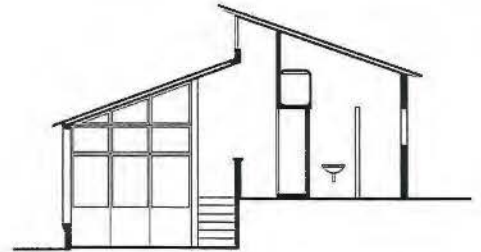
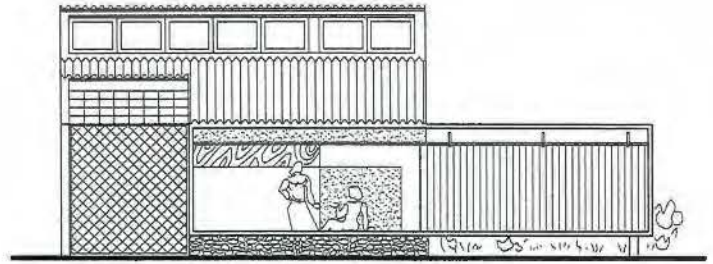
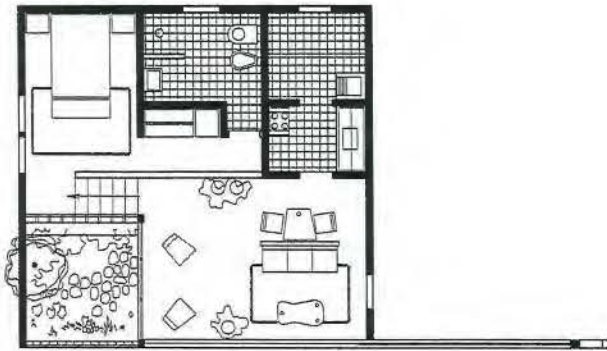
*Tinha uma família que quando estava no barraco, era um dos mais sujos, mais sujos. Lá no Conjunto eles não tiveram nenhum problema.*<sup>56</sup>

54 Entrevista concedida a autora em 24.1.2002.

55 Idem.

56 Idem.

O trabalho de adaptação às casas era permanente e corria paralelamente às



Conjunto Residencial Paquetá: sede do serviço social, planta, fachada principal e seção transversal (GPHU-EESC-USP)



Sede do serviço social (DHP, 1961:s.p.)



Sede do serviço social, incorporado ao Conjunto Paquetá como mais uma residência (foto: F. Brito, 2001)



Lygia Fernandes, Diva e Zulmira Martins nos jardins do Conjunto Residencial Paquetá (DHP, 1961:s.p.)

Situações de moradia dos habitantes do Conjunto Residencial Paquetá antes da mudança, segundo o inquérito preliminar do Serviço Social, em 1949 (DHP, 1961:s.p.)



Atividades diversas do serviço social no Conjunto Residencial Paquetá, anos 50 (DHP, 1961:s.p.)



atividades realizadas em grupo. Segundo o trabalho de conclusão de curso de Zulmira Martins, assistente social do DHP, as atividades eram dirigidas basicamente às crianças e visavam à união delas, reduzindo a individualidade e ordenando o lazer e o melhor aproveitamento das horas livres. Contar histórias, dramatizar, executar trabalhos manuais, como desenhos, pinturas, recortes e modelagem e promover jogos ao ar livre eram atividades desenvolvidas regularmente. Em datas especiais como Páscoa, São João, Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia das Crianças e Natal, orientava-se a confecção de presentes e organizavam-se festas ou passeios, como, por exemplo, à Quinta da Boa Vista, na Semana da Criança ou ao Ministério da Educação e Saúde, para assistir a teatro de bonecos.<sup>57</sup>

O objetivo das festas era ensinar às crianças, e a seus pais, noções de amor filial, amor à Pátria e espírito cristão. As atividades organizadas buscavam educar o cidadão sobre seu papel no trabalho e em sociedade e os pais e filhos sobre seus papéis familiares. A organização da casa era uma das preocupações centrais das assistentes no programa educativo, pois a habitação contribuía para a formação e para o aprendizado desses papéis.

Exemplo disso foi a premiação das "casas mais bem cuidadas" do conjunto, ocorrida no Dia das Mães de 1954. Para o julgamento foi organizado um questionário e convidadas a assistente social Maria Helena Pinto (que trabalhou na seleção inicial dos moradores, em 1949) e a arquiteta Lygia Fernandes. O resultado do concurso foi um pouco desanimador: apenas uma casa recebeu o grau "ótimo", três receberam "muito bom", cinco "bom", seis ficaram na categoria "suficiente" e quatro ganharam "mau". A justificativa para o péssimo conceito das mais mal colocadas foi a desestrutura familiar. Em dois casos, a "esposa do chefe de família" estava doente.

O acompanhamento dos moradores e o estudo estatístico das condições gerais do conjunto e de seus moradores eram feitos anualmente. Em 1955, foi feito um levantamento geral das condições de vida do grupo e no quesito "hábitos" os resultados continuavam um tanto abaixo do desejado:

*(...) há um certo relaxamento com o asseio corporal, não só as crianças andam descalças com roupas inadequadas e nem sempre limpas. O fator econômico justifica o fato. A saúde sofre as conseqüências. O padrão baixo de vida encobre a falta de educação. Apesar da proximidade da praia e ótimo banheiro nas residências, o banho quotidiano, quer de mar ou de chuveiro, é ainda tomado com restrições. Para os menores, principalmente, o banho morno de bacia ou o lavar dos pés antes de dormir substitui a ducha diária.<sup>58</sup>*

O texto revela o exaustivo trabalho enfrentado pelas educadoras: a simples presença das casas modernas e de seus equipamentos não bastava para o processo de mudança social pretendido. A permanência de problemas, como alcoolismo, desocupação dos jovens, intrigas entre vizinhos e falta de cooperação na resolução dos problemas básicos do conjunto, assinalava "o antagonismo entre a estética da construção e os hábitos de seus moradores".<sup>59</sup>

57 MARTINS, 1954.

58 DHP, 1961:s.p.

59 Idem.

Dos casos sociais tratados, 47 foram avaliados positivamente e oito negativamente. Os problemas detectados iam de conflitos familiares (entre pais e filhos e entre marido e mulher) e de vizinhos (12 casos foram tratados), desrespeito ao regulamento (12 ocorrências), doenças (11 registros) e solicitação de recursos educacionais ou econômicos.

Em 1960, foi feita outra avaliação das condições de vida dos moradores. Verificou-se que o grupo estava culturalmente em transição, saindo dos padrões anteriores à mudança para o conjunto. Apenas três casas, as mesmas de 1954, receberam avaliação negativa, fato justificado pelo fato de que não tinham ainda sentido necessidade de modificar os hábitos. Seis casas receberam o grau “ótimo”, três “muito bom” e onze “bom”, o que atestou uma melhora significativa do grupo nesse período de seis anos, registrando-se uma elevação no padrão material das casas, observável em bens como “mobiliário mais adequado”, fogões a gás, geladeiras e televisões. Entretanto, a mais importante e satisfatória mudança foi o surgimento de hábitos sociais novos. Desapareceram os mexericos nas portas de casa, as brigas com vizinhos, o relaxamento no asseio corporal e o uso inadequado dos equipamentos de recreação. No lugar, surgiu a preocupação com a saúde dos filhos, com a organização da casa e com o fortalecimento dos laços familiares. Se era correto observar, segundo a assistente, que alguns problemas persistiam, como alcoolismo e desajustamento social (presença de “mãe solteira”), era também verdade que os moradores estavam mais confiantes, tendo “desenvolvido a capacidade de resolver seus próprios problemas”.

O relatório do DHP elaborado, em 1961, pela assistência social para a nova administração do DHP, então vinculado à Coordenação de Serviço Social, cujo diretor era o engenheiro Stélio Roxo, nomeado por Carlos Lacerda, preocupou-se em revelar o trabalho do serviço social no conjunto. Sem forjar nem forçar uma realidade, a assistente conclui a apresentação do trabalho executado, já sabendo que experiências nos mesmos moldes já não ocorreriam:

*Acreditamos que se o trabalho social não conseguiu produzir a mudança cultural esperada, ao menos assegurou a permanência do grupo selecionado no conjunto residencial e evitou sua destruição. (...) Apesar de seus apelidos o Conjunto Residencial de Paquetá continua tendo uma dos mais bonitos jardins da ilha. Sua linha arquitetônica de simplicidade, ocasionando ao grupo influência sensível e pontos positivos de bem estar, permite ser este conjunto uma amostra representativa de um ambiente social marcado por relações construtivas.<sup>60</sup>*



Assistente social Anna Augusta em passeio de barco com os moradores do Conjunto Residencial Paquetá (DHP, 1961:s.p.)

60 Ibidem.

### 4.3 Outras realizações e algumas tentativas



Conjunto Residencial Marquês de São Vicente (foto: F. Brito, 2003)

Os Conjuntos de Vila Isabel e Marquês de São Vicente foram inaugurados na década de 60, muito incompletos, sem contar com os serviços inicialmente previstos. Vila Isabel foi o que ficou mais distante do projeto, nem o bloco residencial foi concluído, apenas parte mínima do grande *redan*. Razões políticas, financeiras e conceituais determinaram seu triste destino. O Marquês de São Vicente teve, ao menos, o bloco residencial principal concluído, mesmo que muitos anos depois. Sua trajetória seria marcada anos depois, quando foi mutilado, em 1982, para a passagem de uma via expressa, a auto-estrada Lagoa-Bárrea.

O Conjunto Residencial Marquês de São Vicente, também conhecido como Gávea, é, dos conjuntos do DHP, o que tem mais relação com a história das ações do executivo municipal no território da habitação popular na cidade do Rio de Janeiro. Sua localização justificava-se pela necessidade de cumprir o plano de habitação dos parques proletários, idealizado pelo médico Vitor Moura na década de 40, segundo o qual, passado o período educativo nas habitações provisórias, os moradores iriam para as casas definitivas. O plano dos parques proletários chegou em 1945, condenado por não resolver a “questão” das favelas.<sup>61</sup> No entanto, permaneceu na prefeitura municipal o Serviço de Vilas e Parques Proletários, vinculado à Secretaria de Saúde e Assistência Social, encarregado de gerir os parques construídos e criar outros, caso do Parque Proletário nº4, conhecido por Parque do Amorim. Com a criação do DHP, transferia-se para o corpo técnico da própria PDF a construção das habitações definitivas, que dariam lugar aos temporários parques proletários. Isso só ocorreu com o primeiro parque, ainda que 20 anos depois, por duas razões básicas: localizar-se numa das áreas de expansão de moradias de elite, e por ter-se progressivamente favelizado. Na década de 50, contabilizavam-se no Parque Proletário nº 1 955 barracos, com 5.262 pessoas em “péssimas condições de higiene e conforto”.<sup>62</sup>

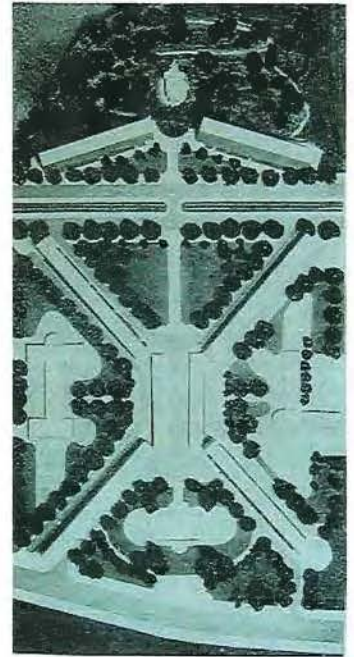
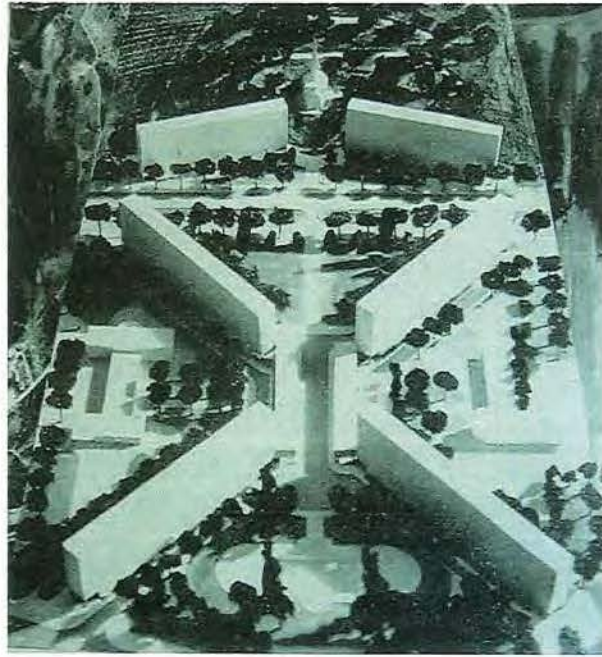
O projeto do conjunto residencial estava idealizado desde 1940, quando Vitor Moura estabeleceu o plano de remoção progressiva das favelas, em etapas educativas. Em 1943, antes da criação do DHP, o engenheiro Sabóia Ribeiro propôs um projeto para a área, baseado, também, no princípio da criação de bairros autônomos (*neighborhood unit*). Seis blocos habitacionais laminares, com nove pavimentos, determinavam o traçado do conjunto, composto por outros edifícios, espalhados na grande área verde, que abrigariam consultórios, médico e dentário, cooperativa, cozinha central, lavanderia, creche, piscina, *playground*, escola e igreja.<sup>63</sup>

Com o arrefecimento do plano dos parques proletários esse projeto não foi realizado. Nos anos 50, contudo, a região do parque nº 1 continuava sendo tida como um problema para a cidade. Era ainda necessário um projeto definitivo, tarefa delegada ao DHP. Afonso Reidy e Carmen Portinho mantêm no Conjunto Residencial Marquês de São

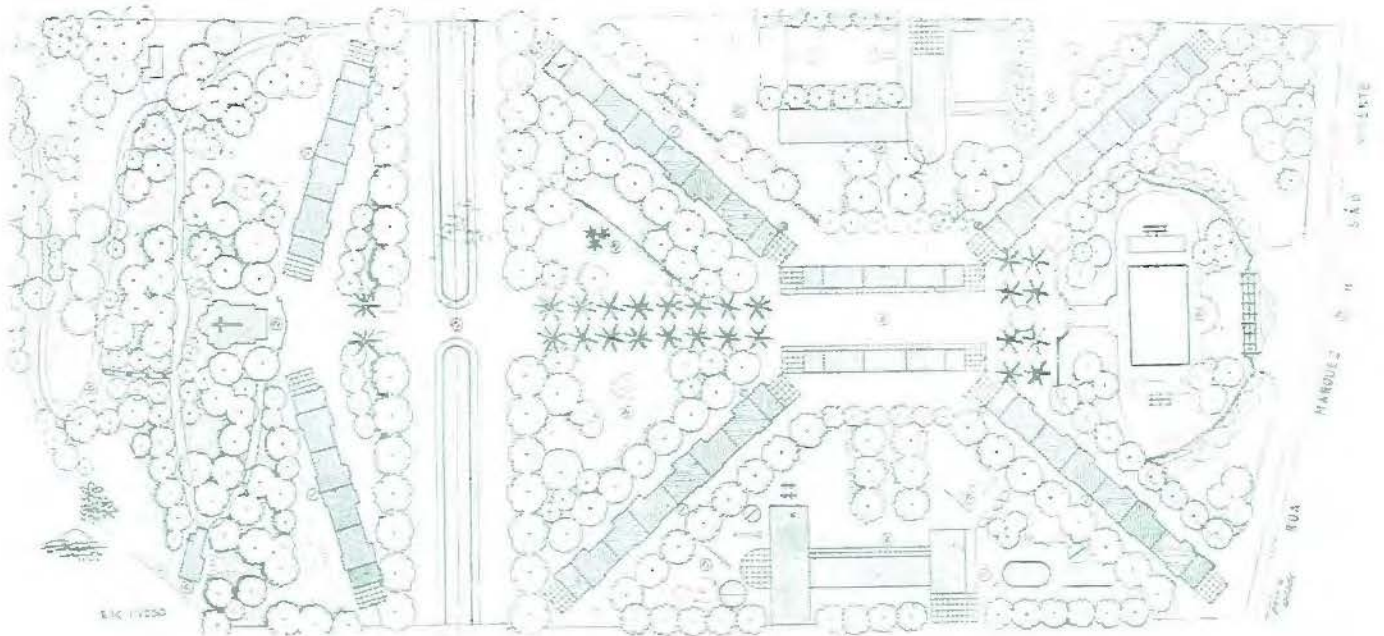
61 PARISSE, 1969:77-79.

62 HABITAÇÃO, out. 1955:23.

63 SABOIA RIBEIRO, out. 1943:225-229.



Saboia Ribeiro: maquete do "núcleo residencial autônomo" para a Rua Marquês de São Vicente, 1943 (REVISTA MUNICIPAL DE ENGENHARIA, out. 1943:227-228)



Saboia Ribeiro: plano geral do "núcleo residencial autônomo" para a Rua Marquês de São Vicente, 1943 (REVISTA MUNICIPAL DE ENGENHARIA, out. 1943:226)

Vicente o plano de substituição da favela pelo parque proletário no próprio local, propondo uma unidade de vizinhança. Vale lembrar que o projeto de parque proletário do IAPC era um embrião de unidade de vizinhança, com serviços educativos anexos, como escola e centro social, todos de caráter temporário. O projeto de Reidy para o Conjunto Residencial da Gávea compreendia 748 apartamentos, 328 no serpenteante bloco A (192 duplex, com dois quartos e sala, e 136 com dormitório e sala), escola maternal, jardim de infância, escola primária, *playground*, mercado, lavanderia, posto de saúde, auditório ao ar livre, quadras de esporte e Igreja.<sup>64</sup>

A unidade de vizinhança era seccionada por uma das avenidas previstas no Plano da Cidade, o que representava graves problemas para a circulação dos moradores. Para contornar a situação, Reidy rebaixou as pistas da avenida no ponto em que passavam pelo conjunto e inseriu uma passagem de pedestres sobre elas. A entrada no bloco A dava-se por essa via, onde se encontrava uma grande esplanada, à frente do arco de sustentação do edifício. Tirando proveito da topografia do terreno, no local de maior reentrância da base do morro, o arquiteto instalou um "teatro grego" cujo pórtico de entrada era a própria estrutura do edifício. O arco de sustentação, inovação técnica da época, acabou custando muito caro, mas justificava-se, segundo Carmen Portinho, pela presença do teatro. Dirceu Velloso, engenheiro civil, estagiário, no setor de engenharia do DHP, nos anos 50, tendo desenhado as pranchas de detalhamento do arco, refere-se à sua execução como um desafio para a equipe de cálculo estrutural, coordenada por Sydney Santos. Em todos os projetos de conjuntos residenciais do DHP, novos desafios estruturais eram apresentados, talvez por ter a repartição equipe de especialistas, talvez por Reidy ter na estrutura uma de suas expressões arquitetônicas. É Reidy quem comenta sobre a relação estrutura-arquitetura:

*A estrutura não é um fim por ela própria, mas um meio de realizar uma idéia e, seguramente um elemento da maior importância sob os pontos de vista espacial e plástico. A idéia básica da estrutura deve nascer com a solução arquitetônica. (...) porém não dispensam a presença do engenheiro estrutural, o qual assegurará a concretização de suas idéias. Ele é o conselheiro indispensável desde os primeiros estudos, ora incentivando, ora refreando o impulso poético do arquiteto, mas sempre respeitando sua atividade creadora.<sup>65</sup>*

Sobre os serviços comuns, dois elementos devem ser comentados: a lavanderia e a Igreja. Como os moradores do conjunto seriam originários do parque proletário, uma iniciativa que vinha da prefeitura e do assistencialismo, cuja base teórica era a doutrina católica, parece que demanda importante foi a introdução de um templo religioso, embora no Conjunto de Vila Isabel também constasse uma Igreja, sem que, necessariamente, tivesse havido pressão dos segmentos religiosos. O aspecto educativo dos moradores que incluía escola, posto de saúde e serviços assistenciais, passava pelo

64 Sobre este conjunto residencial ver, por exemplo: AUJOURD'HUI, ART ET ARCHITECTURE, nov. 1955a; HABITAT, out. 1955; REIDY, jan./mar. 1954.

65 REIDY, s.d.



Conjunto Residencial Marquês de São Vicente: bloco A, fachada principal (foto: F. Brito, 2003)



**Legenda**

1. Bloco A - apartamentos
2. Bloco B - apartamentos
3. Escola primária
4. Capela
5. Centro de saúde
6. Lavanderia/ mercado
7. Jardim de infância
8. Anfiteatro
9. Playground
10. Quadra de esportes
11. Passagem coberta
12. Passagem para pedestres
13. Reservatório d'água

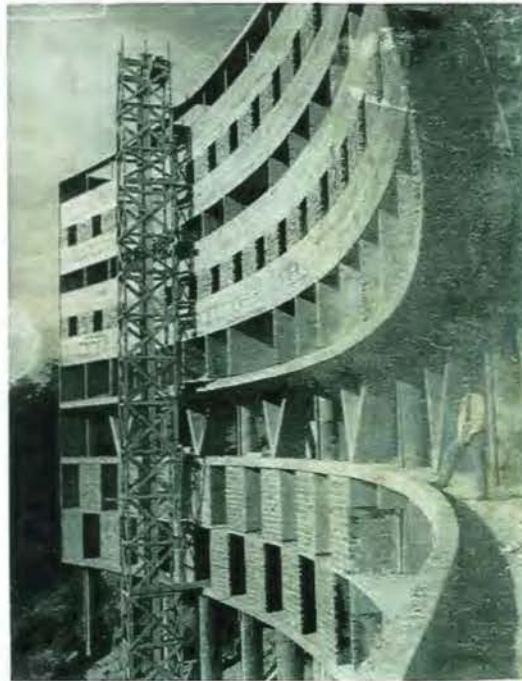
Conjunto Residencial Marquês de São Vicente: implantação (GPHU-EESC-USP)



Maquete do conjunto (BONDUKI, 2000:107)



Bloco A em construção (APCP)



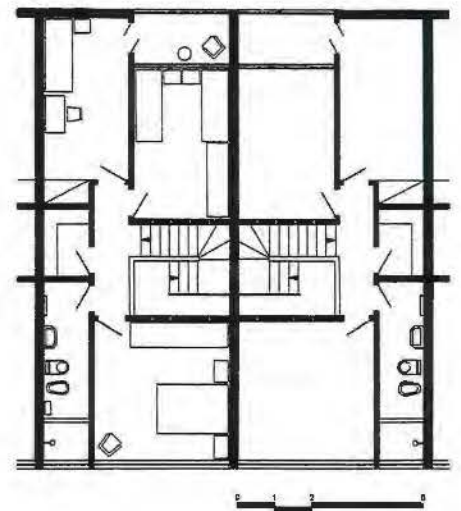
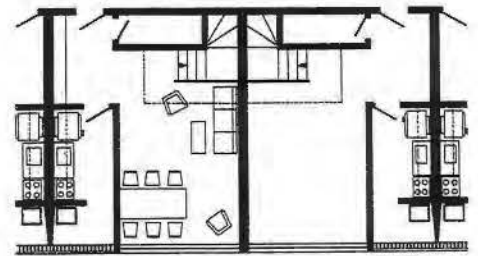
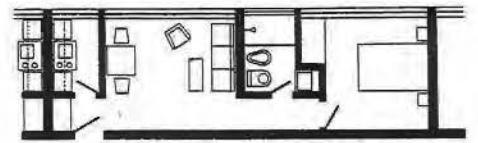
Conjunto Residencial Marquês de São Vicente, bloco A em construção (APCP)



Carmen Portinho fiscalizando as obras de construção do conjunto (APCP)



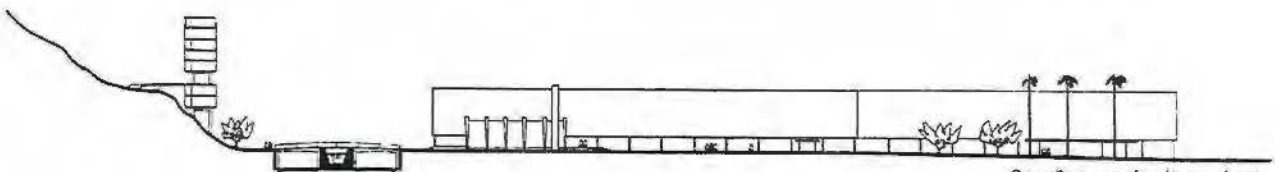
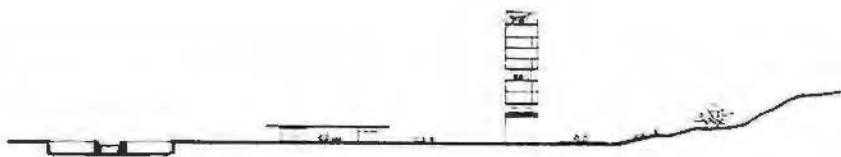
Cobertura do conjunto, onde localiza-se a lavanderia coletiva (APCP)



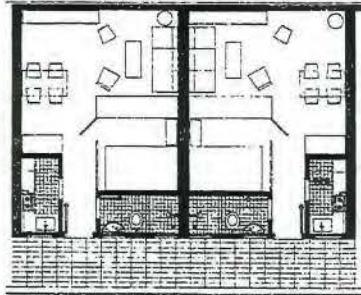
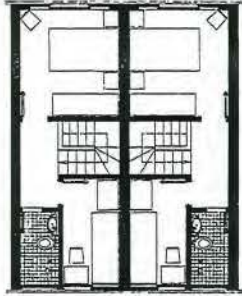
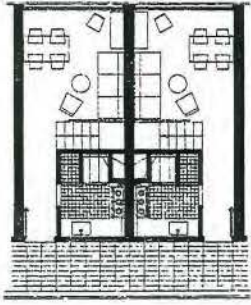
Conjunto Residencial Marquês de São Vicente: unidades residenciais, bloco B, não construído. De cima para baixo:

1º e 3º pavimentos

2º e 4º pavimentos (GPHU-EESC-USP)



Secções gerais do conjunto (GPHU-EESC-USP)



Conjunto Residencial Marquês de São Vicente: unidades residenciais, bloco A. De cima para baixo:

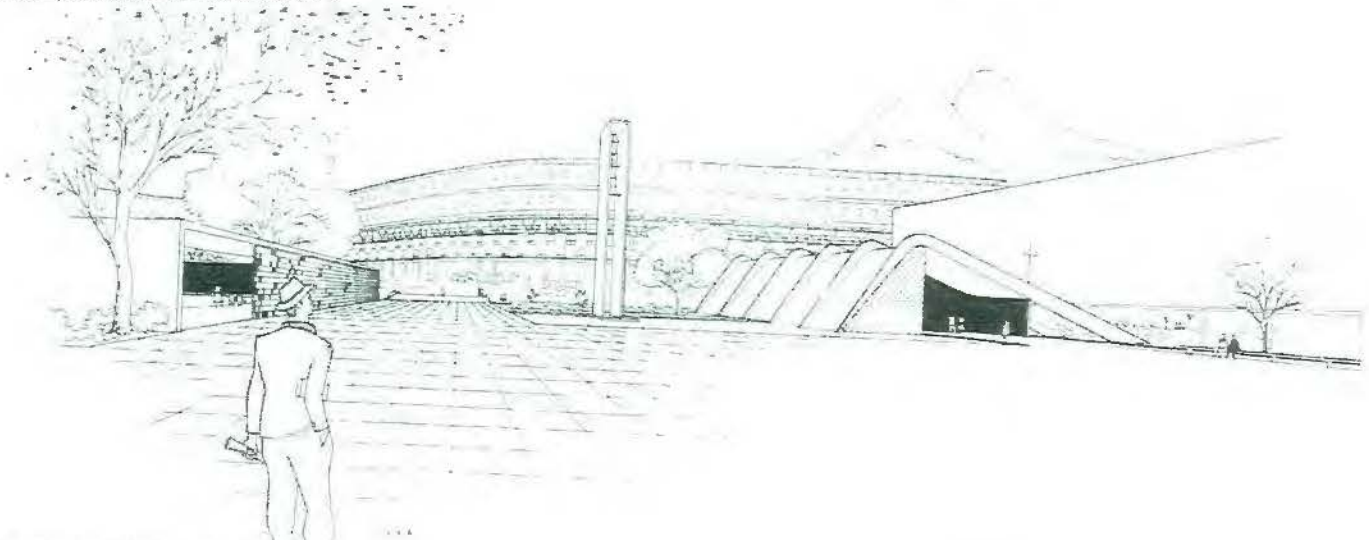
4º e 6º pavimentos (duplex)

5º e 7º pavimentos (duplex)

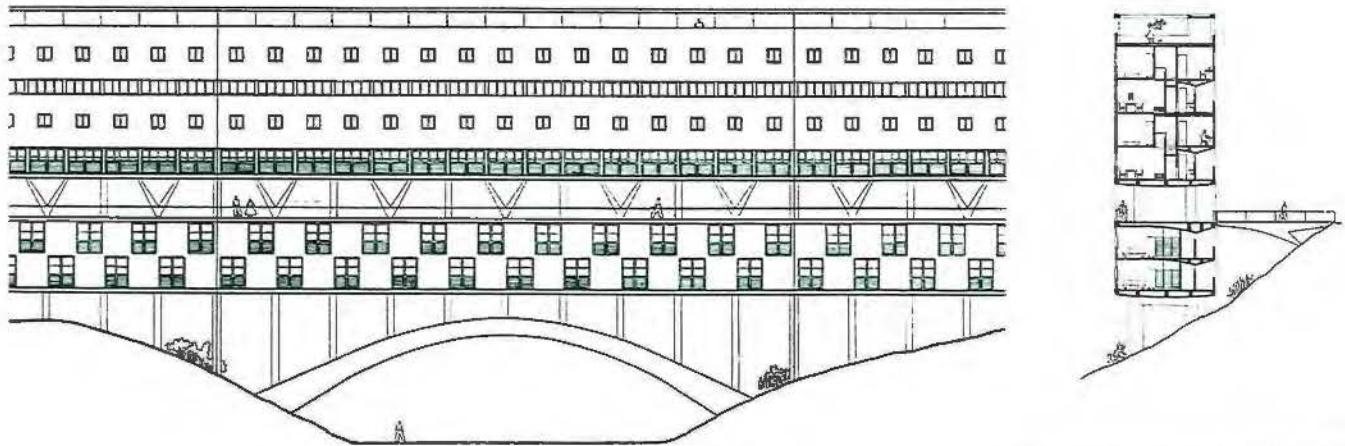
1º e 2º pavimentos (GPHU-EESC-USP)



Bloco A, interior de apartamento, lavanderia coletiva e corredor de acesso aos apartamentos (foto: F. Brito, 2003)



Perspectiva (Núcleo de Pesquisa e Documentação, MAM-Rio)



Conjunto Residencial Marquês de São Vicente: bloco A, fachada e seção transversal (GPHU-EESC-USP)



Bloco A: arco estrutural (foto: F. Brito, 2003)



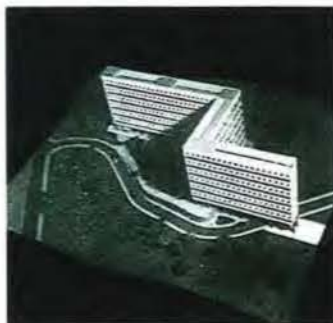
Conjunto Residencial Marquês de São Vicente: bloco A, vistas aéreas (AGCRJ)

ensinamento da fé católica. Isso pode demonstrar que a agnóstica Carmen Portinho foi incapaz de determinar sozinha o programa e a forma que tomariam os conjuntos residenciais. A Igreja, na composição de Reidy, ocupa um lugar central. Sobre um lago, com o grande campanário separado do corpo principal, a estrutura, de vigas invertidas aparentes, impõe-se ao lado dos volumes prismáticos dos edifícios habitacionais.

A lavanderia do bloco A deste conjunto terá solução muito diversa da do Pedregulho, onde era um elemento isolado e distante das habitações, causando polêmicas e críticas, inclusive dentro do próprio DHP. Talvez porque no conjunto da Gávea as extensões da casa estivessem muito distantes dos apartamentos, optou-se por colocar no terraço um tanque para cada morador, assim configurado em lavanderia. Lavanderia no terraço já havia sido testada em diversos conjuntos residenciais, e era uma solução tradicional no universo da habitação ligada ao movimento moderno na arquitetura, como, por exemplo, no Conjunto Carl Mackley, na Filadélfia, de 1933. Evitava-se, de um lado, a compra e a manutenção das máquinas e equipamentos de uma lavanderia mecânica, e, de outro, facilitava-se a rotina dos moradores e das donas de casa, além de respeitar a tradição de lavar as roupas em casa. Mas, como as soluções não eram uniformes, no caso dos blocos laminares a solução foi igual à dada ao Pedregulho: lavanderia e mercado no mesmo edifício.

As obras do Conjunto Residencial de Vila Isabel têm início em 1955, quatro anos após a inauguração da primeira etapa do Pedregulho e dois anos após a inauguração do Paquetá. Nos planos iniciais de divulgação aparece o grande *redan*, com sete edifícios postos em conjunto, nas divulgações posteriores reduzidos a três. As maquetes e plantas de conjunto continuaram sendo divulgadas até o fim dos anos 50, publicadas, entretanto, ao lado das fotografias das maquetes da versão reduzida desse grande edifício. Foi construída apenas parte ínfima desse conjunto, numa área de parque de 75.500m<sup>2</sup>, com 828 apartamentos. Além dos blocos residenciais, contava com edifícios para escola, ginásio esportivo, piscina, quadras de esportes, capela, teatro e cinema, anfiteatro e clube social, esses dispostos no meio do antigo parque do Jardim Zoológico traçado originalmente por Glaziou.

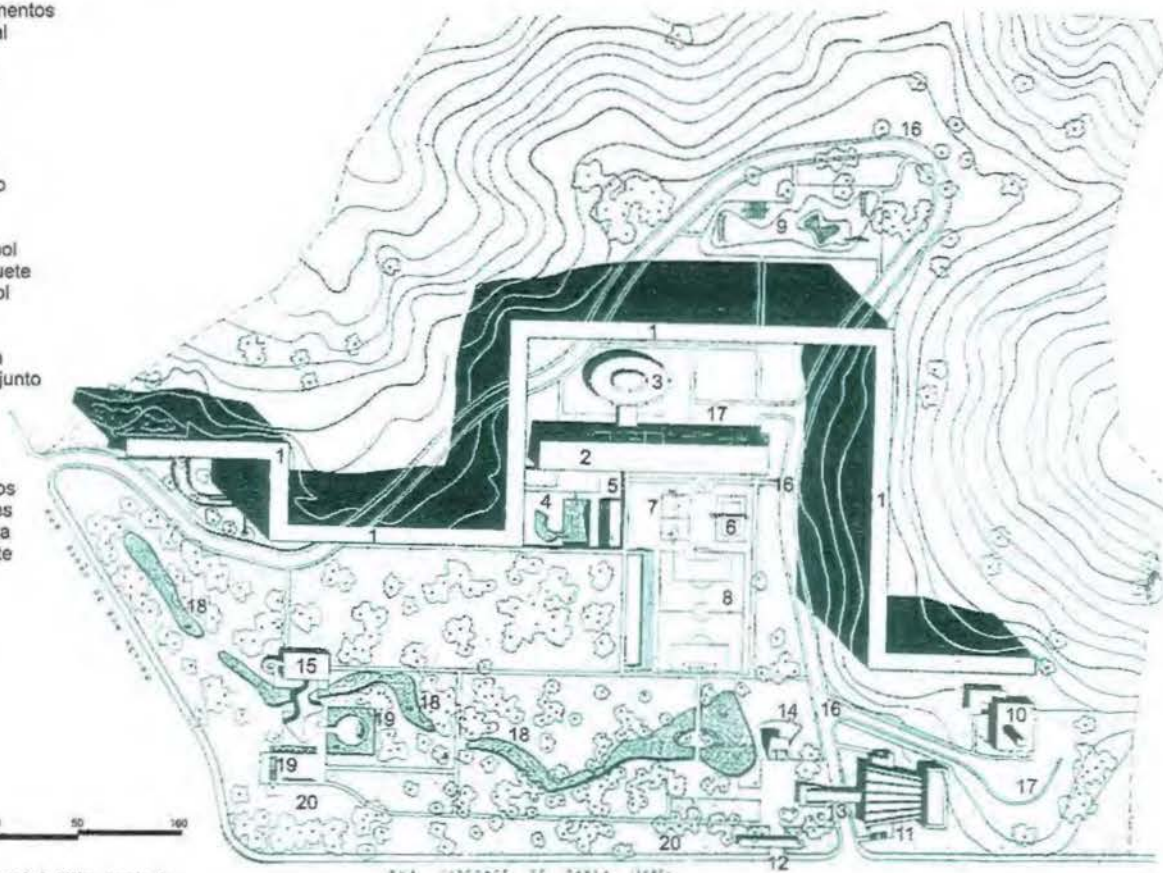
O primeiro desafio por vencer era preservar o belo jardim, inserindo o conjunto residencial do porte pretendido, o maior já elaborado pelo DHP. A resposta, talvez mais direta e já testada, era traçar grande bloco sinuoso, emoldurando e delimitando a parte de serviços comunais, como já se havia feito no Pedregulho. Mas, como não era gratuita, mas pensada e desenhada como uma resposta direta às curvas de nível do terreno, a curva sinuosa em forma de prédio tornou-se inviável. A construção seria difícil, visto que as reentrâncias da topografia eram muito acentuadas, criando dificuldades de execução. Os blocos residenciais laminares estavam descartados, pois destruiriam o parque a ser preservado. Ademais, Bolonha, como afirmou em entrevista, não era muito afeito a curvas



Maquetes do conjunto (GPHU-EESC-USP)

Legenda

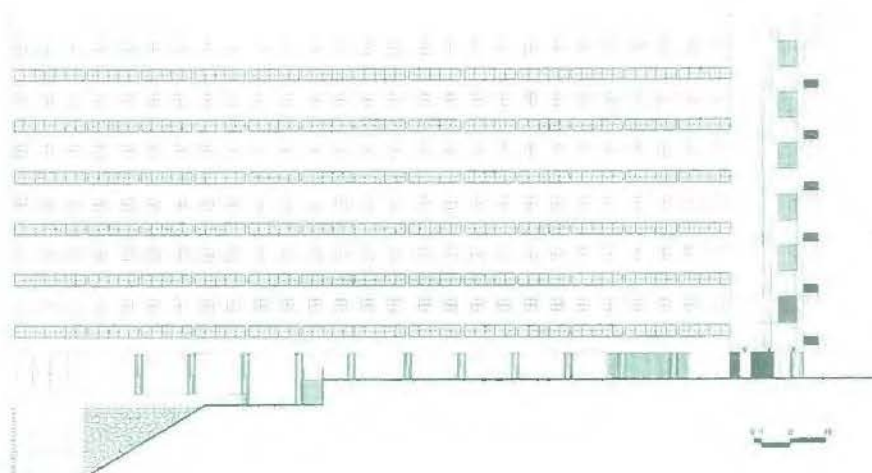
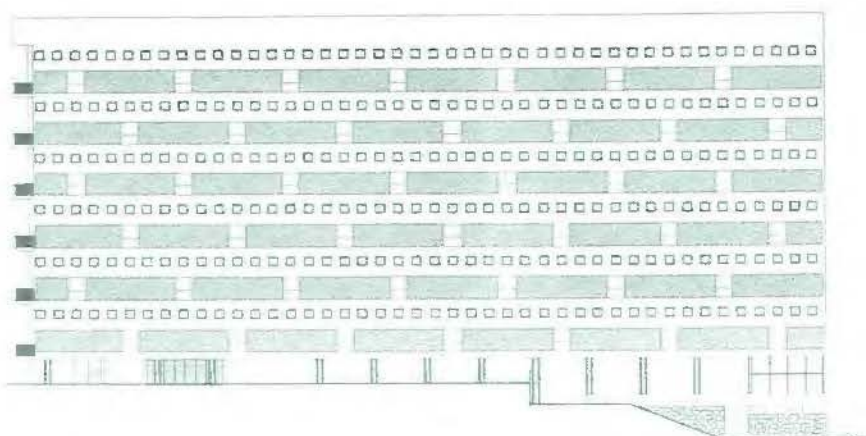
- 1. Bloco de apartamentos
- Assistência social
- Creche
- Escola maternal
- Ambulatório
- Lavanderia
- Mercado
- 2. Escola primária
- 3. Ginásio esportivo
- 4. Piscina
- 5. Arquibancadas
- 6. Campo de voleibol
- 7. Campo de basquete
- 8. Campo de futebol
- 9. Playground
- 10. Capela
- 11. Teatro e cinema
- 12. Entrada do conjunto
- 13. Escultura
- 14. Anfiteatro
- 15. Clube social
- 16. Rua existente
- 17. Estacionamentos
- 18. Lagos existentes
- 19. Espelhos d'água
- 20. Parque existente



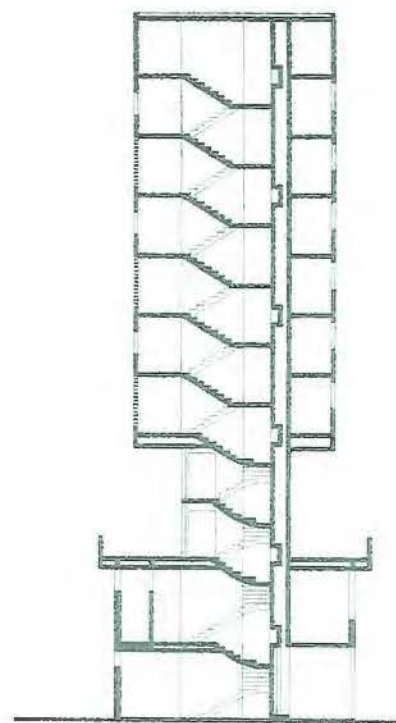
Conjunto Residencial Vila Isabel: implantação (REVISTA CLUBE DE ENGENHARIA, mai. 1958:260)



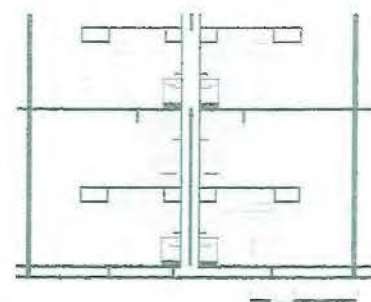
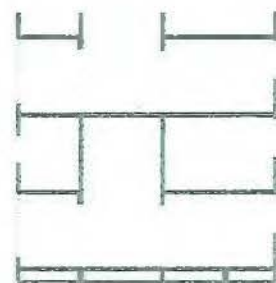
Maquetes do conjunto (GPHU-EESC-USP)



Conjunto Residencial Vila Isabel: bloco A, fachadas posterior e principal (GPHU-EESC-USP)



Bloco A: seção transversal (GPHU-EESC-USP)



Bloco A: seções dos apartamentos (GPHU-EESC-USP)

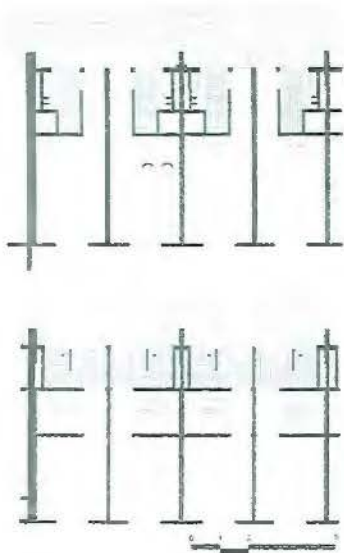


Francisco Bolonha: perspectiva (BRASIL MODERNO, 1954)



Conjunto Residencial Vila Isabel: bloco A em construção, anos 50 (GPHU-EESC-USP)

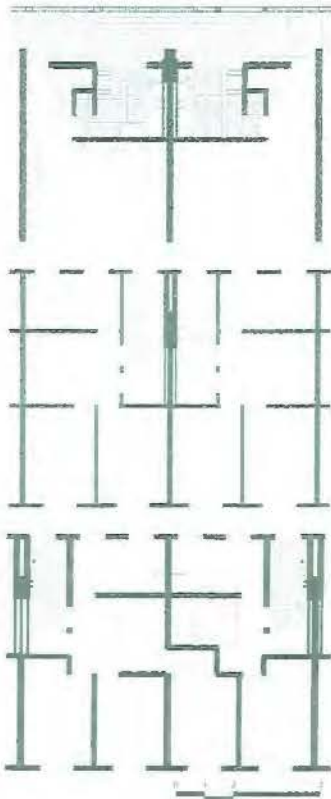




Conjunto Residencial Marquês de São Vicente: unidades residenciais, bloco A3, não construído. De cima para baixo:

1º, 3º, 5º e 7º pavimentos

2º, 4º, 6º e 8º pavimentos (GPHU-EESC-USP)



Conjunto Residencial Marquês de São Vicente: unidades residenciais, bloco A1 (construído) e A2 (não construído). De cima para baixo:

1º, 3º, 5º e 7º pavimentos

2º, 4º, 6º e 8º pavimentos

2º, 4º, 6º e 8º pavimentos (alternativa) (GPHU-EESC-USP)

Bloco A, fachada principal, corredor de acesso aos apartamentos e sala de apartamento (foto: F. Brito, 2004)



Conjunto Residencial Vila Isabel,  
1965 (FUNDAÇÃO LEAO XIII)



e arquiteturas circulares, o que pode justificar, de fato, o partido adotado neste projeto.<sup>66</sup>

Como princípio urbanístico, o projeto não permite pôr em questionamento sua filiação institucional. A lógica do edifício de apartamentos duplex ligados aos serviços extensões da casa já bastaria para associá-lo às realizações do DHP. Mas, além disso, sua implantação é muito eloqüente. O grande *redan* emoldura as áreas livres de edificação, pontuadas pelas arquiteturas diversificadas, destinadas aos serviços comunais, e pelo jardim histórico, estratégia projetual aplicada nos demais conjuntos idealizados (executados ou não) pelo DHP. A hierarquia de vias também não era criação ou exclusividade do DHP, mas está rigorosamente contemplada neste conjunto e faz parte do conceito gerador das unidades de vizinhança.

Os vestígios de projeto do Conjunto Residencial de Vila Isabel reduzem-se aos que foram publicados nas revistas da época,<sup>67</sup> limitando drasticamente sua compreensão. Dos edifícios complementares, pode-se apenas imaginar a volumetria pelo registro planimétrico geral. Nem as fotografias da maquete do conjunto trazem a elevação desses edifícios, que na planta parecem ter grande riqueza arquitetônica. Detalhes, como integração dos edifícios e até da piscina aos lagos de Glaziou ou a passagem de edifícios sobre vias e de vias sobre lagos, foram desenhados por Bolonha.

O *redan* foi recorrente nos textos e projetos relativos à habitação popular produzidos pelo casal, aparecendo no estudo para a Esplanada do Castelo, primeiro projeto urbano de Reidy, realizado em 1938, e no primeiro artigo de Carmen Portinho sobre o tema (ilustrado com um *redan* de Corbusier para Paris), até ser finalmente realizado pelo DHP, ainda que parcialmente, no Conjunto Residencial Vila Isabel. Conforme o plano de ação proposto na época da fundação do DHP, estava previsto um conjunto residencial no primeiro distrito, na Avenida Presidente Vargas. Consultando os projetos da Comissão do Plano da Cidade, instituída em 1946 por Dodsworth, pode-se ver que, na altura da Praça Onze, após a Estação de Ferro Central do Brasil, projetou-se uma série de edifícios em forma de *redan*. O bloco residencial em *redan* da Esplanada do Castelo tem importância por representar paradigmaticamente o pensamento habitacional de Carmen e Reidy. Dele têm-se apenas as perspectivas e fotografias de maquetes da época, nenhum registro mais detalhado, nem plantas dos pavimentos, cortes ou fachadas.

O programa social e a implementação das atividades com os moradores não chegariam sequer perto da implementação. Inaugurado nos anos 60, o conjunto virou peça de propaganda da COHAB-Guanabara, tornando-se um edifício de apartamentos como tantos outros: aleijado, sem as partes vitais e sem alma, carente dos programas sociais educativos.

Apesar de o bloco residencial em *redan* aparecer diversas vezes, no que se refere às realizações, o grande bloco curvilíneo esteve presente em dois dos conjuntos (Pedregulho e Gávea) e tornou-se a marca do DHP na cidade, embora apenas os olhares

66 Depoimento à autora em: 1.10.2001.

67 Ver, por exemplo: BAC, 1956a:32-42; HABITAT, jan. 1956:26-29; REVISTA DO CLUBE DE ENGENHARIA, mai. 1958:109-116.

dos especialistas registrem esse fato. O tipo arquitetônico de blocos sinuosos nos morros, que se imaginava reproduzíveis pela cidade, e não uma arquitetura de exceção, como posteriormente se veiculou,<sup>68</sup> pode ser encontrado também, como projeto, nos Conjuntos de Paquetá e das Catacumbas e, efetivamente construído, em Deodoro. Embora nome pejorativo, o "minhocão", como é popularmente e indistintamente chamado qualquer um dos blocos, é hoje um dos poucos registros da sua origem e unidade arquitetônica. Os blocos sinuosos de habitação popular eram, e ainda são, tipologias muito simbólicas para a cidade, pois se colocavam exatamente no local de estabelecimento das favelas: os morros.

Nesse sentido, outros dois projetos merecem atenção. Mesmo que não tenham sido diretamente produzidos nas repartições do DHP, têm as mãos de seus idealizadores: Conjunto Residencial de Deodoro e bloco residencial da Esplanada de Santo Antônio, ambos pensados no Departamento de Urbanismo durante a gestão de Reidy. O primeiro, projeto de Flávio Marinho Rêgo, assistente de Reidy no Departamento de Urbanismo, foi uma realização da Fundação da Casa Popular e contou com a estreita supervisão de Affonso Reidy. Este, como Conselheiro da Fundação, tendo feito críticas a projeto anterior para a área, convidado e sentindo que não seria ético, comissionou um assessor. No entanto, o projeto (nos aspectos conceituais e estéticos) e todas as polêmicas que causou e as críticas que recebeu foram apaixonadamente defendidos por Affonso Reidy e Carmen Portinho como parte das concepções habitacionais do DHP.<sup>69</sup>

Mas os tipos habitacionais não se encerram aí. Os blocos laminares, tipo base de inúmeros conjuntos residenciais mundo afora, também serão projetados pelo DHP. No Pedregulho, os blocos B1 e B2 terão esse formato. Postos em paralelo, conformarão as *zeilenbaus* da cartilha de Gropius. Iguais serão os sete blocos prismáticos perpendiculares ao edifício em curva do Conjunto da Gávea. O bloco C, não construído, do Pedregulho, lâmina isolada, com doze pavimentos, será o representante em altura do tipo edifício laminar, e os dois blocos perpendiculares, de sobrados enfileirados, de Paquetá um terceiro modelo, já experimentado, por exemplo, no Conjunto de Realengo, de Carlos Frederico Ferreira.

O DHP será capaz de produzir tipos muito ricos e diversificadas do ponto de vista da arquitetura habitacional, sem mencionar os edifícios extensões da casa, escola, centro social, igreja ou ginásio. Isso não traz deméritos nem revela *a priori* divergências e contradições internas. Ao contrário, descortina a qualidade do corpo técnico de arquitetos e engenheiros, capazes de equacionar arquiteturas ímpares. Traz à consciência uma proposta de habitação popular de Affonso Reidy, Carmen Portinho e equipe que acreditavam em várias formalizações para seus ideais.

As divisões internas das habitações serão um dos pontos de união dos projetos. Os apartamentos duplex estarão presentes em todos os conjuntos, defendidos

68 Tendo os conjuntos da Gávea e Pedregulho levado mais de uma década para ficar prontos, recebendo por isso muitas críticas, Carmen Portinho articulou o discurso segundo o qual as obras foram feitas para chamar a atenção do mundo e para o problema, e não eram reproduzíveis pela cidade.

69 Anais do Conselho Central da Fundação da Casa Popular. 197ª e 198ª sessão, março 1953; MANOEL, 1999.



por dois argumentos básicos: o econômico e o social. O econômico era que o duplex reduzia o número de corredores à metade, limitava as paradas do elevador, diminuía os pés-direitos dos apartamentos nos andares superiores, possibilitava maior racionalização das canalizações, porque o banheiro ficava em cima da cozinha, e reduzia, enfim, o custo da obra. O argumento social era que as funções da casa ficavam definitivamente separadas pelos dois níveis. No nível superior, os quartos, ambientes de dormir, privativos, e, em baixo, os setores mais socializáveis, como cozinha e sala. O ambiente da cozinha não se configurava como de serviço, pois era a primeira peça da casa, cujas janelas se voltavam para o grande corredor/galeria de acesso aos apartamentos. Um dos maiores problemas detectados pelas assistentes sociais nos estudos sobre barracos e cortiços feitos era a promiscuidade dos cômodos. Não havia separação, ou, esta se havia, era muito tênue, entre os espaços de dormir, comer e estar, o que gerava graves problemas de desajustamento moral e social. Um dos pontos por restabelecer por meio da construção de casas modernas e higiênicas era a "harmonia" familiar, para que pais e filhos tivessem lugares e funções específicos no interior de suas casas.

Outro ponto frisado por Carmen Portinho foi que os apartamentos construídos pelo DHP seriam distribuídos conforme o tamanho de cada família e não segundo seu poder aquisitivo.<sup>70</sup> Famílias maiores receberiam apartamentos maiores, para que os pais dormissem em quarto separado do dos filhos e estes dormissem separados entre si pelo sexo. A configuração de apartamento duplex assegurava formalmente e inflexivelmente a separação das funções, primeira garantia das mudanças de hábito pretendidas. Em 1955, a matéria "A dona de casa é a pessoa mais importante nos planos dos arquitetos", na Tribuna da Imprensa, traz a seguinte afirmação:

*Carmen Portinho acha que os apartamentos duplex não constituem luxo. Eles são uma necessidade social. Resguardam a intimidade da família. Nesses apartamentos os dormitórios ficam na parte de cima enquanto a sala de visitas fica na parte de baixo. As visitas não têm assim oportunidade de penetrar na vida íntima da família, o que no campo da assistência social é considerado de grande importância.<sup>71</sup>*

Comparando os quatro conjuntos do DHP, não se pode deixar de observar como conceitualmente eles se equivalem. É possível identificar uma matriz, que produziu diversos desdobramentos arquitetônicos e urbanísticos. Isso porque no DHP as soluções, embora comungassem do ideal de racionalização da arquitetura, nasciam do lugar e para o lugar. Havia uma interdependência de conceito e espacialização, pois ambos passavam pelos ideais do movimento moderno, mas pode-se dizer que havia uma fórmula conceitual, e não uma fórmula física.

70 JEAN, 8.4.1951.

71 TRIBUNA DA IMPRENSA, 11.5.1955.

#### 4.4 As casas unifamiliares isoladas no lote

Um dos importantes programas do Departamento de Habitação Popular foi o licenciamento e fornecimento de projetos de casas unifamiliares nos subúrbios da cidade. Esse serviço era fornecido pela PDF desde 1937, por meio do Serviço de Construções Proletárias, transformado em Departamento em 1942. Os projetos eram regulamentados pelo Decreto nº 6.000, de 1937, depois ratificado pelo Decreto nº 7.363, de 1942, e parte fundamental da gestão da Prefeitura nos subúrbios em expansão, nas zonas residenciais chamadas ZR3 e ZA. Carmen Portinho, ao assumir a direção do DHP, em 17.2.1948, manteve o fornecimento gratuito de projetos, mudando, entretanto, o padrão. Ela seguia contrária à idéia de que casas unifamiliares soltas no tecido urbano poderiam ser tidas como um programa habitacional, preferindo dedicar-se exclusivamente aos conjuntos residenciais, embora nunca tenha podido interromper o fornecimento de projetos e licenças ou passá-lo para a responsabilidade do Departamento de Edificações da PDF, como tentou em algumas administrações.

*(...)existindo na Prefeitura o Departamento de Edificações, encarregado exclusivamente do licenciamento de construções não se justifica não fiquem a seu cargo também as construções chamadas proletárias.*

*Nos dias de hoje, em que o terreno em nossa cidade é valorizadíssimo torna-se impraticável a construção de moradias individuais para grande parte da população. Só a habitação em altura poderá resolver o problema.<sup>72</sup>*

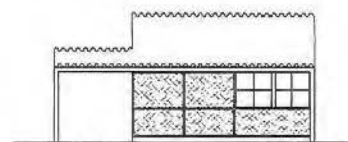
Entre março e maio de 1948, são retirados de cena oficial os antigos projetos e aprovados outros, com a imagem do "novo" DHP.<sup>73</sup> Os modelos revogados foram:

- Tipo A – soluções I, II, III, IV, V e VI;
- Tipo B – soluções I, II, III, IV, V, VI, VII, X, XI, XII;
- Tipo C – soluções I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI;
- Tipo D – soluções I, VII e VIII;
- Tipo E – solução I.

O número de modelos reduz-se significativamente, ficando apenas três tipos, com um, dois e três quartos:<sup>74</sup>

- Tipo A solução 1;
- Tipo B soluções 1 e 2;
- Tipo C soluções 1 e 2.

Há registro, ainda, de novos Tipos A solução 2, Tipo B soluções 3, 4, 5 e 6, Tipo C soluções 3 e 4, Tipo D solução e Tipo E solução 1, aprovados posteriormente como complementos aos modelos iniciais .

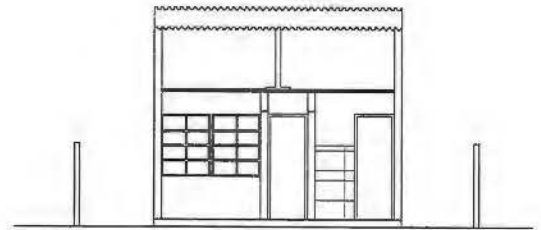
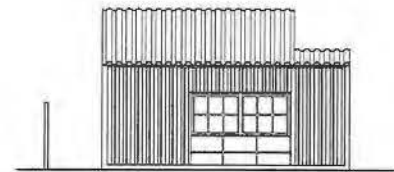
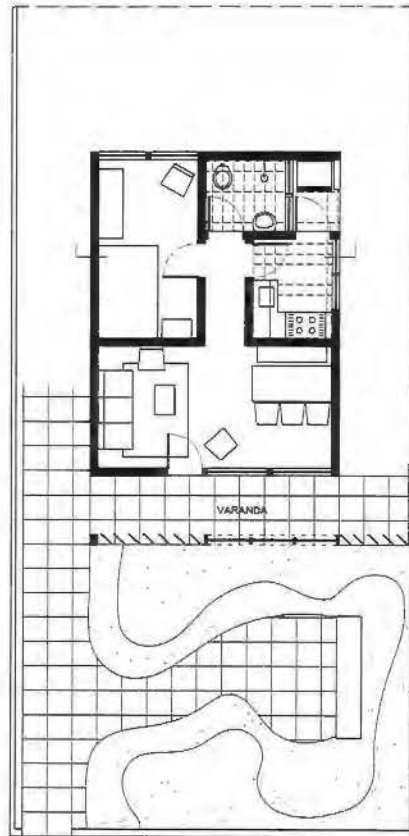


Tipo B solução 2: fachada (AGSMU-PCRJ, redesenhado 2004)

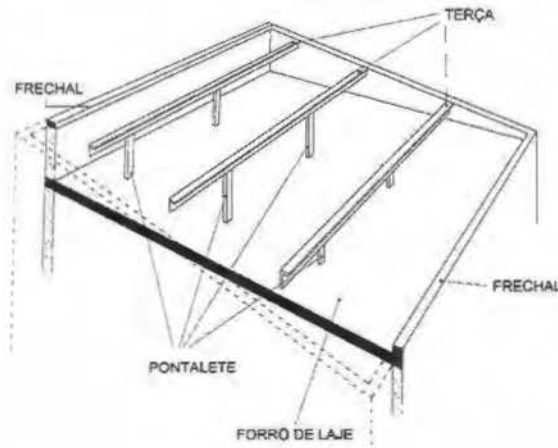
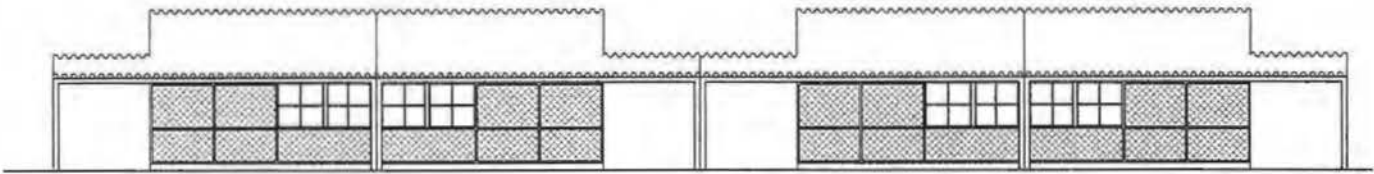
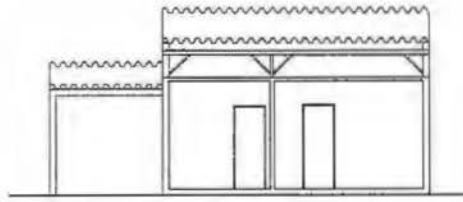
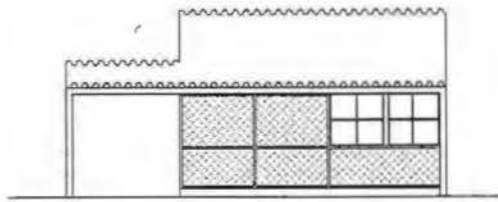
72 TRIBUNA DA IMPRENSA, 2.6.1952.

73 D.O. PDF 1.3.1948; 1.4.1948; 7.4.1948; 21.5.1948.

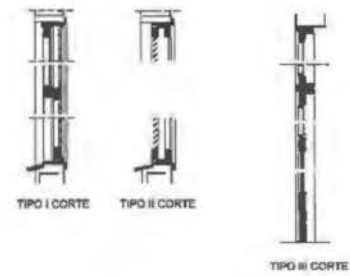
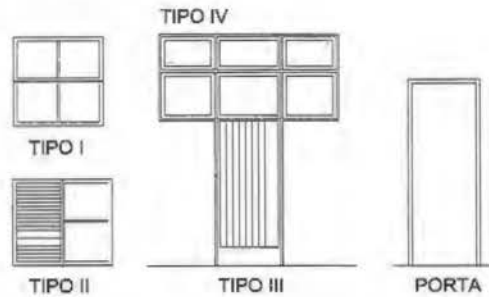
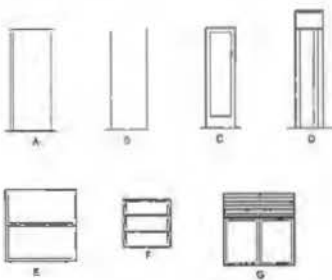
74 REVISTA MUNICIPAL DE ENGENHARIA, abr./jun. 1948:56-67.

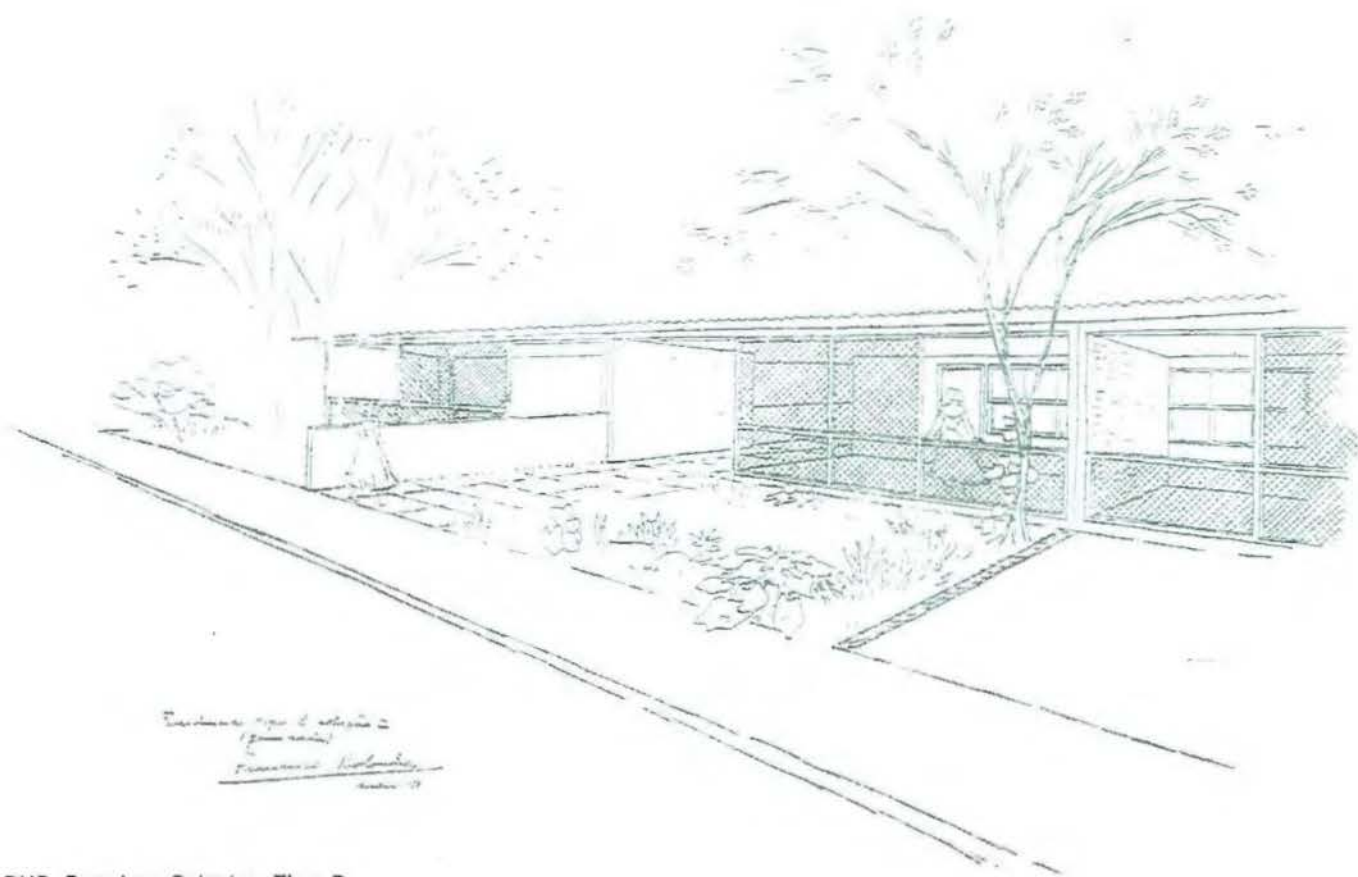


DHP, Francisco Bolonha: Tipo A  
solução 1, planta, fachada e secção  
transversal, 1948 (AGSMU-PCRJ,  
redesenhado 2004)

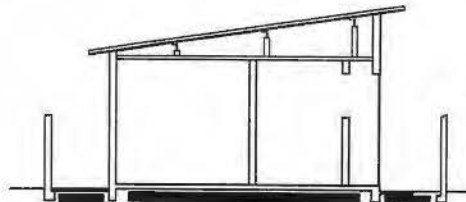
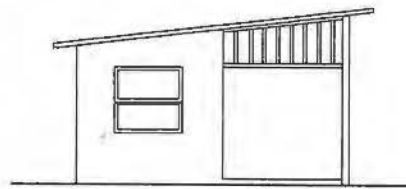
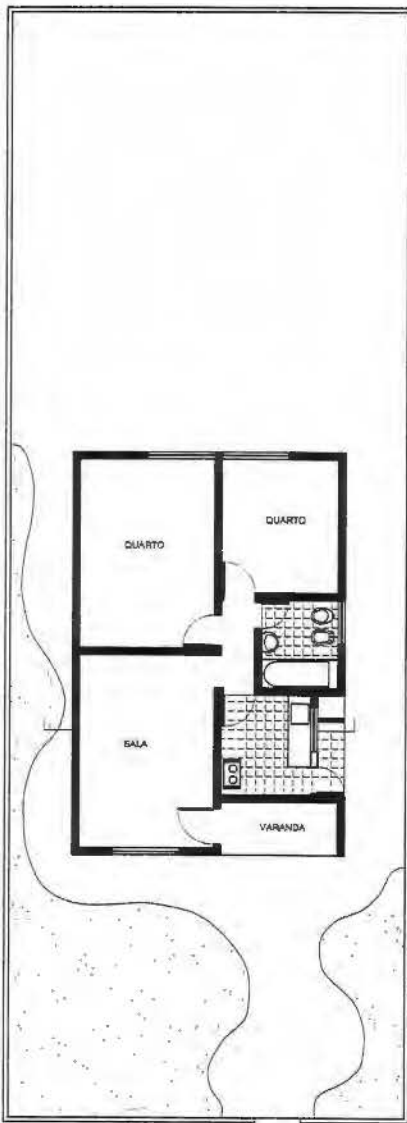


DHP, Francisco Bolonha: Tipo B solução 2, planta, fachada, seção transversal e casas geminadas, 1948. Perspectiva do telhado, detalhes das esquadrias (AGSMU-PCRJ, redesenhado 2004)

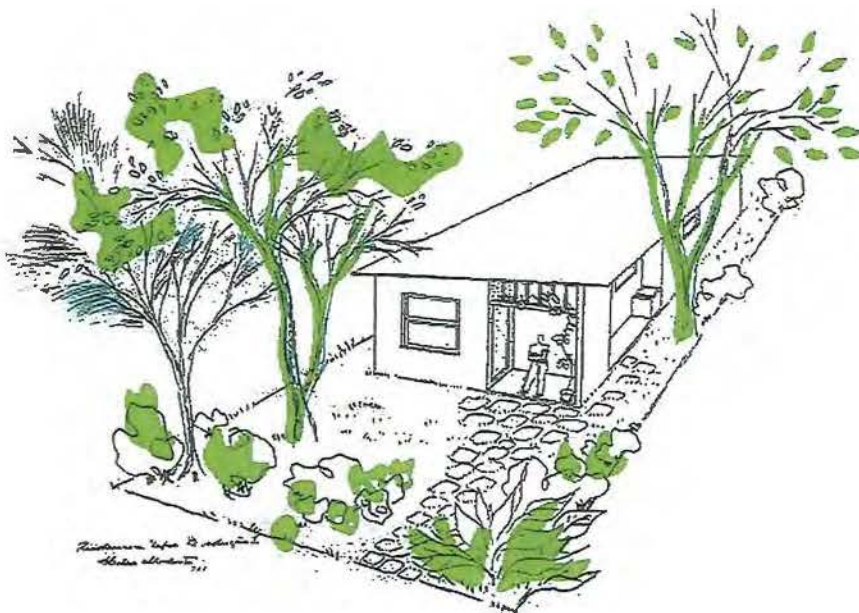




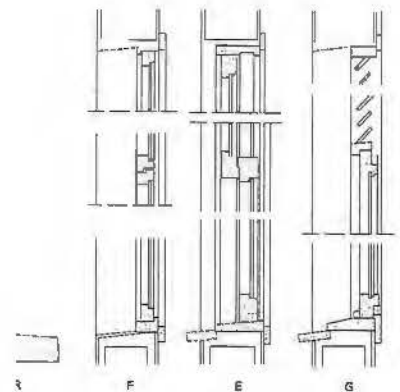
DHP, Francisco Bolonha: Tipo B  
solução 2, perspectiva (REVISTA  
MUNICIPAL DE ENGENHARIA, abr./  
jun. 1948:62)



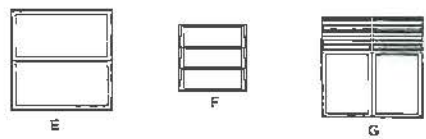
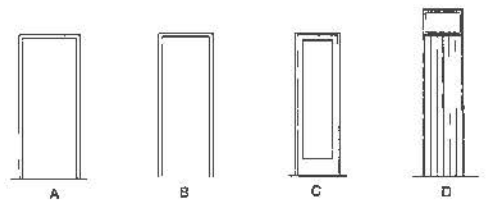
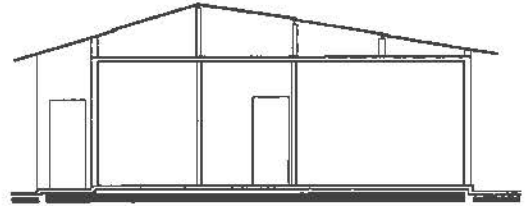
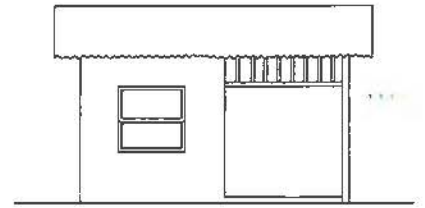
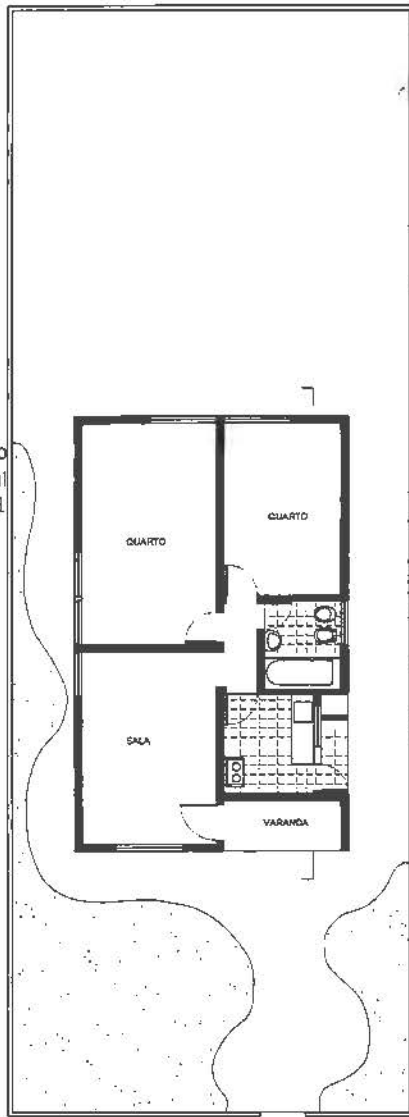
DHP, Hélio Modesto: Tipo B solução 1, planta, fachada e secção transversal, 1948. Abaixo: detalhes das esquadrias e rodapés (AGSMU-PCRJ, redesenhado 2004)

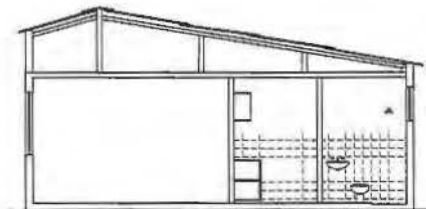
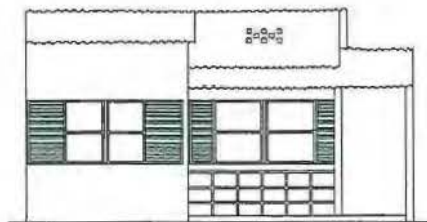


DHP, Hélio Modesto: Tipo B solução 1, perspectiva (REVISTA MUNICIPAL DE ENGENHARIA, abr./jun. 1948:60)

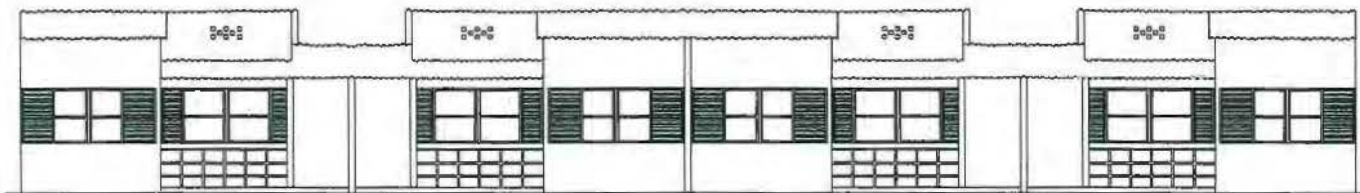


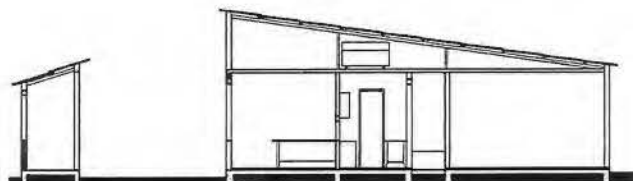
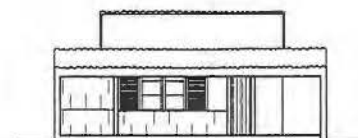
DHP, Lygia Fernandes: Tipo B solução 5, planta, fachada, secção transversal e detalhes das esquadrias, 1951 (AGSMU-PCRJ, redesenhado 2004)



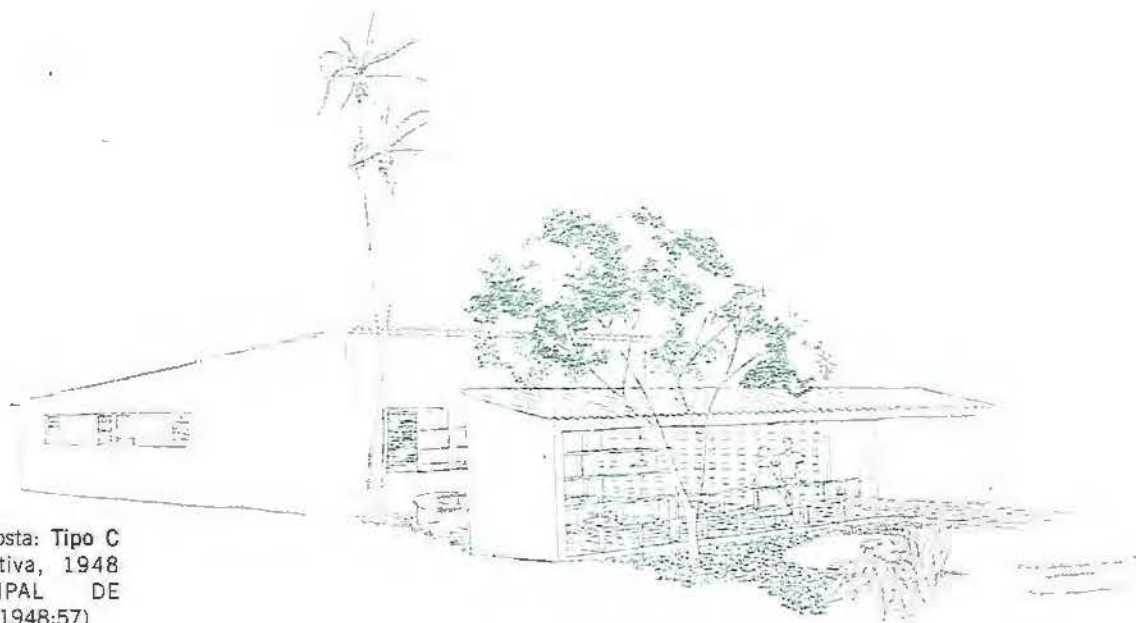


DHP, Hugo Cunha: Tipo B solução 6, planta, fachada, secção transversal e casas geminadas, 1951 (AGSMU-PCRJ, redesenhado 2004)

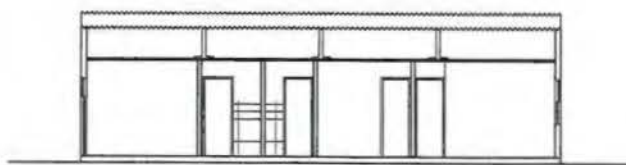
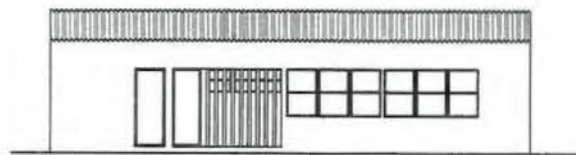
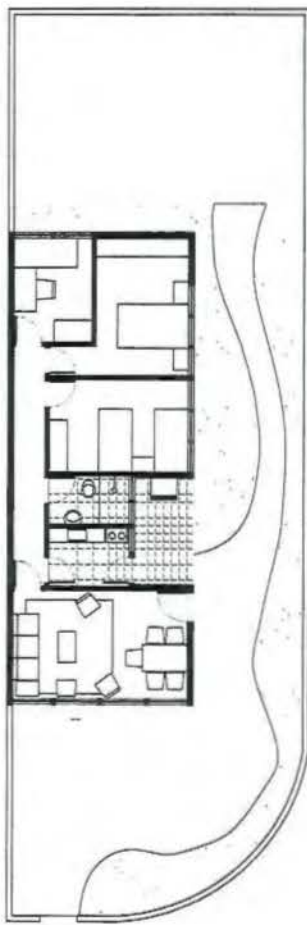




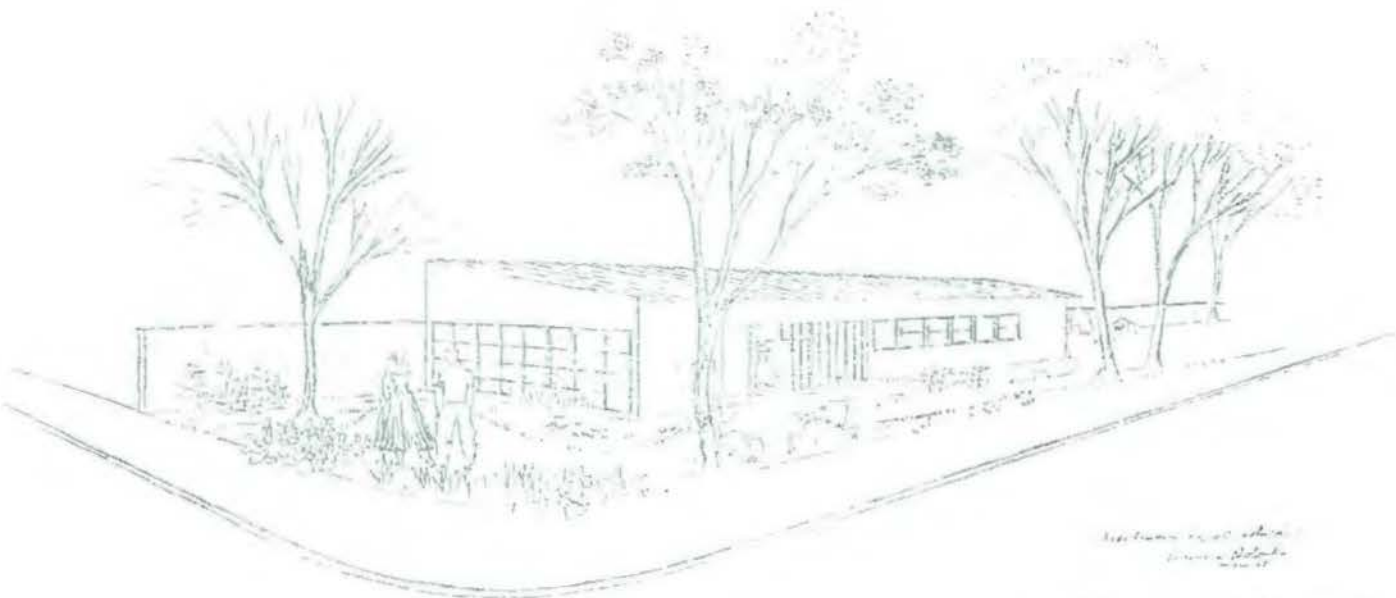
DHP, José Oswaldo Costa: Tipo C solução 1, planta, fachada, secção transversal e casas geminadas, 1948 (REVISTA MUNICIPAL DE ENGENHARIA, abr./jun. 1948:58)



DHP, José Oswaldo Costa: Tipo C solução 1, perspectiva, 1948 (REVISTA MUNICIPAL DE ENGENHARIA, abr./jun. 1948:57)



DHP, Francisco Bolonha: Tipo C  
solução 2, planta, fachada, secção  
transversal, 1948 (REVISTA  
MUNICIPAL DE ENGENHARIA, abr./  
jun. 1948:66-67)



DHP, Francisco Bolonha: Tipo C  
solução 2, perspectiva, 1948  
(REVISTA MUNICIPAL DE  
ENGENHARIA, abr./jun. 1948:66)

A mesma legislação que regerá a construção de casas proletárias, seja no "antigo" modelo do DCP, seja naquele que o suplantou no DHP, produzirá arquiteturas muito distintas. Essa política habitacional estará lançada muito antes da chegada de Carmen Portinho ao DHP, e, mesmo continuando com ela, obterá resultados significativamente diversos. A legislação, como se viu no Capítulo 2, previa habitações proletárias de até 70m<sup>2</sup>, caso de um pavimento, e 60m<sup>2</sup> por pavimento, quando de dois andares, excluindo-se a varanda, se voltada para o logradouro, cobertura de tanque e garagem. Salas e quartos deveriam ser revestidos de madeira ou equivalente, com pé-direito mínimo de 2,60m; cozinha e banheiro revestidos no piso de ladrilho ou cimento no piso, nas paredes, até meia altura, de azulejo ou cimento liso, com pé-direito de 2,00m.

A arquitetura das casas, no que se refere a seus elementos compositivos, é o primeiro aspecto. Nos projetos de 1948, desaparecem as "adições decorativas", associadas ao neocolonial ou ao missões, tais como apliques de estuque, pórticos de entrada arqueados, pedras, aplicadas como embasamento ou formando desenhos de colunas e bancos, floreiras, platibandas, formando frontões, esquadrias em arco e colunas pseudo-salomônicas. Aparecem, no seu lugar, por exemplo, esquadrias padronizadas e organizadas, com grandes divisões de vidro e venezianas. Os telhados de duas ou quatro águas, com telhas de barro, são substituídos por fibrocimento com única grande queda, conhecidas por meia-água.<sup>75</sup>

A racionalização e maior organização dos tipos é preocupação evidente em todos os projetos aprovados em 1948, sem que, no entanto, deixem de aparecer elementos ligados à gramática da arquitetura moderna no Brasil, tais como grandes panos de treliça de madeira, de diferentes desenhos, entremeados com janelas, brises verticais ou cobogós.

Característica distintiva dos projetos posteriores a 1948 é a preocupação dos arquitetos de integrar a casa no terreno, criando espaços intermediários entre o jardim, ou quintal, e os ambientes internos. A varanda, em alguns casos, aumenta em tamanho, tornando-se espaço de estar, deixando de ser do tipo "entalada", quando servia apenas de portal de entrada. Livra-se das paredes da casa e posta-se à frente da massa construída, delimitada ora somente pela cobertura, ora pela combinação de alguns dos planos verticais. Estes mudam de categoria, podendo ser vazados, o que muito contribui para a gradação espacial referida. As casas alastram-se pelo terreno, quer nas laterais, quer frontalmente, com delimitações de pisos, que vão da entrada do lote, passam pela casa (que de acordo com a legislação deveria ficar a seis metros da testada do lote) e seguem pelas laterais e fundos. Formam desenhos sinuosos que abraçam a casa ou encerram-se em recantos com bancos e vegetação.

Nos projetos de 1937 a 1945, a área não construída do terreno raramente aparece. De modo geral, as plantas não mostram o lote, são desenhadas como elementos autônomos, sem relação com seu entorno mais imediato e delimitador. A vegetação é

75 O Decreto nº 7.363, que regulamentava a construção das casas, proibia o uso de telhas metálicas, indicando telhas de barro ou outro material incombustível.

representada nas fachadas mais como um recurso de composição de desenho do que de projeto.

O Tipo E solução 1, “projeto para terrenos acidentados”, é interessante caso de interação com o lote, denotando a preocupação em disponibilizar uma solução para áreas de acíve, tão comuns no Rio de Janeiro. Mais peculiar é o fato de que a matriz desse tipo foi projetada como residência da diretora do DHP e Affonso E. Reidy, seu companheiro e autor do projeto. A casa ficou conhecida por “Residência de Jacarepaguá”, por localizar-se em bairro homônimo, incluído na ZR3, zona residencial passível de construção de casas populares. Valendo-se dessa condição, Carmen Portinho e Affonso Reidy elaboraram uma casa que pudesse ser aprovada como popular, recebendo, assim, os benefícios de uma licença praticamente gratuita (paga somente em “selos” à PDF) e os sacos de cimento de direito.<sup>76</sup> Num gesto de grande compromisso com a causa da habitação popular regulamentaram o projeto como “tipo oficial” do Departamento, aprovado pelo Prefeito e podendo ser fornecido gratuitamente à população. Nem sempre os projetos que passavam pelo DHP eram de tipos oficiais: muitos recorriam ao DHP para legalizarem projetos próprios e receberem a cota de sacos de cimento fornecida gratuitamente para a construção dessas casas. O casal poderia ter se restringido a licenciar o projeto no DHP, assim como tantos outros, mas foi além e prestou um serviço público inédito: quem quisesse construir nos subúrbios do Rio, em terreno acidentado, poderia ter, de graça, projeto de um dos maiores arquitetos brasileiros. Poderia ter, literalmente, uma “casa de revista”.<sup>77</sup>

Não foi possível comprovar se algum outro projeto desse tipo foi aprovado e construído. Segundo depoimento de Francisco Bolonha, os projetos de casas modernas ficavam à disposição, sem que ninguém se interessasse por eles. Embora não tenha sido encontrado nenhum licenciamento para esse Tipo E solução 1, para outros “tipos oficiais” foi possível localizar diversos processos, o que relativiza a afirmação de Bolonha.

O projeto aprovado como tipo oficial tem área pouco menor do que a construída por Carmen e divulgada como sua casa. Parte da sala era dividida em varanda, ficando fora da metragem da casa durante a construção, incorporando-se posteriormente no espaço interno da residência. De acordo com a legislação, varandas voltadas para o logradouro ficavam fora da área construída, e, embora o acesso à casa seja feito pela Rua Timbuassu o endereço do processo na PDF é Estrada do Guanumby, para onde se voltam a grande varanda e a sala de estar.

Outro artifício de projeto foi o quarto de empregada: uma vez que residências populares não poderiam ter dependências, esse cômodo da casa foi denominado quarto. A grande varanda, construída sob a casa, que servia para festas ou tarefas domésticas, não consta do projeto, já que aumentaria muito a área total construída. Outros detalhes foram suprimidos ou transformados, como uma das janelas do escritório, eliminada a

76 NOBRE, 1999:63-67.

77 O projeto da “Residência de Jacarepaguá” foi publicado por FERRAZ, abr. 1956; ARQUITETURA E ENGENHARIA, mai./jun. 1954; MINDLIN, 1999:76-77.

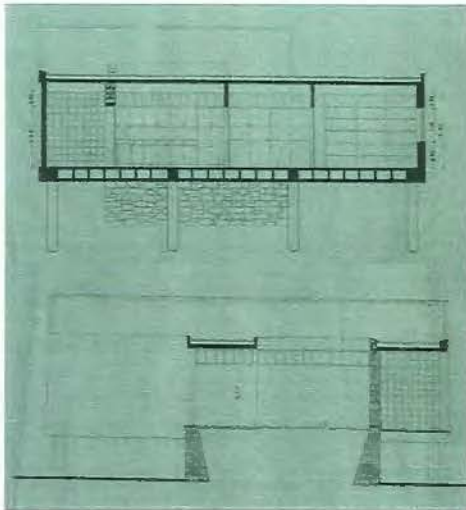
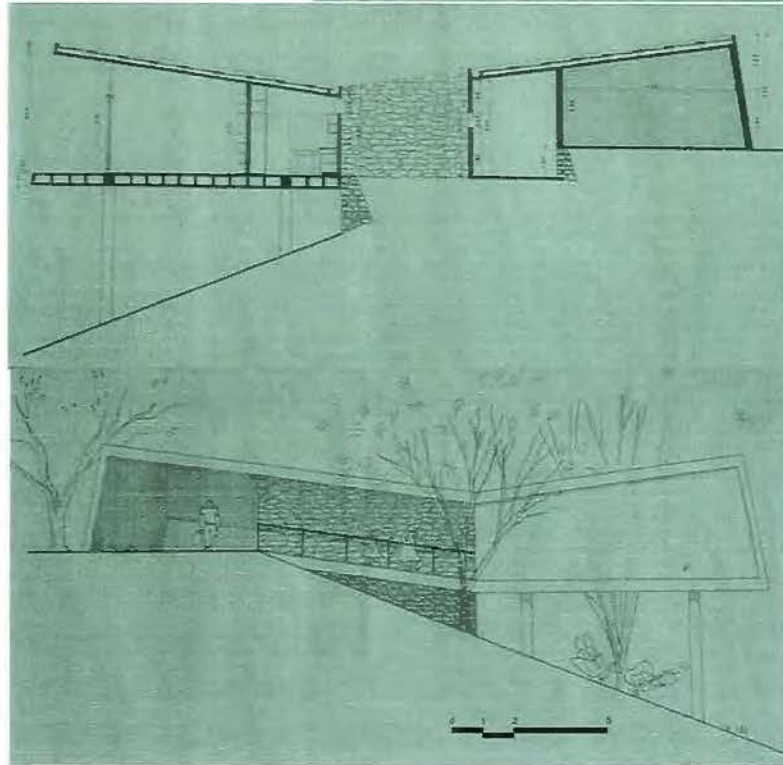
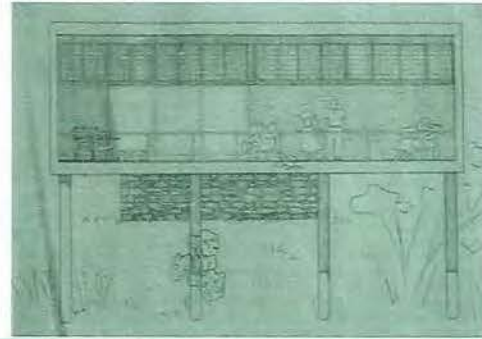
pequena rouparia e louçaria, transformada em *hall* íntimo<sup>78</sup>, e o acesso à cozinha, feito também pelo *hall* de entrada. A humanização da casa é digna de nota: no projeto publicado da residência do casal os móveis foram desenhados dos próprios, o que é reconhecível nas fotografias da época, ao passo que no projeto-tipo o mobiliário é, como não poderia deixar de ser, significativamente mais modesto.

Se o Tipo E solução 1, base da “Residência de Jacarepaguá”, era quase uma casa de exceção, só podendo ser construído isoladamente e em terrenos acidentados, havia em outros projetos-tipo do DHP a preocupação com a multiplicação e reprodução em série dos modelos. Nos Tipos C solução 1 e B soluções 2 e 6 era viável construir uma casa ou conjugar diversas delas em fileiras, criando visualmente um conjunto residencial. Embora as casas proletárias licenciadas pelo DHP e pelo DCP fossem previstas para autoconstrução de seus proprietários, sem a intermediação de firmas construtoras (o que aconteceu, sobretudo, após a Lei do Inquilinato de 1942),<sup>78</sup> algumas eram construídas por empreiteiros, que faziam loteamentos inteiros para depois sublocar ou vender os imóveis.

Passando aos espaços internos das casas, eram igualmente significativas as diferenças entre os modelos “novos” e “antigos”. A cozinha e a área de serviço, adjacente à primeira, representavam evidente mudança. Nos modelos do Departamento de Construções Proletárias, o “setor de serviço” era colocado nos fundos da casa voltado para o quintal posterior do terreno. Nos antigos Tipo C soluções IV e XI e Tipo B solução II, por exemplo, ele era quase um órgão independente, apenas justaposto às paredes da casa. A setorização mais comum das casas era o acesso por um pórtico ou pequena varanda, conectado à sala de estar, os quartos voltados para a sala ou para um apenas esboçado corredor, seguidos de banheiro, e finalmente a cozinha e a área de serviço. Esta, um espaço semi-aberto, com um tanque para lavagem de roupas. Há projetos em que a divisão por setores é mais nítida, como no Tipo B solução 3 e Tipo C solução 9: janelas dos quartos voltadas para a frente e abertas para a sala, esta um cômodo maior na largura da casa, separando o banheiro e a cozinha do setor íntimo. Em nenhum dos casos cujos projetos foram localizados o corredor é definido como parte autônoma e nominável da casa. De modo geral ele é delineado sutilmente, surgindo da necessidade de vitar que o banheiro ou a cozinha abrissem diretamente para a sala, recurso nunca utilizado nos quartos. Comumente, eles voltam-se diretamente para a área social, evidenciando a fluida organização dos setores da casa.

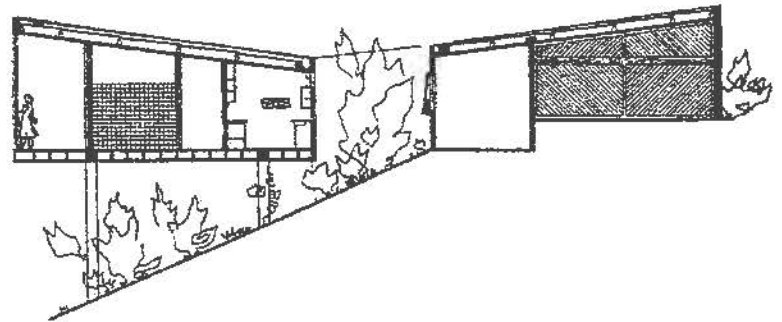
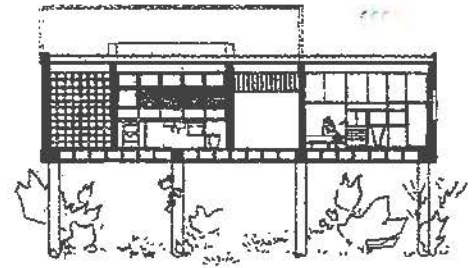
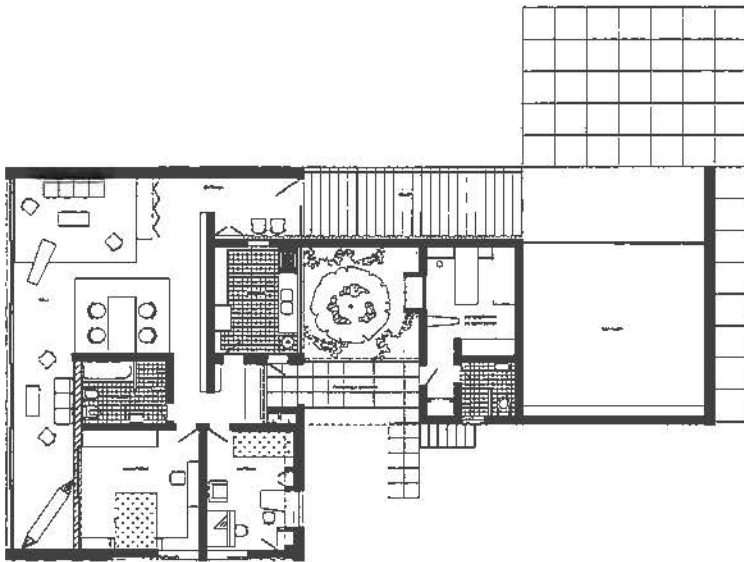
Nos projetos do DHP a divisão espacial em usos será mais evidente. No Tipo A solução 1 e Tipo B solução 2, ambos projetos de Francisco Bolonha, o corredor, chamado de “passagem”, é peça central, para a qual se voltam os demais cômodos, configurando uma divisão clara dos setores e evitando a promiscuidade das funções. Outro ponto fundamental é a localização da cozinha. Ela ganha local mais “nobre” na organização: sai dos fundos para o centro da composição, ligando-se à sala por um passa-

78 Ver BONDUKI, 1998.



DHP, Afonso Reidy: Tipo E solução 1 legalizada, planta, fachadas, secções transversais e longitudinal, 1950 (Núcleo de Pesquisa e Documentação MAM-Rio, redesenhado 2003)

Tipo E solução 1 legalizada, maquete e processo de legalização no DHP (APCP)



DHR, Afonso Reidy: Tipo E solução 1 construída (Residência Carmen Portinho), planta, seção transversal e longitudinal (BONDUKI, 2000:146; planta redesenhada 2003)

Tipo E solução 1 construída (Residência Carmen Portinho), varanda incorporada à sala (APCP)



pratos, advento nas casas brasileiras. Como tais casas eram destinadas aos proletários, é fácil presumir que esses não contavam com ajuda doméstica. Portanto, a dona de casa, que também era trabalhadora, necessitava de espaços que lhe facilitassem as tarefas cotidianas.

O tema da existência mínima foi estudado nos Congressos do CIAM e referia-se à casa como um todo. No entanto, a cozinha será uma das peças mais estudadas e transformadas. Era objetivo dinamizar as várias etapas de preparação dos alimentos e possibilitar novas formas de estocagem, ou seja, profissionalizar a esfera doméstica e tomar de empréstimo as técnicas fordistas de produção. Nas realizações habitacionais de Ernest May, em Frankfurt, os estudos da vida doméstica e, conseqüentemente, da cozinha receberam atenção especial. Todos os aspectos foram minuciosamente estudados e produziram-se diversos projetos de cozinhas, dentre os quais o mais famoso foi o de Grete Schütte-Lihotzky, tido como a "Cozinha de Frankfurt". Grete havia trabalhado, nos anos 20 com Adolf Loos, no Departamento de Habitação de Viena, projetando habitação e facilidades domésticas, tendo publicado um artigo sobre uma cozinha modular de concreto. Em 1925, é convidada por May a integrar sua equipe, na qual permaneceria como única mulher. Na "Cozinha de Frankfurt", que na verdade teve diversas versões, os equipamentos e mobiliários eram extensões das mãos da dona de casa, com material de fácil limpeza e manutenção, tirando partido das novas tecnologias, e colocados cientificamente nos seus 6,54m<sup>2</sup>.<sup>79</sup>

Nas casas unifamiliares isoladas, do DHP, as cozinhas terão destaque pela sua localização no espaço da casa e pela sua integração com a área social (do tipo "cozinha americana"). Como mostraram Marina Maluf e Maria Lucia Mott,<sup>80</sup> embora já se divulgassem desde o começo do século imagens de cozinhas modernamente aparelhadas, a realidade das mesmas eram locais sujos, quentes, mal cheirosos, esfumaçados e engordurados, mais voltados para o quintal do que para o interior, tal como transparece nos projetos do Departamento de Construções Proletárias. Nos projetos de Francisco Bolonha, Hélio Modesto, Lygia Fernandes, José Oswaldo Costa e Affonso Reidy fornecidos gratuitamente à população, são desenhadas cozinhas com fogão a gás, armários suspensos e pias com balcões de apoio, algumas vezes ligados diretamente à mesa de refeições pela abertura. Os "antigos" projetos não eram humanizados, o que de um lado impede suposições, mas, de outro, evidencia a não importância da organização da casa, seu funcionamento e melhor aproveitamento, como no caso dos projetos pós-1948.

Importante diferencial da equipe do DHP será o cuidado com o detalhamento dos elementos da casa. Os diferentes tipos de janelas e portas, bem como rodapés e alizares, serão desenhados separadamente e detalhados nas escalas de 1/20 e 1/5. O telhado, de tecnologia nova, será desenhado em perspectiva separada e descritos seus elementos. A legislação exigia que se apresentasse o projeto da casa em plantas na escala



Grete Schütte-Lihotzky: Cozinha de Frankfurt (WESTON, 2001:127)

79 HENDERSON, 1996.

80 MALUF & MOTT, 1998.

de 1/100, fachadas e cortes em 1/50 e situação em 1/500, sem exigência de detalhamentos ou humanizações. Ir além dessa exigência legal, desenhar móveis e cortinas, que serviam de separação entre cômodos e como fechamento de armários embutidos, e detalhar todos os elementos construídos da casa revelam a preocupação com a execução de um plano global de casa, em que os diferentes graus de composição tivessem sido contemplados projetualmente.

Segundo depoimento de Lygia Fernandes,<sup>81</sup> esses projetos eram adaptados muitas vezes, de acordo com o pedido do proprietário. O DHP fornecia uma consultoria, indicando as soluções e revendo os projetos, servindo como órgão licenciador dos projetos populares. Será esta uma faceta importante da política de legalizações: nem todos os processos registrados no DHP referiam-se a projetos-tipo fornecidos gratuitamente. O número mais exato das legalizações, em relação aos tipos oficiais, não foi possível precisar, já que milhares de processos passaram pelo Departamento. Em casos raros os processos publicados no Diário Oficial vêm acompanhados do tipo, seja “projeto apresentado”, seja “tipo oficial”, não sendo do alcance desta pesquisa a verificação *in loco* dos quase 30.000 projetos que deram entrada ao pedido de alvará entre 1946 e 1960.

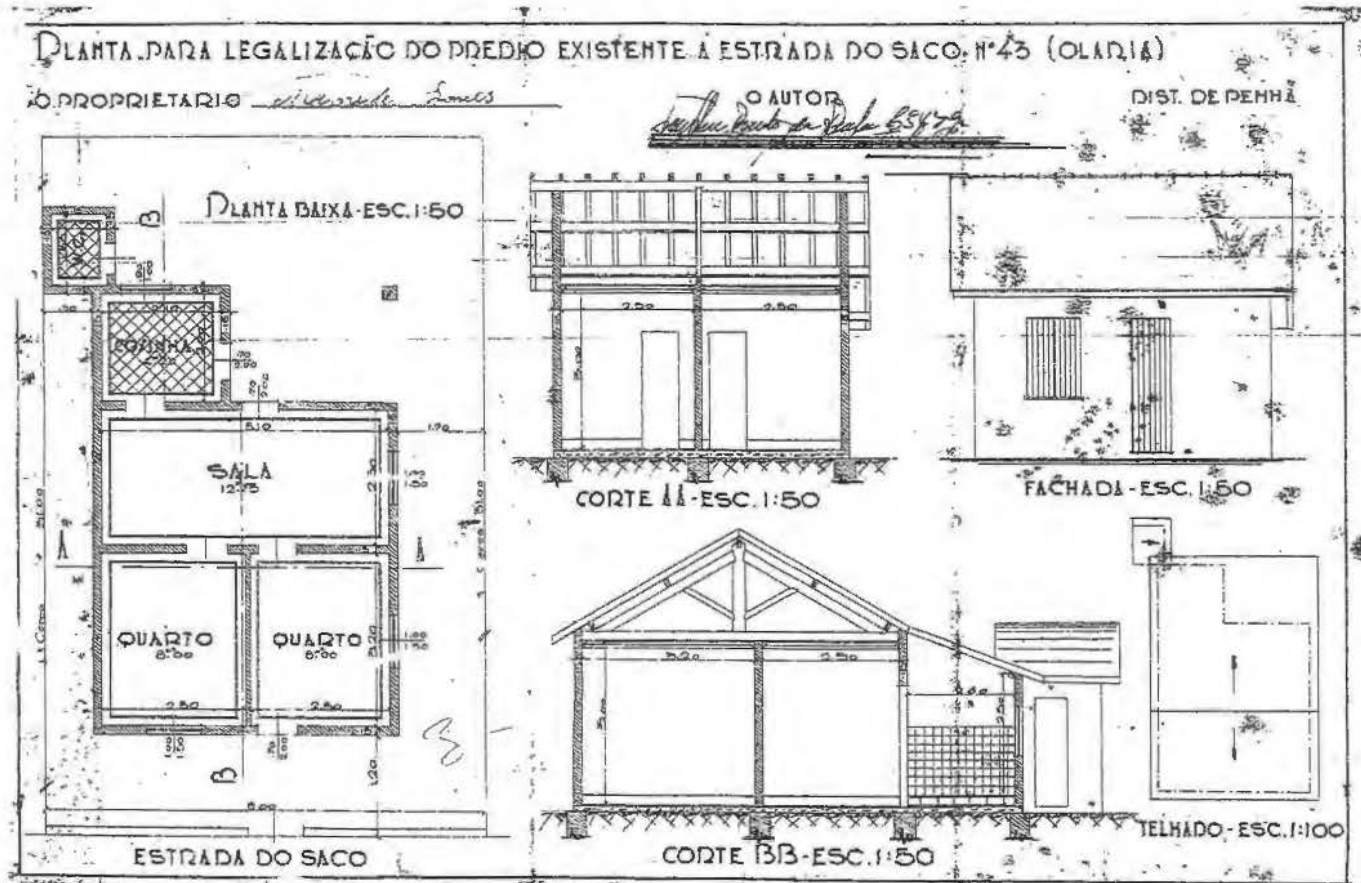
Apenas como ilustração do trabalho do DHP, apresentam-se duas tabelas, publicadas excepcionalmente no Diário Oficial, referentes aos meses de março de 1955 e julho 1956.

DHP RELATÓRIO ESTATÍSTICO		
	MARÇO 1955	JULHO 1956
Licenças concedidas	86	100
Prorrogações pagas	226	0
Exigências	80	236
Habite-se definitivo	60	19
Habite-se provisório	0	0
Plantas de situação	86	160
Cópias heliográficas	430	0
Desistências	0	0
Indeferimentos	14	19
Deferimentos	22	7
Legalizações	2	2
Acréscimos	8	10
Modificações sem acréscimo	12	6
Projetos apresentados	50	45
Tipos oficiais	14	37
Aceitação de obras	1	2

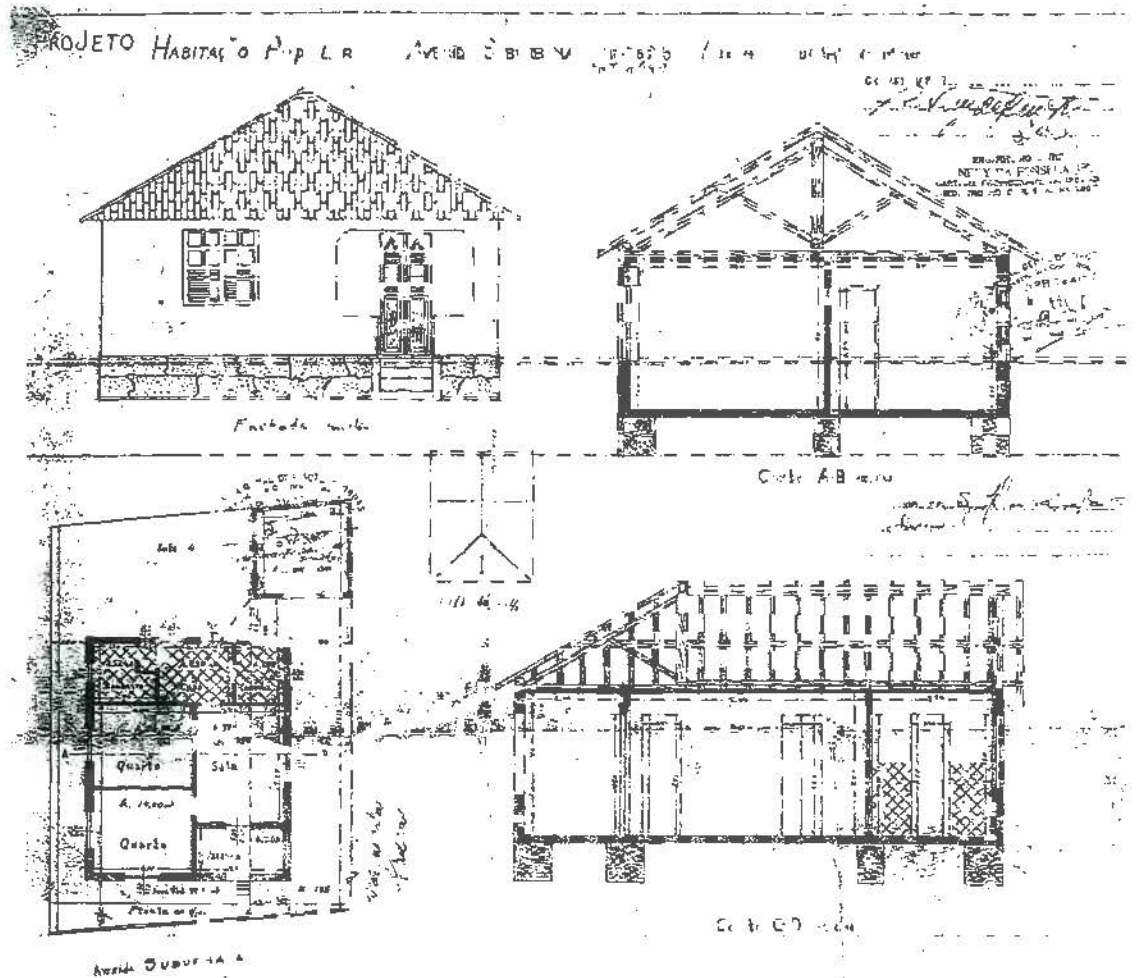
Tabela 6: D.O. PDF, 15.4.1955, D.O. PDF, 24.7.1956

Essas tabelas, de dois meses de trabalho, mostram quanto é difícil estabelecer um padrão para os processos no DHP. De habite-se definitivos, por exemplo, em março de 1955 foram 60 e em julho de 1956 apenas 19. Há grande oscilação no número de processos devido a fatores que hoje, com as fontes disponíveis, se podem apenas supor.

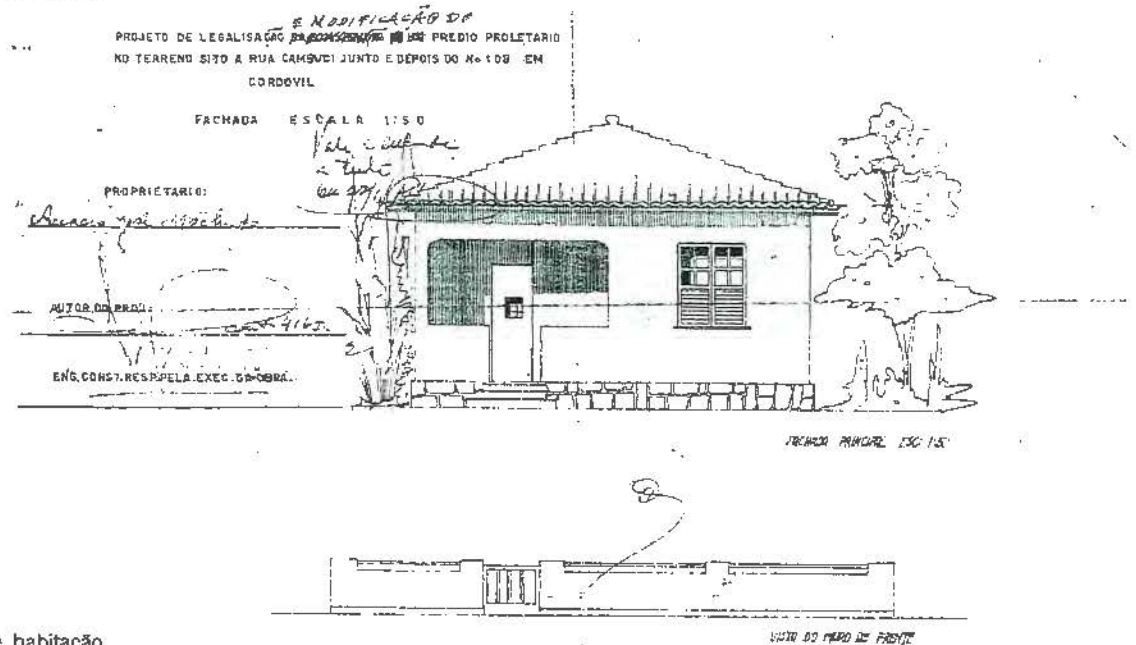
81 Depoimento de Lygia Fernandes à autora, em 29.9.2001.



Projeto de legalização de habitação popular apresentado ao DHP, sem tipo oficial, no bairro de Olaria (AGSMU-PCRJ)



Projeto de legalização de habitação popular apresentado ao DHP, sem tipo oficial, no bairro do Méier (AGSMU-PCRJ)



Projeto de legalização de habitação popular apresentado ao DHP, sem tipo oficial, no bairro do Cordovil (AGSMU-PCRJ)

Quanto ao número total de casas, foi possível calcular o número total de alvarás concedidos pelo DHP entre 1946 e 1960: 29.031, o que não significa que corresponda ao número de casas construídas. Concedido, o alvará de obra podia ser prorrogado anualmente, não havendo limite de vezes para que isso acontecesse. Era comum que decorresse muito tempo até a obtenção do habite-se. Prova disso são projetos ainda do modelo antigo, suplantado em 1948, em meados da década de 50. Iniciado o processo, muitos eram os percalços burocráticos até sua finalização. Estimar o número de processos que passavam pelo Departamento é tarefa complexa: o número que está mais livre de superposições é o de alvarás concedidos, já que a obra recebia, ao menos em teoria, apenas um alvará que se prorrogava até o encerramento do processo com o habite-se definitivo.

Nesses números estão mesclados os projetos de casas unifamiliares, com tipo oficial ou com projeto fornecido pelo proprietário e conjuntos residenciais de autarquias paraestatais ou de conjuntos residenciais de particulares que licenciavam os projetos no DHP.

O número de alvarás concedidos, grosso modo, oscilou significativamente ao longo do período estudado. Novamente, a maior atividade se deu entre 1952 e 1955, chegando a quase 3.000 ao ano. A década de 50 é marcada pelo crescimento industrial e pela expansão irrevogável da cidade. As zonas suburbana e rural verificam um crescimento de, em média 80%, e as cidades metropolitanas de Nova Iguaçu, São João de Meriti e Duque de Caxias de mais de 100%.<sup>82</sup>

O habite-se tinha caráter provisório, antes de terminada a construção, desde que estivessem “construídos e em condições de serem habitados e utilizados, pelo menos, um compartimento principal, a cozinha e o gabinete sanitário, com os respectivos aparelhos, instalações d’água e de banho com as convenientes ligações ao esgoto ou à fossa”, devendo o habite-se definitivo ser dado quando a obra estivesse concluída.<sup>83</sup> Muitos projetos caíam recorrentemente em exigências e dependia do fiscal do DHP a sua flexibilização, como relata o arquiteto Marcos Konder Neto,<sup>84</sup> que exerceu essa função na década de 50. As exigências àqueles que construíam casas proletárias, por exemplo, eram:

*Abasteça o prédio de água e modifique a posição da porta do W.C., colocando-a de acordo com o projeto apresentado.<sup>85</sup>*

*Corrija a planta de situação de acordo com a planta baixa e afaste a varanda da divisa 1,50.<sup>86</sup>*

*Elimine a ligação do banheiro e W.C. com a cozinha e ligue a sala com o quarto da frente.<sup>87</sup>*

Ter o habite-se, portanto, mesmo que definitivo, não significava que o projeto tivesse sido concluído conforme o projeto. E, mais, obter o alvará, não significava, necessariamente, que o projeto um dia chegaria a receber habite-se, já que este programa

82 ABREU, 1987:119.

83 Artigo 25 do Decreto nº 7.363, de 25.9.1942.

84 Depoimento à autora em 26.10.2001.

85 D.O. PDF, 7.6.1946:3.665.

86 D.O. PDF, 31.12.1947:7.901.

87 D.O. PDF, 22.3.1949:2.004.

do DHP foi extinto em 1960, quando corriam muitos processos de casas isoladas. Os dados coletados e organizados na tabela a seguir mostram o que se passou no Departamento de Habitação Popular entre abril de 1946 e dezembro de 1960, no que se refere às casas unifamiliares e ao licenciamento e regularização de projetos habitacionais populares particulares ou de autarquias, como os IAPs.

DHP Departamento de Habitação Popular PROCESSOS DE LICENCIAMENTO DE CASAS POPULARES 1946-1960																
	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	TOTAL
Prorrogação	1 194	2 805	3 194	3 649	3 648	5 348	6 440	6 073	4 497	7 089	4 539	1 196	2 435	1 262	262	33 801
Passa-se à vara	1 284	1 663	1 649	2 228	1 746	2 372	2 999	2 774	2 900	2 886	2 152	1 336	1 455	777	911	28 871
Defendo	88	65	93	29	50	75	68	45	58	80	54	61	54	28	42	411
Indeferido	28	65	66	97	55	45	118	254	445	281	242	174	145	259	155	2 411
Habite-se	665	703	765	856	501	621	854	743	754	746	718	637	364	671	681	11 322
Engenheiro	1 473	2 376	2 782	4 212	3 102	4 659	5 697	5 083	3 696	5 052	4 449	3 502	2 423	4 032	2 893	38 231
Aceita-se obra	123	92	38	37	33	39	41	30	24	31	20	7	8	28	10	365
Compareça	15	47	47	233	-	-	12	-	1	105	141	107	168	425	272	1 511
Sanfiquise-se	252	405	161	225	136	230	346	275	276	252	209	210	215	157	190	3 019

Tabela 7: D.O. PDF, 1946-1960. Ausentes a 2ª quinzena de junho 1951, junho 1954, dezembro 1957, dezembro 1958 e a primeira quinzena de janeiro 1955.

Esta tabela foi elaborada com base no número de processos publicados no Diário Oficial da PDF, sessão do Departamento de Habitação Popular, contados dia a dia dos 14 anos estudados. Percebe-se prontamente que os anos de 1950 a 1956 foram de maior atividade no DHP, quando foram prorrogados por ano, em média, 5.000 processos de licença de obras. Não havia limite para a prorrogação de processos, a validade era de um ano, e o proprietário podia prosseguir com a construção por anos seguidos, o que significa que um processo pode ter sido prorrogado anos a fio, caindo em exigências, tendo seu proprietário sido solicitado a comparecer inúmeras vezes para, finalmente, obter o habite-se definitivo. Cada um dos processos pode representar mais de um número nos itens apresentados na tabela. Há repetição dos números dos processos de cada uma das etapas, que não é uniforme: cada processo era um caso específico, mais ou menos complicado.

Percebe-se ao analisar as publicações do Diário Oficial, que, de fato, a atividade diminuiu no fim da década de 50, quando são frequentes os atrasos de processos com a alegação de falta de carro para vistoria das obras. Não que nesse período a cidade tenha sofrido algum tipo de decréscimo populacional, muito ao contrário. Esse fenômeno parece representar um arrefecimento da política habitacional do DHP, que passa a competir com diversas outras instituições e organizações que cuidarão dos problemas habitacionais

do Rio de Janeiro, como o SERFHA, a Cruzada São Sebastião e as associações de moradores de favelas:

Para entender o significado do número de 29.031 alvarás concedidos pelo DHP, no contexto da cidade do Rio de Janeiro, convém ver a tabela que expõe as obras licenciadas na cidade entre 1946 e 1960, segundo publicações oficiais das administrações municipal e estadual, e onde se comparam as licenças para edifícios residenciais, mistos, proletários e comerciais:

PDF Departamento de Edificações da Secretaria de Viação e Obras Públicas OBRAS LICENCIADAS 1946-1960																
LICENCAS	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	TOTAL
Residenciais	2.733	1.982	2.257	2.670	3.270	3.825	3.208	3.352	2.905	1.994	2.595	2.362	2.596	2.051	2.561	40.580
Mistos	121	143	148	163	249	354	307	331	377	222	315	294	364	311	396	4.065
Proletários	2.468	2.026	2.063	2.517	5.401	3.270	3.398	3.894	3.721	3.371	3.301	2.556	1.740	3.297	3.084	46.107
Comerciais	158	180	123	142	160	267	390	257	444	383	319	346	359	318	326	4.199

Tabela 8: PDF, 1956:106; PDF, 1956a; PDF, 1950:72; ESTADO DA GUANABARA, 1961:114.

De imediato faz-se notar que há pouca diferença numérica entre as obras licenciadas para fins residenciais, 40.360 (ZR1 e ZR2) e para fins proletários, 46.107 (ZRA e ZR3), estas mesmas ultrapassando as primeiras. Digna de registro é a discrepância no número de alvarás concedidos (que basicamente corresponde ao de licenças) entre a tabela elaborada por esta pesquisa (Tabela 7), que contou dia a dia os processos publicados no D.O., e a divulgada pelo Instituto de Geografia e Estatística do Distrito Federal, em seu Anuário (Tabela 8). É esta uma diferença que deve ser mencionada (46.107 nos números oficiais e 29.031 segundo esta pesquisa) e para a qual se encontram algumas justificativas. A primeira é que nesta pesquisa faltam sete meses do cômputo geral, excluídos por não terem sido localizados os exemplares do Diário Oficial e por ter a contagem iniciado a partir de abril de 1946, mês em que foi instituído o DHP. Desse modo, há uma defasagem numérica de pronto, que embora não configure a diferença, deve ser levada em conta. Outra questão é a de que, na contagem da Tabela 7, os processos estão separados por etapas de licenciamento (prorrogação, passa-se alvará, deferido, indeferido, exigência, aceita-se obra, compareça e certifique-se), que, somadas, resultam em número ainda maior. No Anuário da PDF os únicos itens que aparecem são os de licenças e de habite-se, logo se entendendo que pode ter sido feita uma contagem única para a publicação.

A discordância numérica confirma-se nesta outra tabela de licenças, juntamente com os habite-se proletários:

PDF Departamento de Edificações da Secretaria de Viação e Obras Públicas LICENÇAS E HABITE-SE PARA CONSTRUÇÕES PROLETÁRIAS 1946-1960																
	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	TOTAL
Licenças	2.468	2.026	2.063	2.517	5.401	3.270	3.398	3.894	3.721	3.371	3.301	2.556	1.740	3.297	3.084	46.107
Habite-se	586	696	871	1.203	1.054	1.288	1.004	823	913	1.057	710	789	581	858	815	11.370

Tabela 9: PDF, 1956:105-106; PDF, 1956a; PDF, 1950:72-73; ESTADO DA GUANABARA, 1961:113-114.

Nessa tabela, o número de habite-se, 13.378, é também maior do que o levantado neste trabalho, 10.339, contudo significativamente menos discrepante. Nesse caso, a diferença pode ser atribuída aos sete meses não contabilizados pela pesquisa. Como não é possível determinar as fontes exatas do Anuário Estatístico, fica registrada a questão e discute-se a seguir os dados coletados e apresentados na tabela Y.

A quantidade de “habite-se” permaneceu quase uniforme durante o período analisado, em torno de 700 por ano. Nesses “habite-se” estão mesclados os provisórios e os definitivos, que perfazem 10.339 ao longo de 15 anos. Porque, num total de 29.031 alvarás concedidos entre 1946 e 1960, apenas um terço dos pedidos de licença foi finalizado? A resposta é que os processos caíam recorrentemente em exigências, estendendo-se, a maioria não sendo concluída, permanecendo ilegais ou regularizadas as construções posteriormente. A burocracia municipal era demasiadamente lenta e fez com que o projeto de regularização das habitações populares ficasse comprometido. Prova disso é o grande número de exigências feitas às construções (total de 55.330), também maior entre 1951 e 1956. O número absoluto é 55.330, mas também deve ser ressaltado o fato de que o mesmo processo pode ter sofrido inúmeras exigências, contabilizando mais de um número na soma total.

Em 1950, a população do município do Rio de Janeiro era de 2.375.280 habitantes, dos quais as populações suburbana, rural e do norte do Rio de Janeiro (contando as ilhas) eram de cerca de 1.600.000 habitantes. Em 1960, a população total pula para 3.300.431 habitantes, 1.900.000 deles nas zonas suburbana, rural e norte. Em 1960, existiam nessas zonas em torno de 270.000 pessoas em favelas, nas regiões norte e suburbana e nas ilhas.<sup>88</sup>

Comparando esses dados com os números referentes ao DHP, chega-se a importantes observações. Tirado o número de moradores de favelas do número de habitantes das zonas suburbana, rural e norte, serão 1.630.000 pessoas. De uma média de seis pessoas por domicílio, concluiu-se que havia, grosso modo, em 1960, 272.000 residências nas zonas referidas, incluído todo tipo de residência, proletárias ou não. O DHP licenciou entre 1946 e 1960 cerca de 30.000 projetos, entre casas unifamiliares e edifícios de apartamentos, ou seja, 11% do número de residências nas zonas que eram permitidas as construções populares. Comparando esse número com o de obras licenciadas pela prefeitura, 94.786 (somadas residenciais, comerciais, proletárias e mistas), percebe-se que a colaboração do DHP na regularização da construção da cidade não pode ser menosprezada,<sup>89</sup> ou seja, por volta de um terço das construções licenciadas pela PDF entre 1946 e 1960 eram populares.

Para um Departamento da prefeitura da capital do País, ter processado esse volume de trabalho e ter conseguido gerenciar o número de processos é um feito importante na história do Rio de Janeiro. Deve-se lembrar que os anos 50 foram de explosão urbana

88 ABREU, 1987:109,125.

89 PDF, 1950; PDF, 1956; PDF, 1956a; ESTADO DA GUANABARA, 1961.

na cidade, sobretudo nas zonas suburbanã, rural e norte, justamente nas quais o DHP, gerido pela legislação de 1942, concedia as licenças.

Francisco Bolonha, em depoimento recente, revelou que, o mais importante no DHP era o programa de licenciamento de casas populares.<sup>90</sup> Não sem surpresa recebesse a afirmativa, já que Bolonha trabalhou no Departamento durante quase todo seu funcionamento, sendo das figuras centrais, autor de dois dos quatro projetos de conjuntos residenciais. No entanto, após o exame dos dados referentes às casas unifamiliares, percebe-se que elas foram parte importante do funcionamento do DHP. Ocuparam muito das atividades dos funcionários, desde arquitetos até motoristas, e tiveram globalmente mais impacto na cidade do Rio de Janeiro do que as "unidades residenciais auto-suficientes", notícia de sabor amargo para os que idealizaram as unidades residenciais autônomas e lutaram para torná-las solução para os problemas de moradia nos anos de 1940 a 1960.

90 Entrevista de Francisco Bolonha. In: BONDUKI & SAMPAIO, 2000:125-136.

## 4.5 Notícias do fim

*Muito melancólico.*<sup>91</sup>

Foram estas as palavras de Bolonha sobre o fim do DHP. Por fim entende-se o desmonte do projeto habitacional estruturado durante a gestão de Carmen Portinho, como diretora do Departamento, entre 1948 e 1960. Fim de uma forma de pensar a solução habitacional no Rio de Janeiro, vinda desse grupo conectado às causas do movimento moderno.

No dia 9 de dezembro de 1960, Carmen é exonerada do cargo, e, poucos dias depois, em 23 de dezembro de 1960, o engenheiro Stélio de Alencar Roxo é nomeado pelo governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, para exercer o cargo em comissão.<sup>92</sup> Stélio Roxo havia sido diretor do Serviço de Vilas e Parques Proletários da PDF e foi dos idealizadores do SERFHA, Serviço Especial de Remoção de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas, instituído em 1956.

Lacerda, que tinha na política habitacional uma de suas maiores ambições, tratou logo de desmontar a estrutura organizacional do DHP e instituir novas diretrizes. O DHP saía da esfera da SGVO (Secretaria Geral de Viação e Obras Públicas) para subordinar-se à Coordenação de Serviço Social.<sup>93</sup> A assistente Anna Augusta relata que ele próprio esteve no Departamento para anunciar sua extinção e que Carmen Portinho teria, no momento de seu anúncio, atirado no lixo todos os papéis de sua mesa de trabalho.<sup>94</sup>

Para pensar e gerir as realizações habitacionais de seu governo, Lacerda nomeou José Arthur Rios coordenador de Serviços Sociais. A habitação saía da seara da Secretaria Geral de Viação e Obras Públicas e entrava para o recém-criado órgão, transformado em Secretaria de Serviços Sociais em 1962. A questão da morada popular, no âmbito da municipalidade, esteve, nos anos 50 mais sob a responsabilidade dos setores ligados à construção, como engenharia e arquitetura. No entanto, os Parques Proletários Provisórios, permaneceram funcionando durante toda a década de 50 e mantiveram-se na alçada da Secretaria de Saúde e Assistência Social, tal como quando criados nos anos 40.

A partir de 1960, o assistencialismo volta a ser o protagonista do pensamento habitacional, ainda que com outra roupagem, coincidentes, ou não, com a dos anos 40 e 50. Com as novas diretrizes da habitação pública na cidade, Carmen Portinho e Affonso Reidy aposentam-se. Carmen assumiria, anos depois, em 1967, a direção da Escola Superior de Desenho Industrial (ESDI), onde permaneceu até 1988; Reidy dedicou-se ao projeto do Aterro do Flamengo e a projetos particulares até sua morte, em 1964. Os demais funcionários foram afastados, ou colocados à disposição, cada qual tomando uma direção: Anna Augusta Almeida foi para a Universidade do Estado da Guanabara, como professora, Lygia Fernandes foi para o DER; Francisco Bolonha foi convidado por Flexa

91 Entrevista de Francisco Bolonha, concedida à autora em 1.10.2001.

92 D.O. PDF, 10.12.1960:16.586; D.O. PDF, 23.12.1960:17.187.

93 Decreto nº 297, de 21.12.1960.

94 Entrevista de Anna Augusta Almeida, concedida à autora em 29.10.2001.

Ribeiro, Secretário de Educação do Estado da Guanabara, para implementar a política de construção de escolas. Projetou nessa secretaria 242 escolas estaduais, criando um tipo escolar identificável em inúmeras escolas espalhadas pela cidade do Rio de Janeiro.

Stélio Roxo, em conjunto com Arthur Rios e com o próprio Lacerda, elaborou novas diretrizes para o DHP. A construção de conjuntos residenciais deixava de ser prioridade. Fundamentais eram as políticas de reurbanização de favelas, idealizadas e realizadas por Arthur Rios, cabendo ao DHP dar suporte às construções que se fizessem necessárias. Dentre elas, pode-se destacar a urbanização da favela das Catacumbas, removida anos depois.<sup>95</sup> São estas suas palavras, proferidas no discurso de posse:

*(...) não de nos valer algumas medidas diretas, como a recuperação urbanística e a integração social das favelas consideradas irremovíveis, o estabelecimento de parques de habitação semi-rústica do tipo intermediário, onde se ensine e aprenda a morar e, enfim, a construção de conjuntos residenciais do tipo mundialmente famoso Pedregulho, para camadas ascendentes da classe proletária.*<sup>96</sup>

Ao menos no discurso, não estavam descartadas as hipóteses de construção de novas habitações. Isso no entanto, não ocorreu. O que se fez foi dar prosseguimento à construção dos três conjuntos (blocos A dos Conjuntos Residenciais Marquês de São Vicente, Pedregulho e Vila Isabel) e ao licenciamento de casas proletárias isoladas no lote, que, segundo Stélio Roxo, era um programa de fundamental importância.

Mas, nas políticas habitacionais pós-1960 não havia mais lugar para o DHP, e seu fechamento era apenas questão de tempo. Em 1962, a Coordenação de Serviços Sociais é transformada em Secretaria. Arthur Rios é afastado do cargo de coordenador por razões políticas. Sandra Cavalcanti assume a nova Secretaria, cujo ideal de habitação passava por outras bases, e a erradicação de favelas era ponto fundamental. A Secretaria de Serviços Sociais reestrutura as instituições ligadas ao programa habitacional e lança mão da Fundação Leão XIII, criada em 1946, tão importante nas primeiras aproximações oficiais às favelas da cidade, à qual caberia executar o plano habitacional. O SERPHA (Serviço Especial de Remoção de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas) foi extinto e em seu lugar, para cuidar das favelas, mais uma vez se recorreu a uma instituição dos anos 40 ligada aos saberes assistencialistas, o Serviço de Vilas e Parques Proletários, com o nome de Serviço Social de Favelas. Surge a COHAB (Companhia de Habitação Popular) como uma sociedade por ações, cuja função era construir casas. A parte social, no que se refere às remoções e ao uso das casas, era feita em conjunto com a Fundação Leão XIII.

Nesse contexto, o DHP é extinto. O Decreto nº 1.028, de maio de 1962, estabeleceu que o licenciamento de construções proletárias passaria para a responsabilidade do Departamento de Edificações, nas mesmas condições estabelecidas pelos decretos de 1937 e 1942, com algumas regulamentações do Decreto nº 836, de janeiro de 1962. O

95 Entrevista de Stélio Roxo concedida à autora.

96 O GLOBO, 5.1.1961.

pessoal lotado no DHP deveria apresentar-se à Secretaria Geral de Administração no prazo de três dias. Quanto aos conjuntos residenciais, houve uma certa oscilação nas decisões: em agosto de 1962,<sup>97</sup> sua administração foi transferida para o Montepio dos Empregados do Estado da Guanabara. Pouco mais de um ano depois, os Conjuntos Residenciais Pedregulho, Vila Isabel, Paquetá, Marquês de São Vicente, Dona Castorinha e São José, juntamente com os Parques Proletários 1, 2, 3 e 4, Nova Holanda e SERFHA (em Ramos), a partir de então denominados “Centros de Habilitação Social”, foram transferidos para a Secretaria de Serviços Sociais. De acordo com o Decreto “N” nº 79:

*Art 2º A administração dos Conjuntos Residenciais e dos Centros de Habilitação Social incumbe, de acordo com o critério que for estabelecido pela Secretaria de Serviços Sociais, ao Departamento de Recuperação de Favelas, à Companhia de Habitação Popular e à Fundação Leão XII, que absorveram as atribuições dos extintos Departamentos de Assistência Social e de Habitação Popular.<sup>98</sup>*

Ainda conforme o decreto, as unidades dos conjuntos seriam postas à venda, mediante regulamentação elaborada pela secretaria, fato que nunca ocorreu. Na prática, os edifícios de serviços (escola, posto de saúde, lavanderia e mercado) ficaram sob a administração da Fundação Leão XIII e os edifícios residenciais com a COHAB, depois transformada em CEHAB-RJ.<sup>99</sup>

Hoje, os Conjuntos Residenciais Vila Isabel e Marquês de São Vicente pertencem à CEHAB-RJ, e o Paquetá está em fase de legalização na Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. O Conjunto Residencial Pedregulho, administrado pela CEHAB-RJ, foi tombado pelo município do Rio de Janeiro em 1986,<sup>100</sup> e os moradores lutam pela regulamentação de suas moradias, processo que se arrasta na justiça. O Centro de Saúde funcionou durante anos como Centro de Ação Social Cardeal D. Jaime Câmara da Fundação Leão XIII, atendendo a moradores de toda a região, mas está abandonado desde o final da década de 90. A lavanderia e o mercado servem de garagem e de farmácia à Fundação. A escola foi transferida para a rede escolar do município do Rio de Janeiro (Escola Municipal Edmundo Bittencourt, de ensino fundamental) e restaurada, em 1984, com a colaboração de Carmen Portinho.

Dos edifícios idealizados e construídos pelo DHP, o conjunto formado pela escola, ginásio e vestiário do Pedregulho é o que em melhor condição se encontra. Mantidos, hoje, por um ideal de educação, são, talvez, os únicos capazes de fornecer a dimensão das aspirações do projeto de habitar. É dos poucos lugares, fora de alguns Departamentos de Arquitetura, em que a memória da ação habitacional promovida pelo DHP é apreciada

97 Decreto nº 1.165.

98 Decreto “N” nº 79 de 22.10.1963.

99 Pelo Decreto nº 1.744 de 9.3.1978, a Fundação Leão XIII ficou autorizada a transferir para a CEHAB-RJ a administração dos Conjuntos Residenciais Pedregulho e Paquetá.

100 Decreto nº 6.383, de 19.12.1986.

101 Durante 20 anos a diretora Léa Oliva manteve apaixonadamente a escola, o ginásio e o vestiário, e ensinou a seus alunos o valor da obra em que estudam. Suas atividades são continuadas pela diretora Maria Cristina Teixeira.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de passar uma manhã de maio de 2002 debatendo a arquitetura de Lucio Costa num seminário sobre sua obra, dirigimos-nos, um colega do mestrado, estudioso da obra de Bolonha e eu, para levantamento de campo, do Conjunto Residencial Vila Isabel. Debatendo os temas do moderno, descemos um ponto antes do local correto e tomamos uma entrada secundária. Acabamos percorrendo todo o sopé do morro onde estaria localizado o *redan* de Bolonha. Em vez de encontrarmos o belo jardim de Glaziou, vimos uma grande favela, o Morro do Macaco, cuja comunidade estava ainda sobressaltada pelas disputas recentes do tráfico de drogas. No edifício do conjunto residencial do DHP, perdido entre os barracos da favela, um porteiro uniformizado nos impediu de entrar, alegando que não sabia quem éramos e que era muito perigoso permitir a subida de pessoas desconhecidas. Depois de muita insistência, sem sucesso, fomos embora, o arquiteto Oigres Macedo em busca de outra obra de Bolonha, provavelmente um edifício público, e eu, um pouco desalentada, refletindo sobre o fato de ter sido barrada na entrada de um conjunto habitacional do Departamento de Habitação Popular, reflexão que permanece até hoje e para a qual tenho apenas indícios de conclusões.

Inevitável pensar como o plano de habitação estruturado pelos técnicos do DHP esgarçou-se desse modo, tornando-se esse edifício mais um dentre os vitimados pela violência urbana. Impressionou-me pensar como um plano institucional previsto nos anos 40 para “conter” os males da pobreza, falta de saneamento básico, educação e lazer, na cidade do Rio de Janeiro fracassara em muitos de seus aspectos, restando as habitações quase como ruínas de ideal, carcaças abandonadas à própria sorte em meio às “persistentes” habitações informais. Se hoje são uma sombra do conceito embutido nas habitações, esses conjuntos lembram o processo que, na sua época, os arquitetos, engenheiros e assistentes sociais do DHP tiveram de enfrentar para realizar o plano, sofrendo com as mudanças políticas e com os embates ideológicos.

Ficou claro ao longo da pesquisa que o DHP, enquanto repartição pública, esteve desde sua origem na dependência das correntes políticas e econômicas do executivo e do legislativo municipal. Sua própria criação se deu não pelo desejo, ou *insight*, de Carmen Portinho, ao retornar da Inglaterra, de instituir um departamento de habitação, mas por diversas contingências político-administrativas da municipalidade, para tomar

parte no debate habitacional e realizar construções com esse fim na cidade, que passava a conviver com as favelas, os "malfadados" focos de sujeira e pobreza. O DHP foi uma resposta aos debates sobre habitação que vinham acontecendo desde o início do século XX, e compreender a sua criação só é possível quando se têm em mente as argumentações e realizações dos anos 30 e 40.

Muitos foram os embates políticos e teóricos que o grupo vinculado ao movimento moderno na PDF teve de enfrentar para implementar as unidades residenciais autônomas. Em primeiro lugar, a arquitetura e o urbanismo que o DHP tinha como ideais foram recorrentemente criticados, dentro e fora da instituição, como excessivamente sofisticados para o fim a que se destinavam, porque inadequados à realidade do País. Os grandes blocos habitacionais, com serviços adjacentes à morada, eram entendidos por alguns técnicos e empreendedores como solução equivocada para a questão: trabalhadores deveriam morar em casas unifamiliares isoladas no lote, jamais nos ditos impessoais blocos de habitação.

Em segundo lugar, para os críticos, o conceito de morar e "transformar-se progressivamente através do habitar", possibilitado pelas unidades residenciais autônomas, não passava de mera utopia. Agravador das críticas foi o fato de que, quando os conjuntos começaram a ser construídos, e sua conclusão levou anos, a elas se somou o argumento da impossibilidade de execução de estruturas tão caras. Projetos com jardins de Burle Marx e painéis de Portinari, grandes estruturas de concreto implementadas com base no estudo, caso a caso, do sítio e das melhores possibilidades de aproveitamento do terreno, com revestimentos feitos para durar, esquadrias personalizadas e detalhes pensados e desenhados para cada conjunto, eram, cada vez mais, entendidos como irreprodutíveis.

Com isso, a lógica da arquitetura emblemática, "feita para chamar a atenção do mundo", criada em grande parte pela própria Carmen Portinho, suplantou a de origem: o DHP tinha um plano habitacional para a cidade-capital do Rio de Janeiro no qual se propunha, com os conjuntos residenciais, solucionar o problema da grave crise habitacional. Os conjuntos seriam reproduzíveis pela cidade: cada bairro do Rio de Janeiro deveria receber uma unidade nos moldes planejados. As arquiteturas não eram massificadas, sequer únicas. Único era o conceito de habitar.

Habitar, para o grupo do DHP, significava criar determinadas condições de moradia para os trabalhadores, inicialmente funcionários da PDF, encontradas idealmente nas unidades residenciais autônomas: o espaço privado da casa tinha as funções divididas entre estar e íntimo, distribuídas por meio de duplex. Ventilação cruzada, boa aeração, cozinhas e banheiros com as peças adequadas também eram elementos básicos de todos os projetos. Mas habitar não se restringia à casa em si. Serviços adjacentes à morada, escola, posto de saúde, creche, sede social e áreas livres ajardinadas e cuidadas, eram pontos básicos do plano de moradia. Não somente porque todos os cidadãos deveriam ter

acesso a esses serviços, mas porque estes deveriam fazer parte do plano de morar. Não foi esta uma questão apenas para o DHP. As autarquias paraestatais do País construíram largamente segundo esse conceito, cujos exemplos no Rio de Janeiro podem ser, dentre muitos, o Conjunto de Realengo do IAPI e o Conjunto de Olaria do IAPC. Lavanderia, mercado comunitário, escola, creche, áreas livres de edificação, lazer, ordenado e cuidado pelas assistentes sociais, e apartamentos duplex são elementos presentes nestes e em muitos outros conjuntos brasileiros contemporâneos do Pedregulho, Marquês de São Vicente, Vila Isabel e Paquetá.

A primazia do DHP foi ter sido capaz de equacionar, no âmbito da prefeitura, esse mesmo conceito em formas arquitetônicas diversificadas e ricas. Todos os conjuntos construídos trazem em si aspectos a um só tempo originais e conhecidos. Sendo verdade que a arquitetura moderna brasileira foi capaz de reelaborar os conceitos internacionais de arquitetura veiculados pelo movimento moderno, as realizações do Departamento servem como paradigma. Os modelos de morar do pós-2ª Guerra Mundial na Europa e nos Estados Unidos são quase exatamente os que se encontram nos conjuntos cariocas, estes ventilados, porém, por ares locais.

O conceito de morar divulgado pelo DHP através dos conjuntos residenciais era indubitavelmente a faceta ideológica do habitar popular. Era este um aspecto vital dos conjuntos varguistas, os IAPs, em que a casa era entendida como formativa desse homem novo, trabalhador da nação. No DHP, as casas destinavam-se inicialmente aos funcionários municipais, cuja moradia deveria ser exemplo no âmbito da cidade do Rio de Janeiro. Era claro para os arquitetos do DHP que a arquitetura deveria ser acompanhada de instruções sobre a utilização de seus espaços para que se cumprisse o ideal de transformação. A historiografia da arquitetura comumente, além de omitir um projeto habitacional mais amplo, omitiu também a importante questão da normatização. Embora propusesse moradias mais dignas para os trabalhadores, que os tirassem da condição de pobreza e miséria em que viviam no Rio de Janeiro daqueles anos, o discurso dos arquitetos modernos não excluiu o aspecto normatizador e modelador dos trabalhadores.

Embora tenham sido, decerto, realizações únicas e admiráveis em experiência do morar, com inúmeros aspectos de vanguarda e de inovação, os conjuntos habitacionais construídos pelo DHP não deixaram de incorporar o autoritarismo. Não era uma questão, para seus técnicos de habitação, de respeitar ou interrogar as preferências ou compreender espaços cotidianos dos futuros moradores dos conjuntos habitacionais. Conhecer as condições de moradia tornava-se importante somente porque importava atestar quão miseráveis eram e quanto precisavam de assistência e casas adequadas. Conhecer para respeitar ou para trazer contribuições aos novos espaços seria uma questão que surgiria anos depois, nos anos 60 mais precisamente, e cobrar essa postura dos arquitetos modernos é incorrer em anacronismos.

É possível admirar as arquiteturas do Pedregulho, Vila Isabel, Marquês de São Vicente e Paquetá como exemplos singulares de um modo de fazer e pensar arquitetura e urbanismo no País e como importantes realizações do movimento moderno nacional, mas não é possível anular esse aspecto do "modo de usar", nem mesmo colocá-lo em segundo plano. O tema do "habitar modelar" esteve presente nas realizações habitacionais privadas do início do século e nas vilas operárias; verificou-se fortemente, ainda que com outro caráter, nos conjuntos de Vargas e nos parques proletários provisórios. Por que teria magicamente desaparecido nos anos do DHP? Estudar e compreender o DHP como parte de um plano habitacional público para o Rio de Janeiro e incorporá-lo ao processo de intervenções da cidade foi um dos esforços desta pesquisa. Compreender a arquitetura do grupo liderado por Carmen Portinho e Affonso Reidy como a faceta progressista do debate habitacional dos anos 40 e 50, porque era moderna na imagem ou porque defendia o aluguel, é anuviar aspectos vitais do programa de moradia. As arquiteturas, sendo "belas", deveriam ser também "adequadas", e por adequadas se entendia respeitar determinado molde de comportamento e utilizar as casas e as facilidades externas conforme indicado nos regulamentos ou regimentos e ensinado cotidianamente pelos espaços e pelas assistentes sociais.

Importante foi dar, ao longo deste trabalho, um sentido de grupo à equipe de DHP, ainda que com dissonâncias e graus de envolvimento diferentes. Foi dar-lhe um sentido histórico e reincorporá-lo num local de importância nas realizações habitacionais do País. Importante, ainda, foi compreender que o internacionalmente aclamado movimento moderno foi capaz, no Brasil, de dialogar com os mais caros e importantes temas debatidos além-mar, como o aspecto social e o papel transformador do arquiteto enquanto intelectual. E, sobretudo, fundamental foi mostrar que o DHP o fez com ambição e refinamento.

## FONTES PRIMÁRIAS

## ENTREVISTAS

Anna Augusta Almeida  
 Anísio Medeiros  
 Carlos de Oliveira Góes  
 Dirceu Alencar Velloso  
 Francisco Bolonha  
 Lygia Fernandes  
 Marcos Konder Neto  
 Stélio Roxo  
 Zulmira Martins Bloise

## PERIÓDICOS

- ANHAIA MELLO, Luiz Romero de. "Urbanismo e suas normas para organização de planos". *Boletim do Instituto de Engenharia*, nº 89, abr. 1933. pp. 209-218.
- ARAGÃO, Maria Luiza Moniz de. "Favela: vivem ou vegetam as 1.111 famílias na Barreira do Vasco?". *Serviço Social*, nº54, ano IX. São Paulo: set./dez. 1949. pp.65-76.
- THE ARCHITECTS JOURNAL. "Chief Engineer of Rio". *The Architects Journal*. Londres: 22.11.1945.
- THE ARCHITECTURAL FORUM U.S.A.. "Proposed 600 – family project". *The Architectural Forum*, nº87. Nova York: nov. 1947a.
- \_\_\_\_\_. "Sulphur springs pavilion". *The Architectural Forum*, nº87. Nova York: nov. 1947b.
- ARCHITECTURAL RECORD. "Neighborhood Public Housing Units in Rio de Janeiro". *Architectural Record*, nº7, vol.123. New Hampshire: jul. 1958.
- ARCHITECTURAL REVIEW. "The Pedregulho Neighborhood – Rio – Gymnasium and Primary School". *Architectural Review*, vol 112. Londres: jul. 1952.
- \_\_\_\_\_. "Report on Brazil". *Architectural Review*, nº694, vol. 116. Londres: out. 1954. pp.235-240
- L'ARCHITECTURE D'AUJOURD'HUI. "Concurs du Jockey Club Bresilien". *L'Architecture d'Aujourd'hui*, nº21. Boulogne-sur-Seine: nov./dez. 1948. capa, pp.64-65.
- \_\_\_\_\_. "La Unité d'Habitation de Pedregulho à Rio de Janeiro". *L'Architecture d'Aujourd'hui*, nº42-43, ano 23. Bologne-sur-Seine: ago. 1952.
- \_\_\_\_\_. "Unité d'Habitation de Pedregulho à Rio de Janeiro". *L'Architecture d'Aujourd'hui*, nº52. Bologne-sur-Seine: jan. 1954.
- \_\_\_\_\_. "Unité Residentielle de Gávea a Rio de Janeiro". *L'Architecture d'Aujourd'hui*, nº74. Boulogne-sur-Seine: out. 1957a.
- \_\_\_\_\_. "Urbanisme au Bresil - Unité d'Habitation au Pedregulho, Rio de Janeiro". *L'Architecture d'Aujourd'hui*, nº33-34. Boulogne-sur-Seine: out. 1957b.

- ARQUITETURA. "Affonso Eduardo Reidy". *Arquitetura – Destaque*, IAB/RJ, nº27. Rio de Janeiro: set. 1964.
- \_\_\_\_\_. "Affonso Eduardo Reidy". *Arquitetura – Destaque*, IAB/RJ, nº30. Rio de Janeiro: dez. 1964.
- ARQUITETURA E ENGENHARIA. "Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes em Pedregulho". *Arquitetura e Engenharia*, ano III, nº14. Belo Horizonte: jul./set. 1950.
- \_\_\_\_\_. "Escola Primária do Pedregulho – Rio de Janeiro". *Arquitetura e Engenharia*, ano IV, nº23. Belo Horizonte: set./out. 1952.
- \_\_\_\_\_. "Escola Primária do Conjunto Residencial de Pedregulho". *Arquitetura e Engenharia*, nº24. Belo Horizonte: jan./fev. 1953.
- \_\_\_\_\_. "Residência em Jacarepaguá". *Arquitetura e Engenharia*, ano III, nº31. Belo Horizonte: mai./jun. 1954.
- \_\_\_\_\_. "Conjunto Residencial em Paquetá". *Arquitetura e Engenharia*, nº34. Belo Horizonte: jan./ mar. 1955. pp.2-7
- \_\_\_\_\_. "Conjunto Residencial da Gávea – Rio de Janeiro". *Arquitetura e Engenharia*, nº37. Belo Horizonte: nov./dez. 1955.
- ARQUITETURA E URBANISMO. "Residência Dr. Antonio Assioly Netto". *Arquitetura e Urbanismo*. São Paulo: jan./fev. 1937. pp.25
- \_\_\_\_\_. "Notas, comentários, informações – 1º Congresso Pan-Americano da Vivenda Popular". *Arquitetura e Urbanismo*. São Paulo: nov./dez. 1939. pp.66-70
- \_\_\_\_\_. "Primeiro Congresso Brasileiro de Urbanismo". *Arquitetura e Urbanismo*. São Paulo: jan./dez. 1941. pp.25-32
- ARQUITETURA MÉXICO. "Conjunto Urbano 'Pedregulho' em Rio de Janeiro". *Arquitetura México*, tomo XIII. México D.F.: jun. 1957-58.
- AUJOURD'HUI, ART ET ARCHITECTURE. "Unité Residenciale de Gávea". *Aujourd'hui, Art et Architecture*, nº5. Paris: nov. 1955a.
- \_\_\_\_\_. "Unité Residenciale de Pedregulho". *Aujourd'hui, Art et Architecture*, nº5. Paris: nov. 1955b.
- BAHIANA, Gastão. "Relato sobre o IV Congresso Pan-americano de Arquitetura". *Revista do Clube de Engenharia*. Rio de Janeiro: 1931.
- BALBELA, Matilde. "O serviço social nos bairros de habitações econômicas". *Serviço Social*, nº31, ano III. São Paulo: set. 1943. pp. 112-126
- BILL, Max. "Report on Brazil". *Architectural Review*, nº694, vol. 116. Londres: out. 1954. pp.235-240
- BAC - BRASIL - ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA. "Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes - Pedregulho". *Brasil - Arquitetura Contemporânea*, nº1. Rio de Janeiro: ago-set. 1953. pp.4-16
- \_\_\_\_\_. "Conjunto Residencial Marques de São Vicente". *Brasil - Arquitetura Contemporânea*, nº7. Rio de Janeiro: 1956a.
- \_\_\_\_\_. "Conjunto Residencial Vila Izabel". *Brasil - Arquitetura Contemporânea*, nº7. Rio de Janeiro: 1956b. pp. 32-42.

- \_\_\_\_\_. "Residência Accioly". *Brasil – Arquitetura Contemporânea*, nº10. Rio de Janeiro: 1957a. pp.22-25
- \_\_\_\_\_. "Residência Klabin no Cosme Velho". *Brasil – Arquitetura Contemporânea*, nº10. Rio de Janeiro: 1957b. pp.26-29
- BRITO, José do Nascimento. "Rio de Janeiro – Cidade Maravilhosa". *Revista Municipal de Engenharia*. Rio de Janeiro: jan/abr. 1946.
- BRUHNS, Angelo. "A pequena habitação e seu aspecto social econômico e urbano". *A Casa*, nº94. Rio de Janeiro: mar. 1932. pp.7-12
- A CASA. "As casas pequenas". *A Casa*, nº70. Rio de Janeiro: 1930. pp.5-6
- \_\_\_\_\_. "O problema das casas baratas". *A Casa*, nº76. Rio de Janeiro: ago. 1930. editorial
- \_\_\_\_\_. "Como se há de construir barato". *A Casa*, nº84. Rio de Janeiro: mai. 1931a. pp.26,39
- \_\_\_\_\_. "Concurso de projectos para casas economicas". *A Casa*, nº84. Rio de Janeiro: mai. 1931b. pp.25
- \_\_\_\_\_. "Terceiro concurso da *A Casa*". *A Casa*, nº84. Rio de Janeiro: mai. 1931c.
- \_\_\_\_\_. "Casa economica". *A Casa*, nº86. Rio de Janeiro: jul. 1931. pp.10
- \_\_\_\_\_. "Concurso de projectos de casas economicas". *A Casa*, nº98. Rio de Janeiro: jul. 1932. pp.10-11
- \_\_\_\_\_. "Revista da Directoria de Engenharia". *A Casa*, nº99. Rio de Janeiro: ago. 1932a.
- \_\_\_\_\_. "Concurso de casas economicas". *A Casa*, nº99. Rio de Janeiro: ago. 1932b.
- \_\_\_\_\_. "O que se entende por uma casa economica". *A Casa*, nº105. Rio de Janeiro: 1933. pp.19-20
- \_\_\_\_\_. "Casa de apartamento allemã". *A Casa*, nº108. Rio de Janeiro: mai. 1933. pp.12-15
- \_\_\_\_\_. "O regulamento das pequenas habitacoes – Decreto nº4921, 30 junho 1934". *A Casa*, nº128. Rio de Janeiro: jan. 1935. pp.11-17
- \_\_\_\_\_. "Instalado oficialmente o Departamento de Urbanismo do Centro Carioca". *A Casa*, nº164, ano XVI. Rio de Janeiro: jan. 1938. pp.38-42
- \_\_\_\_\_. "A casa do pobre construída em duas etapas". *A Casa*, nº178/179. Rio de Janeiro: mai. 1939. pp.32-33
- \_\_\_\_\_. "O problema social da habitação econômica". *A Casa*, nº178/179. Rio de Janeiro: jul. 1939. pp.61-63
- \_\_\_\_\_. "Projeto para a construção da cidade-satélite de Rebbio, na Provincia de Como". *A Casa*, nº191. Rio de Janeiro: abr. 1940. pp.7-9
- CORREIO DA MANHÃ. "Empossados os novos diretores da Prefeitura". *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 17.2.1948.
- CORREIO DA NOITE. "Os alemães ajudaram os ingleses a resolver o problema das favelas..." *Correio da Noite*, 19.12.1945.

- DIÁRIO DA NOITE. "Casas para funcionários municipais – núcleos residenciais em vários pontos da cidade". *Diário da Noite*. Rio de Janeiro: 15.03.1948.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. "Notícias da Prefeitura". *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: 17.2.1948.
- Diário Oficial da Prefeitura do Distrito Federal, 1946-1961
- DOMUS. "Il quartiere Pedregulho a Rio de Janeiro". *Domus*, nº254. Milão: jan. 1951.
- DUPRAT, Augusto Luiz. "O problema da habitação". *Revista do Clube de Engenharia*, nº251. Rio de Janeiro: jul. 1957. pp.43-52
- ESTADO DA GUANABARA. Anuário Estatístico do Estado da Guanabara – 1959-1960. Sec. Geral do Interior e Segurança / Departamento de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: 1961.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. "Conjuntos residenciais contra o problema pululante das favelas do Distrito Federal". *O Estado de São Paulo*. São Paulo: 25.12.1952.
- FERRAZ, Geraldo. "Individualidades na História atual da arquitetura no Brasil – Affonso Eduardo Reidy". *Habitat*, nº29. São Paulo: abr. 1956.
- FERREIRA, Francisco de Paula. "Conclusões aprovadas pelo I Congresso Brasileiro de Serviço Social". *Serviço Social*, nº45, ano VII. São Paulo: 1947. pp.39-47
- GASSILOT-TALABOT, Gerald. "A personalidade e a obra de Reidy". *Habitat*, nº71. São Paulo: mar. 1963.
- \_\_\_\_\_. "O estilo e a obra de A. E. Reidy". *Arquitetura*, IAB/RJ, nº30. Rio de Janeiro: dez. 1964.
- O GLOBO. "Londres será uma grande escola de urbanismo". *O Globo*. Rio de Janeiro: 1945.
- \_\_\_\_\_. "Problema nacional, as 'favelas' do Rio". *O Globo*. Rio de Janeiro: 20.2.1952.
- GODOY, Armando de. "Duas cidades industriais modelares". *Revista Municipal de Engenharia*, nº1 vol1. Rio de Janeiro: nov. 1934.
- \_\_\_\_\_. "As conseqüências sociais e econômicas dos princípios do urbanismo". *Revista do Clube de Engenharia*. Rio de Janeiro: nov. 1935.
- \_\_\_\_\_. "A influência dos conjuntos no problema da habitação econômica". *Revista Municipal de Engenharia*. Rio de Janeiro: jul. 1947.
- HABITAT. "Conjunto Residencial Paquetá, Rio de Janeiro". *Habitat* nº18. São Paulo: set./out. 1954. pp.17-19
- \_\_\_\_\_. "Conjunto Residencial Gávea – Rio de Janeiro". *Habitat* nº24. São Paulo: out. 1955.
- \_\_\_\_\_. "Conjunto Residencial 'Vila Isabel', Rio de Janeiro". *Habitat* nº26. São Paulo: jan. 1956. pp.26-29
- HELLMEISTER, Ulysses Rodrigues. "A cidade-jardim dos comerciários em Olaria". *Revista Municipal de Engenharia* nº2, vol XI. Rio de Janeiro: abr. 1944. pp.56-58
- \_\_\_\_\_. "A influência dos conjuntos residenciais no problema da habitação econômica". *Revista Municipal de Engenharia*, nº1, vol XII. Rio de Janeiro: jan. 1945. pp.19-22
- \_\_\_\_\_. "Habitações populares". *Revista Municipal de Engenharia*, nº3, vol XIV. Rio de Janeiro: jul. 1947. pp.136-143

- JEAN, Yvonne. "o Conjunto Residencial Pedregulho". *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 23.1.1949.
- \_\_\_\_\_. "Um conjunto residencial modelo". *Correio da Manhã*, Suplemento. Rio de Janeiro: 8.4.1951.
- JORNAL DO BRASIL. "Atentado em perspectiva – A 'Chácara da Moreninha' ameaçada de desaparecer pelo projeto da engenheira Carmen Portinho!". *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 24.7.1953
- LOPES, Francisco de Paula Marques. "Um aspecto da habitação proletária". *Revista Municipal de Engenharia*, Rio de Janeiro: jan. 1947. pp.57-62
- MACHADO, Else. "A engenheira civil". Rio de Janeiro: *Diário de Notícias*. 11.4.1948.
- MAURÍCIO, Jayme. "Sede da OMS em Genebra: escolheram Reidy". *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 15.8.1959.
- MOLLICA, Antonio. "O problema das favelas do Distrito Federal". *Revista Municipal de Engenharia*, nº4, vol XXI. Rio de Janeiro: out./dez. 1954. pp.208-214
- MURGEL, Ângelo. "Projeto para a cidade operária de Montevade". *Revista Municipal de Engenharia*. Rio de Janeiro: set. 1936. pp.270-281
- A NOITE. "Retirar as favelas, mas abrigar os favelados. Conjuntos em todos os bairros". *A Noite*. Rio de Janeiro: 17.1.1953.
- OLIVEIRA, Francisco Baptista de. "*Bairro proletário modelo* da Cia. Industrial Mineira – Juiz de Fora". *Revista Municipal de Engenharia*, nº1, vol 1. Rio de Janeiro: jan. 1938. pp.23-30
- \_\_\_\_\_. "A casa popular e o aspecto urbanístico das cidades". *Revista do Clube de Engenharia*, nº63. Rio de Janeiro: dez. 1939. pp.37-45
- \_\_\_\_\_. "A casa popular como problema urbanístico". *Revista do Clube de Engenharia*, nº68. Rio de Janeiro: jul./ago. 1940. pp.20-26
- \_\_\_\_\_. "Instituto Brasileiro da Casa Popular". *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, nº86. Rio de Janeiro: 1941.
- \_\_\_\_\_. "Residência Mínima. O problema de arquitetura contemporânea". *Acrópole*, nº38. São Paulo: jun. 1941. p.80
- PDF. *Aspectos Estatísticos do Distrito Federal*. Ano I, nº1. Rio de Janeiro: 1949.
- \_\_\_\_\_. *Anuário Estatístico – 1950*. Rio de Janeiro: Depto. de Geografia e Estatística, 1950.
- \_\_\_\_\_. *Aspectos Estatísticos do Distrito Federal - 1950*. Ano I, nº1. Rio de Janeiro: 1950.
- \_\_\_\_\_. *Anuário Estatístico – 1950/1954*. Rio de Janeiro: Depto. de Geografia e Estatística, 1956.
- \_\_\_\_\_. *Anuário Estatístico – 1951/1955*. Rio de Janeiro: Depto. de Geografia e Estatística, 1956a.
- PENNA, Luzia de Azevedo. "Organização de uma pesquisa de campo". *Cadernos de Serviço Social*, nº3, ano I. Rio de Janeiro: 1949. pp.11-35
- PEREIRA, Aylde F. "Aspectos do Serviço Social no Rio". *Serviço Social*, nº35. São Paulo: 1944.
- PORTINHO, Carmen. "A influência do nosso clima na arquitetura das prisões". *Revista Municipal de Engenharia*, nº1, vol 1. Rio de Janeiro: jul. 1932.

- \_\_\_\_\_. "Arquitetura moderna na Holanda". *Revista Municipal de Engenharia*, nº1, vol I. Rio de Janeiro: jul. 1932.
- \_\_\_\_\_. "Concurso para a urbanização das avenidas compreendidas entre La Place de L'Etoile, Paris, e a praça circular de Le Defense, em Courbleyole". *Revista Municipal de Engenharia*, nº3, vol I. Rio de Janeiro: jan. 1933. pp.55-56
- \_\_\_\_\_. "O critério científico no Urbanismo". *Revista Municipal de Engenharia*, nº8, vol I. Rio de Janeiro: jan. 1934. pp.15-16
- \_\_\_\_\_. "O ensino do urbanismo". *Revista Municipal de Engenharia*, nº11, vol I. Rio de Janeiro: jul. 1934. pp.50-52
- \_\_\_\_\_. "A arte dos jardins". *Revista Municipal de Engenharia*, nº14, vol II. Rio de Janeiro: jan. 1935. pp.228-230
- \_\_\_\_\_. "Montepio dos empregados municipais". *Revista Municipal de Engenharia*, nº19, vol I. Rio de Janeiro: nov. 1935.
- \_\_\_\_\_. "A habitação – o homem". *Revista Municipal de Engenharia*, nº1, vol IX. Rio de Janeiro: jan. 1942.
- \_\_\_\_\_. & PARANHOS, Déa. "Aerofotogrametria". *Revista Municipal de Engenharia*, nº6, vol III. Rio de Janeiro: nov. 1936.
- \_\_\_\_\_. "Aerofotogrametria. Notas do curso de urbanismo da UDF". *Revista Municipal de Engenharia*, nº3, vol IV. Rio de Janeiro: mai. 1937.
- \_\_\_\_\_. "Ante-projeto para a futura capital do Brasil no Planalto Central". *Revista Municipal de Engenharia*, nº3, vol VI. Rio de Janeiro: mar. 1939.
- \_\_\_\_\_. "A habitação, o homem e o lugar". *Arquitetura e Urbanismo*. Rio de Janeiro: jul./ago. 1939. pp.35-42
- \_\_\_\_\_. "Habitação Popular". *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 10.3.1946.
- \_\_\_\_\_. "Habitação Popular". *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 17.3.1946
- \_\_\_\_\_. "Habitação Popular". *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 27.3.1946.
- \_\_\_\_\_. "Habitação Popular". *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 31.3.1946.
- \_\_\_\_\_. "Habitação Popular". *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 7.4.1946.
- \_\_\_\_\_. "Habitação Popular". *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 14.4.1946.
- \_\_\_\_\_. "Trabalho Feminino". *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 2.6.1946.
- \_\_\_\_\_. "Escola Maternal e Jardim de Infância". *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: Suplemento Domingo 14.7.1946.
- PROGRESSIVE ARCHITECTURE. "Neighborhood Group". *Progressive Architecture*, nº36, vol. 8, ago. 1955.
- REIDY, Afonso Eduardo. "Urbanização da Esplanada do Castelo". *Revista Municipal de Engenharia*, nº5, vol V. Rio de Janeiro: set. 1938. p.604
- \_\_\_\_\_. "Estudo de urbanização da área resultante do Morro de Santo Antônio". *Revista Municipal de Engenharia*, nº3, vol. XV. Rio de Janeiro: jul./set. 1948. pp. 86

- \_\_\_\_\_. "Conjunto Residencial Marquês de São Vicente". *Revista da Municipal de Engenharia*, nº1, vol. XXI. Rio de Janeiro: jan./mar. 1954.
- \_\_\_\_\_. *Ponto de vista de um arquiteto sobre as relações entre o engenheiro estrutural e o arquiteto*. Rio de Janeiro: mimeo, s/d.
- REIS, José de Oliveira. "Uma síntese sobre as principais vias do plano diretor". *Revista Municipal de Engenharia*, nº4, vol. IX. Rio de Janeiro: jul. 1942. pp.6-11
- REVISTA DO CLUBE DE ENGENHARIA. "Habitação para funcionários públicos". *Revista do Clube de Engenharia*, nº137. Rio de Janeiro: jan. 1948. pp.29
- \_\_\_\_\_. "O Conjunto Residencial da Prefeitura". *Revista do Clube de Engenharia*, nº194, vol. XXV. Rio de Janeiro: 1952. pp.336
- \_\_\_\_\_. "Conjunto Residencial Vila Izabel". *Revista do Clube de Engenharia*, nº261. Rio de Janeiro: mai. 1958. pp.109-116
- REVISTA MUNICIPAL DE ENGENHARIA. "Apartamentos economicos da Gamboa". *Revista Municipal de Engenharia*. nº1. Rio de Janeiro: jul. 1932.
- \_\_\_\_\_. "Viveiro para pássaros". *Revista Municipal de Engenharia*, nº1, vol. XV. Rio de Janeiro: jan./mar. 1948. pp.15-17
- \_\_\_\_\_. "Conjunto Residencial Pedregulho". *Revista Municipal de Engenharia*, nº1, vol. XV. Rio de Janeiro: jan./mar. 1948. pp.2-13
- \_\_\_\_\_. "Habitação popular – novos tipos de habitação aprovados pelo Sr. Prefeito do Distrito Federal". *Revista Municipal de Engenharia*. Rio de Janeiro: abr./jun. 1948. pp.56-67
- \_\_\_\_\_. "Conjunto Residencial Pedregulho". *Revista Municipal de Engenharia*, nº3, vol. XV. Rio de Janeiro: jul./set. 1948a.
- \_\_\_\_\_. "Escola Primária do Conjunto Residencial Pedregulho". *Revista Municipal de Engenharia*, nº3, vol. XV. Rio de Janeiro: jul./set. 1948b. pp.95-100
- \_\_\_\_\_. "Fonte Termal Andrade Júnior - Araxá". *Revista Municipal de Engenharia*, nº4, vol.XV. Rio de Janeiro: out./dez. 1948. pp.133-138
- \_\_\_\_\_. "Apartamentos para funcionários da Prefeitura na Ilha de Paquetá". *Revista Municipal de Engenharia* nº3, vol XVII. Rio de Janeiro: jul./set. 1950. pp.121-123
- \_\_\_\_\_. "Conjunto Residencial Paquetá". *Revista Municipal de Engenharia*, nº1, vol.XX. Rio de Janeiro: jan./mar. 1953. pp.3-6
- \_\_\_\_\_. "Conjunto Residencial Paquetá". *Revista Municipal de Engenharia*, nº1, vol. XXI. Rio de Janeiro: jan./mar. 1954. p.11-18
- \_\_\_\_\_. "Conjunto Residencial Vila Izabel". *Revista Municipal de Engenharia*. Rio de Janeiro: jan./mar. 1954. p.11-18
- ROGERS, Ernesto. "Report on Brazil". *Architectural Review*, nº694, vol. 116. Londres: out. 1954. pp.235-240
- SABOIA RIBEIRO, José O. "Os núcleos residenciais do futuro". *Revista Municipal de Engenharia*. Rio de Janeiro: out. 1943. pp.225-229.
- \_\_\_\_\_. "Urbanização da Esplanada de Santo Antonio". *Revista Municipal de Engenharia*, nº2, vol. II. Rio de Janeiro: abr. 1944. pp.46-55

- \_\_\_\_\_. "Urbanização da Esplanada de Santo Antônio e suas adjacências". *Revista Municipal de Engenharia*, nº1, vol. XII. Rio de Janeiro: jan. 1945. pp.6-14.
- \_\_\_\_\_. "Urbanização da Esplanada de Santo Antônio e suas adjacências (continuação)". *Revista Municipal de Engenharia*, nº3, vol. XII. Rio de Janeiro: abr. 1945. pp.44-53.
- SAGMACS. "Aspectos humanos da favela carioca". *O Estado de São Paulo*, Suplemento especial. São Paulo: abr. 1960.
- SANTOS, Sydney M. G. dos. "A variante Rio-Petrópolis e o viaduto sobre o ramal de minérios". *Revista Municipal de Engenharia*, nº2, vol. XIV. Rio de Janeiro: abr. 1943.
- SOUZA AGUIAR, Gabriel de. "Dosagem de concreto". *Revista Brasileira de Engenharia*. Rio de Janeiro: 1929.
- TELLES, Guiomar Urbina. "A habitação e a moral". *Serviço Social*, nº21/22. São Paulo: out. 1940.
- TRIBUNA DA IMPRENSA. "A dona de casa é a pessoa mais importante nos planos dos arquitetos". *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro: 11.05.1955
- VANGUARDA. "Novos diretores da Secretaria de Viação da Prefeitura". *Vanguarda*. Rio de Janeiro: 17.2.1948.

## CONGRESSOS, TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) E DIVERSOS

- ALMEIDA, Anna Augusta de. *Serviço social na indústria. Trabalho de Conclusão de Curso*, Instituto Social. Rio de Janeiro: mimeo, 1946.
- \_\_\_\_\_. "Serviço Social feito pelas organizações do Estado para os seus servidores". In: *Teses apresentadas ao I Congresso Brasileiro de Serviço Social*. São Paulo: O Centro, 1947. pp. 511-522
- ALOE, Alfredo. *Getúlio Vargas e o problema da casa própria; conferência pronunciada no Instituto Nacional de Ciência Política*. Rio de Janeiro: Gráfica Milone, 1942.
- ANAIS do Conselho Central da Fundação da Casa Popular. Rio de Janeiro: 1953/1954.
- ANAIS do Conselho Técnico da Fundação da Casa Popular. Rio de Janeiro: 1953.
- ARAGÃO, Maria Luiza Moniz. "Informe sobre as atividades da Fundação Leão XIII". *Anais do I Congresso Brasileiro de Serviço Social*. São Paulo: Centro de Estudos e Ação Social / O Centro, 1947.
- BALTHAZAR, Horaciola S. *Serviço social em conjuntos residenciais. Trabalho de Conclusão de Curso*, Instituto Social. Rio de Janeiro: mimeo, 1954.
- BRASIL. *Conselho Nacional de Serviço Social*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.
- CATÁLOGO da I Bienal de São Paulo. São Paulo: Edições Americanas de Arte e Arquitetura, 1951.
- CHAGAS, Ruth. *Educação familiar e serviço social. Trabalho de Conclusão de Curso*, Instituto Social. Rio de Janeiro: mimeo, 1946.
- COMISSÃO NACIONAL DE BEM-ESTAR SOCIAL. *Semana de estudos: favelas*. Rio de Janeiro: mimeo, 1952.

- CONGRESSO BRASILEIRO DE SERVIÇO SOCIAL. Cruzada São Sebastião: duas experiências de promoção humana. Rio de Janeiro: mimeo, 1965.
- COUTINHO, Aloísio B. O problema da habitação higiênica nos paizes quentes em face da "Architectura Viva". Rio de Janeiro: Alba Graphics, 1930.
- COUTINHO, Nadyr. Um ensaio da aplicação de técnicas de organização social de comunidade num projeto piloto de conjunto residencial para ex-favelados. Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto Social. Rio de Janeiro: mimeo, 1958.
- CUNHA, Maria Célia G. da. Repercussão do problema da habitação proletária na estabilidade familiar. Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto Social. Rio de Janeiro: mimeo, 1948.
- DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo de Favelas: aspectos gerais. Rio de Janeiro: PDF, Secretaria Geral do Interior e Segurança, 1949.
- DHP. Relatório do Setor de Serviço Social. Rio de Janeiro: mimeo, 1961.
- DODSWORTH, Cecy. "A formação dos trabalhadores sociais – Escola Técnica de Assistência Social". In: Anais do II Congresso Pan-Americano de Serviço Social. Rio de Janeiro: 1949.
- DODSWORTH, Henrique. Relatórios sobre as atividades da prefeitura entre 1937/1943. Rio de Janeiro: PDF, Depto de Geografia e Estatística, 1943.
- FERREIRA, Fernanda A. V. As populações das favelas. Tese apresentada à Congregação da Faculdade Nacional de Filosofia. Rio de Janeiro: mimeo, 1942.
- FONTOURA, Amaral. Introdução ao Serviço Social. Rio de Janeiro: Marcel Beerens, s/d.
- FUNDAÇÃO LEÃO XIII. Morros e favelas: como trabalha a Fundação Leão XIII - notas e relatórios do exercício de 1949. Rio de Janeiro: A Fundação, 1950.
- \_\_\_\_\_. Como trabalha a Fundação Leão XIII. Notas e relatórios de 1947 a 1954. Rio de Janeiro: 1955.
- IAPI. Conjunto Residencial da Penha. Rio de Janeiro: Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, 1949.
- LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Convenção Nacional, 1. Rio de Janeiro: 1947.
- LIMA, Alceu Amoroso. "Conferencia". In: Anais do II Congresso Pan-Americano de Serviço Social. 2-9 jul. 1949. pp.68-75
- MALLMANN, Zulfo de F. Harmonia Social com os fatos do aumento da produtividade, melhor salário e bem-estar do trabalhador. Rio de Janeiro: 1955.
- MARTINS, Zulmira Ribeiro. O serviço social no Conjunto Residencial de Paquetá. Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto Social. Rio de Janeiro: mimeo, 1954.
- MAVIGNIER, Evangelina F. Serviço social de família num conjunto residencial. Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto Social. Rio de Janeiro: mimeo, 1948.
- MORAIS, Nilo Alves. "Recreação, uma necessidade humana". In: Teses apresentadas ao I Congresso Brasileiro de Serviço Social. São Paulo: O Centro, 1947. pp.78-99
- MOURA, Vitor Tavares de. Esboço de um plano para estudo e solução do problema das favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: mimeo, nov. 1940.
- OLIVEIRA, Marília M. G. Da necessidade dos centros sociais nos Conjuntos Residenciais. Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto Social. Rio de Janeiro: mimeo, 1954.

- OLIVEIRA, Moacyr Velloso Cardoso. "O Serviço Social – chave da solução dos problemas sociais contemporâneos". In: *Teses apresentadas ao I Congresso Brasileiro de Serviço Social*. São Paulo: O Centro, 1947. pp.549-559
- OLIVEIRA, Nair Cruz de. *Uma experiência de um trabalho num centro social*. Rio de Janeiro: Serviço Social do Comércio, Depto. Nacional, 1955.
- PACHECO, José Aranha de Assis. "O Triângulo do Trabalho". In: *Teses apresentadas ao I Congresso Brasileiro de Serviço Social*. São Paulo: O Centro, 1947. pp.405-423
- PDF. *Regulamento do Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes*. Rio de Janeiro: Departamento de Habitação Popular, 1950a.
- \_\_\_\_\_. *Regimento do Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes*. Rio de Janeiro: Departamento de Habitação Popular, 1950b.
- \_\_\_\_\_. *Regulamento do Conjunto Residencial de Paquetá*. Rio de Janeiro: Departamento de Habitação Popular, 1957.
- \_\_\_\_\_. *Escola Técnica de Serviço Social Cecy Dodsworth*. Rio de Janeiro: Secretaria Geral de Saúde e Assistência, 1944.
- \_\_\_\_\_. *Censo da Barreira do Vasco*. Rio de Janeiro: PDF, Administração Prefeito General Ângelo Mendes de Moraes, 1949b.
- \_\_\_\_\_. *Censo de Favelas, aspectos gerais*. Rio de Janeiro: PDF, Serviço de Divulgação do DGE, 1949a.
- \_\_\_\_\_. *Publicação do Departamento de Geografia e Estatística*. PDF, Secretaria do Prefeito, 1943.
- PINHEIRO, Maria Esolina. *Serviço Social: síntese histórica do Distrito federal e Estado do Rio*. Rio de Janeiro: Ed. A Noite, s/d.
- \_\_\_\_\_. "Família, habitação, alimentação". In: *Serviço Social, infância e juventude desvalidas*. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco, 1939.
- \_\_\_\_\_. *Serviço Social na Indústria – Educação Operária*. Técnica de Serviço Social. Rio de Janeiro: Villas Boas, 1947.
- PINOTI, Mario. *LBA - Relatório do Exercício de 1957*. Legião Brasileira de Assistência – Presidência da Comissão Central. Rio de Janeiro: LBA, 1958.
- PORTO, Rubens. *O problema das casas operárias e os Institutos de Caixas de Pensões*. Rio de Janeiro: s/ ed., 1938.
- RIBEIRO, Maria Sylvania Albano. *Problema da habitação popular visto por uma assistente social*. Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto Social. Rio de Janeiro: mimeo, 1944.
- REIDY, Affonso E. *Ponto de vista de um arquiteto sobre as relações entre o engenheiro estrutural e o arquiteto*. Mimeo, s/d.
- REIS, José de Oliveira. *Urbanismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: O Construtor, 1950.
- SANTAMARIA, JULIA DOMINGUES Y. "Serviço Social no Morro da Providência (Favela)". In: *Teses apresentadas ao I Congresso Brasileiro de Serviço Social*. São Paulo: O Centro, 1947.
- SILVA, Maria Hortência. *Impressões de uma assistente social sobre o trabalho na favela*. Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto Social. Rio de Janeiro: Gráfica Sauer/PDF, 1942.

SOUZA, Julieta Coelho de. Alguns aspectos do serviço social na organização da família operária. Trabalho Conclusão de Curso, Instituto Social. Rio de Janeiro: mimeo, 1944.

VALENÇA, Maria José. Como trabalhar numa favela carioca através da experiência da Fundação Leão XIII. Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto Social. Rio de Janeiro: mimeo, 1953.

## FONTES SECUNDÁRIAS

- ABREU, Maurício. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento Municipal, 1987.
- ALMEIDA, Anna Augusta. *Possibilidades e limites da teoria do serviço social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
- AQUINO, Lia. *Habitações Populares*. Rio de Janeiro: PCRJ, 1986.
- ANTUNES, Carlos. *A arquitetura moderna brasileira e o projeto de habitação popular (1940-1950)*. Dissertação de Mestrado, FAU-USP. São Paulo: mimeo, 1997.
- ARAVECCHIA, Nilce C. *Habitação social no Rio de Janeiro e as contribuições e influências de Carlos Frederico Ferreira e Rubens Porto*. São Carlos-SP: Relatório de Pesquisa de Iniciação Científica/FAPESP, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, EESC-USP, 2000.
- ARGAN, Giulio C. *Walter Gropius e a Bauhaus*. Lisboa: Presença, 1990.
- AYMONINO, Carlo. *La vivienda racional. Ponencias de los congresos CIAM 1929-1930*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1973.
- BARCELLOS, Vicente Quintella. "Unidade de Vizinhança: notas sobre sua origem, desenvolvimento e introdução no Brasil". [www.unb.br/pos\\_graduacao/cadernos\\_eletronicos/unidade/unidade.htm](http://www.unb.br/pos_graduacao/cadernos_eletronicos/unidade/unidade.htm)
- BAUER, Catherine. *Modern housing*. Boston/ Nova York: The Riverside Press/ Houghton Mifflin Co., 1934.
- BAYEUX, Glória. *O debate da arquitetura moderna nos anos 50*. Dissertação de Mestrado, FAU-USP. São Paulo: mimeo, 1991.
- BELOCH, Israel (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/ FGV, 2001.
- BENCHIMOL, Jayme. *Pereira Passos: um Haussman Tropical. Renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: PCRJ, 1992.
- BOABAID, Jeani Martha. *Contribuição para o estudo das escolas de serviço social do antigo Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro (1937-1947)*. Dissertação de mestrado, Escola de Serviço Social, PUC-RJ. Rio de Janeiro: mimeo, 1979.
- BOLONHA, Francisco. "Reidy: percurso de um arquiteto". In: *Affonso Eduardo Reidy*. Rio de Janeiro: O Solar/ Index, 1985.
- BOMENY, Helena. "Infidelidades eletivas: intelectuais e política". In: BOMENY, Helena (org.) *Constelação Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- BONDUKI, Nabil. *Origens da Habitação Social no Brasil*. *Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*. São Paulo: Estação Liberdade/ FAPESP, 1998.
- \_\_\_\_\_. (org.) *Affonso Eduardo Reidy. Série Arquitetos Brasileiros*. Lisboa/São Paulo: Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, 2000.
- \_\_\_\_\_. "Habitação social e arquitetura moderna: a expressão dos conjuntos residenciais dos IAPs (1938/54)" In: CARDOSO, Luiz Antônio & OLIVEIRA, Olívia F. (orgs.) *(Re)discutindo o modernismo: universalidade e diversidade do movimento moderno em arquitetura e urbanismo no Brasil*. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, 1997.

- \_\_\_\_\_ & SAMPAIO, Maria Ruth. *Promoção pública de habitação econômica. Relatório de pesquisa apresentado à Fapesp.* São Paulo: mimeo, 2000.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade.* São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRUAND, Yves. *Arquitetura Moderna Brasileira.* São Paulo: Perspectiva, 1991.
- BRUANT, Catherine. "Donat Alfred Agache: urbanismo, uma sociologia aplicada". In: RIBEIRO, L. C. & PECHMAN, Robert. *Cidade, Povo e Nação: gênese do urbanismo moderno.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993. pp.167-201
- CAIXETA, Eline. *Afonso Eduardo Reidy, percurso de um arquiteto. O poeta construtor.* Tese de doutorado, Universidad Politécnica de Catalunya. Barcelona: mimeo, 1999.
- \_\_\_\_\_. "Afonso Eduardo Reidy, o poeta construtor". In: KIEFER, F.; LIMA, R.; MAGLIA, V. (orgs.) *Crítica na Arquitetura – V Encontro de Teoria e História da Arquitetura.* Porto Alegre: Ritter dos Reis, 2001. p.147-156.
- CARDOSO, Adauto Lucio. "Visões da natureza no processo de constituição do urbanismo moderno". *Cadernos do IPPUR.* nº1, Ano XIV. Rio de Janeiro: jan./jul. 2000. pp.119-150
- CARPINTÉRO, Marisa V. T. *A construção de um sonho: os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional do Brasil.* Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.
- CAVALCANTI, Lauro. *Casas para o povo.* Dissertação de Mestrado, Museu Nacional. Rio de Janeiro: mimeo, 1987.
- \_\_\_\_\_. *As preocupações do belo.* Rio de Janeiro: Taurus, 1995.
- \_\_\_\_\_. (org.) *Quando o Brasil era moderno: Guia de Arquitetura 1928-1960.* Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.
- CAVALCANTI, Sandra. *Rio: viver ou morrer.* Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1978.
- CENIQUEL, Mario. *Afonso E. Reidy: ordem, lugar e sentido/ uma visão urbana da centralidade urbana do Rio de Janeiro.* Tese de doutorado, FAU/USP. São Paulo: 1996.
- CHALHOUB, Sidney. *A cidade febril.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural – entre práticas e representações.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.
- COARACY, Vivaldo. *Paquetá, imagens de ontem e de hoje.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.
- CONNIFF, Michael. *Urban Politics in Brazil, the rise of populism: 1925-1945.* Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1981.
- COSTA, Lucio. "Pedregulho – Afonso Eduardo Reidy". In: *Registro de uma vivência.* São Paulo: Empresa das Artes, 1995. p.203-204
- CURTIS, William. *Le Cobusier – ideas and forms.* Londres: Phaidon Press, 2001.
- DAVIS, Sam. *The architecture of affordable housing.* Berkeley/ Los Angeles: University of California Press, 1997.
- DGPC/PCRJ. *Rio de Janeiro: uma cidade no tempo.* Rio de Janeiro: Diagraphic Projetos Gráficos Editoriais, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Paquetá: memórias de uma ilha.* Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1991.

- FARAH, Marta Ferreira. Estado, previdência social e habitação. Dissertação de mestrado, FFLCH-USP. São Paulo: mimeo, 1983.
- FELDMAN, Sarah. "A americanização do setor de urbanismo na administração municipal de São Paulo". In: Anais do IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Rio de Janeiro: PROURB / FAU-UFRJ. Vol. 1. 1996. pp. 224-234.
- FÉRES, Acilêa de Paula. "A institucionalização da assistência social no estado do Rio de Janeiro e a Fundação Leão XIII: um esboço de análise institucional". Cadernos do CBCISS, nº223. Rio de Janeiro: 1990.
- FERREIRA, Jorge L. Trabalhadores do Brasil: o imaginário do povo. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). Rio de Janeiro: uma cidade na história. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- FERNANDES, Nelson Nóbrega. Escolas de Samba: Sujeitos celebrantes e objetos celebrados. Rio de Janeiro, 1928-1949. Rio de Janeiro: DGPC, AGCRJ, 2001.
- FLAMARION, Ciro & ARAUJO, Paulo H. Rio de Janeiro. Madrid: Mapfre, 1992.
- FRANCO, Luiz Fernando. "Francisco Bologna. Obra, concha, pedra". Arquitetura & Urbanismo, nº 56. São Paulo: 1994. p. 97-106
- \_\_\_\_\_. "Francisco Bologna, ou a modernidade resistente ao clichê modernista". Arquitetura Revista, vol. 6. Rio de Janeiro: 1988. p.16-26
- FRANCK, Klaus & GIEDION, Sigfried. The works of Affonso Eduardo Reidy. Nova York: Praeger, 1960.
- FRAMPTON, Kenneth. Le Corbusier. Londres: Thames & Hudson, 2001.
- FRIDMAN, Fania. "Propriedade fundiária, habitação e processo de urbanização no Rio de Janeiro". In: Cadernos do IPPUR, nº2/3, ano VIII. Rio de Janeiro: set./dez. 1994. pp.79-93
- FUNARTE. Arte Moderna no Salão Nacional – 1940 a 1982. 6º Salão Nacional de Artes Plásticas – Sala Especial. Rio de Janeiro: MEC/ Secretaria da Cultura/ Funarte, 1984.
- GAWRYSZEWSKI, Alberto. "A Agonia de Morar": urbanização e habitação na cidade do Rio de Janeiro (DF) – 1945-1950. Tese de doutorado, Depto. de História. São Paulo: 1996.
- GOMES, Ângela M. de Castro. Essa gente do Rio...: modernismo e nacionalismo. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- \_\_\_\_\_. "O trabalhador brasileiro". In: Lippi et alli. Estado Novo: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- \_\_\_\_\_. A invenção do trabalhismo. São Paulo: Iuperj/ Vértice, 1988.
- GOODWIN, Philip & SMITH, Kinder. Brazil builds. Architecture new and old. Nova York: MoMa, 1943.
- GROPIUS, Walter . Bauhaus: Novarquitectura. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- IAMAMOTO, Marilda & CARVALHO, Raul. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica . São Paulo: Cortez, 1985.
- JORNAL DO BRASIL. "Depoimento de A. E. Reidy - Inquérito Nacional de Arquitetos". Arquitetura, nº1. Rio de Janeiro: IAB/RJ, set. 1961.

- KAMITA, João Massao. *Experiência moderna e ética construtiva: a arquitetura de Affonso Eduardo Reidy*. Dissertação de Mestrado, PUC-RJ. Rio de Janeiro: mimeo, 1994.
- KLEINMAN, Mauro. "Acabar com as favelas. Parques Proletários Provisórios: uma intervenção na prática". *Chão, revista de arquitetura*, nº2. Rio de Janeiro: jun./ago. 1978.
- KOPP, Anatole. *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*. São Paulo: Nobel/Edusp, 1990.
- LAMPARELLI, Celso M. "Louis-Joseph Lebreton e a pesquisa urbano-regional no Brasil. Crônicas tardias ou história prematura". *Espaço & Debates*, nº37. São Paulo: 1994. pp.90-99
- LE CORBUSIER. *Por uma arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- \_\_\_\_\_. *A Carta de Atenas*. São Paulo: Hucitec, 1990.
- LEEDS, Anthony & LEEDS, Elizabeth. *Brazil in the 60's: favelas and polity – the continuity of the structure of social control*. Austin: University of Texas: mimeo, 1971.
- \_\_\_\_\_. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- LEME, Maria Cristina da Silva (coord.) *Urbanismo no Brasil – 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP/FUPAM, 1999.
- LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis – uma reflexão em busca da auto-estima*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- LIMA, Alceu Amoroso. *A família no mundo moderno*. Rio de Janeiro: Agir, 1960.
- LIMA, Evelyn F. *Av. Presidente Vargas: uma drástica cirurgia*. Rio de Janeiro: Sec. Mun. Cultura, Turismo e Esportes, 1990.
- LIMA, Nísia Verônica T. *O Movimento dos Favelados no Rio de Janeiro: políticas do Estado e Lutas Sociais (1954-1973)*. Dissertação de mestrado, IUPERJ. Rio de Janeiro: mimeo, 1989.
- LIRA, José Tavares Correia. "O popular na cultura, a arquitetura brasileira e a história: Gilberto Freire, os mocambos, os modernistas e os primeiros anos do IPHAN". In: CARDOSO, Luiz Antônio & OLIVEIRA, Olívia F. (orgs.) *(Re)discutindo o modernismo: universalidade e diversidade do movimento moderno em arquitetura e urbanismo no Brasil*. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, 1997.
- LISSOVSKY, Maurício & SÁ, Paulo Sérgio. *Colunas da Educação: a construção do Ministério da Educação e Saúde (1935-1945)*. Rio de Janeiro: Iphan/CPDOC, 1996.
- LOBO, Eulália; CARVALHO, Lia A. & STANLEY, Myrian. *Questão habitacional e o movimento operário*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989.
- MACEDO, Oigres L. C. de. *Francisco Bolonha: o ofício da modernidade*. Dissertação de mestrado, EESC-USP. São Carlos: 2003.
- MALUF, Marina & MOTT, Maria Lúcia. "Recônditos do mundo feminino". In: SEVCENKO, Nicolau (org.) *História da Vida Privada no Brasil 3 – República; da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MANGABEIRA, Wilma. *Lembranças de Moucouzinho (1946-1964): Estudo de um Conjunto Residencial Construído pelo Estado para os trabalhadores Industriais*. Dissertação de mestrado, IUPERJ. Rio de Janeiro: mimeo, 1986.
- MANOEL, Sálua Kairuz. "Conjunto Residencial de Deodoro: a experiência moderna da Fundação da Casa Popular". Trabalho apresentado no III Seminário Docomomo-Brasil. São Paulo: mimeo, 1999.

- MARINS, Paulo César Garcez. "Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras". In: SEVCENKØ, Nicolau (org.) *História da Vida Privada no Brasil 3 – República; da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MELO, Marcus André. "Estado e mercado: a construção social da agenda do estado na esfera da habitação 1930-1090". In: *Anais do IV Encontro Nacional da ANPUR*. Salvador: 1991.
- \_\_\_\_\_. "O Estado, o boom do século e a crise da habitação: Rio de Janeiro e Recife (1937-1946)". In: FERNADES, Ana & FILGUEIRAS, Marco Aurélio. *Cidade e história*. Salvador: UFBA/ ANPUR, 1992. pp.151-157
- MESQUITA, Reny Rastoldi. *Contribuição ao estudo do processo de organização da categoria profissional de assistente social no antigo Distrito Federal (1936-1954)*. Dissertação de mestrado – PUC-RJ. Rio de Janeiro: mimeo, 1985.
- MICÉLI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- MINDLIN, Henrique. *Arquitetura moderna no Brasil*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 1999.
- MÓDULO. "Affonso Eduardo Reidy". *Módulo*, nº37. Rio de Janeiro: ago. 1964.
- MOTTA, Marly Silva. *Saudades da Guanabara: o campo político da cidade do Rio de Janeiro(1960-75)*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- \_\_\_\_\_. *O lugar da cidade do Rio de Janeiro na federação brasileira: uma questão em três momentos*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2001.
- \_\_\_\_\_. "O 'hércules da prefeitura' e o 'demolidor do Castelo': o executivo municipal como gestor da política urbana da cidade do Rio de Janeiro". In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (org.) *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho. O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Fapesp/ Perspectiva, 2002.
- NEEDELL, Jeffrey. *Belle Époque Tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- NOBRE, Ana Luiza. *Carmen Portinho: o moderno em construção*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/PCRJ, 1999.
- NOGUEIRA, Aida Pompeo. *Arquitetura e Modernidade: habitação social no movimento moderno*. Dissertação de Mestrado, PUC-SP. São Paulo: mimeo, 1996.
- NUNES, Guida. *Rio – metrópole de 300 favelas*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi (org.) *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- \_\_\_\_\_ & FREIRE, Américo (orgs.) *Capítulos da memória do urbanismo carioca*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- \_\_\_\_\_. "O Intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo". In: BOMENY, Helena (org.) *Constelação Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- OLIVEIRA, Ney dos Santos. *Parque Proletário da Gávea: uma experiência de habitação popular*. Dissertação de mestrado COPPE-UFRJ. Rio de Janeiro: mimeo, 1981.
- PANERAI, Philippe. *Formas urbanas: de la manzana al bloque*. Barcelona: Gustavo Gili, 1980.

- PAOLI, Maria Célia & SADER, Eder. "Sobre 'classes populares' no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura dos acontecimentos recentes)". In: CARDOSO, Ruth C. L. *A Aventura Antropológica – teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- \_\_\_\_\_. "Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira". In: LOPES, Jose S. L. (org.) *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: UFRJ/ Museu Nacional/ Marco Zero, 1987. pp. 53-101
- \_\_\_\_\_. "A Família Operária: notas sobre sua formação histórica no Brasil". *Tempo Social*, nº4. São Paulo: 1992. pp.17-41
- PARISSE, Lucien. "Bibliografia cronológica sobre a favela do Rio de Janeiro, a partir de 1940". *América Latina*, nº3, vol. 12. Rio de Janeiro: 1969. pp.221-232
- \_\_\_\_\_. "Las favelas em la expansión urbana de Rio de Janeiro". *América Latina*, nº3, vol. 12. Rio de Janeiro: 1969. pp.7-43
- \_\_\_\_\_. *Favelas do Rio de Janeiro. Evolução e sentido*. Cadernos do CENPHA 5. Rio de Janeiro: CENPHA, 1969.
- PEREIRA, Sonia Gomes. *A reforma urbana de Pereira Passos e a construção da identidade carioca*. Rio de Janeiro: UFRJ, EBA, 1998. Série Dissertações e Teses. Vol. 2. Tese de Doutorado.
- PERRY, Clarence. "The Neighborhood Unit". In: Committee on Regional Plan of New York and its Environs. *Regional Plan of New York and its Environs*. Nova York: W.F.F. Co. Printers, 1932.
- PONTES, Heloísa. "Círculos intelectuais e experiência social". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº34, vol. 12. Jun. 1997. pp.57-69
- PONTUAL, Roberto. *Dicionário das Artes Plásticas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- PORTINHO, Carmen. *Por toda minha vida: depoimento a Geraldo Edson de Andrade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.
- PROJETO PORTINARI. *Programa Depoimento. Entrevista com Carmen Portinho*. Rio de Janeiro: mimeo, 7.4.1983.
- RADFORD, Gail. *Modern housing for America: Policy struggles in the New Deal era*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar – a utopia da cidade disciplinar. Brasil: 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- REIS, José de Oliveira. *O Rio de Janeiro e seus prefeitos*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1977.
- REIS, Tatiana Rangel. *A Construção histórica da identidade do profissional de serviço social no Brasil: anos 40 e 50*. Dissertação de mestrado, PUC-RJ. Rio de Janeiro: mimeo, 1998.
- REVISTA MUNICIPAL DE ENGENHARIA. "Índice por autores dos artigos publicados na RME". *Revista Municipal de Engenharia*, nº especial. Rio de Janeiro: jul. 1992
- REZENDE, Vera F. *Planejamento urbano e ideologia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- \_\_\_\_\_. "Evolução da produção urbanística da cidade do Rio de Janeiro, 1900-1950-1965". In: LEME, Maria Cristina da Silva (coord.) *Urbanismo no Brasil – 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP/FUPAM, 1999.

- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. *Bibliografia organizada sobre habitação e desenvolvimento urbano no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPPUR, mimeo, 1983.
- \_\_\_\_\_. "Capital imobiliário no Rio de Janeiro (1870-1930)". *Espaço e Debates*, nº15, ano V. São Paulo: Neru, 1985.
- RIBEIRO, Mario R. T. Livramento Gonçalves. *Bairro de Guadalupe: o processo de constituição de um bairro a partir de uma experiência governamental no campo da habitação popular*. Dissertação de mestrado, UFRJ/IGEO. Rio de Janeiro: 2002.
- ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições*. Rio de Janeiro: DGPC, 1995.
- RODRIGUES, Cecília dos Santos et alli. *Le Corbusier e o Brasil*. São Paulo: Tessela/Projeto, 1987.
- SALEM, Tânia. "Do Centro Dom Vital à Universidade Católica". In: SCHWARTZMAN, Simon (org.) *Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro*. Brasília: CNPq, 1982. pp.97-134
- SAMPAIO, Maria Ruth (org.) *Habitação e Cidade*. São Paulo: FAU/USP, Fapesp, 1998.
- \_\_\_\_\_. & BONDUKI, Nabil G. (coord.). "Entrevista de Carmen Portinho". In: *Relatório da Pesquisa Habitação Econômica e Arquitetura Moderna no Brasil*, vol. 2, encaminhado à Fapesp. São Paulo: mimeo, 1998.
- SANTOS, Sydney M. G. dos. "A influência do concreto armado". In: *Rio de Janeiro em seus quatrocentos anos*. Rio de Janeiro: Record, 1965.
- SARMENTO, Carlos Eduardo. *O Rio de Janeiro na era Pedro Ernesto*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- \_\_\_\_\_. & FREIRE, Américo. "Três faces da cidade: um estudo sobre a institucionalização e a dinâmica do campo político carioca (1889-1969)". *Estudos Históricos*, nº24, vol. 13. Rio de Janeiro: 1999.
- SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil - 1900-1990*. São Paulo: Edusp, 1998.
- SILVA, Ilda Lopes Rodrigues da. *Contribuição ao estudo do processo de organização da categoria profissional de assistente social no antigo Distrito Federal - 1936-1960*. Dissertação de Mestrado, Depto de Serviço Social PUC-Rio. Rio de Janeiro: mimeo, 1985.
- SILVA, Lucia Helena P. *Arquitetos, engenheiros e urbanistas: a História da Elite Burocrática na cidade do Rio de Janeiro - 1920-1945*. Dissertação de mestrado, IPPUR/ UFRJ. Rio de Janeiro: mimeo, 1995.
- SILVA, Maria Angélica da. *Arquitetura moderna: a atitude alagoana*. Maceió: SERGASA, 1991.
- SOUSA, Cynthia Pereira de. "Saúde, educação e trabalho de crianças e jovens: a política social de Getúlio Vargas". In: GOMES, Ângela C. *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. pp.221-249
- STUCKENBRUCK, Denise Cabral. *O Rio de Janeiro em questão: o plano Agache e o ideário reformista dos anos 20*. Rio de Janeiro: Observatório de políticas urbanas /IPPUR / Fase, 1996.
- SCHWARTZ, Roberto. *Que horas são? Ensaio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- TASCHNER, Suzana Pasternak. "Favelas e cortiços: vinte anos de pesquisa urbana no Rio de Janeiro". *Cadernos do IPPUR*. nº 2, Ano X. Rio de Janeiro: ago./dez. 1996. pp.89-115

- TEIXEIRA, Milton. *Novos subsídios para o estudo da obra de Affonso Eduardo Reidy*. Rio de Janeiro: mimeo, s/d.
- TELLES, Pedro da Silva. *História da Engenharia no Brasil*. Rio de Janeiro: Clavero, 1994.
- TREIB, Marc (org.) *An everyday modernism: the houses of William Wurster*. São Francisco: University of California Press/ SFMoMa, 1995.
- VALLA, Vincent V. (org.) *Educação e favela. Políticas para as favelas do Rio de Janeiro 1940-1985*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- VALLADARES, Licia do Prado. "A gênese da favela carioca – a produção anterior às ciências sociais". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. nº44, Vol. 15. Out. 2000.
- VARON, Conceição. *E a história se repete... as vilas operárias e os conjuntos residenciais do IAPs no Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado, FAU-USP. São Paulo: mimeo, 1988.
- VAZ, Lilian Fessler. *Modernidade e moradia: habitação coletiva no Rio de Janeiro – séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2002.
- VELLOSO, Mônica. "Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual". In: LIPPI, Lucia et alli. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- XAVIER, Alberto (org.) *Arquitetura moderna brasileira*. Depoimento de uma geração. São Paulo: ABEA/FVA/PINI, 1987.
- WEINSTEIN, Bárbara. *(Re)Formação da Classe Trabalhadora no Brasil, 1920-1964*. São Paulo: Cortez, CDAPH-IFAN – Universidade São Francisco, 2000.
- WESTON, Richard. *Modernism*. Londres: Phaidon, 2001
- WRIGHT, Gwendolyn. "A partnership: Catherine Bauer and William Wurster". In: TREIB, Marc (org.) *An everyday modernism: the houses of William Wurster*. São Francisco: University of California Press/ SFMoMa, 1995. pp.184-203
- ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos (orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

## ARQUIVOS E INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

Arquivo do Montepio dos Empregados Municipais

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – AGCRJ – Setor de Iconografia / Setor de Biblioteca e Setor de Documentação

Arquivo Geral da Secretaria Municipal de Urbanismo - Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Arquivo Geral do Departamento de Estradas de Rodagem

Arquivo Particular Carmen Portinho

Arquivo Nacional

Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro – Biblioteca

Biblioteca Central da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio

Biblioteca da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro – EBA/UFRJ

Biblioteca da Escola de Engenharia de São Carlos – EESC-USP

Biblioteca da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro – FAU/UFRJ

Biblioteca da Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo – FAU/USP

Biblioteca de Ciências Sociais da UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Biblioteca Domingos Marques Grello - Ministério da Fazenda

Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IFCS

Biblioteca do IPPUR – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Biblioteca do IUPERJ – Instituto de Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – Universidade Cândido Mendes

Biblioteca do Centro de Pesquisa e Documentação (Cpdoc) - Fundação Getúlio Vargas

Biblioteca Geral da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Biblioteca Nacional – Setor de Periódicos/ Setor de Obras Raras e Setor de Obras Gerais

Biblioteca Obras Raras da Escola de Engenharia – URFJ

Biblioteca Zeny Miranda - Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS)

Casa de Oswaldo Cruz – Setor de Pesquisa e Documentação

CEDOM – Centro de Documentação da Escola de Serviço Social da UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro – CEHAB-RJ

Fundação Leão XIII – Setor de Fiscalização e Obras e Setor de Arquivo

Instituto Moreira Salles – Setor de Iconografia

Museu de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Núcleo de Pesquisa e Documentação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – NPD/UFRJ  
Núcleo de Pesquisa e Documentação do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro

Projeto Portinari – PUC-Rio